



INSTITUTO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS



Projeto FAURGS / INCRA-RS 5862-9 / 2006

Coordenação geral: Denise Fagundes Jardim – antropóloga

Comunidades Remanescentes de Quilombos no Rio Grande do Sul.
Relatórios antropológicos de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural de territórios quilombolas à luz da instrução normativa 20/2005/INCRA.

Comunidade remanescente Quilombo da Mormaça: História, Cotidiano e Territorialidade.

Equipe técnica:

Cíntia Beatriz Muller – antropóloga
Cristian Jobi Salaini – antropólogo
Sherol dos Santos – historiadora
Ciane Fochesatto – geógrafa
Márcia Muller – geógrafa

“Morar em Casa de Avenida” - Quilombo do Areal: legatários do Areal da Baronesa.

Equipe técnica:

Olavo Ramalho Marques – antropólogo
Jane Rocha de Mattos – historiadora
Ciane Fochesatto – geógrafa
Márcia Müller – geógrafa

Chácara das Rosas: O ontem e o hoje de uma luta quilombola. **Relatório Antropológico e Histórico de uma Comunidade Negra em Canoas/RS**

Equipe técnica:

Vera Rodrigues – antropóloga
Vinicius Pereira de Oliveira – historiador
Ciane Fochesatto – geógrafa
Márcia Müller – geógrafa

Campus do Vale; Av. Bento Gonçalves, 9500; Prédio 43 322 Sala 104; 91509-900
Porto Alegre RS Brasil; Telefone: (51) 33166867 Fax: (51) 3316 6638
<http://www.ufrgs.br/ppgas/nucleos/naci/index.html>



INSTITUTO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS



Prólogo

O presente volume constitui um dos três relatórios técnicos elaborados pelos profissionais ligados ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) através do Projeto FAURGS / INCRA-RS 5862-9 / 2006. Através do convênio celebrado entre INCRA e FAURGS/UFRGS, apresentamos a proposta de trabalho “Comunidades Remanescentes de Quilombos no Rio Grande do Sul. Relatórios antropológicos de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural de territórios quilombolas à luz da instrução normativa 20/2005/INCRA” em novembro de 2005.

O NACI organizou três equipes interdisciplinares para a realização destes relatórios. Para isso, contou com profissionais que já detinham experiências anteriores de pesquisa com a temática da etnicidade ou participado de outros relatórios técnicos desenvolvidos junto ao Núcleo.

Inicialmente, as equipes foram constituídas por Ana Paula Comin de Carvalho, Vinícius Pereira de Oliveira, Vera Regina Rodrigues da Silva, Rodrigo de Azevedo Weimer, Cíntia Beatriz Muller, Cristian Jobi Salaini, Sherol dos Santos. Nosso plano de pesquisa previa a contratação de bolsistas, mas não contemplava profissionais da geografia.

Algumas alterações na constituição da equipe foram introduzidas em função de compromissos profissionais e exigências das rotinas acadêmicas assumidos por alguns pesquisadores. Este é o caso de Rodrigo Weimer e de Ana Paula Comin de Carvalho. Tais afastamentos resultaram na recomposição das equipes técnicas no formato atual, explicitado na folha de rosto e em cada volume deste relatório. Ingressaram na equipe Olavo Ramalho Marques (antropólogo), Jane Rocha de Mattos (historiadora), Márcia Muller e Ciane Fochesatto (geógrafas).

Faz-se necessário salientar que Ana Paula Comin de Carvalho, mesmo que tenha se afastado das atividades de trabalho de campo e coleta de dados, manteve proximidade com as atividades do Núcleo atuando como consultora e acompanhando os desdobramentos do trabalho em diferentes momentos do debate que resultam nesses relatórios.

Da mesma forma, a incorporação de profissionais da área de geografia foi um acréscimo na experiência interdisciplinar. As geógrafas participaram de todas as etapas da pesquisa e, no caso da comunidade da Mormaça, das reuniões com a comunidade.

Este é um trabalho de pesquisa e de reflexão interdisciplinar orientado para responder questões pontuais. Pretende elucidar a trajetória histórica, demonstrar as relações sociais e os nexos entre os pleiteantes e as áreas por eles referidas. Pretende acrescentar

informações que possam orientar as ações do INCRA na medida em que organiza e reúne dados disponíveis através de fontes orais e documentais, de arquivos públicos e particulares.

Cabe salientar que, nas diferentes etapas da pesquisa, seja na interlocução com as comunidades seja na organização da escrita, a equipe atuou conjuntamente. No decorrer do texto dos relatórios, as condições de realização da pesquisa são explicitadas bem como o modo como tivemos acesso às informações. Os capítulos estão organizados claramente por eixos histórico, antropológico e lançam mão da perspectiva e recursos da geografia. Todavia, os dados levantados foram partilhados durante todo o processo de coleta e sistematização do material empírico usufruindo do diálogo entre as áreas que compunham a equipe técnica.

O trabalho interdisciplinar implicou uma intensa discussão e cooperação entre áreas sobre as afirmações parciais e as dúvidas levantadas. As conclusões foram continuamente submetidas à crítica e debatidas nas reuniões da equipe técnica que se debruçava sobre cada contexto em particular. Cada um destes relatórios é o resultado de um trabalho coletivo de escritura, partilhando dados coletados em campo, interpretações e submetendo ao exame crítico da equipe.

A finalização e impressão dos relatórios contou com o importante apoio das verbas do CNPq e da FAPERGS/PRONEX aos projetos de pesquisa do Núcleo de Antropologia e Cidadania.

Porto Alegre, 20 de março de 2007.

Denise Fagundes Jardim
Coordenação geral

Comunidade Remanescente



Quilombo da Mormaça

Autores:

Cíntia Beatriz Muller

Cristian Jobi Salaini

Sherol dos Santos

Ciane Fochesatto

Márcia Muller



Francisca Vieira da Cruz, a Mormaça.

Agradecimentos

Os autores do presente relatório agradecem à comunidade da Mormaça, a acolhida e confiança depositadas nesse trabalho, sem as quais não concluiríamos com êxito a tarefa.

Agradecemos aos srs. Ari de Oliveira, Natalício Vieira, Fernando Miranda, João Vieira, Domingos Vieira, as sras. Alaíde Vieira, Dona Fia, Dona Nena, Dona Leonor, Dona Oraide, e a todos aqueles que apoiaram e se empenharam na condução desse trabalho de pesquisa.

A Comunidade da Mormaça e demais interlocutores pela cordialidade e disponibilidade em partilhar conosco suas memórias, vivências e expectativas de uma vida melhor.

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio da equipe de projetos especiais, pelo seu compromisso com o andamento dos trabalhos.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pelo estímulo ao ensino e pesquisa.

Ao Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS por oportunizar um espaço de troca e diálogo constante entre seus pesquisadores.

A Ana Paula Comin de Carvalho pela elaboração da proposta inicial e acompanhamento do trabalho e interlocução com a equipe.

Às demais equipes de pesquisadores do convênio INCRA/IFCH/NACI pela escuta, troca de idéias e propostas.

Índice

Introdução.....	1
1. Ocupação do Território Rio-grandense.....	12
2. Ocupação do Território Rio-grandense: o planalto médio.....	23
2.1. Passo Fundo.....	31
2.1.1. A mão-de-obra escrava em Passo Fundo.....	56
3. O 3º distrito de Passo Fundo: Sertão e suas articulações.....	67
3.1. Firmina, liberta de Amâncio de Oliveira Cardoso: os nexos entre a escrava liberta e os descendentes da Mormaça.....	82
3.1.1. “Esses são tudo tronco velho”: família Mormaça e a Linha Uma da Seção Sertão.....	91
4. A memória de Francisca Vieira da Cruz – “A Mormaça”.....	98
4.1. O “bem” e o “mal” – os “tempos da Mormaça.....	104
4.2. A casa da “Mormaça”: criando laços.....	109
5. Terras e territórios: a “terra véia” e o trabalho que não liberta.....	116
5.1. A “terra véia”: o tempo dos despejos da polícia.....	118
5.2. As miudezas e a roça: o trabalho que não liberta.....	129
5.3. O “tempo da soja”: “quando a água fica amarela”.....	136
6. Relações de parentesco e redes de solidariedade, permanência na Mormaça.....	138
6.1. Se “achar”, “prosear”, “fugir” e construir um viver.....	138

6.2. Casamentos e estratégias de manutenção da vida comunitária.....	143
6.3. Batizar: dar uma nova família para a criança.....	153
7. Descrição geográfica.....	157
7.1. Caracterização do meio físico.....	159
7.2. A soja e a comunidade.....	160
7.3. A paisagem.....	164
7.4. Construindo a área pleiteada.....	172
7.5. Sustentabilidade local.....	188
Considerações finais e recomendações.....	194
Anexos.....	202
Bibliografia.....	215

Abreviaturas

AHRS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHR/PF: Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo

DTP: Divisão de Terras Públicas

FAURGS: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FCP: Fundação Cultural Palmares

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

NACI: Núcleo de Antropologia e Cidadania

PPGAS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Anexos

Anexo 1 – Mapa da primeira divisão administrativa do Rio Grande do Sul.

Anexo 2 – Caminhos do Rio Grande do Sul.

Anexo 3 – Em detalhe o 3º distrito de Passo Fundo, em mapa organizado por Francisco Antonino Xavier e Oliveira em 1929.

Anexo 4 – Planta dos trabalhos realizados pela Comissão de Terras de Passo Fundo em 1907.

Anexo 5 – Transcrição do Cadastro dos lotes das seções: I Erechim; Sertão; Butiá Grande; Campo Erechim; Erebangó; Toldo Ligeiro. Comissão de Terras e Colonização da Colônia Erechim.

Anexo 6 – Mapa Seção Sertão Linha Uma.

Anexo 7 – Árvore Genealógica Comunidade da Mormaça.

Anexo 7a – Mapa Seção Sertão Linha Uma, relacionado com a árvore genealógica.

Anexo 8 – Famílias que vivem na Mormaça: inter-casamentos realizados na parentela.

Anexo 9 – Mapa da Área de Estudo.

Anexo 10 – Mapa da Área Pleiteada.

Introdução

O presente relatório histórico, antropológico e geográfico, chamado **“Comunidade remanescente Quilombo da Mormaça: História, Cotidiano e Territorialidade”** diz respeito à comunidade localizada no interior do município de Sertão, município cuja economia se baseia na produção de soja de alta escala. A comunidade da Mormaça é formada por 22 famílias que vivem em uma área de 10 hectares, mantém crenças e hábitos que praticam com base em laços étnico-raciais e reivindica uma área de 1300 hectares. Desde 2001 a comunidade de Mormaça reivindica a regularização do perímetro das terras em que vive e de áreas que lhes foram tomadas a partir dos ciclos econômicos e da configuração colonial do estado nacional brasileiro.

A equipe apresenta um relatório histórico-geográfico-antropológico da comunidade de Mormaça. Este é um trabalho interdisciplinar que engloba antropólogos, historiadores e geógrafos. A equipe de pesquisa da Mormaça elaborou uma das peças do relatório técnico de identificação e delimitação da comunidade de Mormaça para, de início dirimir uma questão, que apenas dizia respeito ao perímetro da área ocupada pela comunidade.

Na primeira parte, recuperamos aspectos relevantes da história regional de Passo Fundo e do emprego da mão de obra escrava e negra utilizada pelos sesmeiros que foram dotados das terras como parte de um processo de ocupação de fronteiras luso espanholas. Esta é uma área originalmente povoada por distintos segmentos que disputam a apropriação das terras. Entender a presença de comunidades negras na atualidade exige recuperar documentos e episódios da vida local. A primeira parte do trabalho demonstra as relações entre os antepassados dos atuais moradores da comunidade de Mormaça com os seus ex-senhores, sesmeiros da região no início do século XIX.

No primeiro e segundo capítulos, elucidamos o significado dessa “área de fronteira”. Passo Fundo é um amplo distrito que engloba distintas localidades que atualmente são municípios autônomos. Um recuo no tempo significa também a necessidade de imaginar outros contornos ao território. Constituído por regiões de matos hoje inexistentes e de segmentos populacionais que foram banidos pelo processo de apropriação por outras formas de organizar a vida produtiva. Como fronteiras agrícola no século XIX, não podemos considerar os “matos” como zonas inabitadas. Ao recuperar a história dos sesmeiros estamos evidenciando o grande contingente de escravos que eram o plantel dos senhores e sobre os quais a vida produtiva se organizava até a abolição.

No terceiro capítulo mostramos os nexos entre os pais de Mormaça com seus ex-senhores. Considerando a documentação disponível no acervo do Arquivo Público do Estado, principalmente, traçamos a genealogia dos antepassados dos membros da comunidade de Mormaça e mostramos suas relações com seus ex-senhores. Nesse capítulo, através de pesquisa documental, demonstramos que a comissão de terras no ano 1907, ao efetuar a visita à região, reconheceu a posse – por testemunho dos “homens de bem” da época, de lotes para diversas famílias que fazem parte da parentela de Mormaça. A comissão de Terras gera um registro escrito que atesta a presença dessas famílias na região desde, pelo menos, a Proclamação da República (15 de novembro de 1889).

Os elementos tratados no terceiro capítulo - no que diz respeito às alianças e laços de parentesco – moldam de forma incisiva uma configuração de elementos que são, hoje, fundamentais na forma de viver e participar desta comunidade. Dentre estes elementos, alguns são ressaltados em relação a outros, servindo de base ao grupo, como é o caso da figura de Francisca Vieira da Cruz, a Mormaça. Assim, o grupo evidencia uma relação histórica com o local que é trabalhada através da memória e de práticas locais que consolidam elementos de resistência do grupo naquela região.

No quarto capítulo demonstraremos a maneira pela qual a figura de Francisca Mormaça apresenta-se como ponto fundamental de uma memória coletiva. Ela é referida como marco de temporalidade e referência de ocupação espacial da comunidade. É demonstrada a relação de complementaridade entre os designados “tempos antigos” e “tempos recentes”. Tais narrativas atestam a relação histórica que o grupo atualiza com aquele local. Mormaça é a mediadora entre a realidade vivida e a realidade sobrenatural, é a pessoa que opera os códigos tradicionais de sobrevivência física da comunidade no local e o jogo legal dos documentos que permitem a comunidade existir em um espaço de resistência.

No quinto capítulo descrevemos aspectos atuais da organização das unidades produtivas na comunidade da Mormaça. Trata-se de um grupo de pessoas aparentadas que organizam formas coletivas de apropriação da terra. Explicitamos os mutirões, as trocas de dia de trabalho entre vizinhos que demonstram uma intensa vida comunitária. Esta forma singular de organizar a vida produtiva está calcada em atividades lúdicas e comunitárias. Apresentamos as festas e a recreação de espaços de sociabilidade que congregam a comunidade e ensejam a proximidade entre os vizinhos. Salientamos as dificuldades de manutenção da vida comunitária enfrentadas na atualidade e rememoradas em diversas narrativas.

No sexto capítulo nos detemos em aspectos que explicitam a coesão do grupo tratando sobre os modos como organizam a vida familiar e as relações de vizinhança. Exploramos aspectos do casamento preferencial entre “morenos” em um contexto que reconhece a existência de outras origens étnicas. O casamento era realizado com as pessoas conhecidas da comunidade e reforçavam os laços de coesão do grupo social. A endogamia observada nos arranjos matrimoniais reitera e sobrepõe laços de parentesco e solidariedade. No mesmo sentido, apresentamos outros fatos da vida familiar que permitem a aproximação entre vizinhos como potenciais parentes. As atividades de parteira, os nascimentos na família, e os apadrinhamentos de novos membros da família seguem a mesma lógica de encimesmamento da parentela. Tais

fatos permitem compreender a centralidade das mulheres em gerir os cuidados com a família e inclusive assumir a organização da vida produtiva. Não é por acaso que é uma figura feminina, como Francisca Mormaça, que simboliza e evoca a vida comunitária.

No sétimo capítulo localizamos a área onde está situada a comunidade da Mormaça e apresentamos o impacto do crescimento da lavoura empresarial na região. Na paisagem atual predomina o cultivo de soja, contrastando com as formas de apropriação e cultivo empreendidas tradicionalmente pela comunidade. Destacamos os relatos dos moradores sobre o significado e a importância do “mato” que outrora predominara na região. As pessoas da comunidade encontravam matéria prima para a construção e manutenção de suas moradias, e extraíam a matéria prima para uma das atividades de cura desenvolvidas pela Mormaça: os chás. Havia coleta de ervas para infusão que curavam diversos males. Dentre os processos de transformação da paisagem a prática da coleta dessas ervas ainda é de conhecimento dos atuais moradores da Mormaça. É um conhecimento que não foi perdido.

Ainda neste mesmo capítulo explicitamos o percurso de elaboração dos mapas. Inicialmente temos o “**Mapa da Área de Estudo**” construído pela equipe a partir de apontamentos preliminares, entrevistas na comunidade, levantamento histórico e análise do mapa da Seção Sertão, disponível na Divisão de Terras Pública, em Porto Alegre. Esse mapa compreende uma ampla área evocada na memória e uma ocupação territorial que remonta ao século XIX. Partindo dessa ampla área foi elaborado e discutido em conjunto com comunidade, em reuniões citadas detalhadamente no referido capítulo. Portanto, apresentamos a construção do “**Mapa da Área Pleiteada**” na qual a comunidade se sente representada, isto é, a comunidade se reconhecendo no espaço.

O convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RS) e o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi) previa um relatório de adequação sobre a comunidade da Mormaça. Essa demanda se fez

urgente uma vez que já pré-existiam dois relatórios sobre a área e um conflito sobre as dimensões do perímetro das terras ocupadas pela comunidade.

Ressaltamos que, embora este relatório seja uma adequação dos relatórios anteriores a nova normativa que disciplina o procedimento administrativo de regularização dos territórios quilombolas, a IN20/2003, pontos fundamentais referentes a história do grupo tiveram que ser totalmente refeitos. Nos relatórios anteriores, Francisca Mormaça é citada como filha de Maria Vieira Pinto e Jeronymo Luiz Vieira, este casal tem registrado um inventário no Arquivo Público e a partir dele os pesquisadores concluíram que a família de Mormaça ocupava o um terreno denominado Posse dos Antunes. No entanto, confrontando esse dados com os depoimentos da comunidade e a certidão de casamento de Mormaça fornecida pelo Sr. Pedro Vieira da Cruz (neto de Francisca Mormaça) pudemos constatar que o documento utilizado pela equipe anterior não pertencia a nenhum membro da família da Mormaça. Foi necessário então um novo levantamento em inventários, e registros civis e paroquiais (entre outros) existentes no Arquivo Público do Estado (APERS), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR/PF), Cúria Diocesana de Passo Fundo e Divisão de Terras Públicas em Porto Alegre. Este equívoco foi checado e corrigido, visto que produziu uma distorção com relação ao território historicamente ocupado pela comunidade. E explica a atenção redobrada a parte histórica deste relatório.

O principal questionamento direcionado aos estudos sobre comunidades que buscam através de políticas de reconhecimento a segurança jurídica da posse de suas terras é o da definição territorial ou do território étnico reivindicado. Salientamos que o conceito de território étnico utilizado pela equipe foi o da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (C169OIT). Este documento data 07 de junho de 1989 e veio a solucionar e atualizar as considerações da Convenção sobre Populações Indígenas e Tribais de 1957 também da OIT. A atualização da Convenção

de 1957 se fez necessária, justamente, pelas transformações históricas pelas quais os povos tribais e indígenas passaram no contexto dos estados pós-coloniais.

A C169OIT foi ratificada pelo Brasil em 2002 através do Decreto Legislativo 142/2002 e entrou em vigor no país em 25 de julho de 2003. Portanto, trata-se de normas jurídicas de direitos humanos que aperfeiçoam dispositivos constitucionais de direitos fundamentais tendo sido devidamente internalizadas pelo direito pátrio.

O texto da Convenção 169 da OIT é o seguinte:

Artigo 13

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, governos deverão respeitar a importância especial que, para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.
2. A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

Artigo 14

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam.
Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas as quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.
2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.
3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados (COHRE 2005).

Este é o caso dos remanescentes das comunidades dos quilombos no Brasil. O povo dos quilombos configura um grupo distinto de setores majoritários da vida nacional, isto é, diferente daqueles que dominam campos de decisão e que tem acesso a recursos educacionais, de capacitação profissional, dentre outros, facilitado por sua condição histórico-racial e pelos privilégios eurocêntricos dos países coloniais.

Assim, os critérios adotados para delimitar a área da comunidade foram resultantes de um estudo interdisciplinar, a fim de englobar em seu território étnico suas reminiscências históricas, que se traduzem, hoje, em marcos de territorialidade, impactados pela forma como tem se dado à exploração agrícola na região; e o de abarcar as áreas de moradia que garantam a sobrevivência de seus moradores, com especial atenção a manutenção dos recursos hídricos, uma vez que a contaminação dos veios d'água através do uso de agrotóxico nas plantações de soja e do desrespeito à preservação da mata ciliar parece evidente.

A área pleiteada pela comunidade, ou seja, aquela que ela compreende ser sua de direito, atinge uma área de 1300 hectares dos quais aproximadamente 10 são utilizados como residência e para a subsistência de 22 famílias quilombolas da Mormaça.

Para se chegar aos marcos de territorialidade da comunidade e a reconstrução da história local negra dos municípios de Passo Fundo e Sertão, sistematizada a partir de fragmentos de tempos e espaços nem sempre cronologicamente organizados, foram utilizados uma confluência de métodos que sobrepôs a expertise antropológica, histórica e geográfica. O início das pesquisas em campo ocorreram no mês de março de 2006 e se encerraram após uma série de três reuniões com a comunidade em 16 de dezembro de 2006, perfazendo um total de nove meses de trabalhos. Antes disso foram realizadas duas reuniões com a participação da equipe de pesquisa NACi/INCRA: uma em janeiro de 2006 e outra em fevereiro de 2006.

A primeira reunião se realizou na sede da associação quilombola de Mormaça, nela membros da equipe de Projetos Especiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Rio Grande do Sul apresentaram a comunidade a equipe de pesquisa do NACi que realizariam os trabalhos de campo no local. Esse primeiro momento foi importante uma vez que possibilitou tempo para que as pessoas da comunidade quilombola conhecessem e compreendessem a necessidade de escrita de um terceiro relatório sobre a área.

Aproveitando a ocasião e tendo em vista a situação de estreita interdependência econômica e tensão existente na área, entre os moradores da comunidade quilombola e seus vizinhos na região, a equipe de pesquisa questionou a comunidade sobre como as pessoas se sentiam para ver seus nomes e rostos gravados no relatório que estávamos escrevendo. As pessoas, naquela ocasião, disseram que não gostariam de manter o anonimato nas entrevistas dadas e que seus nomes poderiam ser citados no documento.



Reunião ocorrida no dia 25 de janeiro de 2006 na Associação, contando com a presença da comunidade, representantes do INCRA e equipe de pesquisa do NACi.

No mês de fevereiro de 2006 a equipe de pesquisa participou de nova reunião na comunidade da Mormaça, quando pôde comunicar o objetivo e a metodologia de pesquisa que iria embasar seu trabalho. Dela participaram o prefeito do município de Sertão e membros de uma associação de agricultores da região. Salientamos que o objetivo da pesquisa a ser realizada era a de dar voz à comunidade negra da

Mormaça para que ela pudesse se fazer ouvir nos autos do procedimento administrativo de titulação de suas terras de forma técnica garantindo a possibilidade de expressão da visão de mundo da comunidade. Buscamos explicar que este relatório era apenas uma peça do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) sobre o qual caberia contestação, legalmente prevista no prazo do decreto de regularização do território étnico de Mormaça.



Reunião ocorrida no dia 22 de fevereiro de 2006 na casa do Sr. Ari de Oliveira, com a presença do prefeito de Sertão, de agricultores locais, da comunidade, representantes do INCRA e equipe de pesquisa.

O método antropológico utilizado para a coleta de material se baseou na realização de entrevistas, muitas delas gravadas, e na observação da vida cotidiana da comunidade. As entrevistas foram realizadas em diversos municípios da região como Sertão, Passo Fundo, Estação, Getúlio Vargas, Butiá Grande e Coxilha¹. Enquanto técnica de análise de dados se buscou empreender a compreensão dos discursos que as pessoas realizavam sobre viver e estar na Mormaça. O método etnográfico também foi empregado com a observação do cotidiano da comunidade em seu dia-a-dia.

¹ Esta técnica de coleta de dados auxilia o pesquisador a compor a rede de interações entre os moradores da região e as pessoas de fora da comunidade. Tal perspectiva de pesquisa se encontra amparada por vasta bibliografia, notadamente, citamos o estudo clássico de Elizabeth Both: *Família e Rede Social* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 319).

A principal contribuição antropológica ao relatório foi a da produção de um apanhado através do trabalho de campo e com as técnicas de coleta e análise próprias da antropologia sobre os usos e representações que as pessoas que vivem na Mormaça fazem de seu território. Além disso, buscamos compreender de que forma é fundamentado o idioma simbólico dessa coletividade, através de seus critérios internos de inclusão étnica, memória coletiva e soluções em relação ao cultivo da terra. Assim, o enfoque antropológico contribuiu para - a partir de um ponto de vista eminentemente oriundo dos membros da comunidade - desvendar esquemas de solidariedade e traçar nexos de inclusão e exclusão em relação ao entorno.

O trabalho de campo da Geografia se propôs a descrever e mapear o território reivindicado pela comunidade da Mormaça. Para tanto trabalhamos com a localização e caracterização geográfica da Vila Mormaça e arredores, para isso foi necessário um levantamento dos aspectos físicos da região, tais como: geologia, geomorfologia e relevo, clima, solo, hidrografia e vegetação.

Para a realização desse relatório, a equipe geográfica realizou idas a campo, sendo que, nos dias 22 de fevereiro de 2006 e 16 e 17 de março de 2006 foram realizados os cadastros das famílias internas da comunidade negra da Mormaça, sob responsabilidade das geógrafas da equipe. Nos dias 28 e 29 de abril de 2006 o principal objetivo foi conseguir dados socioeconômicos do município de Sertão, para isso fomos a Prefeitura e a EMATER do município. Vale destacar que tanto na Prefeitura, quanto na EMATER nossos questionamentos foram respondidos e todos se mostraram bastante solícitos. Nesses mesmos dias coletamos as coordenadas geográficas das casas que atualmente são ocupadas pela comunidade. As saídas dos dias 14 e 15 de junho e 10 e 11 de julho de 2006 foram realizadas para coleta das coordenadas geográficas dos marcos memoriais de identidade da comunidade, o que foi realizado em companhia de representante da comunidade.

Como resultado do levantamento bibliográfico e de dados de campo obtivemos o “Mapa da Área de Estudo” que levamos até a comunidade em

reuniões que ocorreram na Associação nos dias 12 de outubro de 2006 e 04 de novembro de 2006. Nessas reuniões ocorreram sugestões da comunidade para modificações da área que foram atendidas e resultou no “Mapa da Área Pleiteada”.



Apresentação do material cartográfico a Comunidade (12/10/2006)

Na última reunião com a comunidade ocorrida na Associação no dia 16 de dezembro de 2006, apresentamos o “Mapa da Área Pleiteada” que foi validado pelos presentes, não ocorrendo mais a necessidade de modificação do mapa, sendo essa tida como a área final. A comunidade da Mormaça é formada por 22 famílias que vivem em uma área de 10 hectares, mantém crenças e hábitos que praticam com base em laços étnico-raciais e reivindica uma área de aproximadamente **1300 hectares**.

1. Ocupação do Território Rio-grandense

Para entender como se configurou o povoamento da região onde se localiza o Quilombo da Mormaça é necessário compreender de que maneira a ocupação deste território, que atualmente conforma o Rio Grande do Sul, foi sendo incorporada ao Estado-nação. Portanto, a história de suas ocupações deve recuar a episódios anteriores ao século XX e que dão idéia dos contornos da população que transitava por essas terras.

O território que atualmente conforma o Rio Grande do Sul foi tardiamente ocupado. Ainda no período colonial a Coroa portuguesa organizou incursões litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil que cruzaram esta região (genericamente denominada como “Rio Grande de São Pedro”) e, mesmo após estas expedições, o território permaneceu inexplorado por mais de um século. No entanto, este território já possuía um “dono” legal desde 1494, quando o Tratado de Tordesilhas foi assinado entre Portugal e Espanha. Por esse tratado ficou acordado que o “Novo Mundo” (Américas Central e Sul) fosse dividido entre as duas Coroas através de uma linha imaginária traçada a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, que, em terras sul-americanas, cortava o Brasil na altura da atual município de Laguna/SC, ficando sob domínio espanhol todas as terras abaixo dessa cidade (bacia do rio da Prata e o território que hoje configura o Rio Grande do Sul).

Oficialmente sob domínio espanhol, o Rio Grande do Sul foi palco de disputas entre as duas Coroas ibéricas. Os espanhóis saíram na frente no processo de ocupação e fundaram diversas cidades na bacia do Rio da Prata ainda no século XVI. A cidade de Buenos Aires foi fundada em 1536² e a descoberta de prata no Alto Peru (atual Colômbia), em Potosí (1545), abriu caminho para inúmeros aventureiros que se instalaram no entorno do pólo minerador formando pequenos povoados.

² Buenos Aires foi fundada em 1536, abandonada em 1541 e re-fundada em 1580.

Estrategicamente situadas no caminho que ligava Potosí ao porto natural de Buenos Aires, cidades como Salta, Assunción, Tucumán, Córdoba e Santa Fé, movimentaram um comércio ilegal de prata e couros que atraiu a atenção dos portugueses que, indiferentes aos tratados de limites, fundaram a Colônia de Sacramento, as margens do Rio da Prata no atual Uruguai, em frente a Buenos Aires, em 1680, para também tirarem proveito desse fluxo comercial.

Antes da fixação oficial com instalação da Colônia, paulistas, lagunenses e portugueses circulavam pelo território em busca dos índios aldeados pelos jesuítas espanhóis desde 1607 na Província Jesuítica do Paraguai. Esta Província foi criada pela Coroa espanhola em acordo com a Companhia de Jesus e compreendia os atuais Argentina, Uruguai, Paraguai, parte da Bolívia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O interesse da Coroa espanhola era barrar o avanço português, tanto pelo norte em direção a Potosí, quanto pela desembocadura do Rio da Prata, além de permitir o acesso ao Atlântico através das bacias dos rios Jacuí e Guaíba.

Durante a vigência da Província Jesuítica os missionários se instalaram na região de Itatins e Guaíra, à margem esquerda do rio Paraná, no atual Paraguai, mas após sucessivos ataques de bandeirantes paulistas, transpuseram o rio Uruguai e instalaram-se na região norte do atual território do Rio Grande do Sul formando a Província do Tape, composta de 18 reduções. Estas reduções localizavam-se nas bordas dos rios Ijuí, Piratini, Jacuí, Ibicuí e Rio Pardo, na tentativa de concluir o projeto espanhol de acessar o Atlântico.

A principal etnia aldeada pelos jesuítas eram os guaranis, nos aldeamentos estes índios dedicavam-se a agricultura, a criação de gado vacum, ovino e cavalari trazidos da atual província argentina de Corrientes, e a produção e comercialização da erva-mate, produto muito consumido pelos indígenas e a população ameríndia da bacia do Rio da Prata. Eram também fonte de abastecimento de mão de obra indígena especializada em ofícios diversos e que atuavam na construção de cidades como Buenos Aires (Neumann: 1996).

O período de 1540-1680, conhecido como União Ibérica, marca a união das Coroas espanhola e portuguesa e afetou de diversas maneiras a América do Sul. Os Países Baixos, tradicionais aliados de Portugal, que detinham um papel predominante na comercialização do açúcar, por conta de divergências com a dinastia que ocupou a Coroa Ibérica passam a ameaçar o domínio português na costa da África e invadem o nordeste brasileiro. A invasão holandesa além de controlar a principal zona de produção de açúcar, bloqueou o acesso dos produtores do restante do país aos escravos africanos vindos da Costa da Mina, e como consequência paulistas organizavam incursões em direção ao rio Uruguai a procura de índios, as Bandeiras.

Os índios aldeados pelos jesuítas, treinados para a obediência, trabalhadores especializados, conheciam técnicas agrícolas, além de carpintaria e olaria, interessavam aos bandeirantes. As Bandeiras atacaram primeiramente as reduções à margem esquerda do rio Paraná, e em seguida as reduções do Tape, os índios resistiram e venceram uma única batalha, conhecida como batalha de M'Bororé em 1641, mas acabam abandonando o território. Jesuítas e índios retiram-se para a margem esquerda do rio Uruguai e deixam para trás o gado criado nas reduções, esse gado abandonado reproduz-se, torna-se bravio e forma uma imensa reserva, conhecida como "Vacaria del Mar".

Com o fim do domínio espanhol sobre a Coroa portuguesa, Portugal voltou-se para o Brasil com maior atenção, visto que havia perdido posses importantes no Oriente e na África. No intuito de lucrar mais com as colônias que ainda restavam Portugal avança em direção ao extremo-sul do Brasil, a Colônia de Sacramento fundada em 1680 marca a concretização dos objetivos comerciais portugueses na região.

A Colônia de Sacramento funcionou como posto avançado do domínio português, apesar do Tratado de Tordesilhas determinar que a região fosse de posse espanhola. Portugal aplicou o princípio do *uti possidetis*, ou seja, algo do tipo "quem

usa tem posse” (Kühn, 2002:32). Para Portugal representou a possibilidade de furar o monopólio espanhol, ter acesso a prata de Potosí comercializando principalmente açúcar e escravos africanos, além dos manufaturados ingleses³, esse trânsito possibilitou a “descoberta” dos rebanhos de gado xucro da Vacaria del Mar na campanha gaúcha, tornando-se a atividade de preia do gado e comércio dos couros outra possibilidade lucrativa da região. Mas a ocupação da Colônia nunca foi tranqüila, e iniciaram-se lutas por sua posse entre as Coroas portuguesa e espanhola.

Portugal utilizava como ponto de apoio militar nestas campanhas em defesa da Colônia a distante Laguna, extremo-sul de suas possessões oficiais. Fundada em 1676, pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, Laguna era, além de ponto de apoio à Colônia, uma ligação desta com o centro do país, servindo de entreposto para mercadorias (principalmente o gado levado pelos tropeiros) que circulavam vindas da bacia do Rio da Prata. Durante este período de lutas pelo domínio do território foram abertos diversos caminhos que ligavam a distante Laguna a Colônia de Sacramento. Estes caminhos possibilitaram o desbravamento da região rio-grandense e trouxeram os primeiros povoadores, os tropeiros.

O caminho mais utilizado foi o “Caminho da Praia” que ligava à Colônia de Sacramento via litoral, conhecido por tropeiros desde pelo menos 1703, foi utilizado em 1725 pela tropa organizada e financiada por João de Magalhães, o Capitão-Mor de Laguna, que desceu com o objetivo principal de garantir o fluxo de gado que vinha de terras espanholas e guarnecer a Colônia de Sacramento. Este caminho serviu de base para os demais e segundo Bastos (1936:133) foi a partir da Tropa de João de Magalhães⁴ que podemos considerar o início da implantação da povoação

³ Portugal e Inglaterra mantiveram durante todo o período colonial um relacionamento comercial bastante intenso.

⁴ Também chamada de Frota dos 31 lagunistas.

dos “Campos de Viamão”⁵, primeiro núcleo de povoamento português no Rio Grande do Sul.

Os rebanhos da Vacaria del Mar atraíram, de volta ao território de onde haviam sido expulsos pelos Bandeirantes, os jesuítas que, na margem esquerda do rio Uruguai fundaram as duas primeiras reduções, São Borja e São Nicolau, em 1682 e 1687, respectivamente, e em pouco mais de duas décadas, fundaram mais cinco: São Miguel Arcanjo (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706); formando os Sete Povos das Missões.

A instalação dos Sete Povos no que atualmente configura o planalto rio-grandense possibilitou, além do acesso ao gado das Vacarias, o aumento na produção de erva-mate, já que a região contava com grandes ervais. A erva produzida pelos guaranis chamada de *caamani* (pura folha) alcançava o dobro do preço da erva nos mercados platinos, em detrimento da erva comum, com paus e outros detritos, produzida por comerciantes espanhóis⁶. Instaladas em território oficialmente espanhol e sob sua guarda, as reduções jesuítas representavam para a monarquia espanhola a possibilidade de marcar suas fronteiras e guarnecê-las. No entanto, o aumento do poder político da Companhia de Jesus junto a Roma e aos Estados Católicos da Europa; a autonomia administrativa com que os jesuítas geriam as reduções; e o acirramento das lutas contra Portugal pelo controle do comércio no Prata, fizeram com que os Sete Povos entrassem na pauta das negociações do Tratado de Madri.

O Tratado de Madri foi firmado em 1750 entre as monarquias lusa e espanhola no intuito de pôr fim às disputas coloniais na América, definindo os limites de suas possessões. Pelo acordo, portugueses deveriam entregar a Colônia de Sacramento e

⁵ Correspondiam as terras situadas ao sul do rio Mampituba, tendo a leste o oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da lagoa dos Patos. Cf. KUHN, *op. cit.*, p. 49.

⁶ A produção de erva-mate era realizada através da coleta, alguns historiadores afirmam que os jesuítas chegaram a dominar o cultivo da planta, no entanto, o tempo necessário para viabilizar a poda do produto era de pelo menos 10 anos.

receber em troca a região ocupada pelos Sete Povos, sendo que missionários e indígenas deveriam abandonar as reduções e se instalarem na banda ocidental do Uruguai. Para executar a demarcação dos limites acordados na sua parte sul e oeste, as Coroas nomearam dois comissários: o português Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro⁷, e o espanhol Marquês de Valdelírios, caberia aos dois a formalização da troca dos territórios. Os trabalhos iniciaram em 1752 e encontraram a resistência dos indígenas, mesmo sem concordar com os termos do Tratado a Companhia de Jesus decidiu iniciar a retirada. Alguns caciques consideraram essa atitude uma traição e permaneceram nas Missões. Diante da obstrução indígena aos andamentos das demarcações, tropas luso-espanholas atacaram as reduções dando início ao conflito conhecido como Guerra Guaranítica (1754-1756). Este conflito encerrou-se com a Batalha de Caiboaté (hoje São Gabriel) quando tropas portuguesas e espanholas, armadas e organizadas de forma até então inédita, derrotaram os indígenas e ocuparam a região missioneira⁸.

Em 1760, Portugal elevou o Rio Grande do Sul a condição de capitania, com o nome de Capitania do Rio Grande de São Pedro, com sede em Rio Grande e subordinada ao Rio de Janeiro, e o foco passa a ser o povoamento da região. Para ocupar o território missioneiro a Coroa portuguesa promoveu a vinda de casais das Ilhas dos Açores, os chamados “casais d’El Rey” ou “casais de número”, que começaram a chegar em 1752. Dado os conflitos nas Missões foram instalados provisoriamente nos arredores do Porto do Dorneles (Porto Alegre) e na bacia do rio Jacuí (Rio Pardo, Santo Amaro, Triunfo, Taquari).

Após os conflitos pela demarcação o Tratado de Madri não chegou a ser concluído e foi anulado pelo Tratado de El Pardo (1761). Os Sete Povos, que já haviam sido abandonados por guaranis e missionários, passaram a administração

⁷ O território que hoje configura o Rio Grande do Sul ficava sob jurisdição do Rio de Janeiro neste momento.

⁸ Nesse combate destaca a figura de Sepé Tiaraju, cacique guarani que liderou a resistência na redução de São Miguel, morto em combate transformou-se em mito no cancionero e na poesia gaúcha.

leiga espanhola e, rapidamente, entraram em decadência. Os índios que haviam permanecido nos Sete Povos se dispersaram, passando a trabalhar como peões nas estâncias que iniciavam a fixação nas encostas da Serra Geral.

Em 1763 a situação voltou a ficar tensa entre as Coroas ibéricas. O governador de Buenos Aires, Dom Pedro de Cevallos, tomou a Colônia de Sacramento e invadiu a cidade de Rio Grande exigindo a devolução dos territórios da agora capitania do Rio Grande de São Pedro, entendendo que a anulação do Tratado de Madri restabelecia o domínio espanhol sobre as terras ao sul de Laguna, reativando os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. Em 1777, Cevallos toma também a Ilha de Santa Catarina, e é firmado entre as monarquias o Tratado de Santo Ildefonso, estabelecendo que Portugal deveria entregar Sacramento e as Missões em troca da recém invadida Ilha de Santa Catarina, e cria os “campos neutrais”, zona desmilitarizada e despovoada entre os territórios luso e espanhol.

O ambiente de permanente de conflito trouxe para o território rio-grandense um grande contingente militar. A maior parte da força empregada nas batalhas era composta por milícias irregulares lideradas por tropeiros e comerciantes interessados em garantir o fluxo de mercadorias vindas do estuário do Prata. Num primeiro momento, os grupos de tropeiros realizavam as “arriadas” (arrebando do gado solto) e reuniam estes animais e as mulas trazidas de Corrientes (Argentina) em currais e invernadas provisórias, de uso sazonal, e ambos eram transportados, via Caminho da Praia, até a feira de Sorocaba (São Paulo). Com a descoberta das minas de ouro em Minas Gerais o comércio de mulas e gado se intensifica e o charque utilizado para a alimentação dos escravos africanos que trabalhavam nestas minas passa a ser produzido na campanha gaúcha. Instalações provisórias de produção de charque foram substituídas por estâncias de criação, nesse momento ainda sem cercas, mas com caráter permanente. Com as primeiras estâncias os “senhores da guerra” se estabelecem com seus agregados e escravos, eles são os primeiros beneficiados com a posse das terras rio-grandenses, tornando-se “senhores da terra”.

Houve uma pequena trégua entre 1777 e 1801, período que foi aproveitado pelos portugueses para a ocupação mais efetiva da área que lhes havia restado. A distribuição de sesmarias e datas⁹ toma novo fôlego com a possibilidade de se dispor de uma área não contestada. A administração do Continente de São Pedro tencionava assentar os açorianos que ainda esperavam as datas prometidas por ocasião de sua vinda, reforçar as defesas dos Campos de Viamão e incentivar a agricultura.

O projeto português esbarrou no crescente poder e autonomia adquirida pelos estancieiros-soldados. Sem condições de sustentar as sucessivas campanhas militares que se viu envolvida, a Coroa portuguesa, desde o início dos conflitos, lançou mão das milícias formadas por estes estancieiros. Sua dependência em relação a elas se prolongou tendo em vista que as tensões com a monarquia espanhola não haviam cessado. Nesse quadro, a Coroa, para garantir o controle da região, tinha que se aliar aos “senhores” dessa terra. Para tanto, oficializou a posse de suas terras. Diferente de outras regiões do Brasil onde a concessão de terras pelo Estado tinha como pré-requisito básico a capitalização dos indivíduos, no Rio Grande do Sul o critério definidor eram os serviços prestados por este indivíduo na defesa do território (embora estes também dispusessem de recursos para tal) e a ocupação antecedia a legalização.

A primeira região a ser distribuída em forma de sesmarias foi a faixa litorânea a qual estava confinado o Estado português, que se estendia de Tramandaí aos Campos de Viamão. Os casais açorianos foram instalados após 20 anos de espera, em Mostardas, Estreito, São José do Norte, Taquari, Santo Amaro, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira e Conceição do Arroio (atual Osório).

A pecuária torna-se a principal atividade econômica rio-grandense, gerando riquezas e fortalecendo os clãs patriarcais. As estâncias de criação de gado se

⁹ Sesmarias: terrenos medindo 3 x 1 léguas, aproximadamente 10800 hectares. Datas: terrenos medindo ¼ de légua quadrada, aproximadamente 225 hectares.

expandem e passam a se dedicar à produção de charque, impulsionada pela abertura do mercado do nordeste impossibilitado de produzir carne seca devido a longa seca que o afligia (entre 1770 e 1790) e pelo aumento da procura por todos os gêneros alimentícios no centro e sudeste do país, que experimentava um grande crescimento populacional. A produção de charque aumentou consideravelmente o número de escravos africanos nas propriedades gaúchas e movimentou o mercado regional de gado.

A ocupação militarizada do Rio Grande do Sul teve grande influência sobre as relações sociais que se construíram em *tempos de paz*. A sedentarização dos soldados chefes de bando como estancieiros serviu como base para a oligarquia militar que predominou durante os períodos do Império e da República Velha¹⁰. Segundo Félix (1996:34), estes estancieiros-soldados são o ingrediente definidor e identificador da estrutura social que predomina no cenário do Rio Grande imperial, os caudilhos.

Existem diferentes opiniões entre os historiadores a respeito da aplicabilidade do conceito de caudilho para o caso rio-grandense. Aqui fazemos uso deste termo no intuito de identificar as relações de dominação que estavam presentes no planalto gaúcho, quando de sua ocupação lusa e no decorrer do Império, principalmente por acreditarmos que

(...) em face da estrutura de relações econômicas, sociais, políticas e militares montadas com o processo de ocupação e colonização de uma área fronteiriça, de *fronteira móvel*, como a do Rio Grande do Sul, gerou-se a necessidade de tipos especiais de homens preparados para situações de enfrentamento, que pudessem assegurar a manutenção do domínio, preenchendo o vazio de poder deixado pelo poder central (Félix, 1996:35).

As estâncias de criação de gado fundadas a partir das concessões feitas pelo Império aos chefes de bando formam o núcleo fundamental das relações sociais e políticas em tempos de paz. Esta estrutura fortalece os grupos de parentela sob

¹⁰ Império – 1808 a 1889; República Velha, ou Primeira República – 1889 a 1930.

liderança do chefe militar, ao redor do qual orbita um séquito de agregados, peões e soldados, e escravos ligados às atividades econômicas.

Portanto, podemos afirmar que a base da classe senhorial gaúcha se formou em dois momentos: primeiro, em torno das mobilizações de guerra e da preia do gado dos pampas, atividades subordinadas ao Estado português; e, segundo, quando o governo imperial se viu obrigado a reconhecer a autoridade exercida pelos chefes de bandos guerreiros retribuindo seus esforços com a concessão de grandes lotes de terras¹¹.

Como efeito destes processos consolidou-se o poder destes senhores locais, exemplo disso, é a forma como a região do planalto médio foi incorporada as possessões portuguesas. O período de paz entre Espanha e Portugal estremece na Europa, no território rio-grandense isso se reflete na invasão e tomada das Missões pelos portugueses. Em 1801 numa ação de guerrilha José Borges do Canto¹², soldado desertor do Regimento de Dragões e contrabandista, tomou a Guarda de São Martinho e São Miguel, capital da administração espanhola nas Missões. Incumbido de atacar as Missões, Borges do Canto recebeu ordens para proceder como se agisse por conta própria, e em troca receberia terras na região conquistada. Para tanto, reuniu um piquete com 13 homens, seus companheiros de “arriadas”, e seguiu em direção as Missões, no caminho juntou-se ao grupo o mameluco Manoel dos Santos Pedroso, o Maneco Pedroso, que se mostrou peça fundamental da campanha. Maneco era filho de um miliciano e uma índia guarani e falava fluentemente a língua materna. Por isso, foi enviado pelo comandante militar de Rio Pardo para convencer os índios missionários a se revoltarem e obteve sucesso. No momento da invasão guerrilheira muitos caciques guaranis haviam se comprometido com a estratégia de

¹¹ Lembrando que uma sesmaria mede em média 10800 hectares.

¹² Filho do pequeno fazendeiro açoriano Francisco Borges do Canto e de sua mulher Eugênia Francisca de Souza, nascido em Cachoeira, batizado em Rio Pardo a 17/02/1775, assentou praça no Regimento dos Dragões do Rio Pardo e em seguida desertou. Aos 20 anos constituiu seu bando de gaudérios e entregou-se aos arrebanhamento de gado e muares entre Quaraí e Arapeí, nesse tempo fronteira indecisa entre o Brasil e a futura República Oriental do Uruguai. SOARES, 1974: 94-95.

ação contra a administração espanhola. Borges do Canto encontrou pouca resistência e tomou São Miguel após um cerco de três dias.

Mais uma vez são as milícias lideradas por chefes locais em ações de guerrilha que se colocam a frente do processo de ocupação do Rio Grande do Sul e, dessa forma, se encerra o ciclo de flutuações na fronteira, o território missioneiro é incorporado as possessões portuguesas e o Rio Grande do Sul toma os contornos que possui hoje.¹³

¹³ Em 1809 é feita a primeira divisão administrativa do Rio Grande do Sul, que era composto por quatro grandes municípios: Rio Pardo, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre. Vide mapa anexo 1.

2. Ocupação do Território rio-grandense: o planalto médio.

A partir de 1801 o planalto passa a ser considerado oficialmente território luso-brasileiro e inicia-se o povoamento. A primeira preocupação portuguesa era guarnecer a recém conquistada região Missioneira e, seguindo a orientação da região da Campanha, sesmarias foram doadas aos soldados envolvidos na conquista, e além destes indivíduos muitos tropeiros, principalmente vindos de São Paulo, estabeleceram-se na região com suas criações de gado.

O desenvolvimento destas estâncias dependia da ligação da região do Planalto Médio com a Província de São Paulo¹⁴, o principal mercado para o gado, para isso a abertura de caminhos torna-se essencial. Desde a ocupação jesuítica eram conhecidas picadas que cruzavam o planalto, utilizadas por jesuítas e indígenas para a coleta de erva-mate e posteriormente pelas tropas portuguesas no ataque as Missões. Segundo Domingues¹⁵ já no ano de 1801 uma força composta por 128 “*auxiliares e aventureiros*” recrutados em Vacaria sob comando do Capitão João da Costa Varela foi em direção as Missões no intuito de guarnecê-la, utilizando as picadas outrora abertas em função da produção de erva mate.

Mesmo com intenso trânsito no planalto, a única estrada entre a fronteira meridional do Rio Grande do Sul e a feira de Sorocaba até aproximadamente 1820 era o Caminho de Cristóvão Pereira, estrada aberta em 1725 que seguia por Viamão-Santo Antônio da Patrulha-Campos de Vacaria, penetrando em Santa Catarina via Passo de Santa Vitória, no rio Pelotas através do Vale do rio Rolante¹⁶. No entanto,

¹⁴ Destacamos que a Província de São Paulo compreendia o território do atual estado do Paraná. A Província do Paraná foi separada da de São Paulo em 1853, com um território de 200.000 km² e apenas 60.626 habitantes, sendo a cidade de Curitiba escolhida como sua capital.

¹⁵ DOMINGUES, Moacyr. A ligação Missões-Vacaria, Mistério Desfeito. *Diário Serrano*, Cruz Alta, 01/08/1972, *apud* SOARES, 1974: 102.

¹⁶ Este caminho foi aberto como atalho ao Caminho da Praia, primeira estrada que serviu de ligação entre Laguna e a Colônia de Sacramento aberta em 1703. Vide mapa em anexo 2.

esse caminho não era muito útil aos novos proprietários que se instalavam no planalto, além disso, a viagem era bastante longa e cansativa, cruzava uma região montanhosa, coberta de extensas matas, índios e rios com vau a nado. Tais dificuldades acabavam por debilitar os animais conduzidos, forçando uma parada para descanso e engorda da tropa antes da chegada a Sorocaba.

Aos estancieiros do planalto era mais interessante empreender uma viagem de São Borja a rumo direto a Sorocaba. Por isso em 1815 o Alferes Athanagildo Pinto Martins foi encarregado de “procurar trânsito” para uma estrada que ligasse a povoação de Atalaia¹⁷ a São Borja. De fato o Alferes Athanagildo conclui a empreitada, chegando a São Borja em abril de 1816, onde se apresentou ao Comandante da Fronteira de São Borja, Cel. Francisco das Chagas Santos e relatou sua missão. Em ofício ao Marquês de Alegrete, governador do Rio Grande do Sul, o Cel. Francisco das Chagas Santos informa sobre as condições do caminho empreendido pelo Alferes:

Se todo o terreno, assim dos campos, como dos Bosques por onde transitou nesta viagem o referido Alferes, é plano, e enxuto como ele diz, segue-se, que podemos ter uma boa estrada, e de muita utilidade entre esta Capitania, e a de S. Paulo, não só porque admite o transporte de Carreta; visto que não tem serros, nem pântanos, como por ter de menos 60 ou 70 léguas, que o antigo, ou atual caminho. (SOARES, 1974:105)

De acordo com a descrição do caminho feita pelo Alferes ao Comandante de São Borja o grupo teria encontrado apenas dois rios caudalosos, o Iguaçu e o Uruguai, entrando na Província do Rio Grande do Sul através do Campo do Meio, na altura do atual município de Palmeira das Missões, seguindo a partir daí “o antigo, ou atual caminho”. Essa informação confirma a hipótese do historiador Moacyr Domingues de que o caminho que ligava São Borja aos Campos de Viamão já era

¹⁷ Povoação localizada no planalto de Guarapuava, no Paraná, a cerca de 114 léguas ao sul da cidade de São Paulo. SOARES, 1974: 100.

conhecido desde pelo menos a ocupação jesuítica. A expedição¹⁸ de Athanagildo Martins foi municuada pelo Comandante de São Borja e retornou a São Paulo.

As ações oficiais com relação às estradas e caminhos, de fato, tornaram-se mais intensas com a incorporação da região Missioneira as posses portuguesas. Os caminhos foram responsáveis diretos pelo povoamento efetivo da região, a necessidade de paradas, (às vezes longas para esperar que as chuvas parassem e os rios baixassem o nível) exigia pernoites e alimentação aos tropeiros, assim como pastos para alimentar os animais, fazendo com que fossem surgindo, ao longo do trajeto, casas de comércio para atender os viajantes. Muitos tropeiros também se instalaram ao longo das trilhas, nascendo assim, pequenas povoações. Podemos citar como exemplo o próprio “pioneiro” Alferes Athanagildo Martins que se estabeleceu em Cruz Alta, sendo um dos seus primeiros povoadores.

Athanagildo Pinto Martins mudou-se para Cruz Alta com toda sua família (esposa e seis filhos) vindo da Vila de Castro, no Paraná, três anos após sua expedição de desbravamento, em 1819¹⁹. Analisando o inventário dos bens deixados por seu falecimento em 1851²⁰ podemos perceber como se deu a apropriação de terra no planalto médio, de que maneira os primeiros povoadores puderam instalar-se e produzir.

¹⁸ O Alferes Athanagildo vinha acompanhado de um grupo de 12 homens: o Prático Antônio das Neves Ramos, o Cabo Francisco de Quadros, os soldados de linha Bernabé Barbosa e Joaquim Gomes, além de Guilherme José, Américo Manoel, Joaquim Donaire, José Ignácio e Manoel dos Santos e os “bugres” Antônio José Pary e Jângongue. SOARES, 1974: 107.

¹⁹ Segundo seu testamento redigido em 1842, Athanagildo Pinto Martins nasceu no município da Vila de Castro, Comarca de Curitiba, província de São Paulo em 08/09/1772, filho do Capitão Mor Rodrigo Félix Martins, natural do Reino de Portugal, e Ana Maria de Jesus, natural da vila de São José, também na Comarca de Curitiba. Foi casado com Ana Maria de Jesus (filha de Antônio Ribeiro de Oliveira Neves com Ana Maria do Amaral, viúva de José Bonifácio Antunes), com quem teve seis filhos: Marinha Esbella, Ana Maria, Felicidade e Carlota, (as duas últimas já falecidas na redação do testamento), Antônio (falecido aos 24 anos) e Emigdio (falecido com 3 meses de idade). APERS – inventários Cruz Alta – Cível e Crime – auto 9, maço 1, 1851.

²⁰ O inventário é aberto em 1851 sendo que os herdeiros optam pela partilha amigável dos bens do falecido. São relacionados como herdeiros a viúva, duas filhas, Marinha Esbella e Ana Maria, e dois netos, Fabrício Luís de Quadros, representando sua mãe já falecida Felicidade Maria do Amaral, e Honorato Amancio de Quadros, representando sua mãe já falecida, Carlota Joaquina do Amaral. APERS – inventários Cruz Alta – Cível e Crime – auto 9, maço 1, 1851.

Como já salientamos anteriormente, a apropriação de terras no século XVIII tem forte correlação com os militares encarregados de defender a fronteira. Autoridades espanholas e portuguesas incentivaram a fixação destes indivíduos em estâncias como forma de garantir a posse das terras, segundo Zarth (2002: 58), é fácil imaginar que estes indivíduos não tinham muitas dificuldades para se apropriar de grandes extensões de campo, e certamente o tamanho da propriedade estava ligado ao grau militar e à influência política do beneficiado. Nosso pioneiro se encaixa nesse quadro.

Athanagildo Martins instalou-se em Cruz Alta e assim como ele, muitos paulistas, localmente chamados de “*birivas*”, foram se instalando no planalto médio. Cruz Alta pertencia ao município de Rio Pardo, emancipando-se em 1834, o seu território compreendia desde o rio Uruguai até as proximidades de Santa Maria, abrangendo as localidades de Passo Fundo, Santo Ângelo, Soledade, São Martinho e Palmeira das Missões. Por conta de sua localização tornou-se centro político do planalto gaúcho, possuía uma grande extensão de terras favoráveis ao plantio e a pastagem, bastante irrigada, mas sem grandes rios, além de estar geograficamente no centro da região do planalto, estes fatores facilitavam os deslocamento e favoreceram o estabelecimento de caráter permanente.

Os bens deixados por Athanagildo Martins perfazem um total de 24:611\$455, e seu patrimônio estava concentrado em bens de raiz e escravos, estes dois itens juntos representam 91,59% do patrimônio. Os bens de raiz foram avaliados em 13:000\$000, são 7 propriedades, maioria delas no distrito de Palmeira, em Cruz Alta, sendo que duas delas situadas as margens da Estrada Geral, caminho utilizado pelo próprio Athanagildo em 1816. Todas as propriedades têm pelo menos 1 légua² de tamanho e muitas delas são contíguas, reforçando a hipótese de que o “vazio” do lugar favorecia a apropriação de longas faixas de terras.

Analisando os bens semoventes (animais e escravos), podemos notar que Athanagildo Martins dedicava-se a atividade pastoril, utilizando escravos nessa

produção. Os semoventes representam 38,9% (9:598\$000) do patrimônio total, sendo que 28,84% deste valor foi aplicado em animais e 71,16% em escravos. Entre os animais, é expressivo o número de reses e mulas (309 reses e 99 bestas), que são os itens de maior valor de mercado do período, e muito provavelmente foram adquiridos durante as expedições São Paulo–Rio Grande do Sul, e que agora eram arranchados em sua estância, estrategicamente localizadas a margem dos caminhos. Os animais estão distribuídos da seguinte maneira:

Descrição	Valor unitário	Valor total
140 reses chucras	4\$000	560\$000
8 bois chucros	6\$000	48\$000
10 bestas mansas de carga	12\$000	48\$000
5 bestas mansas de sela	14\$000	70\$000
238 éguas chucras	2\$000	476\$000
3 éguas mansas	6\$000	18\$000
25 bestas novas de 1 e 2 anos	4\$000	100\$000
12 potros de 3 anos	6\$000	72\$000
2 burros	6\$000	12\$000
19 cavalos mansos	10\$000	190\$000
104 reses mansas	6\$000	634\$000
27 bois carreiros ²¹	12\$000	324\$000
57 burras	2\$000	114\$000
30 ovelhas	1\$000	30\$000

Destacamos também a quantidade de éguas e cavalos, pois as mulas são resultantes do cruzamento de jumentos com éguas. Possuir terras significava a possibilidade de ampliar o patrimônio através da reprodução natural, sem precisar empreender longas viagens em buscas destes animais.

A parte mais significativa do investimento em semoventes foi dedicada aos escravos, estes somavam 6:830\$000, sendo avaliadas 17 pessoas, 11 homens e 6 mulheres, de idades entre 2 e 60 anos, são eles:

²¹ Boi carreiro: guia de carro de bois. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. VI vol. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédias Ltda, 1960. p. 160.

Descrição	Avaliação
José, nação, 50 anos	200\$000
João, crioulo, aleijado, 56 anos	300\$000
Galdina, crioula, aleijado, 2 anos	30\$000
Adriana, mulata, 13 anos	600\$000
Caetano, nação, 33 anos	700\$000
Tobias, crioulo, 22 anos	700\$000
Benedito, crioulo, 18 anos	700\$000
Fernando, mulato, casado, 56 anos	500\$000
Fabiana, casada, 35 anos	400\$000
Marcelino, 14 anos	400\$000
Theodora, 35 anos	500\$000
Manoel, 4 anos	250\$000
Ignácio, nação, 60 anos	250\$000
João, nação, 50 anos	400\$000
Joaquim, nação, com “falta de vista”, 34 anos	100\$000
Raquel, 16 anos e Faustina, 14 anos ²²	800\$000

Notemos que 5 escravos são identificados como sendo de “nação”, ou seja, nascidos na África, todos homens: Caetano, 33 anos, Joaquim, 34 anos, João, 50 anos, José, 50 anos e Ignácio 60 anos, e levando-se em conta suas idades é bastante provável que os mais velhos tenham acompanhado Athanagildo em sua expedição de desbravamento. A presença de escravos nas expedições de desbravamento era bastante comum, inclusive muitos dos tropeiros quando retornavam a sua cidade de origem deixavam suas tropas e estâncias a cargo de escravos, que as administravam na ausência de seu senhor, ou então quando o senhor preferia ficar na estância eram seus escravos que conduziam as tropas até a feira de Sorocaba.

Pudemos observar que não são citadas as profissões dos escravos, segundo Zarth (2002: 114), as atividades desenvolvidas por escravos nas estâncias seriam de três tipos: *roceiros*, *campeiros* e *domésticos*, os roceiros seriam responsáveis pela lavoura de subsistência, os campeiros estavam encarregados do trabalho pastoril propriamente dito, como peões, domadores e etc, e eram considerados melhores qualitativamente, os domésticos dedicavam-se as atividades ligadas a manutenção

²² Avaliadas juntas.

da casa, e nesse grupo predominavam as mulheres. Considerando a quantidade de animais e a ausência de lavouras (que não são citadas nas descrições dos bens de raiz), podemos inferir que os escravos de Athanagildo Martins dedicavam-se primordialmente a atividade pastoril ²³.

O uso da mão-de-obra escrava na pecuária tem suscitado freqüentes debates na historiografia rio-grandense, parte dos autores defende que a escravidão não teve tanta importância nesse tipo de produção quanto nas produções do tipo *plantation* instaladas no centro e norte do país, e assim minimizam, em parte, a presença de africanos e seus descendentes na formação social do Rio Grande do Sul. Nestes estudos, podemos notar a idealização da estância como local privilegiado de democracia racial onde senhor e escravo convivem em harmonia. De fato, a ausência de *plantation* típicas diminui o número de cativos no Estado em comparação ao resto do país, e dificulta em parte a compreensão do modo como a mão-de-obra escrava foi utilizada no Rio Grande do Sul, mas ela não pôde ser ignorada.

Estudos mais recentes em busca de um modelo de produção que pudesse ser comparado as *plantations* lançam luz sobre esta questão ao focalizar, como objeto de pesquisa, a produção de charque, atividade de maior concentração de escravos no Estado. Nas charqueadas estes autores encontram os elementos necessários para compor as estruturas de um sistema efetivamente escravista, e passam a afirmar que as estâncias de criação utilizavam de mão-de-obra escrava em número variável de acordo com a região geográfica e a época, sem que este tipo de relação de trabalho predominasse ²⁴.

²³ De fato, a atividade agrícola era indispensável para a sobrevivência da estância, mas considerando o investimento em escravos homens e em animais, é provável que a lavoura estivesse a cargo das mulheres e crianças.

²⁴ Ver: MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST e UCS, 1984. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre e Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Universidade de Caxias do Sul, 1981.

No entanto, partindo destes pontos de vista, a análise do inventário do pioneiro de Cruz Alta, Athanagildo Martins, nos apresenta algumas questões: se haviam escravos em número razoável nas estâncias dedicadas a atividade pastoril (como no caso de Athanagildo Martins), o que eles faziam nelas? Se não fossem necessários e lucrativos enquanto mão-de-obra, por que os fazendeiros investiriam boa parte de seus patrimônios para adquiri-los?

A dificuldade de encontrarmos respostas para estas questões dentro do esquema de análise proposto por esses autores se deve ao fato de grande parte deles elaborou suas argumentações a respeito do uso de escravos nas estâncias a partir das informações dadas por viajantes e cronistas do século XIX. Este tipo de fonte pode conduzir a generalizações demasiadamente englobantes, excluindo da análise casos como o de Cruz Alta. A análise de documentação primária acaba por nos revelar um planalto pastoril e escravista, como nos mostra uma estatística realizada em 1859:

Municípios com maior número de escravos – 1859				
<i>Município</i>	<i>Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>Total</i>	<i>% de escravos</i>
Porto Alegre	29723	8417	38140	22,06
Jaguarão	12999	5056	18055	28,0
Pelotas	12893	4788	17681	27,07
Rio Grande	19882	4369	24251	18,01
Cruz Alta	26484	4019	30503	13,17
Bagé	12342	4016	16358	24,55

Fonte: CAMARGO, Antônio E. *Appenso ao Quadro estatístico e geographico da província de São Pedro do RGS*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1868. AHRS, *apud* ZARTH, 2002: 123. Grifo nosso.

Conforme a tabela acima, as zonas de maior concentração de mão-de-obra cativa são as que possuem sua atividade econômica principal ligada a cidade, Porto Alegre, ou a charqueada, Jaguarão, Pelotas e Rio Grande, o que confirma a hipótese de que essa atividade fez uso ostensivo de mão-de-obra escrava. Cruz Alta surge em 5º lugar, com um número expressivo de cativos considerando sua vocação pastoril,

demonstrando-nos que o uso de mão-de-obra cativa foi significativo também em zonas pastoris. Zarth, analisando estes mesmos dados, concluiu:

Estes números indicam que, nos municípios pouco urbanizados e sem charqueadas, a escravidão era menos representativa em relação ao conjunto dos habitantes. Porém, esta conclusão é insuficiente para entendermos o papel dos cativos nas estâncias; ou seja, **um número relativamente menor não significa, a princípio a diminuição da importância do escravismo na atividade pastoril.** (grifo nosso) (Zarth, 2002: 123).

Em resumo, podemos afirmar que mesmo estando dentro de um projeto comprometido com o povoamento da região Missioneira, a ocupação de terras no planalto, onde modernamente encontramos os municípios de Passo Fundo e Sertão, privilegiou a grande propriedade ao conceder amplas extensões de terras aos soldados a serviço da Coroa e que estes guerreiros ao se tornarem estancieiros se dedicaram a atividade mais lucrativa do período, a pecuária, sem prescindir do uso de mão-de-obra escrava.

2.1. Passo Fundo

Logo após a incorporação do território missioneiro pelos portugueses, conforme exposto anteriormente, o Planalto Médio, incluindo a região do atual município de Passo Fundo e seus antigos distritos, ficou sob jurisdição do município de São Borja, formando o seu 4º quartirão, e em 1834 quando Cruz Alta é elevado à condição de município passa a formar o seu 4º distrito. Sua ocupação também está ligada à abertura de caminhos para facilitar o trânsito das tropas.

Segundo Oliveira (1990: 73), em 1819, João de Barros, abastado tropeiro paulista, comprou uma tropa na fronteira sul e empreendeu um caminho direto das Missões ao passo de Santa Vitória, o trajeto cruzava a campanha missioneira

iniciando no Mato Castelhana, cruzando o Campo do Meio e o Mato Português²⁵ e nesse ponto integrava-se a Estrada de Viamão. Esse novo caminho proporcionava um trajeto mais plano e curto entre São Borja e o Passo de Santa Vitória, e foi fundamental para o escoamento das tropas trazidas da Argentina e Paraguai, e garantiu acesso mais fácil aos campos e ervais do planalto. Passo Fundo, que era atravessado em todo o comprimento por este caminho, passou a atrair novos povoadores, mas por conta da resistência oferecida pelos índios coroados que habitavam a região somente em 1827 Rodrigo Félix Martins, irmão do pioneiro de Cruz Alta Athanagildo Pinto Martins, se estabeleceu as margens do rio Jacuízinho²⁶.

A mobilidade garantida pelo Caminho das Missões, os ervais e os campos propícios para a criação de gado foram atrativos bastante importantes para o povoamento de Passo Fundo, mas devemos incluir como um fator decisivo a facilidade para a aquisição de terras. Como dito anteriormente, a concessão de terras dependia de autorização dos comandantes militares, no caso do planalto, o requerimento deveria ser enviado ao Comandante da Fronteira em São Borja que por sua vez informaria ao governo sobre as condições do campo requerido e do requerente. Portanto, na prática a concessão dependia dos comandantes militares que eram os responsáveis por julgar os requerimentos dos pretendentes à posse de terras.

Em correspondência enviada a presidência da província em 1850 a Câmara de Cruz Alta nos proporciona um relato sobre o modo como se deu a ocupação de terras na região:

(...) depois da Conquista é que começou a ser habitada estas Missões pelos Portugueses; e julgando-se os Administradores e Cabildos dos Povos com direito de venderem os terrenos de Missões fizeram vendas não só de alguns estabelecimentos que ocupavam, como de terrenos devolutos sobre os quaes nem um

²⁵ Floresta entre o município de Passo Fundo e o de Lagoa Vermelha, liga-se ao norte, com a serra do Apuaê, ao sul com as do Carreiro e de São Domingos, está situado na área limítrofe de Lagoa Vermelha, Ibiraiaras e Caseiros.

²⁶ Rio Jacuí Mirim em Carazinho, há 40km de Passo Fundo.

direito podião ter (...). Como era mais fácil a as pessoas que vinham se estabelecer neste lugar comprarem a um Cabildo o Campo que precisavam por baixo preço, que obter por Sesmaria, preferiam a este expediente até que sendo o Comandante Geral de Missões autorizado a conceder terrenos devolutos a quem as queira cultivar, e sendo este meio ainda mais fácil de obter terrenos a ele se recorriam todos que queiram obter terrenos. (...) Por esta razão são muitos raros os terrenos obtidos por Sesmaria n'este Município; e os únicos títulos que há de propriedade dos terrenos é, além da posse, vendas feitas pelos Cabildos dos Povos e Concessões dos Comandantes Gerais.²⁷

De acordo com essa fonte, a apropriação de terras na região não obedeceu nenhum regulamento, nem sequer a legislação do regime de sesmarias, que concedia terrenos sob compromisso do requerente povoar e cultivar, sendo as terras vendidas sem maiores constrangimentos ao comprador, que podia acumular uma série de propriedades contíguas formando grandes latifúndios. As terras iam sendo ocupadas a partir de um centro, ao redor das poucas vilas nas quais se encontrava segurança (frente aos índios e uma retomada espanhola) e acesso aos caminhos de escoamento de produção, o então 4º distrito de Cruz Alta, Passo Fundo seguiu este caminho, cruzado por um caminho que o ligava as principais rotas de exportação e afastada a ameaça dos coroados, foi ocupado por grandes propriedades e em 1847 foi elevada a condição de freguesia, e em 1857 desmembra-se e é elevado a condição de Vila.

O ato nº 340 (28/01) cria o município de Passo Fundo, abrangendo Soledade, Nonoai e Guaporé, com 80.000 km², tendo como limites: ao norte o rio Uruguai, dividindo com as províncias de Santa Catarina e Paraná (área do Contestado), a leste e ao sul pela Serra Geral, sem determinação de pontos com os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Taquari, Rio Pardo, Cachoeira e Santa Maria, e a oeste pelos rios da Várzea e Jacuí e trechos mais ou menos incertos com o município de Cruz Alta.(Oliveira, 1990: 81)

²⁷ Ofício nº 55 – Câmara de Cruz Alta, 16/01/1850. AHRS – Autoridades Municipais – Cruz Alta – maço 60 – caixa 28.

O município foi instalado oficialmente em agosto de 1857, sendo nesta data composta sua primeira câmara, foram empossados como vereadores: Manoel José de Araújo, Joaquim Fagundes dos Reis, Antônio de Mascarenhas Camelo Júnior, Manoel da Cruz Xavier e Cesario Antônio Lopes ²⁸. Em outubro, a Câmara propõe a divisão do município em distritos alegando que *“muitas vezes passam despercebidos e ignorados das autoridades crimes que são cometidos nos seus lugares mais remotos”* ²⁹, após algumas propostas são aprovados 6 distritos: sede (vila de Passo Fundo – 1º), Campo do Meio (2º), Nonoai (3º), Jacuí (4º), Restinga (5º), Soledade (6º), Lagoão (7º) ³⁰.

No ano seguinte, em 1858, Passo Fundo contava com 1.638 fogões ³¹ com 8.208 habitantes, assim distribuídos (Oliveira, 1990: 83):

Distritos	Livres	Libertos	Escravos	Total
1º	1.534	11	281	1.826
2º	505	13	147	665
3º	372	7	72	451
4º	980	15	315	1.310
5º	938	39	217	1.194
6º	980	16	315	1.311
7º	1.080	26	345	1.451
	6.389	127	1.692	8.208

O município todo possuiu 1.692 escravos, 22,61% da população total, sendo que se incorporarmos os libertos a este número teremos 1.819 pessoas não-brancas³², 22,16% do total. Como já era de se esperar o distrito mais populoso era a sede da vila (1º) com 1.826 pessoas, sendo 15,99% delas não-brancas. O atual município de Sertão

²⁸ Ofício da Câmara de Passo Fundo, 14/08/1857. AHRS – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 99 – caixa 44.

²⁹ Ofício nº 5 – Câmara de Passo Fundo, 23/10/1857. AHRS – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 99 – caixa 44.

³⁰ Ofício nº 4 Câmara de Passo Fundo, 12/01/1858. AHRS – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 99 – caixa 44.

³¹ Fogos: ponto de reunião dos tropeiros e peões; também significa, no sul do Brasil, povoação, fogo, lar. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédias Ltda, 1960. p. 510.

³² Somando-se escravos e libertos.

fazia parte do 3º distrito, onde 17,52% da população era não-branca. As principais atividades econômicas eram a coleta de erva-mate e a pecuária.

No início do ano de 1858 a Câmara é interrogada pela presidência da província sobre a carestia de alimentos que se abatia sobre o município, e em resposta envia ofício listando os principais motivos da carestia. Neste documento os vereadores queixam-se de que maioria dos habitantes dedicam-se a erva ou a pecuária, prejudicando a produção de gêneros alimentícios. Os gêneros mais consumidos, de acordo com o documento eram o milho, o feijão e a carne, mas além da produção agrícola ser insuficiente, todos os outros tipos de insumos, inclusive o sal para o municio das tropas, deveria ser comprado em Rio Pardo ³³.

O caminho aberto por João de Barros em 1819 apesar de facilitar o acesso as rotas para escoamento da produção pecuária, não servia como alternativa de acesso direto a Porto Alegre, principal mercado consumidor e fornecedor de alimentos e insumos. Para obter os alimentos que não produzia ou vender sua incipiente produção os produtores deveriam recorrer a Rio Pardo, onde era possível acessar o rio Taquari e de pronto chegar a Porto Alegre. Este trajeto encarecia os produtos e, por conseqüência, desestimulava a produção.

A falta de comunicação direta com a capital causava preocupação, em correspondência a Câmara envia à presidência da província *“Informações sobre as necessidades mais urgentes do município”*, entre os itens estavam a igreja, estradas e pontes, a casa de câmara, a cadeia, instrução pública e agência de correios. No quesito estradas, a Câmara cobra a abertura de um “pique” que comunique o município com Taquari capaz de suportar o trânsito de cargueiros *“pois que assim aberta ousa afirmar esta Câmara que o comércio deste Município duplicará e mesmo muita*

³³ Ofício ao Senador Ângelo Muniz da Silva Ferraz – Passo Fundo, 11/01/1858. AHRS – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 99 – caixa 44.

vantagem daria ao Município dito de Taquary”³⁴. A intenção era ter acesso pluvial a Porto Alegre.

Em 1863 Diogo José de Oliveira, delegado de polícia em Passo Fundo informa a Câmara que empreendeu a abertura de uma picada na tentativa de resolver os problemas de comunicação da vila:

No intuito do aumento e progresso comercial deste município, que tão difíceis vias comunicativas tem para o coração da Província, certo de que grande impulso daria ao comércio dele com a descoberta de uma estrada em direção ao Rio das Antas – para dali os transeuntes por mansas águas seguirem com facilidade à Capital da Província.³⁵

O delegado empreendeu sua expedição acompanhado de índios “*oriundos daquelas paragens*” iniciando seu trabalho no Campo do Meio atravessando a Serra Geral acessando o rio das Antas na altura do distrito de Taquari.

Este ofício foi encaminhado pela Câmara à presidência da província em 1863, acompanhado de um pedido para regularização do caminho, mas não obteve resposta. Segundo Xavier, esta rota encontrava oposição das praças de Rio Pardo e Cachoeira, que reclamavam das perdas que seu comércio sofreria, visto que as mercadorias de Passo Fundo deveriam recorrer a uma delas para utilizar o porto do Jacuí, por isso não chegou a ser concluída. (Oliveira, 1990: 89)

Mesmo isolados dos mercados para produtos agrícolas, os habitantes de Passo Fundo mantinha intenso comércio de gado e mulas. Parte desse *desinteresse* pode ser explicado a partir da falta de vias de comunicação, no entanto deve ser incluída entre as razões a posse de imensas faixas de terras. Como já dito antes, as concessões privilegiavam militares e tropeiros envolvidos nas contendas das fronteiras, instalados em grandes posses estes homens que dedicavam-se a atividade de tropeio

³⁴ Ofício nº 19 – Passo Fundo, 02/08/1858. AHRS – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 99 – caixa 44.

³⁵ Ofício do Delegado Diogo José de Oliveira a Câmara de Passo Fundo – Passo Fundo, 12/04/1863. AHRS – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 99 – caixa 44.

agora investem na criação de gado e mulas, a agricultura serve apenas para a subsistência.

A formação de latifúndios a partir da terceira década do séc. XIX passou a ser uma preocupação, em discurso no ano de 1849 o então presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andrea escreve:

(...) um dos obstáculos que se a posto nesta província ao desenvolvimento da agricultura é a existência de grandes fazendas ou antes de grandes desertos, cujos donos cuidando só e mal da criação tem o direito de repelir de seus campos as famílias desvalidas que não tem aonde se conservar em pé.
(Zarth, 2002: 68)

A primeira preocupação da Coroa portuguesa quando da anexação do território missioneiro era garantir sua posse através do povoamento, no entanto a ocupação se deu pelo regime de sesmarias e compra, onde grandes faixas de terras foram apropriadas por poucos proprietários. Como exemplo Zarth (2002: 61) destaca o estancieiro Salvador Martins França que declarou ao Registro Paroquial de Terras de Cruz Alta, em 1855, sete sesmarias de campo, uma área de aproximadamente 91.000 hectares. Neste quadro fica mais fácil entender as reclamações da Câmara de Passo Fundo com relação a carestia de alimentos, apesar de estar “povoado” o município contava com grandes propriedades dedicadas a pecuária, não havendo lavouras suficientes para abastecer o município.

Na citação acima o presidente Andrea fala em “*famílias desvalidas que não tem aonde se conservar em pé*”, referindo-se aqueles que foram atraídos para o planalto, mas não tiveram a “sorte” de garantir uma data de terra. Em Passo Fundo o número de famílias nessa condição chamou a atenção da Câmara que em correspondência a presidência da província escreve:

Ilmo. Exmo. Srs. Conselheiro e Presidente da Província.

A Câmara Municipal de Passo Fundo, vem respeitosamente pedir a V. Ex^a., que se digne tomar em consideração o estado precário de uma boa parte da população de ambas as freguesias d'este município para impetrar ao paternal Governo de S. M. o Imperador, a necessária autorização a fim de serem concedidas datas de terras as famílias pobres que n'ele abundam. ³⁶

O local sugerido pela câmara para a instalação da “*colônia de naturais*” foi as margens do caminho do Mato Castelhana³⁷ que fora aberto no ano anterior e precisava de manutenção constante, instaladas as famílias essa manutenção ficaria a cargo dos donatários que teriam obrigação de conservar roçadas as “*testadas*” de suas datas, desonerando os cofres do município e do Estado dessa despesa. Além disso, alegavam que a concessão de datas permitiria “*dar estabilidade a um sem número de famílias, que vivem a mendigar favores dos proprietários, para morarem e fazerem sua pequena cultura*”, e com isso a Câmara esperava “*um futuro mais lisongeiro sorrirá a esses miseráveis proletários ao passo que a sociedade lucrará em moralidade e riqueza*”.

A Câmara encerra o documento solicitando que suas propostas fossem levadas ao Governo Imperial ressaltando que este deverá fazer o que “*entender mister para que o espírito de especulação não desvirtue uma providência tão salutar como o que se pede*”, referindo-se à prática de venda de lotes patrocinada pelos comandantes militares da fronteira.

A formação de pequenas propriedades não era uma preocupação isolada, somente do município de Passo Fundo. Em 1822 com a proclamação da Independência, deixamos de ser colônia de Portugal e passamos a formar o Império do Brasil. Com o decisivo apoio da Inglaterra, o Brasil como nação independente tenta se integrar às transformações do sistema capitalista mundial. A Inglaterra, nação industrializada em busca de mercados, investe na independência do país, e em

³⁶ Ofício nº 27 – Passo Fundo, 26/10/1861. AHRS – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 99 – caixa 44.

³⁷ Mato Castelhana: bosque limita os municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha, com a altura máxima de 870. In: FARIA, 1914.

contrapartida pressiona por alterações na política econômica brasileira para que esta se adequasse ao sistema. Dentre as alterações necessárias as políticas de terras e mão-de-obra tornam-se urgentes.

A pressão inglesa culmina com duas leis de suma importância para o futuro do nascente Império, ambas no ano de 1850, a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico internacional de escravos, e a Lei nº 610 de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras de 1850. As mudanças nas formas de aquisição da terra e a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre foram tratadas em conjunto pelo Governo Imperial visto que estes setores representavam a base do desenvolvimento econômico ³⁸.

Durante o período colonial o sistema agrário brasileiro baseou-se na monocultura de exportação (açúcar e posteriormente café) baseada no trabalho escravo. O trabalho escravo teve sua “solução” encaminhada com a Lei Eusébio de Queirós, a questão da monocultura dependia de um novo ordenamento na política fundiária. O sistema de concessões e posses herdado do período colonial representava para a organização política um verdadeiro caos, pois com ele não se tinha o controle da distribuição das terras, as concessões, como já explicitamos anteriormente, eram feitas a partir de critérios subjetivos e não cumpriam, em sua maioria, a principal condição para a concessão, a de cultivar a terra. O não cumprimento da obrigação de cultivar a terra possibilitou o surgimento do posseiro, que passou a ocupar as terras improdutivas.

³⁸ Desde a independência o Brasil sofria pressões internacionais pela extinção do trabalho escravo, longe de serem benevolentes, os países europeus estavam interessados nos mercados consumidores para sua nascente indústria. O trabalhador escravo produz, mas não consome, o trabalhador livre, além de produzir mais que o escravo consumia parte do que produzia. A Lei Eusébio de Queirós não causou efeito imediato na disponibilidade de mão-de-obra escrava, a decadência das culturas tradicionais do norte do país (cana-de-açúcar, algodão e tabaco) ocasionou a transferência da mão-de-obra para o centro-sul, gerando o tráfico inter-provincial. Mesmo com esse incremento do tráfico inter-provincial o capital investido na mão-de-obra escrava pôde ser re-encaminhado para outras atividades econômicas, contribuindo para a adaptação da sociedade às exigências do capitalismo.

Em 1822 o príncipe regente D. Pedro aprova uma resolução que proíbe a concessão de sesmarias, e a partir desta resolução até a promulgação da lei de terras a posse torna-se o único meio de aquisição de terras, ainda que apenas de fato. A Lei de Terras de 1850 procurou de alguma maneira dar uma ordenação jurídica a questão fundiária e segundo Cavalcante (2005: 5):

(...) tentou corrigir os erros cometidos pelo Brasil durante o período colonial (nas concessões de sesmarias) e início da independência até sua promulgação (o crescimento do número de posseiros) e, dentro das possibilidades, promover a imigração a fim de substituir o trabalho escravo. A Lei de Terra de 1850 é significativa no que se refere à ocupação da terra no Brasil, pois a partir dela a terra deixou de ser apenas um privilégio e passou a ser encarada como uma mercadoria capaz de gerar lucros.

Diante de novos interesses capitalistas o Governo Imperial aprovou a Lei nº 601 que previa que a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmarias e ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território (fronteiras), sendo permitida a venda de terras devolutas³⁹.

A intenção da lei fica clara no seu primeiro artigo “*Ficção proibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra*”⁴⁰, essa medida excluía os camponeses pobres, tanto *nacionais* quanto estrangeiros, que deveriam além de pagar pelo lote, custear as despesas legais inerentes ao processo de requerer e legitimar os terrenos, essa medida cumpria dupla função, capitalizando a terra e

³⁹ Eram consideradas devolutas as terras que não estavam sob os cuidados do poder público (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a particulares (concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse). No período colonial o termo “terra devoluta” era empregado para designar a terra cujo concessionário não cumpria as condições impostas para sua utilização, fato que ocasionava a devolução ao cedente, no caso a Coroa. Com o tempo, esse termo passou a ter o significado de vago. Cf. Cavalcante, 2005: 4.

⁴⁰ Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Coleção das Leis do Império, 1850, tomo 11, parte 1º, seção 44º, p. 307. AHRS, fundo Legislação – código L-079.

empurrando uma massa de camponeses pobres para o trabalho assalariado. Na região de Passo Fundo a principal atividade econômica exigia pouca mão-de-obra (a pecuária), aos “*nacionais*” restava a coleta de erva-mate, principalmente por que a mão-de-obra escrava era bastante utilizada na pecuária, portanto não podiam adquirir terras e viviam “*a mendigar favores dos proprietários*”, como referiu a Câmara.

Segundo Zarth (2002: 101) a Lei de Terras de 1850 fazia parte de um esforço do governo para criar e garantir a organização de uma classe de pequenos proprietários de terra dedicados à agricultura, o que na região de Passo Fundo era de extrema importância dada a carestia de alimentos que enfrentava no séc. XIX. No entanto em seu artigo 4º⁴¹ previa que as sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial seriam revalidadas “*embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas*”, o que numa região dominada por grandes proprietários que detinham o poder civil, militar e econômico garantiu que esses indivíduos mantivessem seu poder sobre a maioria dos campos em detrimento dos lavradores pobres, a estes só lhes restava sujeitar-se a condição de peões, agregados ou então emigrar para áreas inóspitas, geralmente nas matas circundavam as grandes propriedades.

A pretensão de organizar uma classe de pequenos proprietários de terra estava expressa no artigo 5º⁴² que permitia a legitimação de posses “*mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro*”, mas na prática os posseiros pobres não podiam arcar com as despesas do processo de legitimação. Tanto é fato que em correspondência a presidência da província o juiz comissário de Passo Fundo, Manoel Marques dos Santos Torres, encarregado de proceder às legitimações e revalidações de terras, envia uma relação dos campos sujeitos a serem regularizados, onde encontramos os requerimentos de Joaquim

⁴¹ Artigo 4º, Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850. AHRS – Fundo Legislação L-079.

⁴² Artigo 5º, Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850. AHRS – Fundo Legislação L-079.

Fagundes dos Reis, Manoel da Cruz Xavier e Cesário Antônio Lopes, membros da primeira câmara de vereadores de Passo Fundo, e o delegado de polícia do município Diogo José de Oliveira ⁴³, pessoas com condições de arcar com as despesas do processo.

Era permitida a venda de terras devolutas, nesse caso, as terras que não fossem de uso público nacional, provincial ou municipal, as que não estivessem sob domínio particular (por qualquer título legítimo, havidas por sesmarias e outras concessões) e as que não fossem ocupadas por posse (mesmo que sem título legal) ⁴⁴, para tanto era necessário sistematizar e organizar as propriedades, saber exatamente de quais as áreas o Estado poderia dispor. Em 1854 foi promulgado o decreto nº 1318 que regulamentava os procedimentos aludidos na Lei de Terras, criando a Repartição Geral das Terras Públicas, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura que seria responsável por dirigir a medição, dividir e descrever as terras devolutas e prover sua conservação, e nas províncias, o cargo de juiz comissário de medição que autorizavam as medições e as demarcações das terras que foram devidamente registradas, entre outras medidas.

O registro das terras ocupadas foi a primeira medida tomada no intuito de organizar a situação fundiária do país e localizar as terras devolutas que poderiam ser levadas a venda. Os possuidores de terras, tanto sesmeiros e concessionários, quanto posseiros, deveriam apresentar declarações por escrito em duas vias aos Vigários de suas respectivas paróquias, que ficaram encarregados de receber as declarações e proceder ao registro em livro próprio, sendo obrigatório constar nesse

⁴³ Joaquim Fagundes dos Reis requer a revalidação de um campo no 1º distrito adquirido por concessão do Governo Provincial em 1829; Cesário Antônio Lopes requer a legitimação de “*uma posse de terras lavradas feita em 1850*”; Diogo José de Oliveira requer a legitimação de “*uma sorte de terras lavradas (...) por posse feita em 1845*” na mata do Jacuí; Manoel da Cruz Xavier requer a legitimação de “*uma sorte de terras lavradas no matto Castelhana, por posse feita em 1849*”. As legitimações de posses obedeciam os artigos 24, 25 e 26 do Regulamento de 30 de janeiro de 1854. AHRS – Fundo Imigração e Colonização – Terras Públicas Juizes Comissários (correspondência) – Passo Fundo, 21/12/1861 – maço 43, caixa 23.

⁴⁴ Artigo 3º, Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850. AHRS – Fundo Legislação L-079.

registro além do nome do possuidor, a extensão e os limites do campo. Por ser procedido dentro das paróquias e sob responsabilidade dos vigários, este registro ficou conhecido como Registro Paroquial de Terras ⁴⁵.

É neste contexto de modificações legais e embates sobre a posse e usufruto territorial que devemos entender as maneiras de apropriação da terra na região de Passo Fundo. Em Passo Fundo o livro de registros foi aberto em setembro de 1854 pelo Vigário Domingos José Lopes, nele podemos constatar que boa parte dos proprietários são posseiros, poucos apresentam algum título legal de concessão. Estas posses ocorreram em sua maioria no período que alguns autores convencionaram em chamar de a “fase áurea do posseiro” (Cavalcante, 2005:2), que inicia em 1822 com a proibição da concessão de sesmarias até 1850 quando é aprovada a Lei de Terras. Mesmo aqueles que tinham sido contemplados com uma concessão do governo provincial aproveitaram esse momento para aumentar suas propriedades, como no caso de Manoel Jacinto Ferraz.

Em 30 de outubro de 1854 Manoel Jacinto Ferraz apresenta ao vigário o registro de um campo denominado Caraguatá que media 3 léguas de comprimento por 1 légua e meia de largura⁴⁶ e uma posse de terras lavradas na serra do Mato Castelhana com um rancho denominado Retiro, tendo $\frac{1}{2}$ légua de comprimento por $\frac{1}{4}$ de légua de largura⁴⁷. Para a primeira propriedade Manoel alega possuir uma concessão há 16 anos, a segunda tem descrita apenas seus limites, não sendo mencionada sua procedência. Tivemos acesso requerimento que deu origem a concessão que menciona o registro através do inventário de Manoel Jacinto, aberto em 1874⁴⁸:

⁴⁵ Capítulo IX – Do registro das terras possuídas – artigos 97 ao 107, Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854. AHRS – Fundo Legislação L-087.

⁴⁶ Aproximadamente 16.200 ha.

⁴⁷ Aproximadamente 450 ha.

⁴⁸ Autos de inventários de Manoel Jacinto Ferraz. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 158 – maço 6 – 1874.

Diz Manoel Jacintho Ferraz, natural da Província de São Paulo, residente nesta do Sul que pretendendo estabelecer-se no Distrito da Cruz Alta, Departamento de Missões, apresentando-se no dia primeiro de outubro de 1829 ao Tenente Comandante Interino do mesmo Distrito, obteve licença para entrar em um rincão de campo devoluto sito na **paragem denominada Passo Fundo**, onde tem já suas roças e crias de mulas, cujo divide-se pela parte do leste e norte pela coxilha que segue da estrada geral fazendo caídas ao arroio Passo Fundo a entrar na serra com campos que pretende **Evaristo Francisco de Borba**, pela parte do sul pelo lajeado da rondinha com campos que pretende **Joaquim Fagundes dos Reis**, pela parte do oeste pelo boqueirão dos Capões do Erval pelas vertentes que nascem dos mesmos, uma para o dito lajeado, com campos da posse de **Manoel Antônio de Souza** e por outra com **Agostinho José Figueiro**, e com ambos confinantes por um lajeado grande até fazer barra no dito arroio e por este até entrar na dita serra onde faz fundos. (grifos nossos).

Para legitimação da posse foram consultados os confrontantes que não se opõem e Manoel Jacinto obtém autorização para se “arranchar”. Notemos que Manoel é paulista e em 1829 já possuía “*roças e crias de mulas*” instalados, portanto desde muito reconhecia as possibilidades da região e não desperdiçou a chance de aumentar seu patrimônio através da legitimação de posses.

Manoel Jacinto vinha da Vila de Nossa Senhora da Conceição da Cunha, em São Paulo, onde foi casado com Maria Josepha Pereira, com quem não teve filhos ⁴⁹. Faleceu em 1874, segundo a declaração de abertura de seu inventário:

(...) tendo ciência de que morrera há dois dias neste primeiro distrito Manoel Jacinto Ferraz, e sem deixar herdeiros conhecidos quer aqui, quer fora, determino se proceda, no dia 7 do corrente mês em casa do cidadão **Amancio de Oliveira Cardoso**, retirado duas léguas desta vila, e **onde habitava o falecido**, a arrecadação dos bens que existem (...) ⁵⁰ (grifos nossos)

⁴⁹ Autos de inventário de Maria Josepha Pereira. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 52 – maço 6 – 1874.

Na data marcada, além do proprietário da casa, Amancio de Oliveira Cardoso, foram chamados mais dois vizinhos, Joaquim de Almeida Lara e João Antônio Vieira, para servirem de testemunhas e acompanhar a arrecadação dos bens. As testemunhas declararam que o falecido era natural da Província de São Paulo, filho de pais incógnitos, não tinha parentes, era viúvo e tinha 100 anos. São arrolados os seguintes bens⁵¹:

Descrição	Avaliação
82 reses de criar, 10\$020 cada	820\$000
3 mulas mansas velhas, 10\$500 cada	30\$000
2 éguas velhas, 2\$020 cada	4\$000
1 cavalo velho = 5\$020	5\$020
730 oitavas de prata velha, \$160 por oitava	116\$800
1 rincão de campo 1 légua de comprido e ½ légua de largura	4:000\$000
Monte mor	4:975\$820

Manoel Jacinto, como informa a abertura de seu inventário, residia na propriedade de Amancio de Oliveira, e informações do inventário de sua esposa, realizado em 1858, confirmam sua avançada idade (seu casamento se realizou em agosto de 1809), o que nos aponta uma possível razão para a ausência de escravos no seu patrimônio. Em documento anexo ao inventário datado de 1862, Manoel Jacinto investe 6:501\$000 em mulas, e entrega a administração dos animais ao Capitão Athanazio Baptista do Nascimento ⁵². Nessa ocasião Manoel já tinha mais de 80 anos

⁵⁰ Autos de inventário de Manoel Jacintho Ferraz. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 158 – maço 6 – 1874.

⁵¹ Autos de inventários de Manoel Jacinto Feraz. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 158 – maço 6 – 1874.

⁵² Informa o documento: “Recebi do Sr. Manoel Jacintho Ferraz a quantia de seis contos e quinhentos e um mil réis em moeda corrente para empregar em mulas como de fato empreguei ... em trezentas bestas custando cada uma a quantia de 21\$670 que soma em 6:501\$000, e cuja tropa tenho de invernar e vender”, Athanazio se compromete me devolver a quantia inicial a Manoel, sendo que ambos dividiram os lucros e prejuízos da tropa. Passo Fundo, 27/12/1862. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 158 – maço 6 – 1874.

de idade e era viúvo, possivelmente já residia com Amancio de Oliveira, um homem só e velho não precisava de escravos domésticos, e com maior parte de seus animais sob administração de um terceiro, nem de escravos de lide campeira.

Tanto no requerimento inicial quanto no registro feito em 1854, é apontado como vizinho de Manoel Jacinto Joaquim Fagundes dos Reis. Joaquim Fagundes chegou a Passo Fundo na mesma época que Manoel Jacinto, seu campo foi concedido pelo Governo Provincial em 1829, mesmo ano da concessão de Manoel, onde é citado como lindeiro na parte sul, e quando registra seu campo, em 1855, Joaquim Fagundes declara ser “o primeiro ocupante de umas terras de cultura”⁵³.

Antes mesmo de receber a concessão do terreno que pretendia, em 1827, Joaquim Fagundes dos Reis foi nomeado Inspetor de quarteirão⁵⁴, tendo sob sua jurisdição o 4º de São Borja, que 7 anos depois, em 1834, tornaria-se o 4º distrito de Cruz Alta, Passo Fundo. Nessa ocasião, Joaquim é promovido a Juiz de Paz⁵⁵, neste cargo ele acumularia as funções de juiz e delegado, sendo interessante destacar que no período nas causas analisadas pelo juiz de paz as partes não tinham direito a recurso, essa “brecha” permitia que a decisão do juiz de paz fosse soberana ⁵⁶.

⁵³ APERS – Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo – fl. 67.

⁵⁴ Inspetor de quarteirão era o indivíduo encarregado do policiamento das ruas e quadras, geralmente eram pessoas que residiam nos locais sob sua tutela.

⁵⁵ Cargo com atribuições administrativas, políticas e judiciais, acumulava amplos poderes, o exercício do juiz de paz envolvia a justiça conciliatória e o julgamento de causas cujo valor e/ou a pena não ultrapassasse certo limite, a imposição do termo de bem viver, a manutenção da ordem pública e emprego de força pública, vigiar o cumprimento das posturas municipais, a condução das eleições, enfim, funções administrativas, judiciais e policiais as mais amplas. A criação dos juizados de paz era uma tentativa no novo governo do Brasil de introduzir mecanismos de implementação da justiça, capazes de levar seus benefícios a toda ou quase toda, extensão do território do Império, o que constituía um dos pilares básicos de sustentação e fortalecimento do sistema constitucional e uma tarefa primeira do Estado em construção. Estes juizes seriam uma alternativa de distribuição da justiça, baseada no poder local e capaz de se contrapor às práticas ortodoxas de uma máquina lenta, decadente e ineficiente. A função essencial do juiz de paz é a busca da conciliação. Cf. VELLASCO, Ivan Andrade. *O juiz de paz e o Código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em uma comarca de Manias Gerais no século XIX*. In: Revista Justiça e História, vol. 3, no 6, 2003. p. 5 e seguintes.

⁵⁶ A exclusão do direito a recurso seria, posteriormente, objeto de controvérsias, sustentando, alguns, que, mesmo “se assim o convencionarem as mesmas Partes” (art. 160 da Constituição do Império), a arbitragem podia enveredar para uma resolução injusta ou manifestamente nula, não sendo válida a renúncia da parte aos seus direitos. Em 1867, o Decreto nº 3900 pôs fim parcial à polêmica, admitindo

Joaquim Fagundes tinha participação ativa também na vida política e social do povoado, no mesmo ano de sua nomeação a juiz de paz, em 1834, reuniu-se com alguns proprietários e enviou a sede da autoridade eclesiástica em Porto Alegre um requerimento pedindo permissão para a construção de uma capela no distrito de Passo Fundo. No ano seguinte, em 1835, quando parte da província se rebelou contra o governo imperial, Joaquim Fagundes se colocou ao lado dos rebeldes, e este seu posicionamento o levou a ser preso, em 1837, e encaminhado a fortaleza de Villegaignon no Rio de Janeiro, de onde só saiu 5 anos depois, em 1842⁵⁷. Todo este envolvimento nas contendas da região lhe valeu, em 1857, o cargo de vereador da primeira Câmara de Passo Fundo.

Manoel Jacinto e Joaquim Fagundes têm em comum a origem “bandeirante”, ambos chegaram a Passo Fundo no início de seu povoamento, apossaram-se de terras através de concessões do Comandante de São Borja e constituíram seus patrimônios através da pecuária. Num primeiro momento, esses homens se instalavam nas novas posses sem suas famílias, em estâncias de arrebanhamento de gado e somente após verificarem a viabilidade da instalação definitiva traziam suas famílias, mas, na maioria das vezes, somente suas esposas e filhos, os parentes, próximos ou mesmo aqueles que compunham uma rede de parentela mais ampla, ficavam nos lugares de origem cuidando dos negócios da família (caso eles existissem), estes acabavam vindo mais tarde, se a “aventura” prosperasse. Portanto, tornava-se mister para a prosperidade de seus empreendimentos na nova terra a construção de uma nova rede de solidariedade. Este processo se dava principalmente através dos casamentos.

Retomando o requerimento de Manoel Jacinto feito em 1829, encontramos como lindeiro a leste e norte de sua pretensão Evaristo Francisco de Borba. Evaristo de Borba foi casado com Felicidade Perpétua do Nascimento, com quem teve 10 filhos, sendo sua filha mais velha, Emília Francisca de Borba, casada com Joaquim

– ao menos nas questões comerciais – a apelação de uma sentença arbitral a despeito da cláusula de renúncia.

⁵⁷ GEHM, 1978: 13 e seguintes.

Fagundes dos Reis. Evaristo de Borba faleceu em dezembro de 1848 e seu inventário foi aberto em 1849, nele constam 511 animais (destacamos a presença de 95 mulas e 105 éguas) e um campo de 3 por $\frac{3}{4}$ léguas⁵⁸. Após a morte de Evaristo de Borba, sua esposa Felicidade Perpétua registra as posses da família, em 1855:

Campo de criação no distrito desta freguesia que divide-se ao leste desde a principal cabeceira de um galho do lajeado denominado da Entrada, de norte com **Athanazio Baptista do Nascimento, Antônio Moreira Serrão**, Fidelles de Almeida e Manoel de Almeida, ao sul com **Joaquim Fagundes dos Reis**, a oeste com Manoel Ferreira Alves e **Tereza Maria de Jesus**. (grifos nossos)⁵⁹

Assina por ela o registro seu genro, Joaquim Fagundes dos Reis, sendo que ele também é nomeado tutor dos filhos menores de Felicidade Perpétua no inventário. Evaristo de Borba e Felicidade Perpétua fazem parte da primeira leva de povoadores que se instalou em Passo Fundo, em 1861 ela, já viúva, envia ao Juiz Comissário de Terras de Passo Fundo requerimento solicitando a revalidação do título de um campo havido “*por concessões do Governo Provincial em 1829, povoado de animais de criar com morada habitual e cultura efectiva*”⁶⁰ que ainda não havia sido medido e demarcado, mesmo ano da chegada de Joaquim Fagundes e Manoel Jacinto.

Evaristo e Felicidade têm 6 filhas e 4 filhos, sendo as mulheres as mais velhas, este fato poderia ser encarado como uma desvantagem pela família, que perdia a ajuda destes braços na lide diária, no entanto a estratégia de casamentos foi muito bem aproveitada pelo casal. Na época da morte do chefe da família, suas três filhas mais velhas já estava casadas com grandes proprietários da região: Emília casada com Joaquim Fagundes dos Reis; Fidencia casada com José Francisco de Oliveira; e Eufrazia casada com Athanazio Baptista do Nascimento. Joaquim Fagundes,

⁵⁸ Aproximadamente 5.400 ha.

⁵⁹ APERS – Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo – fl. 75v.

⁶⁰ AHRS – Fundo Imigração e Colonização – Terras Públicas Juízes Comissários (correspondência) – Passo Fundo, 21/12/1861 – maço 43, caixa 23.

conforme citado anteriormente, tem papel ativo na política local, e no inventário de seu sogro assume a frente do processo como procurador de sua sogra e curador dos cunhados menores de idade.

Fidencia Francisca de Borba e José Francisco de Oliveira Jogica ⁶¹ tiveram 10 filhos, no inventário aberto por falecimento de Fidencia em 1865, o casal possui 1.885 animais, entre eles 622 éguas, 375 mulas e 704 reses, 17 escravos e bens de raiz avaliados em 14:000\$000 ⁶². A maioria dos filhos do casal é maior de idade (7 filhos), então a herança é dividida em 8 partes, mas mesmo com esse fracionamento, o patrimônio da família se mantém bastante vultuoso. No inventário do marido e cabeça de casal aberto em 1871 restavam ainda 549 animais, entre eles 160 mulas, e 10 escravos, entre eles dois domadores.

O marido de Eufrazia Francisca de Borba, Athanazio Baptista do Nascimento é lindeiro da propriedade da família, inclusive o campo que possui foi comprado de sua sogra em 1854⁶³. Athanazio já foi anteriormente citado, ele é criador de mulas, sócio de Manoel Jacintho Ferraz, infelizmente os autos de seu inventário foram abertos somente por seus netos em 1908 (em conjunto com sua esposa, Eufrazia, que segundo declaração do próprio teria falecido antes de 1856⁶⁴) e nele não constam os bens. No entanto, na descrição da propriedade feita pelo próprio Athanazio em 1855, ele indica como seu vizinho pela parte norte e oeste Antônio Moreira Serrão que neste mesmo ano veio a ser seu cunhado, casando com a filha mais nova de Evaristo de Borba e Felicidade Perpétua, Elizia Francisca de Borba. A propriedade de Antônio Moreira Serrão também faz limites com a propriedade de Felicidade Perpétua pela parte norte.

Nestes exemplos fica claro que receber ou se apossar de terras é apenas o primeiro passo em direção a prosperidade econômica que os atraiu para estas

⁶¹ Este último sobrenome consta nos dois autos de inventário do casal, é herdado por seus filhos.

⁶² Autos de inventário de Fidencia Francisca de Borba. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 98 – maço 4 – 1865.

⁶³ Com aproximadamente 900 ha. APERS – Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo – fl. 79.

⁶⁴ APERS – Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo – fl. 80.

paragens. De fato o local reunia boas condições para isso, boas pastagens e acesso a rotas comerciais importantes, mas a longevidade do empreendimento somente poderia ser garantida através da construção de redes de aliados, que são lindeiros e aparentados. Estes indivíduos já estavam inseridos em redes de sociabilidades bastante coesas nos seus locais de origem, a atividade desenvolvida pelos mesmos, o tropeio, denuncia a força desses elos, eram estas ligações no centro do país que permitiam as transações comerciais, no entanto, a nível local era necessário construir uma nova base de apoio, um núcleo de poder local suficientemente forte e coeso para resistir as investidas estatais contra seu mais recente e precioso patrimônio: a terra.

Como dito anteriormente, no ano de 1850 o Governo Imperial investiu em leis que pudessem garantir o acesso a terra aos pequenos lavradores, em busca de maior diversificação da produção e capitalização da terra, no entanto, em lugares como Passo Fundo, onde o poder local já havia se estabelecido de forma coesa estas políticas tiveram pouco alcance. A possibilidade de regularização de posses e revalidação de títulos concedidos no início do século acabou por fortalecer um pequeno grupo que detinha a posse da maioria das terras. No núcleo desse grupo estavam indivíduos como Manoel Jacinto Ferraz, Joaquim Fagundes dos Reis e Evaristo Francisco de Borba (e sua esposa Felicidade Perpétua) que puseram em funcionamento uma rede de sociabilidade que foi a base do poder local durante todo o Império.

O passo seguinte ao registro paroquial de terras era a demarcação das terras devolutas, que poderiam ser vendidas pelo estado, e a revalidação dos títulos e posses. Em Passo Fundo a organização do poder local dificultou as ações efetivas nesse sentido, como relata em ofício a Presidência da Província o Juiz Comissário de Terras de Passo Fundo, Manoel Torres, em 1861:

(...) a fim de conseguir-se os fins da lei que os instituiu, [os juizes comissários] e sendo este talvez o município da Província em que maior número de posses haja por legitimar, e menos medições tenham sido feitas, cumpre-me expor a V. Ex^a. algumas das causas que para isso tem concorrido a fim de que V. Ex^a. providencie como entender conveniente.

A primeira e principal causa é a vantagem que tem [se pensam] ter os posseiros deixando de legitimar suas posses por que conservando eles, em virtude do artigo 8º da lei de 18 setembro de 1850, o direito de serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com efetiva cultura, e entendendo que o terreno que já não é mato virgem (vulgo capoeira) por ter sido uma ou mais vezes cultivado se considerará ocupado na forma da lei, **logicamente concluem que mais lhes convém ampliarem indefinidamente a referida ocupação por meio de derrubadas da mata contíguas, do que limitarem-se pela legitimação do terreno que lei lhes concede.**

Em segundo lugar apontarei uma causa que ultimamente tenho observado, e que não deixa de influir em grande parte na produção do efeito, e vem a ser que os **indivíduos que primeiro se apossarão de terras devolutas na serra geral neste município estabelecerão divisas arbitrárias, cujas raias impedirão por todos os modos que fossem ultrapassadas pelos posseiros vizinhos os quais alias as respeitarão por haver a isso interesse recíproco**, de sorte que hoje a maior parte d' eles se julgam dispensados da medição, porque segundo dizem não tem dúvidas com algum, e se acaso algum mais esclarecido ou menos favorecido se resolve a requerer medição ou simplesmente para consolidar o seu domínio, como no caso do título ou a bem de ser [preenchido em terras] devolutas proporcionalmente a parte que tem cultivada, logo se apresentam indivíduos com exageradas e ilegais pretensões já querendo **defender as divisas que a seu bel prazer estabelecerão**, já reclamando respeito para posses constituídas depois da lei, que as proíbe (...)

Concluindo peço a V. Ex^a permissão para aqui consignar alguns meios que julgo conducentes ao fim de não [dever anular], mas ao menos restringir o efeito d' aquelas causas que são ao meu ver os seguintes: 1º ordenar V.Ex^a. as **autoridades conservadoras das terras devolutas** que não consintam aos posseiros derrubarem matos virgens ainda mesmo dos contíguos a seus cultivados, sem que tais matos lhes tenham ficado pertencendo pela legitimação e benefício da lei, **pois taes**

autoridades não se julgam obrigadas a mais impedir a abertura de novas posses (...)" ⁶⁵

Neste documento pudemos notar a amplitude da influência e do poder dos chefes de clãs locais. A primeira queixa do juiz comissário refere-se ao uso, por esses indivíduos, de uma prerrogativa legal, dada pelo art. 8º da lei de 1850⁶⁶, que considera como devoluto “o que se achar inculto”, para ampliar suas propriedades na direção das matas, ampliando suas posses originais. Posses estas, segundo o juiz comissário, estabelecidas de forma arbitrária pelos primeiros ocupantes da região com a conivência de seus vizinhos.

A defesa de suas “*exageradas e ilegais pretensões*” por parte dos pioneiros, indicada pelo Juiz Comissário, representa o pleno funcionamento das redes de sociabilidade construídas pelos pioneiros, ser genro, cunhado e até concunhado de seu vizinho garantia a esses indivíduos a não contestação dos limites de suas posses. Dentro dessa trama um amplo território estava sob influência direta dos grandes proprietários pertencentes a essa elite local.

A preocupação do Juiz Comissário era procedente, o domínio do território por essa elite local diminuía drasticamente as chances de fracionamento e venda de terras na região, impedindo que o município atendesse o princípio básico da Lei de 1850: permitir o acesso a terra aos pequenos lavradores. Em Passo Fundo restava aos pequenos agregar-se aos grandes proprietários, ocupando as extremidades dos latifúndios e na maioria das vezes “pagando” por essa permissão com seu trabalho e obediência, mas também cumprindo um papel de extrema importância na expansão

⁶⁵ Ofício a Presidência da Província enviado pelo Juiz Comissário de Terras de Passo Fundo Manoel Marques dos Santos Torres. AHRS – Fundo Imigração e Colonização – Terras Públicas Juizes Comissários (correspondência) – Passo Fundo, 09/03/1864 – maço 43, caixa 23.

⁶⁶ Art. 8.º – “Os possuidores que deixarem de proceder á medição nos prazos marcados pelo governo serão reputados cahidos em commisso, e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidos das terras concedidas por seus títulos, ou por favor da presente lei, conservando-o somente para serem mantidos na posse do terreno que occuparem com effectiva cultura, havendo-se por devolutos o que se achar inculto”. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Coleção das Leis do Império, 1850, tomo 11, parte 1º, seção 44º, p. 309. AHRS, fundo Legislação – código L-079.

dos grandes proprietários em direção aos matos, visto que esse era o local onde via de regra eram instalados por estes chefes, que assim justificavam seu domínio sobre este espaço.

Os matos, então, tornam-se locais importantes na disputa entre o poder central e o local, tanto que a solução apontada pelo Juiz Comissário é a intervenção da Presidência da Província junto as autoridades Municipais, responsáveis pela regulamentação e fiscalização dos matos e terras devolutas locais que, segundo o Juiz, se eximiam de reprimir a derrubada dos matos. Cabe aqui destacar que entrar em confronto com as autoridades municipais é o mesmo que enfrentar esses grupos isoladamente, uma vez que os chefes de família que compunham a elite local tinham controle sobre a maioria dos cargos, tanto no executivo quanto no legislativo local. A rede de sociabilidade montada a partir dos pioneiros Manoel Jacinto Ferraz, Evaristo Francisco de Borba (e sua esposa Felicidade Perpétua) e Joaquim Fagundes dos Reis, nesse momento já havia ganhado força, com a inclusão de novos membros, e se expandido.

No ano de 1857, quando Passo Fundo torna-se um município independente a sua porção mais ao norte, compreendida pelos 2º e 3º distritos era a que possuía maior quantidade de matos por explorar e, dentro da prática descrita pelo Juiz Comissário, foi nessa direção que as propriedades se expandiram. Entre os proprietários já mencionados nesse capítulo, voltaremos a referir o primeiro morador e membro da primeira Câmara de Vereadores, Joaquim Fagundes dos Reis. A propriedade de Joaquim Fagundes dos Reis estava localizada próxima a sede da vila, no 1º distrito, no entanto gostaríamos de destacar sua vizinha ao sul, Maria Luiza de Oliveira.

Maria Luiza de Oliveira era natural da freguesia da Cutia, província de São Paulo, foi casada em primeiras núpcias com João Vieira Cordeiro, com quem teve uma filha chamada Maria Vieira, casou-se em segundas núpcias com o Tenente João Bento Cardoso, mas não teve filhos. Em seu testamento, escrito e registrado em 1851,

declara ser seu filho adotivo Amancio de Oliveira Cardoso ⁶⁷. Em 1854, já viúva pela segunda vez, Maria Luiza de Oliveira registra duas posses. Um campo havido por compra que faz divisas com a propriedade de Joaquim Fagundes, Joaquim de Andrada Pereira, Francisco Antunes e Rosa Mariana de Souza, medindo 1½ x ½ léguas ⁶⁸, e outra “sorte de terras” com ½ x ¼ léguas ⁶⁹ que ela declara ter recebido por concessão do Comandante Geral em 1831, no lugar denominado Cabeceiras do Lambedor. Este segundo campo ficava a leste do primeiro e tinha como lindeiro ao sul seu filho adotivo Amancio de Oliveira Cardoso, que já foi citado anteriormente, ele foi curador dos bens de Manoel Jacinto Ferraz.⁷⁰

De acordo com a declaração dada ao registro por Maria Luiza, ela também chegou a Passo Fundo no início do povoamento, contemporânea a Joaquim Fagundes dos Reis, Manoel Jacinto Ferraz e Felicidade Perpétua. Os casamentos são utilizados para a formação de redes de aliados, Felicidade Perpétua casa suas filhas com três vizinhos: Joaquim Fagundes, Antônio Serrão, e Athanazio Baptista. Outra estratégia é a escolha dos vizinhos através da venda de partes de seus campos, Felicidade Perpétua vendeu a Athanazio Baptista, antes mesmo dele se tornar o marido de sua filha mais nova, Maria Luiza vende para seu filho adotivo (Amancio de Oliveira), para Joaquim José Pereira de Andrada e para Francisco de Barros Miranda.

Todas essas ligações fortalecem e ampliam a rede de aliados, principalmente em direção ao 3º distrito. Como já referenciamos, os matos existentes neste local era especialmente atrativos a partir da lei de terras de 1850, a propriedade de Maria Luiza e seu filho adotivo Amancio de Oliveira são exemplos dessa expansão, ela se instalou primitivamente no local, mas seu filho expande a propriedade, principalmente depois do falecimento de Maria Luiza quando as duas propriedades são unidas.

⁶⁷ Autos de inventário de Maria Luiza de Oliveira. APERS – Inventários de Passo Fundo – Provedoria – auto 48 – maço 2 – 1863.

⁶⁸ Aproximadamente 2.700ha.

⁶⁹ Aproximadamente 450ha.

⁷⁰ APERS – Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo – fl. 21.

A parte vendida por Maria Luiza a Joaquim José Pereira de Andrada, fora revendida por ele para Francisco Barros de Miranda, que a incorporou ao campo que ele possuía por herança de sua sogra Prudência Anna de Jesus, denominado Fazenda Boa Vista. Francisco de Miranda declara em 1854 que possuía além deste, mais dois campos onde são seus vizinhos Manoel Jacintho Ferraz, Joaquim Fagundes dos Reis, Amancio Cardoso, entre outros, e é o proprietário da Invernada da Arvinha, localizada no 3º distrito, onde atualmente temos conhecimento do pleito de uma comunidade quilombola.

Francisco Miranda e Amancio de Oliveira são os primeiros a expandirem suas propriedades em direção ao 3º distrito, essa região era privilegiada por conta de seus matos “desocupados”⁷¹ ricos em madeira, erva-mate, e pinhão, mas também pelos campos irrigados por pequenos rios e lajeados, propícios para a criação de gado. Matos esses que foram objeto de preocupação e disputa territorial.

Considerando o tamanho médio das propriedades de aproximadamente 10.800ha, poucos proprietários poderiam “povoar” todo o distrito, no entanto, devemos destacar que o campo não ter um “dono” não significa que ele esteja “povoado”, inclusive essa era uma das preocupações da lei de terras, a concentração de grandes lotes nas mãos de poucos proprietários. O 3º distrito era um local privilegiado para essa prática de acumulação, e Francisco de Miranda e Amancio de Oliveira souberam aproveitar essa oportunidade, expandindo suas propriedades a rumo norte em direção aos matos “devolutos”.

Com essa prática poucas terras sobraram para serem consideradas devolutas e vendidas, a comissão de terras de Passo Fundo foi engessada pelas poder local, fortalecido pelas redes de aliados formadas no início do povoamento da região. Os pequenos lavradores foram empurrados para as matas, na mesma direção para onde se expandiram as propriedades, onde acabavam sendo explorados como mão-de-

⁷¹ Devemos lembrar que a presença de povoadores brancos pela primeira vez não exclui a anterior presença indígena.

obra barata pelos grandes proprietários. Os “lavradores pobres” preocupavam também a Câmara de Passo Fundo, conforme mostramos no início desse capítulo, mas ela não foi mais forte do que os chefes locais e não pode impedir que estes utilizassem esses indivíduos em suas fazendas.

Poderíamos concluir então que estas propriedades consolidadas em grandes lotes de terras utilizavam basicamente essa mão-de-obra disponível no seu entorno, no entanto, a mão-de-obra escrava foi a base da riqueza da região. Os lavradores pobres foram absorvidos como agregados, muitas vezes ocupando as extremidades das propriedades para “demarca-las”, visto que era impossível para o proprietário “vigiar” toda a extensão de suas terras, mas os escravos ainda eram a opção predominante.⁷²

2.1.1. A mão-de-obra escrava em Passo Fundo

Vimos no item anterior de que forma as grandes propriedades se consolidaram e mantiveram-se apesar dos esforços do Estado em prol das pequenas propriedades. Dentro da nova perspectiva capitalista, a formação de um mercado de trabalho e conseqüente mercado consumidor também esteve na pauta de discussões do governo. Na região de Passo Fundo, conforme já explicitamos no item 2.1., as grandes propriedades dedicadas a atividade pastoril não prescindiram do uso de mão-de-obra escrava. O latifúndio pastoril mesmo após a Lei de Terras de 1850 continuou sendo a base da produção do Planalto.

Baseando-se na obra do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, Fernando Henrique Cardoso aponta a inexistência de negros cativos na região

⁷² Os libertos também eram absorvidos como agregados, como mostraremos adiante. Ver: SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil 2, Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª edição, São Paulo, Ática, 1976. Entre outros.

missioneira⁷³, segundo o autor os indígenas remanescentes das reduções jesuíticas forneceriam a mão-de-obra necessária. O autor refere-se a afirmação de Saint-Hilaire de que *“Os estancieiros desta região, não tendo escravos, aproveitam a imigração dos índios para conseguir alguns que possam servir de peões”*⁷⁴ que foi elaborada a partir da viagem feita pelo cientista ao Rio Grande do Sul no início do século XIX, mais precisamente em 1816, época em que a região ainda estava em litígio entre as Coroas espanholas e portuguesas, e pouco habitada.

Devemos considerar que nos anos seguintes a região ainda vivia a tensão de um contra-ataque espanhol, tanto que em 1816 e 1819 foi atacada pelas forças comandadas pelo líder uruguaio José Artigas, e em 1828 o brigadeiro Frutuoso Rivera mais uma vez penetrou nas Missões, levando consigo praticamente todos os índios que ali ainda residiam. Estes fatos reduziram consideravelmente a oferta de mão-de-obra a que se referia Saint-Hilaire. Por estes motivos a observação de Saint-Hilaire não pode ser generalizada para todo o século XIX, pois somente na década de 1830 os conflitos se amenizam e estâncias passam a ser efetivamente instaladas no planalto. Porém, a fuga e/ou dizimação da população indígena do planalto não pode ser considerado o fator decisivo para a não utilização dessa mão-de-obra, segundo Zarth (2002: 117):

Na verdade, não há motivos para supor que os estancieiros da região missioneira não utilizassem cativos. Estâncias pastoris, como quaisquer outras, faziam parte de uma sociedade que adotava um modelo produtivo no qual o uso de escravos era algo comum. Seria muito estranho que, numa mesma província, numa mesma atividade econômica, ocorressem dois sistemas distintos de relações de trabalho.

Os estancieiros que se instalam no planalto são, em sua maioria, homens vindos da província de São Paulo, como o caso do pioneiro de Cruz Alta Athanagildo

⁷³ Denominação utilizada também para referir-se ao Planalto Médio e a região noroeste do Estado.

⁷⁴ Saint-Hilaire, p. 209.

Martins que apresentamos no capítulo 2. São homens que já utilizavam a mão-de-obra escrava antes mesmo de optarem por ficar no sul, e que muitas vezes traziam consigo seus escravos. Analisando os inventários *post-mortem* de Passo Fundo pudemos notar que dos 148 autos pesquisados, em 55,4% deles os inventariados possuíam escravos.

<i>Período</i>	<i>Nº de inventários</i>	<i>Inventários com escravos</i>	<i>%</i>	<i>Total de escravos</i>	<i>Média</i>
1850/1855	25	17	68	126	5,04
1860/1865	38	27	71,05	137	3,6
1870/1875	33	21	63,64	111	3,36
1880/1885	52	17	32,7	56	1,08
Total	148	82	55,4	430	2,91

Fonte: Inventários *post-mortem*, Passo Fundo, Vara de Família, Provedoria e 1º Cartório Cível e Crime. APERS.

Na tabela acima podemos notar que exceto no período entre 1880 e 1885, quando em todo país o uso de escravos decresce, maioria dos estabelecimentos utiliza esta mão-de-obra, sejam eles de pequeno ou grande porte “nas grandes estâncias, é certo que existiam escravos; nas pequenas e médias, nem sempre” (Zarth, 2002: 112), em Passo Fundo essa afirmação pôde ser constada a partir da leitura mais atenta dos inventários.

Em 1856 é aberto o inventário de Clementino dos Santos Pacheco, sendo única herdeira sua esposa Miquelina Ubaldina e Silva, e arrolados, entre outros bens, 16 escravos e 808 animais. Os escravos são avaliados em 9:900\$000, sendo quatro crianças, quatro mulheres e oito homens, entre os homens, Antônio, crioulo de 30 anos é descrito como *campeiro* é o trabalhador com maior avaliação. Dentre os animais destacamos a presença de “140 éguas de cria de bestas”, ou seja, éguas que reproduzem mulas, animal com alto valor de mercado. Os campos são avaliados em 9:100\$000, e em suas descrições não são mencionadas lavouras, engenhos ou outros empreendimentos agrícolas. Notemos que o montante investido em escravos é

superior ao gasto em terras, existindo entre eles pelo menos um escravo campeiro, dados que relacionados a provável ausência de lavouras nos levam a crer que se tratava de uma grande estância pastoril onde a mão-de-obra escrava era utilizada intensivamente⁷⁵.

Um ano antes, 1855, procede-se ao inventário de Generoso José Ferreira, em sua relação de bens consta apenas um escravo crioulo de 16 anos chamado Antônio, 34 animais e um campo avaliado em 420\$000. Generoso deixa a esposa, Maria Antônia e quatro filhos menores, mesmo com poucos animais e campo, o inventariado não poderia cuidar da criação sozinho, o escravo lhe era indispensável, pelo menos até que seus filhos atingissem idade suficiente para auxiliá-lo na lide diária, caso contrário não justificaria um investimento que representava 11,68 % de seu modesto patrimônio⁷⁶.

Estes exemplos nos permitem concordar com a afirmação de Zarth sobre a importância da mão-de-obra escrava nos pequenos e grandes empreendimentos pastoris. Nem a instabilidade dos primeiros tempos e a proximidade da fronteira, fatores que facilitavam as fugas de escravos, inibiram o investimento dos estancieiros nesse tipo de trabalho. Alda Brandina da Piedade instalou-se no município, no lugar denominado Jacuízinho, no 4º distrito, em 1825⁷⁷, e pudemos mapear seus empreendimentos através dos inventários de seu marido, José Antônio de Quadros, aberto em 1860 e o seu, de 1863.

José Antônio de Quadros também se instalou no município antes da regulamentação da lei de terras de 1850, tendo estabelecido uma posse no mato do

⁷⁵ Clementino dos Santos Pacheco é proprietário da Fazenda Quatro Irmãos, que trataremos no capítulo seguinte. Autos de inventário de Clementino dos Santos Pacheco. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 36 – maço 1 – 1856.

⁷⁶ Autos de inventário de Generoso José Ferreira. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 31 – maço 1 – 1855.

⁷⁷ Conforme Relação das terras sujeitas a revalidação no 4º distrito elaborada pelo Juiz Comissário de Passo Fundo Manoel Marques dos Santos Torres em 21/12/1861. AHRS – Fundo Imigração e Colonização – Terras Públicas Juizes Comissários (correspondência) – Passo Fundo, 21/12/1861 – maço 43, caixa 23.

Jacuízinho em 1846⁷⁸, em seu inventário constam 12 escravos e 181 animais ⁷⁹. O inventário de Alda Brandina, sua esposa, é aberto três anos depois, em 1863, nele constam 7 escravos e 120 animais⁸⁰. O casal, apesar de provavelmente ter enfrentado as asperezas dos primeiros tempos de ocupação não desistiu do investimento em escravos, nos dois inventários esse investimento corresponde, em média, a 34,03% do valor total dos bens avaliados.

De maneira geral, o levantamento dos inventários mostrou-nos a importância do investimento em escravos no município de Passo Fundo:

<i>Período</i>	<i>Investimento</i>	<i>% do total</i>
1850/1855	74:880\$000	35,24
1860/1865	94:460\$000	25,91
1870/1875	58:450\$000	19,62
1880/1885	28:705\$000	14,48

Fonte: Inventários *post-mortem*, Passo Fundo, Vara de Família, Provedoria e 1º Cartório Cível e Crime. APERS.

O fato de um pequeno estancieiro despender até 30% do seu patrimônio para aquisição de escravos, mostra-nos que essa mão-de-obra era realmente fundamental para o desenvolvimento econômico da região. O tamanho médio dos plantéis variou entre 1,08 no período entre 1880 e 1885, e 5,04 escravos por propriedade, entre 1850 e 1855, sendo o maior plantel o de Maria Salomé, inventariado em 1854, onde foram arrolados 54 escravos⁸¹.

Maria Salomé foi esposa do Capitão Francisco José Dias de Almeida, com quem teve 13 filhos, um deles o delegado Diogo José de Oliveira. No processo de seu inventário são arrolados 54 escravos, sendo 18 homens, 19 mulheres e 17 crianças,

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Autos de inventário de José Antônio de Quadros. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 66 – maço 2 – 1860.

⁸⁰ Autos de inventário de Alda Brandina da Piedade. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 86 – maço 3 – 1863.

⁸¹ Autos de inventário de Maria Salomé. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 27 – maço 1 – 1854.

avaliados em 42:200\$000, o equivalente a 39,87% do montante total do inventário. Neste grupo muitos escravos foram avaliados em conjunto, “*escravo de nome Vicente, mulher e dois filhos*”, apontando a existência de famílias cativas.

A formação de núcleos familiares e de redes de parentesco no cativo representaram para os escravos a conquista de um espaço próprio, onde encontravam proteção e solidariedade contra as agruras da escravidão. Estes grupos eram ligados por elos sanguíneos ou rituais (estes últimos firmados através do compadrio), e formando redes de solidariedade bastante amplas e complexas, um *locus* privilegiado de manutenção e transmissão de heranças culturais africanas entre os cativos. No entanto, o parentesco também prendia o escravo à fazenda, e segundo Florentino e Góes⁸², estes elos seriam responsáveis por transformar o indivíduo *aprisionado* em *escravo*, e ainda, pela instauração da “paz nas senzalas”, visto que “ser parente” impedia que os escravos fugissem ou se rebelassem, sob pena de perderem o convívio com seus familiares. Neste sentido, aos senhores de escravos era interessante permitir que seus escravos casassem, ou até mesmo formassem famílias através de uniões consensuais, o único inconveniente dessa estratégia foi gerado pelo aumento no fluxo do tráfico inter-provincial, quando devido ao risco de fugas e insubordinação, escravos aparentados chegavam a ser vendidos por um preço até 10% menor que o de mercado⁸³.

Dentro desta perspectiva podemos compreender a presença de sete casais entre os escravos de Maria Salomé, num plantel tão grande (54 escravos) era necessário acionar todas as estratégias disponíveis para a conservação da ordem, principalmente por que a presença de 1.865 animais denuncia que a atividade pastoril era bastante intensa na propriedade. Considerando apenas os escravos homens⁸⁴, havia um trabalhador para cada 103,6 animais, principalmente éguas de

⁸² Cf. citado em ROCHA, 2005: 49.

⁸³ *Idem*: p. 51.

⁸⁴ Conforme já mencionado (página 29 deste texto), mulheres e crianças dedicavam-se prioritariamente as atividades domésticas e de agricultura de subsistência.

criar e “égua em crias de bestas”, sendo necessário para a conservação dessas tropas o trabalho de um escravo campeiro, embora nenhum dos escravos arrolados tenha sido designados para tal, é provável que muitos deles dominassem as técnicas de pastoreio e conforme o tamanho da propriedade desempenhavam suas funções montados a cavalo. Para desempenhar essas atividades os escravos não poderiam estar acorrentados, e também não poderiam ser vigiados por capatazes “campo a fora”, então o que impedia que esses escravos fugissem?

Uma das estratégias correlatas a formação de famílias entre os cativos era a permissão para que determinado núcleo familiar usufrísse de uma pequena nesga de terras numas das faces da propriedade de seu senhor para fazer um pequeno roçado, ou estabelecer uma moradia individual. Em muitos casos essa relativa autonomia garantia ao escravo um pequeno pecúlio, muitas vezes empregado na compra de sua alforria ou de algum de seus filhos. Os escravos eram instalados nos limites das propriedades, nos matos e encostas de serras, locais não aproveitados pela pecuária, sendo essas ocupações duplamente convenientes ao proprietário, pois ao mesmo tempo que garantia o respeito e a gratidão de seus escravos as permitindo, garantia o domínio e resguardava os limites de suas propriedades. Um escravo envolvido nesse esquema tinha bons motivos para não se arriscar em fugas e rebeliões.

Onze anos depois do inventário de Maria Salomé, em 1865, encontramos o de seu marido, o Capitão Francisco José Dias de Almeida. Em seu testamento ⁸⁵ o Capitão Francisco declarou ter nascido na freguesia da Cotia, província de São Paulo, e, considerando as idades de todos os seus filhos declaradas nos inventários de ambos e o requerimento de seu filho Diogo José de Oliveira ao juiz comissário de Passo Fundo para legitimação de uma posse de terras na mata do Jacuí ocupada

⁸⁵ Autos de inventário de Francisco José Dias de Almeida. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 97 – maço 1 – 1865.

desde 1845 ⁸⁶, é bastante provável que a família se dedicasse ao tropeio de gado e tenha se estabelecido em Passo Fundo na terceira década do séc. XIX, inclusive sendo possível o envolvimento do Capitão Francisco nas contendas da fronteira e até da Revolução Farroupilha. Corroboram com essas hipóteses o episódio relatado no item 2.1, quando em 1863, enquanto exercia o cargo de delegado, Diogo José de Oliveira demonstrou conhecimentos de “desbravador” quando embrenhou-se na mata procurando um caminho até Taquary, e a quantidade animais e escravos declaradas nos dois inventários.

Nos autos de inventário do Capitão Francisco foram arrolados 15 escravos e 397 animais, um número inferior aos de sua esposa, provavelmente por conta da partilha, mas, no entanto, há um dado interessante, foram alforriados 5 escravos em seu testamento: Antônio Moçambique e sua mulher Lauriana, José “velho”, Francisco “velho” e sua mulher Escolástica.

As alforrias⁸⁷ devem ser entendidas, assim como a formação de famílias no cativeiro, como um resultado da negociação e do conflito entre senhor e escravo. Uma negociação desigual, nem sempre com final feliz, na qual o escravo participa como o elo mais fraco, mas fundamental. Segundo Soares (2005: 2) a alforria é uma dádiva, mesmo aquelas pagas pelo escravo, mas não como sinônimo de benevolência, ou de inércia por parte dos escravos, visto que para receber a dádiva da alforria era necessário fazer por merecer, e explica:

É de longa data que os antropólogos voltaram sua atenção para o fenômeno das trocas nas sociedades arcaicas, sobretudo no que se refere à troca de presentes ou dons. Segundo os autores citados, **a dádiva estabelece uma diferença de status entre**

⁸⁶ AHRS – Fundo Imigração e Colonização – Terras Públicas Juízes Comissários (correspondência) – Passo Fundo, 21/12/1861 – maço 43, caixa 23.

⁸⁷ Alforria: carta, documento assinado pelo proprietário de escravo com o qual este lhe concedia liberdade. Podendo esta liberdade ser comprada pelo próprio escravo ou por terceiros, condicionais, que exigiam do escravo uma série de obrigações, geralmente ligadas a prestação de determinado tempo de serviço, ou a morte do senhor, e em alguns casos, sem condição nenhuma, por serviços prestados ou “amor de criação”. Esta condição poderia ser revogada a qualquer tempo pelo senhor.

doador e donatário que instaura ou reforça hierarquias, uma vez que quem recebe fica em dívida (ou conforme o caso, numa situação de dependência) para com o doador. A prática do dom encontra, pois, condições ideais para o seu exercício nas sociedades que repousam na produção/manutenção de relações pessoais entre indivíduos e grupos, como era o caso do Brasil escravista. **É no universo do dom e das dívidas por ele criadas que se esclarece e ganha sentido certos processos de hierarquização social, na medida em que cria uma situação de dependência entre o donatário e o doador.** (grifos nossos)

Portanto, o “dom” permite uma série de manobras entre as partes envolvidas, servindo a uma gama variada de interesses opostos. A alforria depende da relação construída entre senhor e cativo, visto que todas as formas de manumissão dependem da concessão senhorial, nem mesmo no caso das alforrias pagas o senhor era obrigado a conceder a liberdade, transformando o processo em algo maior do que uma simples transação comercial, havia muito mais interesses em jogo do que um punhado de réis.

Aos senhores era interessante a situação de dependência criada pela alforria, pois mantinha sob sua tutela um escravo, sem ter sobre ele as obrigações de vestir e alimentar. No caso do Capitão Francisco ele libertou seus escravos mais velhos, que com certeza não lhe acarretaria uma perda muito significativa da mão-de-obra. Todos foram referidos entre os bens de sua esposa, faltando entre eles somente a esposa de José, que considerando a alcunha dada a ele (“velho”) provavelmente já era falecida.

Notemos que nesse momento duas estratégias de manutenção de domínio sobre o cativo se sobrepõem e se complementam, os escravos alforriados formavam casais, sendo que Antônio e sua mulher Lauriana possuíam 2 filhos no inventário de Maria Salomé, e certamente os outros dois casais também possuíam filhos. Trata-se, então, de famílias constituídas dentro da senzala que agora têm parte de seus membros alforriados. Este dado pesou na escolha do Capitão Francisco conjuntamente com a idade, pois certamente estas pessoas não se afastariam de seus

filhos e netos e acabariam por engordar o contingente de agregados do Capitão. A presença de famílias no processo de alforria permitia que o senhor invocasse deveres e obrigações ao liberto de forma mais eficiente.

A alforria é um elemento fundamental na produção e reprodução das relações sociais que reforçavam o poder senhorial ao ampliar suas redes clientelares, mas devemos também nos debruçar sobre as vantagens arrecadadas pelos escravos nesse processo. Alguns autores questionam a liberdade conquistada pelos escravos através da alforria, visto que tornam-se dependentes de seus ex-senhores, mas devemos ter em mente que na sociedade brasileira do período escravista ser livre era algo bastante relativo, num cenário que implicava uma série de limitações a quem nasceu livre, impregnada pelo apreço a hierarquia, ao privilégio e à obediência, nos parece lícito que os escravos buscassem formas de ampliar seus espaços de autonomia (deixando claro que esta autonomia é mediada por uma sociedade profundamente hierarquizada), que dessem um passo decisivo para a ambição de ascender numa hierarquia social que relegava os escravos ao patamar mais aviltante.

Não foi possível localizar as cartas de alforrias dos escravos do Capitão Francisco para conhecermos as condições em que foram concedidas, no testamento não é feita nenhuma disposição a respeito, mas é plausível a hipótese de que tenham sido libertados pelos anos de serviço. O fato de ainda terem parte de suas famílias cativas permite-nos supor que estes indivíduos tenham se instalado nas proximidades da propriedade de seu ex-senhor. Além disso, pela lógica da “economia moral do dom” as dívidas e obrigações feitas pela alforria só poderiam ser pagas com a apresentação de um “contradom” equivalente ou superior, parece-nos impossível encontrar uma maneira de como os escravos poderiam restituir aos seus senhores a liberdade concedida, por isso os forros se encontravam moralmente em dívida permanente em relação aos seus antigos senhores.

A liberdade e o cativo não eram mundos estanques e absolutamente diferentes, o escravo não ia dormir cativo e acordava liberto, sua liberdade ao mesmo

tempo que era conquistada era concedida, e suas relações sociais enquanto cativo não eram interrompidas pela alforria. A liberdade era, portanto, um processo, e dele dependiam as relações de trabalho no interior das propriedades. Uma “boa gestão do escravo” (Moreira, 1996: 41) garantia o sucesso do empreendimento, garantia que o trabalho fosse executado, somente o açoite e a privação da liberdade não eram suficientes para tal, a permissão para a formação de famílias e as alforrias são parte da estratégia de dominação dos senhores, e são também o momento de liberdade, a brecha de negociação conquistada pelos escravos.

A região de Passo Fundo dispunha de “*nacionais*” suficientes para chamar a atenção da Câmara de Vereadores, mas não prescindiu do uso da mão-de-obra escrava, ao longo deste item pudemos perceber que tanto pequenos quanto grandes proprietários investiram boa parte de seus patrimônios em escravos, e para garantir o sucesso lançaram mão de todas as estratégias disponíveis, sendo destacadas a permissão para formação de núcleos familiares na senzala, e a concessão de alforrias com permissão para que libertos pudessem permanecer na propriedade. Essa última ação era de extrema importância para nossa região de estudo, visto que, como vimos no item anterior, as propriedades instaladas no município, principalmente no 3º distrito, tinham pelo menos 3 x 1 léguas, e a manutenção de suas divisas dependia da presença de agregados “fiéis”.

3. O 3º distrito de Passo Fundo: Sertão e suas articulações.

A primeira divisão distrital do município de Passo Fundo ocorreu em 1858, segundo a descrição das divisas apontadas pela Câmara, a região onde se localiza atualmente a comunidade remanescente de quilombo da Mormaça estaria entre o 1º e o 2º distrito:

1º Distrito da Vila

Terá por limite ao norte no lugar denominado Valinho um banhado que vai até o arroio Passo Fundo, e por este abaixo a foz do lajeado Teixeira, e por este acima até a serra do Mato Castelhana; a leste pelo mesmo Mato Castelhana até o lugar denominado Estiva na Estrada Geral, e deste ponto cortando aos sul em linha reta ao arroio [Taquarijo], e por este abaixo até fazer frente as propriedades de Cezario Antonio Lopes, procurando o arroio Jacuízinho, e por ele abaixo até a barra de outro denominado Pinheiro Torto, a oeste por este arroio acima até o Capão do Valinho.

3º Distrito de Nonohay

Terá por limite norte o rio Goioen que divide este município com a província do Paraná, e por este acima até fazer frente as vertentes do arroio Teixeira e por este abaixo até fazer barra no arroio Passo Fundo a leste, ao sul pela Restinga de Mato do Sarandi até o Rio da Várzea; a Oeste, por este mesmo rio abaixo até sua barra com o rio Goioen.⁸⁸

Esta divisão distrital perdurou até 1908, durante esse longo período foram alteradas algumas divisas e nomenclaturas, Sertão passa a ser sede de distrito somente em 1940 (8º distrito), e torna-se município em 1963. Os documentos que referem as propriedades próximas a área da comunidade, a designam como “Butiá” ou “Butiá Grande”, Caragoatá e Arvinha, e podem ser localizadas no mapa

⁸⁸ Ofício nº 4 [?] – Câmara de Passo Fundo, 12/01/1858. AHRS – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 99 – caixa 44.

organizado por Francisco Antonino Xavier e impresso em 1929⁸⁹, pudemos localizar este local na porção mais noroeste da sede da vila. Esta parte do município foi “povoada” por grandes propriedades, chefiadas por membros importantes da elite local que expandiram suas posses na direção dos matos. Nesse momento vamos destacar dois deles: Francisco de Barros Miranda e Amancio de Oliveira Cardoso.

Francisco de Barros Miranda declarou ao registro paroquial ser proprietário da fazenda denominada Boa Vista, composta por 3 partes de campo com procedências distintas. O primeiro, e maior, campo foi parte herdado de sua sogra Prudência Anna de Jesus e outras partes compradas de diferentes posseiros, tinha como vizinhos Joaquim Fagundes dos Reis e Felicidade Perpétua do Nascimento e media $1\frac{1}{2} \times 4\frac{1}{2}$ léguas⁹⁰; o segundo, foi comprado e media $\frac{1}{4} \times \frac{1}{8}$ léguas⁹¹; e o terceiro, era uma posse “no fundo do campo” de Manoel Jacinto Ferraz, com $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$ léguas⁹². Após a descrição dos campos, Francisco Miranda declara que sua ocupação se deu “(...) em terras devolutas no ano de 1846”, sendo essa a data que consideramos como sua chegada na região, e que não o coloca entre os primeiros povoadores (chegados entre 1827 e 1829) que destacamos no capítulo anterior, no entanto, Francisco Miranda constrói ao seu redor uma sólida rede de aliados.

A localização das propriedades de Francisco é fundamental nesse processo, ele tem como vizinhos, além dos pioneiros referidos acima, Bernardo Castanho da Rocha, Conrado de Souza Duarte e Diogo José de Oliveira. Este último, como já referenciado no capítulo anterior, foi o primeiro delegado de polícia de Passo Fundo, mas pouco sabemos sobre Bernardo Castanho e Conrado Duarte ⁹³, tivemos acesso

⁸⁹ Ver anexo 3.

⁹⁰ Aproximadamente 19.125ha.

⁹¹ Aproximadamente 112,5ha.

⁹² Aproximadamente 900ha.

⁹³ Além do registro dos terrenos ocupados por estes indivíduos no Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo, localizamos apenas o inventário de Bernardo Castanho da Rocha (auto 141, maço 5, 1872, Vara de Família (ex-órfãos)), no entanto, este documento está em péssimo estado de conservação e não pode ser feita sua leitura.

apenas aos registros de seus terrenos, e nestes documentos chama a atenção um lindeiro comum a ambos, o Barão de Antonina

João da Silva Machado, o Barão de Antonina (Taquari – 1782 / São Paulo – 1875), foi um dos grandes negociantes de tropas da primeira metade do século XIX, segundo Suprinyak (2006: 98), seu período de atuação como tropeiro foi de fevereiro de 1834 a novembro de 1852, e a ele pertenceu a maior tropa saída do extremo sul em direção a São Paulo de todo o período imperial: 2.541 animais conduzidos a 19 de dezembro de 1840, sendo que no mesmo dia fez passar ainda mais uma tropa, pelas mãos de outro condutor, contendo 1.562 animais, ou seja, um total de 4.103 animais.

Destacando-se nesse ofício logo recebeu encargos do governo, um deles a conservação da estrada de Viamão. Foi comandante superior da Guarda Nacional e representante da 5ª Comarca (futura Província do Paraná) na Assembléia de São Paulo de 1835 a 1843, tornou-se Barão por decreto de 1843 (Suprinyak, 2006: 98-99; Corrêa, 2006:16, 20-21). O Barão de Antonina possuía dois terrenos em Passo Fundo, que lhes serviam como entreposto para os animais que ele conduzia até São Paulo. As propriedades ficavam no lugar denominado Bugre Morto, entre o rio Passo Fundo e o lajeado Sarandi, e não foram mencionadas suas medidas, sendo apenas identificadas como sesmarias⁹⁴, esses registros foram feitos no ano de 1855⁹⁵.

⁹⁴ Aproximadamente 3 x 1 légua = 10.800ha.

⁹⁵ APERS – Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo – fl. 61.

O Barão de Antonina teve como sócio seu afilhado David dos Santos Pacheco⁹⁶ até o ano de 1846, quando este último associou-se a seus irmãos e adquiriram campos em Passo Fundo, a propriedade foi registrada por Clementino dos Santos Pacheco denominada Fazenda Quatro Irmãos⁹⁷, composta por 3 campos adquiridos de formas diferentes⁹⁸, sendo que numa das posses é seu vizinho Francisco de Barros Miranda. Clementino Pacheco foi referido no capítulo anterior⁹⁹, onde destacamos a presença de escravos campeiros e identificamos a vocação pastoril da propriedade, que agora podemos vincular ao comércio inter-provincial que funcionava através das redes de aliados lideradas, principalmente, pelo padrinho de seu irmão, o Barão de Antonina.

Francisco Barros de Miranda viera de São Paulo e também investia no tropeio de gado e mulas, certamente se beneficiou da proximidade com tropeiros importantes, que poderiam lhe ajudar a fortalecer suas ligações com o principal mercado para as tropas no centro-sul do país. No inventário de sua esposa, Maria Prudência de Souza, aberto em 1876¹⁰⁰, o casal possuía 2.643 animais, entre eles

⁹⁶ David dos Santos Pacheco nasceu em 1810 e morreu em 1893 na Lapa. Casou-se com sua prima Ana Francisca de Carvalho. Ambos descendiam diretamente dos primeiros moradores da Freguesia de Santo Antônio da Lapa. David Pacheco foi um dos maiores vultos da história social, econômica e política dos Campos Gerais do século XIX. Muito jovem foi iniciado nas lides do comércio de tropas muares pelo seu padrinho João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, com o qual manteve sociedade de 1834 a 1846. A partir de então, associou-se com irmãos, cunhados, sobrinhos e primos (suas duas filhas casaram-se com o Conselheiros Manuel Alves de Araújo e com o Comendador Joaquim Alves de Araújo), tornando-se um dos maiores comerciantes de tropas do Paraná. Teve fazenda em Passo Fundo, de onde encaminhava os animais para as invernações da Lapa e as feiras de Sorocaba, onde os revendia. Dada sua posição como tropeiro e comerciante de gado, próspero homem de negócios, de prestígio social e político na sua comunidade, ocupou altas posições na vida da 5ª Comarca, depois Província do Paraná. Foi deputado provincial, Comandante Superior da Guarda Nacional e 1º Vice-Presidente da Província do Paraná e um dos líderes do Partido Liberal do Paraná, aliado a Jesuíno Marcondes. Em 1880 recebeu em sua casa na Lapa o Imperador D. Pedro II e Dona Tereza Cristina, quando alforriou todos os escravos de suas três fazendas no Paraná e na de Passo Fundo. Nesse ano recebeu o título de Barão de Campos Gerais (WESTPHALEN, p. 328-329 apud Corrêa, 2006: 21).

⁹⁷ APERS – Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo – fl. 43.

⁹⁸ Que juntos teriam aproximadamente 4.050ha.

⁹⁹ Ver página 58.

¹⁰⁰ Autos de inventário de Maria Prudência de Souza. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 173 – maço 7 – 1876. Não foi possível consultar os autos de inventário de

destaca-se 1.284 reses de criar e 850 éguas, evidenciando a importância da pecuária, e 8 escravos, 3 homens e 4 mulheres, sendo apenas 1 criança.

Entre os escravos, destacamos a escrava Cezarina¹⁰¹, que segundo Ruckert (2002), teve quatro filhos com Francisco de Miranda e recebeu parte dos terrenos em doação do próprio Francisco. Neste inventário somente uma filha de Cezarina é apontada, Silvana, de 15 anos, que foi dada como dote a filha de Francisco, Isabel de Miranda Oliveira, casada com João Baptista de Oliveira Lima, pelo valor de 500\$000. Em pesquisa nos registros batismo encontramos mais 3 filhos de Cezarina, nascidos de “ventre livre”¹⁰²: os gêmeos Quirino e Quirina, nascido em 1875; Juvenal, nascido em 1876 e Antão, nascido em 1879 ¹⁰³. Entre os bens de raiz são arrolados seis imóveis, entre eles uma casa na rua de Comércio, um potreiro nos “subúrbios” da Vila, e duas invernadas, uma denominada Bugio e outra Arvinha¹⁰⁴. Estes campos eram contíguos e juntos cobriam aproximadamente 14.000ha.

Pudemos notar que, de fato, a localização das propriedades de Francisco de Miranda permitiu que ele tivesse acesso tanto as redes locais (Diogo José de Oliveira) quanto as redes de comércio inter-provincial (Bernardo Castanho, Conrado Duarte e Barão de Antonina). Para reforçar esses elos e ascender na vida social e política de Passo Fundo, Francisco Miranda também lançou mão de um recurso bastante comum na época: a participação na Guarda Nacional.

Francisco Barros de Miranda, aberto em 1890, pois este documento foi enviado ao cartório de Passo Fundo a pedido do Juiz de Direito em 12/03/1952, e não foi devolvido ao Arquivo Público (auto nº 297, maço 12, Vara de Família).

¹⁰¹ Escrava Cezarina, cor preta, 36 anos, avaliada em 600\$000. Autos de inventário de Maria Prudência de Souza. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 173 – maço 7 – 1876.

¹⁰² A Lei do Ventre Livre determinava que a partir da promulgação da mesma todos os filhos de mães escravas eram considerados livres. No entanto, deveriam ficar em poder dos senhores até 8 anos, após essa idade deveriam ser encaminhados ao Estado que indenizaria o senhor, ou então, deveriam continuar na propriedade até completar 21 com intuito de indenizar os senhores.

¹⁰³ Cúria Diocesana de Passo Fundo – Registro Paroquial de Batismo – livro 3 – folhas 33, 33v, 43v e 73v, respectivamente.

¹⁰⁴ Nesta última invernada teria se consumado a doação à escrava Cezarina.

Esta corporação foi criada durante o 2º Reinado¹⁰⁵, e ao contrário do que o nome aparenta, não estava ligada ao Exército, estava subordinada ao Ministério da Justiça e sua principal função era garantir o cumprimento da Constituição, sendo composta por cidadãos com renda anual superior a 200\$000, nas grandes cidades, e 100\$000 nas demais regiões, e suas unidades organizadas por paróquias/municípios e seu uso administrado pelos Juizes de Paz. Portanto, com o critério de renda e a supervisão do Juiz de Paz, as tropas da Guarda Nacional se baseavam nas elites políticas locais, pois estas formavam e dirigiam o Corpo de Guardas. Francisco de Miranda entrou para a corporação em 1848, no mesmo ano foi promovido a 2º Sargento, Tenente em 1854, Capitão em 1855 e Tenente-Coronel em 1863.

Proprietário de grandes fazendas e tropas, e membro da Guarda Nacional, em 1860 Francisco de Miranda é eleito Juiz de Paz do 3º distrito, e em 1864 se elege vereador para o mandato de 1865/1869, mas essa função foi interrompida pela Guerra do Paraguai, onde comandou o 5º Corpo da Guarda Nacional. A atuação de Francisco de Miranda foi abreviada por uma moléstia e ele retornou a Passo Fundo no final de 1866¹⁰⁶.

Os passo-fundenses participaram ativamente da campanha militar no Paraguai, tanto no campo de batalha como no “bastidores”. Além do Corpo comandado por Francisco de Miranda, foram enviados mais três, tendo maior destaque na batalha o Major Francisco Xavier Chicuta que participou das ações que levaram a derrota paraguaia. Aqueles que por alguma razão ou outra não pegaram em armas para defender a pátria contribuíram com munição para as tropas e auxílio às famílias dos combatentes pobres, conforme destaca a Câmara de Passo Fundo:

¹⁰⁵ A Guarda Nacional foi criada para enfraquecer o Exército, a opção dessa corporação de participar das lutas políticas, posicionando-se pela volta de D. Pedro I no caso da oficialidade, e reivindicando melhores soldos e mostrando-se contra as discriminações racial e social, no caso das patentes mais baixas, tornavam esta corporação uma ameaça a nova ordem que planejava-se dar ao país.

¹⁰⁶ Relação dos Oficiais pertencentes ao Corpo nº 5º da Vila do Passo Fundo, em 05/12/1862. AHRS – Guarda Nacional – Passo Fundo – maço 90.

(...) Para a guerra atual tem sido quase geral o concurso dos habitantes sem distinção de ricos e pobres, moços e velhos, pois todos mais ou menos prestaram ou prestam ainda, se não donativos aos menos seus serviços pessoais, estes serviços não podem ser somente aqueles que se prestam em campanha com as armas nas mãos, muitos dos que não foram expor seus peitos as balas e suas vidas pela pátria e também os prestam, embora não sejam tão salientes, nem perigosos.

As famílias ficam necessitam de socorros nas diárias precisões, foi assim que alguns comandantes com nobre desinteresse cederam seus vencimentos a favor dos de seus soldados nas condições de o merecerem (...)

Quanto aos particulares, protetores das famílias desvalidas, nas relações nominais se nota em observação especial a generosidade que dispensam, pois jamais podem ser esquecidos homens que se tem revelado instrumentos da Providência Divina um bem da humanidade sofredora.¹⁰⁷

Em anexo a esse documento se encontra a relação dos cidadãos do município que participaram com atitudes e/ou bens da campanha do Paraguai, onde encontramos muitas das personagens citadas neste estudo contribuindo com a dita campanha, o Tenente Coronel Francisco Barros de Miranda e o Capitão Joaquim José de Andrada Pereira, com seus serviços, Amancio de Oliveira Cardoso e Bernardo Castanho da Rocha com quotas em dinheiro para a compra de armamento. O Tenente Coronel Francisco Barros de Miranda surge no topo da lista, pois além de se expor aos perigos do combate *“prestou gratuitamente seu campo para invernar a cavalhada reúna, a qual por vezes deu sal”*, e socorreu famílias pobres, com alimentos e vestuários.¹⁰⁸

O *“nobre desinteresse”* dos comandantes que cederam seus patrimônios e até seus vencimentos para o auxílio de famílias pobres revela como o envolvimento na guerra do Paraguai foi capitalizado por esses indivíduos para alcançar maior

¹⁰⁷ Ofício da Câmara de Passo Fundo, 18/10/1866. AHRs – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 100 – caixa 44.

¹⁰⁸ Apresenta-se duas relações a primeira nomeando todos que contribuíram, dividida em 40 brasileiros e 8 estrangeiros, e a segunda com aqueles que prestaram serviços em combate, sendo arrolados 10 indivíduos. Anexo ao Ofício da Câmara de Passo Fundo, 18/10/1866. AHRs – Autoridades Municipais – Passo Fundo – maço 100 – caixa 44.

destaque no cenário político e social local, divulgar a lista dos que colaboraram, inclusive remetendo-a ao Presidente da Província, faz parte dessa estratégia de busca de poder político e prestígio.

Francisco de Miranda está no grupo dos que se envolveram diretamente conflito, já Amancio de Oliveira Cardoso, fez parte do grupo que permaneceu em Passo Fundo cuidando da manutenção das redes de sociabilidade, sendo um dos homens “*revelado instrumento da Providência Divina*”¹⁰⁹.

Conforme já referenciamos no capítulo anterior, Amancio de Oliveira é curador da herança deixada por um dos pioneiros de Passo Fundo, Manoel Jacinto Ferraz e filho adotivo de Maria Luiza de Oliveira, também pioneira, e, além disso, é lindeiro do campo arrolado entre os bens da herança da esposa de Francisco de Miranda. No registro paroquial de terras, em 1854, Amancio declara possuir por posse, há mais de 5 anos, um pequeno campo de $\frac{1}{4}$ x “meio quarto” de légua, onde sua mãe adotiva é lindeira ao norte e leste ¹¹⁰. A partir desses dados não poderíamos incluir Amancio de Oliveira entre os grandes proprietários de Passo Fundo, mas Amancio procurou de todas as formas ser incluído nas redes de poder local que estavam sendo construídas no 3º distrito, iniciando sua busca por projeção política e social através do acúmulo de terras, que se dá a partir do inventário de Maria Luiza.

Maria Luiza casou-se pela terceira vez com Ignácio Francisco Leandro de Castilhos, e quando seu inventário é aberto em 1863 Amancio de Oliveira intervém no processo, requerendo sua inclusão no pleito, afinal em disposição testamentária ele é declarado herdeiro e testamenteiro. Mesmo sob protestos de Amancio, Ignácio Castilhos segue como inventariante, Amancio é incluído entre os herdeiros, e na

¹⁰⁹ O conflito com o Paraguai se encerrou em 1870, formalmente a Tríplice Aliança formada por Brasil-Argentina-Uruguai saiu vitoriosa do conflito, o Paraguai arcou com as maiores baixas, mas o Brasil saiu do conflito completamente endividado. O município de Passo Fundo, que já experimentava uma crise econômica desde 1863, sofreu as conseqüências de ter enviado suas maiores fortunas, direta ou indiretamente, para a zona de combate, pois além dos recursos doados em prol da causa, os oficiais da Guarda Nacional deveriam equipar as tropas as suas custas, e todo esse *esforço de guerra* endividou muitos deles.

¹¹⁰ APERS – Registro Paroquial de Terras de Passo Fundo – fl. 21.

partilha recebe 4 escravos e 24 animais, sendo que maior parte dos campos ¹¹¹ fica com a filha legítima de Maria Luiza, Maria Francisca Vieira. Maria Francisca era solteira na época do inventário e certamente Amancio tenha ficado como administrador dos bens herdados por ela, visto que o padraсто em seguida casa-se novamente.

Durante a guerra do Paraguai, Amancio de Oliveira participa ativamente das campanhas de auxílio aos pobres e às tropas, dessa forma ampliando simultaneamente suas redes de sociabilidade vertical e horizontal, principalmente por que no ano em que iniciam os combates (1865) ele já é casado com Balbina Prudência de Souza, irmã de Maria Prudência de Souza, esposa de Francisco Barros de Miranda. E é através de seu casamento que Amancio fortalece seus vínculos com a elite local formada pelos pioneiros e grandes proprietários, concunhado de Francisco de Miranda pode agora ser considerado *membro efetivo* desse grupo, o que lhe permitia uma maior participação política, social e econômica na sociedade regional.

Balbina e Maria Prudência herdaram de Thereza Maria de Jesus, falecida em 1864 um campo ocupado pela dita Thereza em 1830 em sociedade com Manoel Jacinto Ferraz, que foi repartido entre ambos em 1835 e desde então ocupado pela testadora. Balbina de Souza é declarada em testamento universal herdeira “*em razão de muita amizade que a ela tinha*” a testadora, e além dos campos recebe como herança 3 escravos e alguns animais ¹¹². Mais uma vez podemos notar a rede de relações se fechando no 3º distrito, Manoel Jacinto foi por nós referenciado no capítulo anterior como um dos pioneiros de Passo Fundo, tendo este passado os últimos momentos de sua vida na residência de Amancio de Oliveira, que o atendeu e foi dele curador e

¹¹¹ Os bens de raiz arrolados são: um campo de uma légua de comprimento e quarto de largura (6:000\$000); uma casa e benfeitorias no mesmo campo (300\$000); uma posse de terras lavradas de ½ légua de comprimento e ¼ de largura, sujeito a legitimação (200\$000). Cabendo a Maria Luiza Parte uma parte no valor de 2:976\$020 do campo avaliado em 6:000\$000, a casa nesse mesmo campo e a posse de terras lavradas. Autos de inventário de Maria Luiza de Oliveira. APERS – Inventários de Passo Fundo – Provedoria – auto 2 – maço 1 – 1863.

¹¹² Autos de inventário de Thereza Maria de Jesus. APERS – Inventários de Passo Fundo – Provedoria – auto 3 – maço 1 – 1865.

administrador dos bens; Thereza Maria de Jesus consta como lindeira de Manoel Jacinto e Felicidade Perpétua no registro paroquial de terras, em seu testamento declara ser natural de São Paulo, solteira, sem filhos e certamente deixa seus bens as irmãs Balbina e Maria por que, assim como Amancio fizera a Manoel Jacinto, elas a acompanharam nos últimos dias de sua vida.

O assistencialismo, tanto horizontal quanto vertical, é uma das características do modelo clássico de família patriarcal, explorado por estudiosos como Gilberto Freyre e Oliveira Viana¹¹³, e que serve como base para as relações construídas na sociedade passo-fundense dos séculos XVIII e XIX. Dentro deste esquema, o chefe do clã ou grupo de parentes cuidava dos negócios e tinha o dever de preservar a linhagem e a honra da família, exercendo sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes sob sua área de influência. Segundo Samara (1991: 13), a composição desse grupo se dava a partir de uma dupla estrutura, formada por um núcleo central acrescido de outros membros:

O núcleo central era composto pelo chefe de família, esposa e legítimos descendentes: filhos e netos por linha materna e paterna. A estrutura da camada periférica era mais complexa e menos delineada e dela faziam parte: parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos. Incorporando ainda as fileiras da família patriarcal e, sob sua influência, por razões econômicas, políticas, ou quaisquer outros vínculos, estavam os vizinhos (pequenos sitiantes, lavradores e roceiros) e os trabalhadores livres e migrantes.

Passo Fundo possuía as condições favoráveis para o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata, o que favoreceu também a formação desses núcleos familiares que compunham a elite política local. Contudo, a estrutura agrária que se formou em Passo Fundo a partir de seu

¹¹³ Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. 2 vols.; *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. 2 vols. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973-74. 2 vol.

povoamento, principalmente na região do 3º distrito, baseada na grande propriedade e nas redes de poder local, não permitiu que pequenos lavradores pudessem se estabelecer, atrapalhando os planos imperiais expressos na Lei Terras de 1850. Restou aos pequenos buscar abrigo junto aos chefes clãs residentes no local.

O grupo de lavradores livres era composto principalmente de migrantes pobres, índios e ex-escravos, estes indivíduos se ligavam aos proprietários por vínculos de trabalho, como mão-de-obra em todas as atividades relacionadas a estância e muitas vezes ocupavam os matos e bosques nas extremidades das posses, onde poderiam desenvolver uma atividade econômica independente (como um roçado). A permissão para que estes indivíduos ocupassem estes locais era dada pelo proprietário que dessa forma garantia que toda sua extensão de terras fosse povoada (condição para legitimação da posse) e também a sua projeção numa sociedade em que o prestígio era medido pela quantidade de pessoas que compunham seu séqüito. Sendo que os proprietários do 3º distrito tinham uma vantagem perante os demais na formação de suas redes verticais: a quantidade de matos e “serras”¹¹⁴ disponíveis para o assentamento de seus agregados¹¹⁵.

Considerando o tamanho médio das propriedades no 3º distrito e a presença de escravos em maioria delas, podemos afirmar que os fazendeiros locais utilizavam seus agregados como *posteiros*¹¹⁶ e que ex-escravos faziam parte desse grupo. A doação de terras e de benfeitorias feita aos libertos ou a permissão para ocupá-las contemplava o interesse senhorial em legitimar a posse e o domínio sobre as terras que, não raro, eram objeto de intensas disputas¹¹⁷, mas muitas vezes os libertos eram movidos por interesses pessoais, não só por obediência, pois se caso seu ex-senhor

¹¹⁴ Local onde o desnível do terreno não é propício para a pecuária.

¹¹⁵ Agregados são indivíduos que não possuem moradia própria e por isso se abrigam em propriedade alheia.

¹¹⁶ Indivíduo que instalado estrategicamente na extremidade de uma propriedade, zela por sua integridade.

¹¹⁷ “Nessas disputas não raro estavam envolvidos escravos, libertos e agregados a mando de um senhor contra o outro, casas e cercados eram derrubados, lavouras destruídas...”. SOARES, 2005: 9.

perdesse o domínio sobre seu território todos seus agregados perderiam o pouco que haviam conquistado a duras penas. Isso significa que aquelas famílias que estavam formalmente separadas pela alforria, ou seja, parte da família liberta e outra cativa, não estavam “geograficamente” separadas.

O conflito no Paraguai se encerra em 1871, as tropas do Exército retornam como uma força político-militar muito maior do que antes da guerra, e as relações entre esta instituição e o Império voltam a estremecer. Entre o médio oficiliato circulavam as nascentes ideologias republicanas e abolicionistas. Após anos de lutas lado a lado com escravos e libertos, os jovens militares passaram a defender a abolição, e nesse momento acrescentavam-se as reivindicações de maior atenção à educação, à indústria e à construção de estradas de ferro. O apoio do Exército à causa abolicionista repercutiu em todo o Império, em todas as províncias multiplicaram-se irmandades, clubes e sociedades fundados com a intenção de lutar pela abolição definitiva da escravidão e/ ou para angariar fundos para a compra de alforrias.

A forte presença de gaúchos na Campanha do Paraguai trouxe ao planalto rio-grandense os ideais abolicionistas. Segundo De Bortolli (2003: 98), Cruz Alta foi um dos municípios pioneiros na formação de clubes abolicionistas, pois em 1870 (antes da Lei de Ventre Livre) o Clube Literário Aurora da Serra organizou uma “caixa” que reuniria fundos para a libertação de crianças, apesar de sua duração efêmera o Clube conseguiu alforriar 100 crianças. Na esteira dessa campanha Passo Fundo também funda um clube abolicionista, a Sociedade Emancipadora das Crianças do Sexo Feminino, assinam a ata de abertura 59 cidadãos, sendo que 4 deles comemoraram a iniciativa com a alforria de uma de suas escravas, entre eles: Joaquim José de Andrada Pereira, Diogo José de Oliveira (que libertou uma escrava), Francisco de Barros Miranda e Amancio de Oliveira Cardoso (Oliveira, 1990: 118).

Infelizmente não tivemos acesso a este documento, nem as cartas de alforrias a que ele se refere, no entanto, sabemos que a alforria muitas vezes era concedida mediante uma série de exigências a serem cumpridas pelo escravo até que de fato

pudesse gozar de sua liberdade. As alforrias, por força de lei eram revogáveis e os senhores de forma alguma se furtavam de usar esse direito, inclusive transformando essa cláusula em mais um instrumento de dominação, segundo Moreira (1996: 58), essa estratégia fica muito evidente quando analisadas as alforrias concedidas por falecimento do senhor (principalmente em disposições testamentárias) e

(...) era freqüente a estratégia de prometer a liberdade após a morte de seus amos contanto com a obediência e dedicação. Isso prendia o cativo a uma promessa de liberdade, a qual dependia da forma como desempenhariam seus serviços e da aprovação de seus proprietários. A carta ficava em poder dos senhores – isso no caso de não ter se processado apenas um acordo oral – e era entregue aos libertos no sétimo dia após o falecimento, num ritual de demonstração de caridade e de fortalecimento das promessas de paraíso.

Francisco Barros de Miranda e Amancio de Oliveira Cardoso participam da campanha abolicionista, sabemos que ambos possuíam escravos, o primeiro herdara de sua esposa 8 cativos e o segundo por herança de sua mãe possuía, pelo menos, 4 escravos, mas se considerarmos os tamanhos de suas propriedades e investimentos certamente estes indivíduos possuíam plantéis maiores¹¹⁸. No entanto, não sabemos se nessa ocasião algum deles foi libertado. Francisco Miranda foi vereador em 1864, e, em 1873, Amancio é eleito vereador pela primeira vez, retornando a Câmara em 1883, e nesse novo mandato, a partir de 1884, exerce o cargo de vice-presidente da Câmara. Nesse ano a campanha abolicionista é retomada, impulsionada principalmente por um decreto de 24 de março de 1884, em que a o Ceará decretou a libertação de todos os escravos daquela Província.

¹¹⁸ Salientamos que Francisco Barros de Miranda e Amancio de Oliveira Cardoso faleceram após a abolição da escravatura (1890 e 1904, respectivamente), portanto não foi possível precisar o número de cativos que ambos possuíam.

Em Passo Fundo onde a campanha havia se arrefecido a mais de 10 anos, mas em sessão da Câmara de setembro de 1884 o vereador Antônio Ferreira Prestes Guimarães apresenta uma moção a favor da retomada da campanha:

A Câmara Municipal de Passo Fundo, satisfeita com o movimento abolicionista que presentemente se opera na província, e já despertou nesta vila com grande entusiasmo e brilhante resultado, promovendo-se ativamente a redenção dos cativos, sem abalos, violências, sem vexames, ao ponto de fraternizar o povo na execução do pensamento generoso e patriótico de libertar a vila até o dia 28 de setembro, aniversário da áurea lei do imortal Visconde do Rio Branco, resolve, por unanimidade de votos, criar um livro de ouro, a exemplo de Porto Alegre, nas páginas do qual serão transcritas as atas da Assembléia Popular, voluntariamente incumbida do magno tentame, que será levado a efeito pelo concurso do brioso e adiantado povo passo-fundense." (Xavier, 1990: 147)

O documento é aprovado por unanimidade, e alguns dias depois são compostas pela Câmara comissões para atuarem na campanha abolicionista nos distritos, uma para cada distrito com 3 membros, Francisco Barros de Miranda é um dos responsáveis pelo 3º distrito. Amancio de Oliveira nesse ano atua como vice-presidente da Câmara. Em dezembro a Câmara envia um telegrama a presidência da Província onde noticia o sucesso da campanha:

No dia 2 do corrente com mais 246 cartas de liberdade, ficou emancipada a comarca, com exceção somente dos escravos de órfãos, interditos e ausentes. Esta câmara exulta com Vossa Excelência por este faustoso acontecimento, que tanto nobilita o patriotismo popular.¹¹⁹

Além do impulso dado pela atitude da província do Ceará, contribuiu para o "sucesso" da campanha abolicionista em Passo Fundo a apreensão instalada entre os grandes proprietários causada pelas discussões acerca da libertação dos escravos.

¹¹⁹ Telegrama da câmara a presidência da província em 11/12/1884. Documento transcrito por Oliveira, 1990: 148-149.

Desde de 1830 eram discutidos os caminhos para a libertação dos escravos, em 1884 duas leis nessa direção já haviam sido promulgadas (Lei Eusébio de Queirós e Lei do Ventre livre), o movimento abolicionista crescia e se fortalecia, principalmente sob as lideranças de José do Patrocínio e Luiz Gama, e no Senado tramitavam diferentes propostas, entre elas a que mais temor causava aos senhores de escravos: a libertação sem indenização.

A produção agrícola de Passo Fundo, desde sua fundação, era muito frágil, e após a guerra do Paraguai, quando boa parte dos recursos foi canalizado para o combate, a economia do município se encontra em franca decadência, tendo um momento de pequena estabilidade em 1868 quando a demanda de mulas no centro do país aumenta. A iminência da libertação dos escravos sem a possibilidade de indenização fez com que muitos senhores optassem por alforriar seus escravos sob a condição destes lhes prestarem mais alguns anos de serviço, ou pela permissão para que se ampliassem as zonas de roçado de seus escravos e agregados, no intuito de continuar contando com o trabalho destes indivíduos e postergar ao máximo a abolição da escravatura (que deveria acontecer da forma mais lenta e gradual possível).

A informação da Câmara de que foram formalizadas 246 cartas de alforria no município em 1884 seguramente é reflexo dessas estratégias, é provável que esmagadora maioria delas tenham sido concedidas sob condição ou somente para parte da família do escravo. Portanto, não podemos nos iludir pensando que esse elevado número de alforrias significou a abolição do trabalho escravo no município (ou na Província), tratava-se antes de mais uma ação em prol da “boa gestão do escravo”, da confirmação e fortalecimento das redes de solidariedade construídas pelos grandes proprietários em torno de suas fazendas, do que de benevolência.

Mesmo aos libertos que não possuíam nenhum tipo de relação familiar com a senzala de onde saíram e não pretendiam continuar a trabalhar para seus ex-senhores, a possibilidade de se afastar do município, na maioria das vezes, não era

muito vantajosa. Longe do local onde era conhecido e reconhecido como forro esse indivíduo corria o risco de ser novamente escravizado, além de encontrar dificuldades para encontrar trabalho que garantisse o seu sustento, portanto podemos afirmar que a maioria mantinha-se próximo a seus ex-senhores ou herdeiros e parentes deste, bastava que lhes fosse permitido trabalhar e morar.

Nesta perspectiva o 3º distrito era especialmente atraente, nele haviam grandes propriedades onde era possível trabalhar, mesmo que sazonalmente, e uma zona de matos e encostas de serras onde estes indivíduos poderiam arrancar-se. Morador e proprietário de terras no 3º distrito, vereador e “abolicionista” Amancio de Oliveira em 1884 alforria Firmina, que 10 anos mais tarde dará luz a Francisca, que conhecemos hoje como Francisca Vieira, a Mormaça.

3.1. Firmina, liberta de Amancio de Oliveira Cardoso: os nexos entre a escrava liberta e os descendentes da Mormaça.

Morador e proprietário de terras no 3º distrito, vereador e “abolicionista” Amancio de Oliveira em 1884 alforria Firmina, que 10 anos mais tarde dará luz a Francisca, que conhecemos hoje como Francisca Vieira, a Mormaça.

Em 1884, ano do retorno da campanha abolicionista de Passo Fundo, Amancio de Oliveira alforria sua escrava Firmina, pertencente a ele por herança deixada por sua mãe em 1863, quando contava ter 5 anos. Em 1877 foi registrado o batismo de Cândida, sua filha natural nascida em 16/01/1876, e nesse assento Firmina é declarada como “solteira, preta escrava de Amancio de Oliveira Cardoso”, foram padrinhos de Cândida João Cardoso e Maria, também escravos de Amancio de Oliveira¹²⁰. Seis anos mais tarde, em 1883, é batizado Gervásio, outro filho seu,

¹²⁰ Cúria Diocesana de Passo Fundo – Registro Paroquial de Batismo – livro 3 – folha 57v.

nascido em 19/06/1880, nesse registro Firmina ainda é referida como escrava de Amancio ¹²¹, mas em 1884, quando é batizada Ottilia, Firmina consta como “*liberta do Capitão Amancio de Oliveira Cardoso, residente no 3º distrito*”¹²².

Firmina foi trabalhar para Amancio de Oliveira em tenra idade, e certamente foi encaminhada ao serviço doméstico, fato que provavelmente colaborou para que sua alforria tenha sido concedida quando ela ainda tinha em torno de 26 anos ¹²³. Não encontramos o documento que formaliza a liberdade de Firmina, portanto não podemos precisar a data exata¹²⁴ e nem as razões pelas quais ela foi liberta, no entanto, alguns indícios como ter sido liberta em idade produtiva e ser referida como “liberta” de Amancio, puderam nos indicar que Firmina foi uma criada da casa fiel e obediente. Claramente podemos notar que a alforria nesse caso foi utilizada dentro de uma lógica de dominação e subordinação. Com três filhos menores Firmina não poderia prescindir do trabalho na casa de Amancio, e certamente permaneceu em sua propriedade.

Firmina teve mais três filhos: Laurentina, Francisca e Justimiano. Laurentina de Oliveira Cardoso nasceu entre 1881/1882, tivemos acesso a suas informações através de seu registro de óbito, feito em 1938, onde são indicados como seus pais Elisbão Luiz Vieira e Firmina Vieira, Laurentina foi casada com Ezequiel Manoel Antônio, com quem teve 4 filhos. Francisca nasceu entre 1892/1894, conforme informações extraídas de sua certidão de casamento, realizado em outubro de 1811 com Luiz Bernardo da Cruz, com quem teve 4 filhos. A filiação de Justimiano foi declarada nos registros de nascimentos dos 9 filhos que teve com Deolinda Vieira de Oliveira entre 1914 e 1937.

¹²¹ Cúria Diocesana de Passo Fundo – Registro Paroquial de Batismo – livro 3 – folha 92.

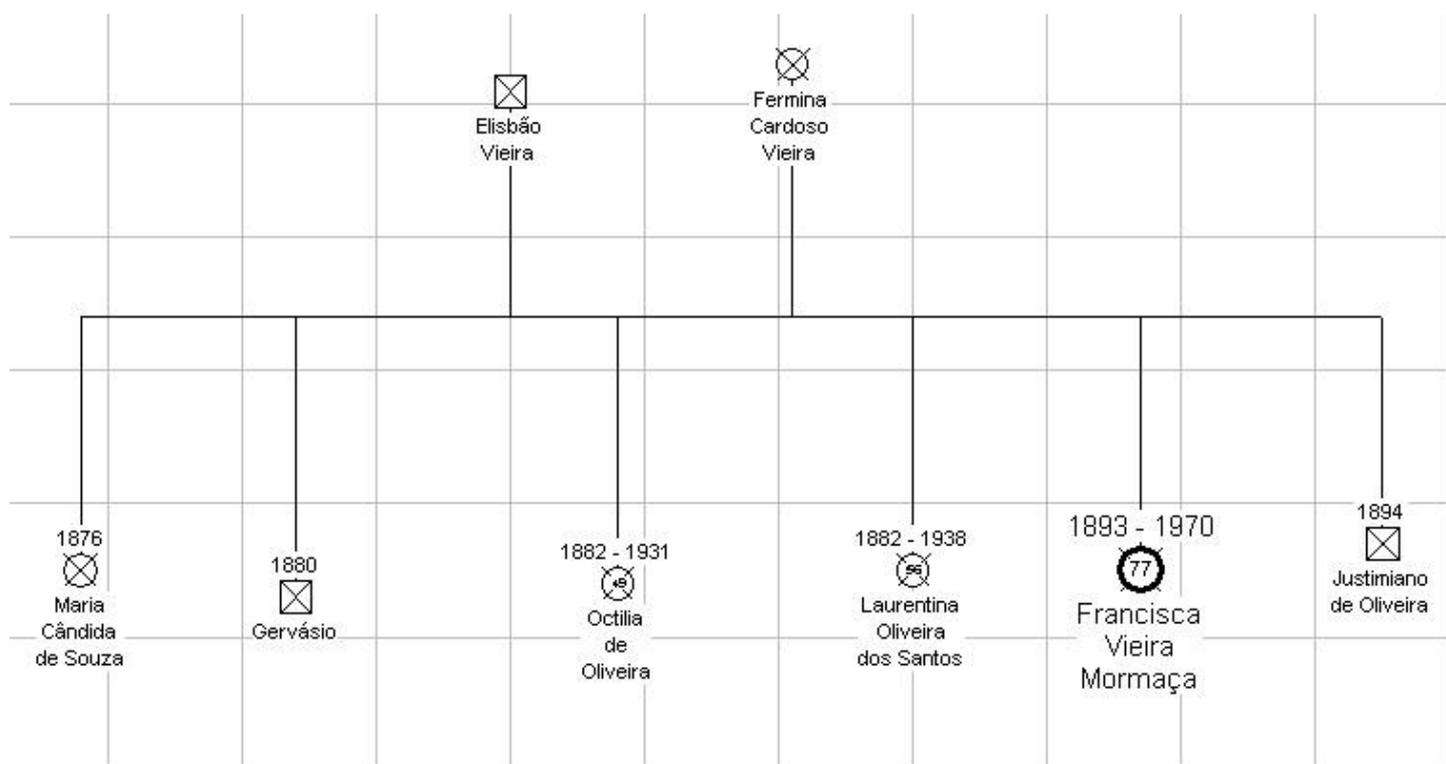
¹²² Cúria Diocesana de Passo Fundo – Registro Paroquial de Batismo – livro 3 – folha 105v.

¹²³ Consideramos a idade dada a ela no inventário de Maria Luiza de Oliveira, no ano de 1863, quando contava ter 5 anos.

¹²⁴ A partir dos registros de batismos de seus filhos Gervásio e Ottilia podemos afirmar que foi entre 04/04/1883 e 28/12/1884.

Nos registros de batismo Firmina é indicada como solteira e seus filhos como “naturais”, ou seja, ilegítimos, oriundos de uniões não sacramentadas pela igreja, no entanto, isso não significa que o pai das crianças não estivesse presente, Otilia que em seu registro de batismo é declarada filha natural, mas em seu registro de óbito consta como filha de “Lisbão” de Oliveira e “Firmina Ursulina” de Oliveira, mostrando que ela conhecia e reconhecia este como seu pai. Elisbão não é citado nos registros por que não era oficialmente casado com Firmina, e de acordo com o sobrenome adotado por ele, Vieira, é provável que ele fosse escravo ou agregado de Theobaldo Vieira, vizinho de Francisco Barros de Miranda e casado com Emilia Prudência de Souza, irmã de Maria Prudência e Balbina Prudência, esposas de Francisco de Miranda e Amancio de Oliveira, respectivamente. Corroborar com essa hipótese o fato de que a madrinha de Otilia é Francelina Vieira de Souza, filha de Theobaldo Vieira e Emilia Prudência.

Essa foi a composição inicial da família de Elisbão e Firmina:



Firmina e Elisbão provavelmente se instalaram com seus filhos nas matas que circundavam a propriedade de Francisco Miranda, Theobaldo Vieira e Amancio de Oliveira, os laços de parentesco e aliança que uniam esses senhores facilitavam o trânsito de seus escravos e agregados entre suas propriedades. Não é possível precisar o local exato onde a família se estabeleceu, seguramente a medida que as matas foram derrubadas e avançam sobre elas os campos de criação e lavoura, Firmina e Elisbão deslocam-se em busca de um lugar que pudessem abrigá-los com mais tranqüilidade e segurança, o local onde atualmente ocupa a comunidade da Mormaça tem características propícias para esse tipo de abrigo: não é um terreno plano e, segundo a própria comunidade, era coberto por mata de pinheiros.

A família de Elisbão e Firmina certamente não foi a única a buscar refúgio nas matas da região do 3º distrito, principalmente após a abolição da escravatura em 1888, a esse local recorreram outras famílias, agora completamente livres do cativeiro, mas absolutamente desamparadas¹²⁵. Nesses espaços são construídas novas famílias e reafirmadas as relações de parentesco e aliança constituídas no tempo do cativeiro.

No capítulo anterior demonstramos como a formação de núcleos familiares foi fundamental para a construção de alianças entre os chefes locais, mas em estruturas mais simples, como as formadas pela família de Elisbão e Firmina, essas relações também são possíveis e eficientes. Nos domicílios com estrutura mais complexa as relações de trabalho eram determinantes, por isso era mais comum a presença de escravos e agregados do que de parentes e afilhados, no caso de estruturas mais simples e menores o trabalho dos agregados é substituído pelo de parentes e afilhados, estimulando os laços de solidariedade da família que

¹²⁵ Após a abolição da escravatura, além daqueles ex-escravos que deixaram as fazendas e não conseguiram empregar-se nas cidades, muitos senhores não quiseram contratar os serviços de seus ex-escravos que se dispuseram a ficar, alguns por preconceito e medo da insubordinação e outros por que lhes era economicamente mais vantajoso contratar imigrantes, mão-de-obra subsidiada pelo Estado e mais barata.

trabalhava unida, e reproduzindo a lógica de parentela e aliança que presenciaram (e participaram) durante toda vida.

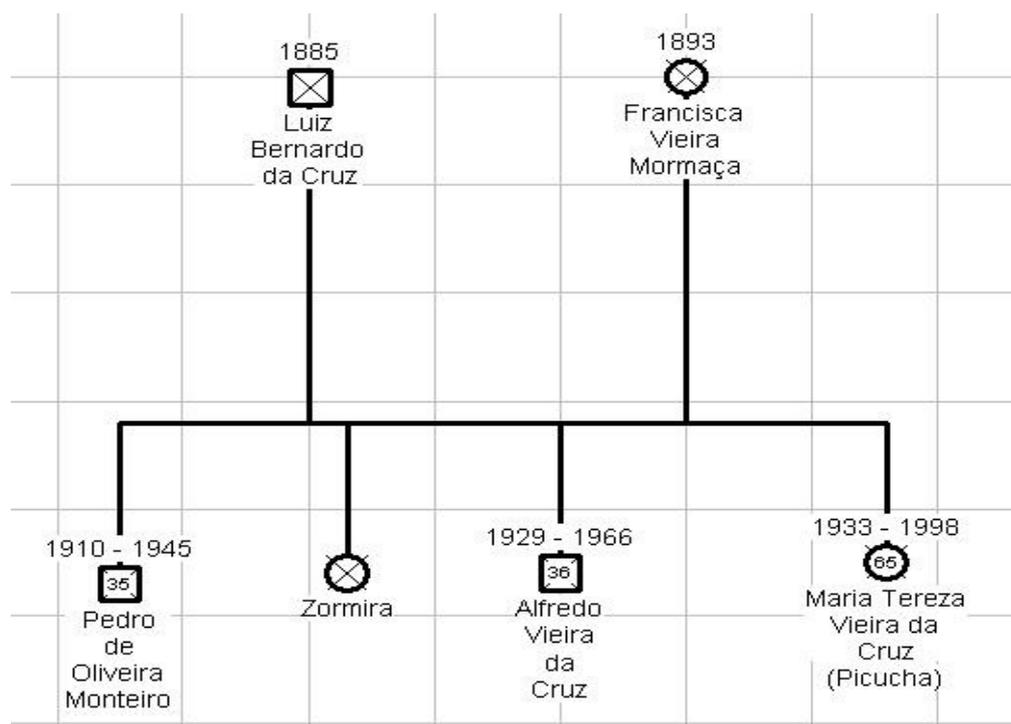
No ano seguinte a abolição, em 1889, o Império é destituído por um golpe militar e é estabelecido o regime republicano no país. No Rio Grande do Sul isso significou a subida ao poder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) sob o comando de Julio de Castilhos, que inspirado na doutrina positivista, defendiam uma gestão progressista e conservadora do Estado (desenvolver as forças produtivas, favorecer a acumulação privada de capital e propiciar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas), mas essa transição não foi tranqüila, e o novo governo teve de enfrentar a revolta da oposição, liderada pelo Partido Liberal e materializada na Revolução Federalista.

A região de Passo Fundo foi bastante castigada durante esse conflito, foi tomada pelas forças federalistas em maio de 1893, e permaneceu sob seu domínio por 3 dias, quando foi retomada por uma tropa sob o comando de Gervásio Lucas Annes, na luta denominada Combate do Boqueirão. Segundo Franco, este primeiro ataque a Passo Fundo foi comandado pelo federalista Amancio Cardoso, não nos foi possível verificar se trata-se de Amancio de Oliveira Cardoso, mas isto é bastante provável, visto que o grupo dos Federalistas era formado basicamente por pecuaristas descontentes com as idéias progressistas que atuavam no Estado (Franco, 1993: 64). O conflito se estendeu até 1895, e nesse período mais três combates se desenrolaram no município de Passo Fundo, sendo que no Combate do Passo da Cruz (20/12/1893) a vila foi abandonada aos rebeldes. A Revolução Federalista ficou marcada na história rio-grandense como um dos combates mais sangrentos, marcado principalmente pelas degolas, mas Franco destaca que *“mais sanguinárias se revelavam as pequenas partidas de guerrilheiros insurretos e de ‘patriotas’ legalistas, a operarem no âmbito de suas regiões de origem, sob a inspiração direta de velhas animosidades locais”* (Franco, 1993: 53).

Foi nesse cenário de desordem e medo que nasce Francisca Vieira, a Mormaça. Não nos foi possível localizar o registro de batismo ou o registro civil de nascimento

de Francisca, tanto para batizar quanto para registrar uma criança nesse período era necessário empreender uma viagem até a sede da vila, viagem esta que além de longa, durante os conflitos era bastante perigosa. O trânsito de tropas e a ameaça que elas causavam isolaram cada vez mais as famílias que estavam instaladas nas matas, como a família de Mormaça.

Francisca Vieira agrega o sobrenome Cruz no ano de 1911, quando ela se casa com Luiz Bernardo da Cruz, 26 anos, filho de João Monteiro e Martimiana Bernarda da Cruz. A origem de Luiz Bernardo não nos foi possível localizar¹²⁶. Eles tiveram quatro filhos: Pedro de Oliveira Monteiro, nascido em 12/07/1910; Alfredo Vieira da Cruz, nascido em 18/05/1929, Zulmira, nascida entre 1910 e 1929 e falecida aos 15 anos; e Maria Tereza Vieira da Cruz, nascida em 10/08/1933.



Alguns anos antes do casamento de Mormaça, a situação fundiária do Rio Grande do Sul passa por algumas modificações. Após a pacificação da revolução

¹²⁶ No entanto, cabe notas que Luiz Bernardo da Cruz, “o Mormaço”, é tomado como figura central pela memória coletiva atual da comunidade. Trata-se de um ponto importante no qual a comunidade apóia a sua antiguidade de ocupação da área.

Federalista, os partidários do PRR retomam o poder e passam a por em prática seus projetos de modernização e aceleração do desenvolvimento industrial. Nesse sentido, em 1899 é aprovada uma nova lei sobre terras públicas (lei nº 28 de 05/10/1899¹²⁷), que foi regulamentada no ano seguinte através do decreto nº 313 de 4 de julho de 1900.

A intenção dessa lei era muito semelhante a anterior, estabelecer núcleos de pequenos proprietários, a única diferença era que dessa vez, havia a necessidade de se instalar os filhos dos colonos que residiam nas “colônias velhas”, ou seja, os primeiros núcleos de imigrantes instalados na serra gaúcha durante o período imperial, aonde já não havia mais espaço. Sobre o modo como se procedeu a colonização no Rio Grande do Sul, nos informa a Secretaria de Obras Públicas em 1909:

A colonização até hoje efectuada neste Estado tem se realizado de duas maneiras: a) mediante a introdução de imigrantes engajados; b) mediante o estabelecimento de imigrantes espontâneos e de pessoal já residente no Estado, na sua maioria descendentes dos antigos colonos, que não encontrando mais terras disponíveis nas colônias emancipadas de sua residência, procuram novas colônias. Com a passagem do serviço de colonização da União para os Estados, cessou, porem, neste Estado, a contar de 1895, a entrada de imigrante engajados, a colonização passando a ser feita só mediante o segundo dos modos acima indicados.¹²⁸

Para estabelecer esses imigrantes espontâneos era necessário estabelecer quais as terras que poderiam ser utilizadas, o Planalto “escapara” da primeira onda de imigração no período Imperial por conta do poder político de que gozavam os estancieiros da região, que “povoam” imensas propriedades com gado e mulas, impedindo que imensas faixas de terras fossem consideradas devolutas e destinadas

¹²⁷ AHRS – Legislação – Rio Grande do Sul – código L-631.

¹²⁸ AHRS – Fundo Obras Públicas – Relatórios – código OP-101 – sem numeração de páginas.

a colonização, mas com a decadência da produção pastoril e as freqüentes crises de abastecimento, passou ao topo da lista de possíveis territórios para a acomodação de pequenas propriedades, sendo para esse município criada uma Comissão Discriminadora de Terras, que atuou entre 1903 e 1905, pois

(...) é mediante o serviço de discriminação que se torna possível constatar a situação das terras de cada região, para em seguida agir-se no sentido da melhor utilização d'elas. E foi graças a precedência d'esse serviço no município de Passo Fundo que a Administração pública pode orientar-se melhor e agir com mais segurança na fundação da nova colônia ERECHIM. [grifo deles]¹²⁹

A Colônia Erechim recebeu seus primeiros imigrantes em fevereiro de 1910, mas este grupo dividia-se *“brasileiros, já estabelecidos antes da fundação da colônia ou que se vieram estabelecer depois e, elementos das antigas colônias, sejam velhos agricultores, sejam principalmente descendentes destes últimos.”*¹³⁰. O regulamento de 1900 previa que os posseiros que pudessem comprovar que estavam estabelecidos no local desde de data anterior a 15 de novembro de 1899 poderiam legitimar suas propriedades, isso abriu caminho para que *“brasileiros”* tivessem acesso formal a terras a muito tempo por eles habitada.

A Comissão de Terras realizou trabalhos no 3º distrito de Passo Fundo, elaborando uma planta onde indica os polígonos a serem medidos e demarcados (ver anexo 4). A área atualmente ocupada pela comunidade fez parte destes trabalhos, e foi medida e demarcada como **Linha Uma da Seção Sertão**. Infelizmente a documentação referente a esses trabalhos da Comissão de Terras de Passo Fundo é extremamente exíguo e disperso, não nos foi possível acessar os cadernos de campo, protocolos ou pareceres daquela instituição, onde poderíamos encontrar mais

¹²⁹ Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Cândido José de Godoy, Secretario de Estado – 1912. AHRS – Fundo Obras Públicas – código OP-103. – p. 9.

¹³⁰ Idem, p. 19.

detalhes sobre como se deu o procedimento de demarcação e delimitação dos lotes coloniais em Passo Fundo, e em especial, no 3º distrito. Todavia, conforme documentação disponível na Divisão de Terras Públicas, em Porto Alegre, tivemos acesso a divisão dos lotes demarcados na Linha Uma, foram medidos 46 lotes que foram concedidos a 31 concessionários¹³¹. Mesmo sem acesso a documentação produzida durante as demarcações sabemos que as medições eram feitas mesmo que os possuidores se opusessem, somente era dado a eles o direito de recorrer ao Presidente caso se sentissem lesados, os interessados em legitimar suas posses deveriam enviar um requerimento ao Presidente do Estado que ordenaria a Comissão de Terras que se fizesse a averiguação sobre o terreno, verificando se haviam cultura efetiva e moradia habitual.

Após o envio do requerimento o requerente receberia a visita de um funcionário da Comissão de Terras, que além de verificar as condições da posse, *“ouvirá a parte interessada e os confrontantes, decidindo administrativamente”*, ou seja, esse funcionário emitiria um parecer sobre a posse que junto com o requerimento formariam um processo que seria encaminhado ao Presidente para sua aprovação ou não, e caso positivo, este ordenaria a emissão de títulos. Na prática, eram os Chefes de Comissão que deliberavam sobre a legitimidade da ocupação ou não.

No caso da Linha Uma temos os nomes, mas não temos as justificativas apresentadas por esses indivíduos para requererem seus lotes, no entanto, uma olhada mais apurada nos revelou que muitos deles são parentes diretos ou indiretos de Francisca Mormaça, sendo que alguns deles podem ser considerados seus ascendentes, logo podemos concluir que o principal argumento utilizado por estes indivíduos para terem reconhecidos os seus direitos sobre aquelas glebas foi o de ali estarem desde de antes da proclamação da República.¹³²

¹³¹ Veja relação completa no anexo 5.

¹³² Ver mapa da Linha Uma – Seção Sertão no anexo 6.

3.1.1. *“Esses são tudo tronco velho”*: família Mormaça e a Linha Uma da Seção Sertão.

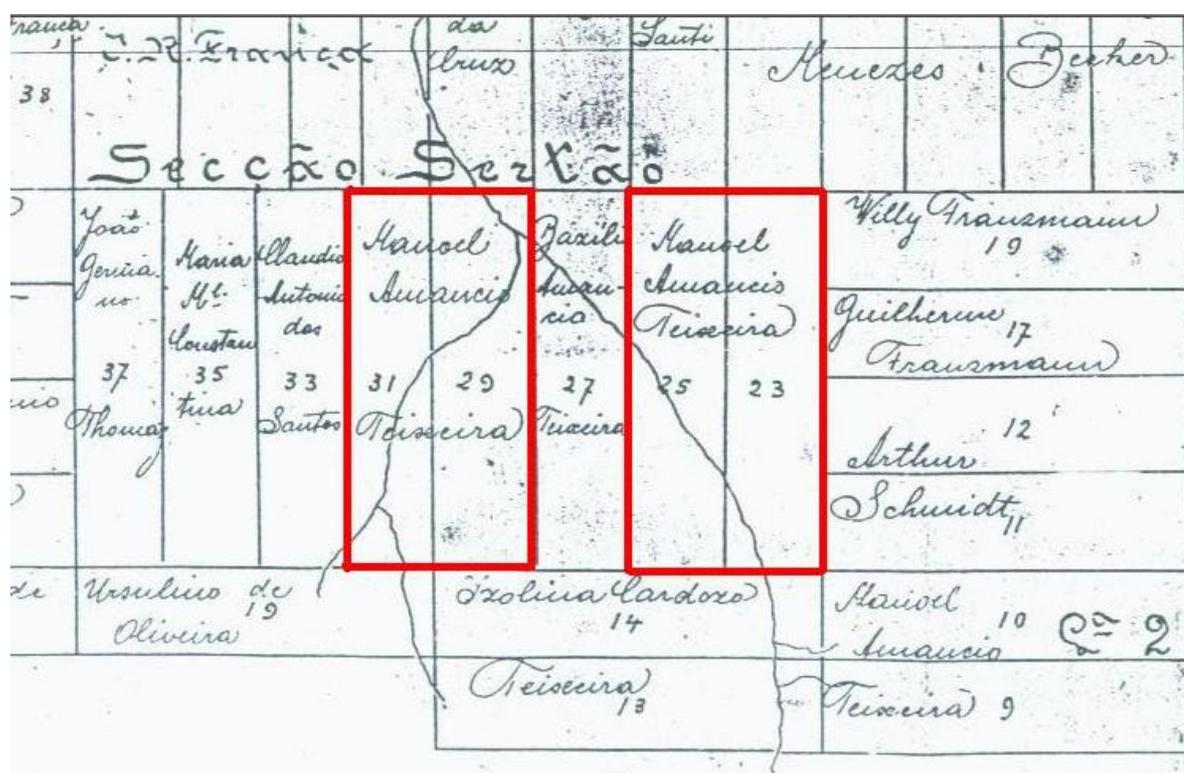
Quando os primeiros ascendentes da família Mormaça ocuparam a área que hoje ocupam os atuais residentes, os grandes proprietários da região possuíam além das terras o domínio político sobre aquele território. Na virada do século, principalmente após a reordenação na política do Brasil e Rio Grande do Sul, a situação de alguns deles fica bastante complicada, no caso do 3º distrito temos duas situações distintas e acabam por determinarem os destinos dos posseiros-agregados.

Francisco Barros de Miranda, o proprietário da Invernada da Arvinha, faleceu em 1890 deixando 5 herdeiros, que mantiveram a propriedade indivisa, ou seja, não a repartiram de imediato, ficando sua administração a cargo do herdeiro Estanislau de Barros Miranda. Os agregados e posseiros que viviam dentro de suas terras dependeram apenas das relações com os herdeiros (no caso com o herdeiro) para ali permanecerem.

Amancio de Oliveira Cardoso, ex-senhor de Firmina e vizinho de Francisco de Miranda, com quem dividia os matos, faleceu em 1904 deixando 13 herdeiros. O fracionamento da propriedade que abrigava a família de Elisbão e Firmina abalou a delicada relação de “vizinhança” construída por eles e os proprietários das mesmas, os herdeiros de Amancio se desfazem de suas legítimas e abandonam o município, deixando os descendentes dos antigos agregados a mercê dos novos proprietários. Na prática, até o início dos trabalhos de demarcação da Seção Sertão, estes indivíduos não se sentiam ameaçados ou expropriados, os compradores das parcelas da herança de Amancio se manifestam a respeito da propriedade somente em 1920, portanto foi somente a partir da ação do Estado no local que a tranquilidade da posse é atingida.

A partir das informações levantadas sobre a localização das propriedades, podemos concluir que parte da Linha Uma da seção Sertão contempla os matos que serviam de limites da propriedade de Amancio de Oliveira, considerada devoluta pela Comissão de Terras por se tratar de matos e serras não cultivados pelos herdeiros. Corroboram com essa afirmação o fato de que entre os concessionários dos lotes da referida linha consta Manoel Amancio Teixeira, genro e herdeiro de Amancio de Oliveira Cardoso, e único que não vendeu sua herança¹³³.

Manoel Amancio de Teixeira casado com Esolina Cardoso Teixeira, filha de Amancio de Oliveira Cardoso, consta na lista de concessionários dos lotes da Linha Uma elaborada pela Comissão de Terras de Erechim em 1911¹³⁴, como proprietário dos lotes 23, 25, 29 e 31, além dos lotes 9 e 10 da Linha Dois, que ficavam posicionados bem no centro do loteamento, conforme destacado abaixo:



¹³³ Medição da Fazenda Roseira. APERS – Medições de Passo Fundo – Cível e Crime – auto 369 – maço 10 – 1920.

¹³⁴ DTP – Cadastros dos Lotes das Seções 1º e 2º Rio do Peixe, Sertão, Butiá Grande, Campo Erechim e Erebangó – p. 7.

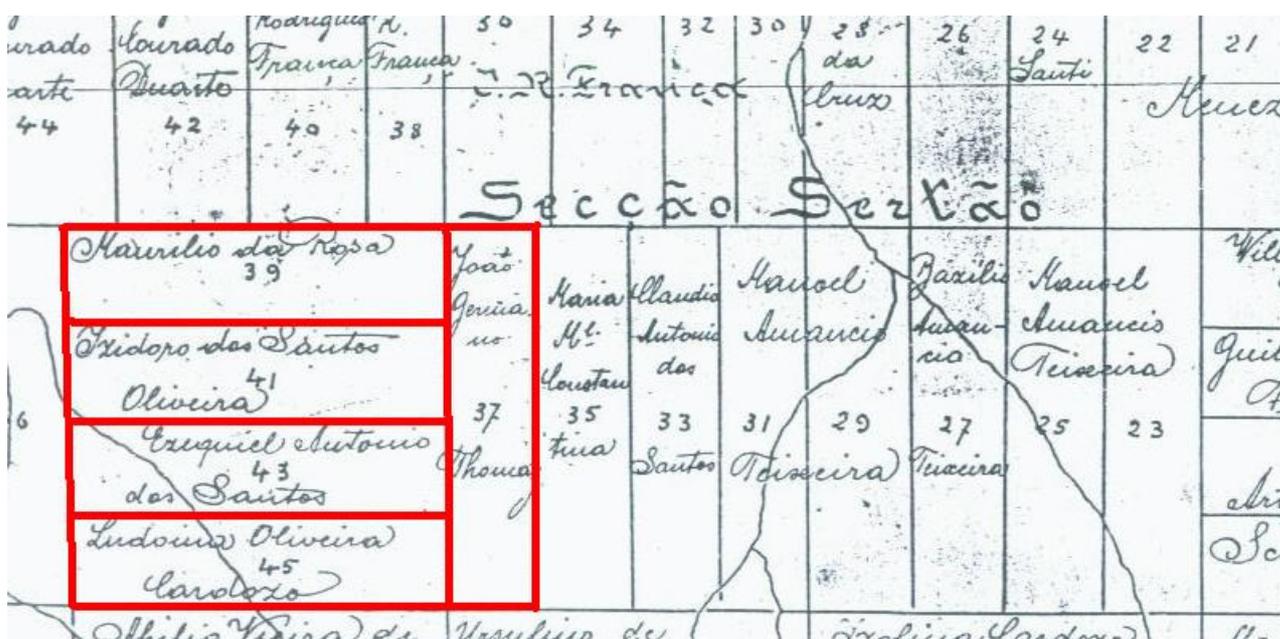
No lote ao lado, de número 33, consta como proprietário Claudino Antônio dos Santos casado com Cândida (a Candinha), irmã de Mormaça:

The image shows a hand-drawn cadastral map of a settlement grid. The grid is divided into lots, with numbers and names written in each cell. A red box highlights lot 33, which is owned by Claudino Antônio dos Santos. The map is titled 'Secção Sextão' in the center. The names and numbers in the grid include: 36 (José), 34 (Francisco), 32 (Francisco), 30 (Francisco), 28 (Francisco), 26 (Francisco), 24 (Francisco), 22 (Francisco), 21 (Francisco), 20 (Francisco), 18 (Francisco), 16 (Francisco), 40 (Francisco), 38 (Francisco), 37 (João), 35 (João), 33 (Claudino Antônio dos Santos), 31 (Manoel), 29 (Manoel), 27 (Manoel), 25 (Manoel), 23 (Manoel), 19 (Willy Trausmann), 17 (Guilhermo Trausmann), 12 (Arthur), 11 (Schmidt), 10 (Manoel), 9 (Manoel), 14 (Zolima Cardoso), 19 (Ursulina de Oliveira).

Seguindo na direção oeste, temos uma série de lotes onde os proprietários pertencem a parentela de Francisca Mormaça:

- Lote 45: **Ledoína Oliveira Cardoso**, nascida em 1859, provavelmente se instalou na região contemporaneamente a Firmina, e mãe de Abílio Vieira de Souza, personagem muito referida pela comunidade, e de Deolinda Vieira de Oliveira, que foi casada com Justimiano de Oliveira, irmão de Mormaça.
- Lote 43: **Ezequiel Antônio dos Santos**, casado com Laurentina de Oliveira Cardoso, irmã da Mormaça.

- Lote 41: **Izidoro dos Santos Oliveira**, casado com Vidarvina da Silva Boeira, avós paternos de Elpídio Mello de Oliveira e Ari de Mello Oliveira, hoje residente na Comunidade da Mormaça.
- Lote 39: **Maurílio da Rosa**, casado com Generosa da Rosa, irmã de Vidarvina Boeira, pais de Alcides Boeira da Rosa, antigo morador da Comunidade entrevistado pela equipe de pesquisa.
- Lote 37: **João Germano Thomaz**, seus descendentes são bastante referidos pela comunidade, um de seus filhos, Pantaleão Germano Thomaz é casado com Alícia Miranda, filha de Antão Domingos de Miranda (filho de Cezarina Miranda, ex-escrava de Francisco de Barros Miranda).



O conjunto desses lotes engloba parte da área ocupada pela comunidade atualmente, completam a rede de parentesco que se estende por quase toda a Linha Uma da Seção Sertão os proprietários dos lotes 10, 12 e 28, e os proprietários dos lotes 5, 19 e 20 da Linha Dois (vizinhos aos da Linha Uma).

- Lotes 10 e 12: Indicados no mapa como “Posse de Ernesto Alves da Rocha”, no registro dos lotes consta como concessionário **Dinarte Alves da Rocha**, pai de Thomaz Alves da Rocha que foi casado com Amélia Vieira da Rocha, filha de Ledoína Oliveira Cardoso, concessionária do lote 45 (portanto, irmã de Deolinda e cunhada de Justimiano, irmão de Mormaça).
- Lote 28: **Basílio Bernardo da Cruz**, casado com Ursulina de Oliveira, irmã de Ledoína Oliveira Cardoso, são pais de Guilhermina, mãe de João Vieira, e Maria, mãe de Natalício da Rosa, residentes na Comunidade da Mormaça. Existe a possibilidade dele ser irmão ou parente de Luiz Bernardo da Cruz, marido de Mormaça ¹³⁵.
- Lote 5, linha 2: **Antônio Gabriel Porto**, é pai de Antônio Martimiano dos Santos casado com Elvira Boeira (irmã de Vidarvina e Generosa), pais de Maria Luiza Boeira dos Santos casada com Alfredo Vieira da Cruz, filho da Mormaça.
- Lote 19, linha 2: **Ursulina de Oliveira**, casada com Basílio Bernardes, filha de Ledoína Oliveira Cardoso e irmã de Abílio Vieira de Souza, concessionários dos lotes vizinhos. Essa área é referida pela comunidade como local onde aconteceram os despejos¹³⁶.
- Lote 20, linha 2: Indicado no mapa como de **Abílio Vieira de Souza**, no registro dos lotes pertence a Ledoína Oliveira Cardoso, mãe de Abílio.

Falta-nos para concluir a análise do território histórico ocupado pela família Mormaça, o lote 30 ocupado por Mormaça e seu marido Luiz Bernardo. Os lotes 30, 32, 34, 36, 38 e 40 são indicados como de propriedade de José Rodrigues França. A família França estava no município desde pelo 1866 e chegou a ser proprietária de

¹³⁵ Existem relatos na comunidade que contam que Basílio, após ficar viúvo de Ursulina teria deixado suas filhas (Iracema, Angelina e Guilhermina) sob a tutela de Mormaça “*pra ela criar*”.

¹³⁶ Veja adiante no capítulo 5.1.

escravos¹³⁷, e segundo uma Informação enviada pela Comissão de Terras de Passo Fundo a Divisão de Terras Públicas no de 1927¹³⁸, Luiz Bernardo seria ocupante do lote 30 e teria comprado “o direito” de Clara Rodrigues França (filha de José Rodrigues Franca, residente em Soledade ¹³⁹). Trata-se de Luiz Bernardo Vieira, marido de Francisca Mormaça, e isso explica por que ela ou seu marido não são citados no registro elaborado em 1911, mesmo já residindo no local¹⁴⁰.

Considerando que a irmã mais velha de Mormaça, Cândida era casada com o concessionário do lote 33, é bastante provável que Mormaça tenha morado com a irmã até o seu casamento em 1910, e Luiz Bernardo tenha comprado o lote 30, que ficava em frente ao lote de Cândida, para que eles pudessem se instalar como *família*. Corroboram com essa hipótese o fato de que os concessionários dos lotes vizinhos ao 30, Basílio Bernardo da Cruz, lote 28, e Gervásio Oliveira Cardoso, lote 26, considerando a nomeação, podem ser os irmãos de Luiz Bernardo e Francisca, respectivamente¹⁴¹. Devemos salientar que as linhas retas que dividiam os lotes no mapa, não representavam a realidade da ocupação daquela área, a organização do espaço obedecia a regras estabelecidas pelos laços de solidariedade e parentesco que uniam estas pessoas, e de certa forma, as une até o presente.

Portanto, podemos concluir que a rede de solidariedade e parentesco que teve início com os pais de Francisca Mormaça (e mantida por ela e sua descendência por mais de 80 anos) foi a base, e atualmente é o ponto de referência, das relações que esse grupo familiar estabeleceu com o lugar onde vive. O território reivindicado pela comunidade se construiu e se fundamenta numa

¹³⁷ Autos de inventário de José Rodrigues França. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 107 – maço 4 – 1866. Nele constam 10 escravos e uma posse de terras avaliada em 14:000\$000 e uma posse “na serra com 20 alqueires de capoeiras” avaliada em 150\$000.

¹³⁸ AHR/PF – Informação nº 64 – Informações – 1927/1950 – Livro A-2.4.4.

¹³⁹ Autos de Inventário de Félix José Rodrigues França. APERS – Inventários de Passo Fundo – Vara de Família (ex-órfãos) – auto 201A – maço 8 – 1880.

¹⁴⁰ Francisca Vieira da Cruz obtém o título do lote somente em 1955. APERS – Secretaria da Agricultura – Processo 2450/55.

¹⁴¹ Os relatos da comunidade informam sobre um irmão de Mormaça chamado “Genipe”, provavelmente uma alcunha de Gervásio.

sobreposição de alianças firmadas ainda nos tempos da escravidão que foram mantidas e ampliadas pelas gerações seguintes, relações estas suficientemente sólidas para resistir as investidas do Estado e de particulares sobre seu território¹⁴².

Assim, o grupo evidencia uma relação histórica com o local que é trabalhada através da memória e de práticas locais que consolidam elementos de resistência do grupo naquela região. Os elementos tratados neste capítulo – no que diz respeito às alianças e laços de parentesco – moldam de forma incisiva uma configuração de elementos que são, hoje, fundamentais na forma de viver e participar desta comunidade. Dentre estes elementos, alguns são ressaltados em relação a outros, servindo de base ao grupo, como é o caso da figura de Francisca Vieira da Cruz, a Mormaça.

No capítulo seguinte, pretende-se demonstrar a maneira pela qual essa figura apresenta-se como ponto fundamental de uma memória coletiva que se apresenta como referência fundamental às representações temporais e espaciais do grupo. Neste sentido, a intenção será demonstrar uma relação de complementaridade entre “tempos antigos” e “tempos recentes”, atestando a relação histórica que o grupo em questão apresenta com aquele local.

¹⁴² Veja árvore genealógica e mapa nos anexos 7 e 7a.

4. A Memória de Francisca Vieira da Cruz – “A Mormaça”

Neste capítulo, pretende-se apontar como a comunidade conhecida como “Vila Mormaça” constrói sua identidade coletiva em torno das lembranças relacionadas a uma figura que se apresenta como basilar nas representações do grupo: a Francisca Vieira da Cruz – a “Mormaça”. A representação de Chica “Mormaça” é elemento fundamental sobre o qual toda a comunidade¹⁴³ aponta sua origem, reconstruindo assim em termos étnicos e simbólicos a sua “história negra”.

Parte-se aqui da formulação da premissa sociológica – de Maurice Halbwachs – a qual trata a construção da memória coletiva a partir da produção de quadros sociais compartilhados, como aquele formado pela representação coletiva de Chica “Mormaça”. Os quadros sociais são “instrumentos utilizados pela memória coletiva para reconstruir uma imagem do passado, a qual está de acordo, em cada época, com a mentalidade da sociedade” (Halbwachs, 1992: 40, tradução nossa). Tais quadros atuam enquanto pontos de referência embasados na experiência e têm o papel de evocação do passado. Portanto, esse passado é evocado em função dos problemas existentes no presente.

Assim, mesmo o depoimento individual é capaz de localizar os grupos de referência deste indivíduo através dos quais se evidencia uma relação entre o grupo e memória coletiva. Esta última só existe em função daquilo que é capaz de se manter vivo na consciência compartilhada do grupo e do indivíduo que a consolida. Nesta direção, pode-se dizer que a existência de grupos está diretamente relacionada com a manutenção da memória coletiva que:

¹⁴³ Não obstante a utilização da categoria “comunidade” neste texto, não me refiro necessariamente apenas aqueles que residem hoje na “Vila Mormaça”. As indicações realizadas pelos atuais moradores nos levaram a antigos moradores que hoje residem em cidades próximas a Sertão, como Coxilha, Estação, Getúlio Vargas e Passo Fundo.

É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte do passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem (Halbwachs, 1990: 81-82).

Pode-se dizer que a construção da memória coletiva, no caso em questão, articula-se em pelo menos dois níveis:

- 1) Pelo apontamento, por parte da comunidade, da existência de uma relação de parentesco “real” ou presumido com a “Mormaça”. Este fato molda até hoje as relações entre os atuais moradores, que indicam este parentesco como conformador da pertença de mesma origem, referida a uma experiência em comum, portanto, étnica.
- 2) A “Mormaça” é referida, ao longo das entrevistas como uma antiga proprietária das terras cuja memória atualizada transcenderia os limites ocupados atualmente pelos moradores – *“Isso tudo era terra da “Mormaça”*.

Neste sentido, ao narrar histórias sobre a “Mormaça”, encontramos a possibilidade de arranjo dos sujeitos em torno de uma identidade coletiva e étnica que se processa através da referência aos vínculos com esta figura emblemática da comunidade que se caracterizaria por ser “negra” e “pretinha”. Dentre os elementos possíveis de serem elencados na constituição desta identidade étnica, a relação com a “Mormaça” é, hoje em dia, fundamental na manutenção dos contornos simbólicos da comunidade. Isto ocorre através das relações metafóricas produzidas pela ação da memória coletiva do grupo que a apresenta enquanto “mãe da terra” e, também, como detentora de um “potencial místico”, devido aos seus reconhecidos saberes relacionados ao parto e à cura:

“Era curandeira fina essa Mormaça...uma guria veio pra morrer em casa...daí o homem veio desesperado do hospital, um tal de “Guerra”: “a minha filha vai morrer”. Então, a “Mormaça” disse: “Não! Não! Pode deixar que eu vou fazer um remédio pra ela...amanhã ela já tá boa, pode deixar”. Aí ela fazia um litrão de chá, de remédio. Tinha naquela época o Dr. Bernardo Vasconcellos e ele perguntou: “Como é que tu curou a fulana?”. Daí a veia “Mormaça” ia lá e ensinava pro Dr. Bernardo...e ele luta com o remédio que a finada ensinou pra ele. E assim ela foi ficando veia e afamada”¹⁴⁴

“Tomava um xarope do mato que ela fervia num panelão, o cara chegava mal lá e já saía gritando não sei o que ela fazia lá, mas o cara saía bem de lá, podia chegar com dor, qualquer coisa que machucava... ela pedia o que tem aí menino, ah tá doendo aqui, daí não sei o quê que ela fazia, funcionava dali a uma hora ela perguntava de novo tá doendo menino, não, não, já tá bom, nós só pra experimenta o cara então mandava lá cortá uma lenha, podia ter vinte trinta ano, podia ser velho ela chamava de menino e depois chamava pra toma um chimarrão”¹⁴⁵

Encontramos ao longo da pesquisa de campo desenvolvida na Vila Mormaça com seus moradores e com os mais velhos que vivem fora do atual perímetro ocupado pela comunidade pessoas que mantêm o uso e a transmissão da experiência de saberes tradicionais e que, hoje, são capazes de realizarem partos e processar remédios e práticas aprendidas no “tempo da Mormaça”.

Estes saberes, normalmente transmitidos às mulheres da comunidade¹⁴⁶ atualizam, no plano das representações, o vínculo com as práticas empregadas nos

¹⁴⁴ Entrevista realizada na Mormaça no dia 16 de março de 2005 com Domingos Vieira, ex-morador.

¹⁴⁵ Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006 com João Vieira da Cruz, antigo morador.

¹⁴⁶ Apesar destes tipos de saberes serem quase que totalmente transmitidos às mulheres, há relatos de homens que também aprendiam práticas relacionadas ao parto e à cura. Segundo Sr. Fernando (ver todo o nome), ex-morador da região: “ela me ensino até de parteiro, quando eu tinha, chamava ela, quando uma mulher tava pra ganha um filho pegava um animal montava num vinha o outro puxado e vinha montava aí e saía e lida com a mulher ela não cansava: ‘Oh Fernando! vou te ensinar isso assim desse jeito, eu vou morrer, daí tu já sabe...’” (Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006 com Fernando Miranda, antigo morador.).

“tempos dos antigos”, reafirmando o papel de que “Mormaça” se apresenta como referência fundamental aos moradores da região. Notamos que mesmo não sendo mais uma referência universalmente empregada pelos moradores práticas tradicionais, reconhecidamente herdadas da “Mormaça”, unificam as pessoas em torno de uma origem comum, pois evocam uma figura central nas suas relações no que diz respeito principalmente ao nascimento e à morte. “Mormaça” é vista com grande confiança pelos narradores que recordam e reafirmam sua crença em relação aos saberes por ela transmitidos. O comentário abaixo exemplifica isso e refere à validação de “outros” especialistas para corroborar a centralidade da Mormaça em relação ao seu papel social frente a coletividade:

“Ela era assim, como é que eu posso dizer... dava remédio de raiz, quanta gente que nasceu na mão dela, mas a mão dela era segura, eu nunca ouvi dizer que morreu uma criança, assim, na mão dela nunca, nunca. E daí foi assim a vida dela. (...) Sabe que eu tinha uma sobrinha, minha guria, e ela se viu loca, o marido ao invés de levar, ficou brincando, daí vieram me chamar.., meu Deus do céu, depois que ela ganhou o nenê, ele pegou ela e tirou pra fora e levou: “Vô leva lá no médico.” E eu disse: “Pronto, eu não tenho nada, não tenho diploma, não tenho nada...”. Daí diz que o doutor pegou examinou: “Quem que cortou o umbigo dessa criança? E ela disse: “Foi uma tinha minha, desculpe...” Médico responde: “Mas ela é diplomada! Cortou bem certinho!”¹⁴⁷

A figura da “Mormaça” sempre aparece enquanto antiga possuidora dos “direitos” da terra que, de acordo com as narrativas modernas, ultrapassava os limites atualmente ocupados pela comunidade. Como vimos (outro capítulo - histórico), uma ampla rede de parentes é explicitada e muitos nomes próprios já existentes na parentela extensa atual são reutilizados para nomear novos membros da

¹⁴⁷ Entrevista realizada em Estação no dia 30 de março de 2006 com a Sra. Fia, ex-moradora da Mormaça.

comunidade. Tais elementos evidenciam uma noção, por parte da comunidade, que coloca todos, direta ou indiretamente, vinculados a Mormaça.

Esta ligação é demonstrada pelos relatos que a indicam como importante **parteira** da região. Assim, como dizem, todos os “*morenos*” da região teriam sido criados ou nascidos “*na mão*” da “Mormaça”, estabelecendo, simbolicamente, um vínculo direto com ela, com esta mediadora entre a vida e a morte. Note-se que a narrativa lembra uma relação de confiança, de crença em sua capacidade em operar seus saberes tradicionais. No caso, o marido não parece disposto a confiar no atendimento da parteira durante o pós-parto, porém o narrador demonstra que a ajuda externa validou o conhecimento da Mormaça ao cortar o cordão umbilical da criança, reafirmando seu *status* diante da comunidade. Por outro lado, “*estar na mão de alguém*”, evoca o nascimento e marca uma dívida de vida para com Mormaça.

Cabe ressaltar que a referência que a comunidade efetua à “Mormaça” com relação à abrangência de sua atuação nas atividades do parto e cura, é extensiva aos “gringos” da região¹⁴⁸. É comum a lembrança da comunidade de que, como dizem, a “*gringaiada*” ou a “*italianada*”, também foi nascendo na mão da parteira. Estas falas remetem a uma memória das relações históricas estabelecidas, entre os “gringos” e “morenos” da região, na qual Mormaça é contemporânea, o que não é o mesmo que limitar o conjunto de valores que configura a representação de identidade da Mormaça àqueles empregados apenas pela comunidade negra. Há uma relação de interdependência onde os brancos necessitam se utilizar das práticas tradicionais empregadas pelos negros para garantir o sucesso no nascimento de seus filhos.

Não é possível pensar a comunidade de Mormaça sem relações com o entorno, ela jamais foi isolada quer em suas relações interétnicas, quer em suas relações com a urbe, com grupos indígenas ou com o quilombo de Arvinha. No entanto, ao acionar a presença e centralidade de Mormaça nas suas relações, a comunidade evidencia uma anterioridade dos “morenos” da região. As pessoas entrevistadas se referem ao fato

¹⁴⁸ Categoria empregada para designar os “brancos” de origem italiana da região.

de que muitos dos italianos teriam sido paridos através da mão da “Mormaça”. Em outras palavras, mesmo os “outros”, não quilombolas, deveriam lembrar da centralidade desta dívida simbólica com essa mulher dotada de um conhecimento especial.

Como nos mostra Van Gennep (1908), alguns fatos da vida coletiva são extremamente críticos e merecem uma atenção especial, principalmente aqueles fatos considerados momentos de passagem. O nascimento é ao mesmo tempo um rito de separação e agregação, de trânsito entre um lugar e outro. O ritual de separação do corpo materno é praticado no ato do corte do cordão umbilical e o ritual de agregação ao grupo familiar e à comunidade é feito através do ato de nominar, batizar, escolher padrinhos e recolocar simbolicamente esta criança no seio de uma comunidade. Entre tantos atos rituais possíveis, um deles se refere ao ato de nomeação do recém nascido. Note-se que os nomes próprios na comunidade de Mormaça pertencem a um estoque relativamente limitado de nomes e apelidos que se repetem e sugere a existência de procedimento calcado na repetição de nomes já portados pelos parentes.

Mormaça é elemento central nesse processo de agregação ao grupo familiar e à comunidade. É a mediadora por excelência desta gramática de produção de uma vida coletiva, a quem a comunidade confia esses rituais e, hoje em dia, através do sentido atribuído a sua representação o grupo negro rememora sua comunidade de origem. Devemos lembrar que nos atos de rememoração, os atos ritualizados, individual e coletivamente, são uma das formas mais comuns de sublinhar aquilo que coletivamente não deve ser esquecido.

Mesmo sendo reconhecido o amplo espectro de atuação de “Mormaça” e da relevância de suas atividades pela e na comunidade, ao se tornar uma representação atualizada pela memória coletiva do grupo, ela ganha um sentido especial, transformando-se em emblema étnico. Tal representação delimita uma origem

comum ao grupo e recorda a dívida simbólica de “outros” para com esta dona de terras, mais antiga, e dotada de um poder especial sobre os demais.

Não obstante os relatos indiquem “Mormaça” como parteira da região de forma mais ampla (englobando “brancos” e “morenos”), o conhecimento em relação às atividades de cura e parto foi transmitido por ela obedecendo critérios de seleção e inclusão que respeitaram atributos étnicos e simbólicos específicos, tais como: a necessidade de ser um membro da comunidade e ser reconhecido em termos de cor/parentesco como um sujeito que guarda vínculos com o povo negro da região. A lógica de transmissão do conhecimento, neste sentido, privilegia a escolha de sujeitos autorizados pelo esquema de afinidade étnica constituído pela comunidade.

4.1. O “bem” e o “mal” – os “tempos da Mormaça”

Além das atividades desempenhadas pela própria Mormaça no cotidiano da comunidade, sua lembrança extrapola a função prática exclusivamente relacionada a atividade como parteira. É através desta memória ressignificada que a comunidade processa, na memória compartilhada pelo grupo, um confronto entre passado e presente que incorpora, respectivamente, noções de “fartura” e “escassez”. Quanto mais a lembrança estiver situada próxima do “tempo da Mormaça” maior será sua correlação com situações de fartura e abundância – de sorte, de segurança na posse das terras, de saúde e de comida, principalmente.

A idéia dos “tempos da Mormaça”, quando acionada pelo grupo, promove a avaliação retrospectiva da história da comunidade que, mesmo que vivida com maior dificuldade, era mais “organizada”, devido à articulação em torno dessa pessoa que configurava ao seu redor um grupo relativamente coeso. Neste sentido, remeter à memória da “Mormaça”, ainda hoje, apresenta-se como mecanismo de continuidade de um grupo que, historicamente, sofre sucessivos movimentos no sentido da desarticulação:

“Ela tinha um monte de terra, a mãe dela passou as terras pra ela...essa mulher tinha tanto gado...ali onde moram os Sacaro [referência a uma família de italianos da região] era tudo da vóia “Mormaça”...agora estamos aqui sem nada...”¹⁴⁹

A memória remete ainda a outra dicotomia que confronta a figura da “Mormaça” com a de outro sujeito emblemático à comunidade: Abílio Vieira. Nesse confronto, por um lado, a curandeira é associada às benfeitorias do passado que teriam moldado qualidades morais indispensáveis ao grupo. Por outro lado, as narrativas em torno da figura de Abílio o remetem a uma ambigüidade que incorpora, ao mesmo tempo, o fato deste ser um parente importante para os atuais moradores e, também, um “comissário”: aquele que cuidava dos assuntos relacionados à terra distribuindo a mesma.

“O Abílio, porque ele era comissário, tudo as coisa era levado lá pra ele, então pertencia pra ele tudo isso ai, comprava a terra ia la fala com o comissário, chegava lá: “oh comprei terra do fulano lá...era tudo com ele...era tudo ele que comandava tudo”¹⁵⁰

“Se o pai ia fechar um negócio assim com outros assim, primeiro tinha que fala com o Abílio, ele que dava as dicas se dava pro pai faze ou não, daí ele dava as dicas, então qualquer coisa era com ele com o comissário, era ele que ia dava ordem se dava pra vender, era assim o negocio, primeira coisa era com o comissário eles não faziam nada sem ele ta junto”¹⁵¹

Intermediário das decisões sobre os destinos das terras da comunidade negra, a figura do “comissário” Abílio é vista, atualmente, com extrema reserva. Mesmo que

¹⁴⁹ Entrevista realizada em Passo Fundo no dia 28 de abril de 2006 com a Sra. Maria Luiza Boeira dos Santos Cruz.

¹⁵⁰ Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006 com o Sr. Fernando Miranda.

¹⁵¹ Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006 com o Sr. João Vieira da Cruz, ex-morador.

reconhecido por muitos como constituinte e integrado aos laços de parentescos do grupo, Abílio é remetido como importante responsável da desarticulação da comunidade em termos da “perda das terras”: “ele puxava pro lado de quem tinha dinheiro” (...) “naquele tempo lá o comissário era o **capitão do mato**” (Fernando Vieira, neto de Abílio Veira, referindo-se a seu avô. O destaque no texto é nosso.). Abílio era o intermediário entre mundos e dominava o código jurídico de transferência da posse e da propriedade das terras da região em troca de benefícios, como status, prestígio e pecúnia que o capitalizavam frente ao mundo branco e o colocavam em uma posição de infringir temor coercitivo aos seus pares, negros, caboclos e brancos empobrecidos, que viviam na Vila dos Morenos e, depois, na Vila Mormaça.

“O finado Abílio pegava negro... laçava negro por de trás, assim, e botava no cavalo e tinha um tronco que a minha mãe contava...e amanhecia o cara no outro dia...o Abílio esse entregava os negro...”¹⁵²

A narrativa de D. Natália, ex-moradora da região e afilhada da Mormaça, é um caso exemplar que demonstra a relação de oposição compartilhada pelo grupo de forma geral ao tratar dessas duas figuras emblemáticas para a comunidade. D. Natália narra de forma emocionada a sua relação com a sua madrinha “Mormaça” e sua parentela:

*“Ihhh, eu sentia uma **madrinha [Mormaça]** que olha... era mãe pra mim.... e o cara pra se vê a situação que a gente se via, o bem que as pessoas fazem pra gente, a gente tinha que agradecer. Eu me criei lá, tinha o finado Alfredo, era filho da finada minha madrinha, era o mais novo, a finada Picucha, a mais nova, Picucha...”¹⁵³*

¹⁵² Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006 com o Sr. João Vieira da Cruz.

¹⁵³ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sra. Maria Natalina Miranda.

No entanto, a mesma narradora, ao dirigir-se à figura de Abílio faz menção à “memória do despejo”, apontando essa pessoa como a principal responsável pelo despejo de sua família das terras que perfaziam o território étnico da “Mormaça”. Segundo a narrativa, suas ações provocaram conseqüências morais negativas bastante sérias que puderem ser observadas no final de sua vida.

Natália falou, também, da dificuldade que as pessoas da comunidade tiveram em carregá-lo da cama quando ele já se encontrava muito doente, perto do final de sua vida. Tal fato decorria, de acordo com narrativas, do fato de Abílio estar muito pesado em função dos “pecados” e “maldades” que cometera em relação àqueles com quem convivia em seu cotidiano. Os atos de Abílio, em relação a dispersão territorial da comunidade da Mormaça é compreendido atualmente pelas pessoas como uma infração moral de conseqüências “sagradas” e metafísicas. Abílio não foi punido pelo mundo dos homens, mas pelo mundo do sagrado, pela ordem do metafísico que o levou a ser tratado, ao final de sua vida, pelos negros cujo patrimônio ele ajudou a diminuir.

Dona Natália continua sua descrição discorrendo sobre a dificuldade de movimentar os dedos do pé de Abílio quando ele já se encontrava morto na cama, descrito como “duro” e “empedrado” devido às suas más condutas em vida. Novamente, a ordem metafísica surge como aquela que infringe o castigo aos atos de Abílio, condenados pela comunidade que o vêem como aquele que sofre em função de atos moralmente condenado por seus pares.

“Mas ele foi muito ruim pra nos, ele foi muito ingrato, mas quando ele faleceu eu me lembro que nos fumo no velório dele... mas ele em vida, ninguém jogava um dedo dele, porque minha mãe foi pra jogar com o dedo dele ninguém jogava, com o dedo do pé, com o peso que ele tinha. Jogar com o dedo é movimentar com o dedo dele assim, pra ver se ele sentia, ele era uma pedra duro no fundo da cama. E essa minha tia que era tia, que daí era casada com ele que vinha a ser irmã do meu pai, ela dizia: tanto filho que tu teve na vida...tanta mulher... sem vergonha, com o perdão da palavra, dizia agora tu ta aqui, que

ninguém pode jogar, mas ele é ninguém jogava e ninguém movimentava, e ela mandou minha mãe e eu tava junto com minha mãe, ele foi e disse: vai lá nos pés da cama, e vai lá vê se tu faiz o jogo do dedo dele do pé ou da mão e olhava assim, e até... ma ninguém erguia, ferro que é ferro e pedra o cara levanta, se faz força levanta, e ele não, então que eu não sei se era pecado que ele tinha feito na vida ou o quê que era, ma ele sabia foi muito ingrato. Ele era amigo, ele foi amigo dos italianos”, (...) ¹⁵⁴

Assim, se por um lado Abílio é condenado por reafirmar entre brancos e negros uma relação desigual onde o monopólio das terras é dado a alguns – brancos - em detrimento de outros – negros - as relações da “Mormaça” com o entorno colocam negros e brancos como protagonistas em relações onde a autoridade negra sobre determinados assuntos, como os relacionados à vida e à morte, era incontestável e reconhecido. Para que entendamos os atuais contornos simbólicos da comunidade de “Mormaça” é necessário compreender as relações travadas com o entorno e a sociedade envolvente e outras situações mais recentes lembradas pela comunidade através de um dos principais símbolos positivados pela comunidade: a “Mormaça”.

“Mormaça” é um símbolo fundamental das relações comunitárias e que permitem traduzir um recorte temporal da experiência comunitária: o “tempo da Mormaça”. Nesta evocação, a existência de “outros” (italianos e índios, por exemplo), legitima e potencializa o reconhecimento de suas habilidades. Ela permite referir como os “outros” a consideravam na época. Outros, como Abílio, são lembrados com ambigüidade, embora tenha a deferência do afeto familiar, de seus descendentes, porém, mesmo sendo parte da comunidade, as narrativas que fazem referência a ele sempre o fazem a partir de uma conotação negativa. O relato de sua própria morte, como já mencionado, é compartilhado em narrativas que ensinam os mais novos a identificar o mal, o associam a episódios de venda e perda de terras.

¹⁵⁴ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sra. Maria Natalina Miranda.

4.2. A casa da “Mormaça”: criando laços...

“Mormaça” não é uma figura isolada. Conforme descrito no capítulo 3, demonstramos uma ampla parentela e pessoas do grupo relacionados a ela. A memória do grupo compreende as origens da posse terra como originária da “terra de cativos”, revelados por alguns indícios que identificam como anteriores ao “tempo da Mormaça”.

“Era antiga sim. A minha raça de gente, essas mulher antiga que eu to falando ai, era filha das cativeiras velhas(...)Que nem a velha Atília (irmã da Mormaça) era cativeira, a velha Candinha era cativeira, e chegaram os bandidos que nem fazem agora na televisão dos escravos, pregaram a orelha dela assim num palanque e rasgou a orelha dela.”¹⁵⁵

O grupo, ao apresentar a “Mormaça” como elemento fundamental das representações locais, efetua nexos com a sua própria história negra a antiga parentela e outros negros que residiam no entorno da vila. A comunidade na qual essa personagem é central e lembrada com deferência nos permite evidenciar uma vida comunitária mais ampla que, como vimos anteriormente, toma como referência os esquemas de solidariedade étnica. Afinal, as atividades que “Mormaça” desempenhava ficaram na memória de muitos, mas a vida comunitária a qual ela fazia parte, ficara na memória para uma ampla gama de parentes.

As moradias ocupadas pela “Mormaça”¹⁵⁶, segundo os relatos existentes, atuavam como ponto de convergência de encontros da comunidade sendo verdadeiros elos de sociabilidade do grupo. Estes locais eram vistos como espaços de referências para festas, bailes e, até mesmo de encontros para atividades lúdicas pelas crianças negras da região. Alfredo Vieira da Cruz, filho da Mormaça, é apontado por

¹⁵⁵ Entrevista realizada em Passo Fundo no dia 28 de abril de 2006 com a Sra. Maria Luiza Boeira dos Santos Cruz.

¹⁵⁶ É indicada a existência de 3 moradias que foram ocupadas pela Mormaça. Todas ficavam nas proximidades onde hoje reside o Sr. Natalício.

muitos como gaiteiro da região, atuando frequentemente como animador nos bailes promovidos na casa de sua mãe. Nesses bailes, ocorria a participação de integrantes da comunidade conhecida como Arvinha¹⁵⁷, sendo comuns os intercâmbios entre esta e a comunidade da Mormaça. Os moradores ressaltam que nestas festas participavam apenas os “pretos” e os “morenos”.

“Ele [Alfredo] então tinha uma gaitinha de oito baixo ele fazia batendo pé e um pandero velho tocado de canela de boi e fazia um tal de pandero, a turma amanheciam, as vezes amanhecia também catando trigo...era tudo divertido, não tinha nada de um fica olhando pro outro, então convidava, chegava um lá Arvinha lá: “vamo carpi, amanha lá” ...já parava o baile daí ... amanhecia na lavoura já...tudo contente...e a “Mormaça” dava aviso pro Sabino¹⁵⁸ esse, ela que dava as dicas pra ele”¹⁵⁹

“Tinha os bailes daí nos bailes daí tinha um só, que um fazia, o pessoal se reunia e iam lá se diverti, dança...nós se reunia, a irmandade, os vizinhos, ia lá ajuda a carpir, roçar, corta trigo, ou plantar, guinchado, e depois no outro dia o cara fazia outro puxirão daí o pessoal dizia puxirão de gente. Que daí era assim tudo reunido trabalhava de acordo, os moreno, afinal, então era esse o puxirão...era só os moreno, porque os italiano eram muito racista de primeiro”¹⁶⁰

A presença dos “morenos” pertencentes à intersecção promovida pelas regiões denominadas São Pedro e São José nessas festas é comumente referida. Estas pessoas residiam dentro dos marcos geográficos propostos pela comunidade numa área conhecida pela atual comunidade como “serrinha”¹⁶¹. No entanto, cabe notar que a “serrinha” é englobada, conforme demonstrou o trabalho de campo, pela categoria generalizante dos “assentados da Mormaça”. Este elemento aponta, novamente, para

¹⁵⁷ A “Arvinha” é uma comunidade que atualmente passa pelo reconhecimento enquanto “remanescente de quilombos” e fica...

¹⁵⁸ Antigo morador da “Arvinha”.

¹⁵⁹ Entrevista realizada na Mormaça no dia 16 de março de 2006 com o Sr. João Vieira da Cruz.

¹⁶⁰ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sra. Maria Natalina Miranda.

¹⁶¹ A “Arvinha” é normalmente referida como o “campo”.

o fato de as relações compostas pelo grupo transcenderam a atual área ocupada, embora sempre apresentem ponto de ligação com a “Mormaça”.

Porém, esses vínculos não se restringiam às festas; pelo contrário: as festas faziam parte de um circuito muito mais amplo de trocas, que perfaziam os caminhos do parentesco, dos vínculos sociais e da afinidade étnica. Como foi demonstrado, as festas funcionavam como ponto de partida para as atividades de cultivo da terra que eram mediadas pelas relações de reciprocidade promovidas pelas comunidades negras da região – os “puxirões”.

Neste sentido, os atuais moradores da Vila Mormaça apontam para essas relações com a “terra dos antigos”, referindo-se aos locais anteriormente ocupados nas regiões de São Pedro e São José. Vale ressaltar que parcelas da parentela da Francisca Vieira da Cruz (“Mormaça”), assim como pessoas por ela “criadas” viviam nesse local. Gumercindo Vieira da Cruz¹⁶² - irmão da Mormaça - também residiu nas proximidades deste local – “Ela era tia daqueles lá de cima” (Maria, nora da “Mormaça”).

Acionar esta memória também atualiza, no plano das representações do grupo, um elo entre a história da comunidade e a escravidão: “a época dos cativeiros”, como se referem muitos dos entrevistados. A existência de uma irmã da “Mormaça” conhecida como “Candinha” reforça esta idéia geral do grupo. Muito frequentemente eles se referem a esta tia como portadora de uma característica particular: uma “orelha rasgada”. Esta “orelha rasgada”, segundo a memória do grupo, faz referência às argolas utilizadas nas orelhas dos escravos com a finalidade de dominá-los. Nem todos apresentam certeza sobre a origem escrava da “Mormaça”, porém, a lembrança de sua irmã Candinha realiza um nexos aproximado daquela com a escravidão. Ainda, muitos apontam as terras antigas (a “serrinha”, por exemplo) como antigas terras de convergência de antigos “cativos” da região.

¹⁶² Irmão de Mormaça cujo registro de nascimento ou qualquer outro documento não foi encontrado, mas foi referido pela comunidade em reuniões feitas ao longo da pesquisa de campo.

*“Naquele tempo eles iam fazendo um tipo de escritura, que nem vender cavalo. Daí ficaram com as nossas terras...foram ficando, tirando os moreno...existia bastante moreno. Tinha moreno que era escravo e tinha a “Mormaça” que era do tempo da escravidão...nasceram aqui. Essa terra era tudo da “Mormaça”. Ela morreu com 125 anos”.*¹⁶³

O marido da “Mormaça”, o “Luiz Mormaço”, é lembrado por alguns dos mais velhos, como o mais antigo proprietário das terras atualmente ocupadas pela comunidade. Desta forma, inclusive o apelido de Francisca de Vieira da Cruz, seria um homônimo feminino do apelido do marido, além de incorporar o apelido ao seu próprio ela também teria se mudado para as terras dele após o casamento¹⁶⁴. Esta compreensão corrobora com outra representação disseminada pelo grupo que evidencia uma anterioridade dos negros da região em relação aos “brancos”. Acionar a centralidade de “Luiz Mormaço” significa apontar um tempo histórico de longa duração que remete a um passado anterior à entrada e permanência da “Mormaça” naquelas terras.

*“Ela foi parar porque essa tia dela colocou ela lá, o velho [Luiz Mormaço] morava lá...O marido dela, morava nessa casa e ela casou com ele e foram morar lá e essa tia que tinha essa herança que passou tudo pro nome dela e da Candinha, porque era das duas, né?”*¹⁶⁵

Tendo em vista o que foi analisado até o momento, a partir de fragmentos da memória coletiva da comunidade, podemos elencar algumas noções centrais que conferem sentido a figura emblemática de Chica “Mormaça”.

¹⁶³ Entrevista realizada na Mormaça no dia 16 de março de 2006 com o Sr. Domingos Vieira.

¹⁶⁴ Alguns indicam que a mãe “Mormaça” seria a proprietária de muitas das terras em questão, inclusive daquelas já referidas acima.

¹⁶⁵ Entrevista realizada em Passo Fundo em maio de 2006 com a Sra. Maria Luiza Boeira dos Santos Cruz.

- 1) A “Mormaça” é um ponto no qual a memória da comunidade se apóia para evidenciar aspectos simbólicos de um reconhecimento interno que dá os contornos de um grupo, ressaltando valores, como o domínio das artes tradicionais de cura e das técnicas de parto, que a coloca um status social de superioridade em relação a negros e brancos na localidade.
- 2) Esse reconhecimento também é destacado através de referências que a comunidade faz em relação a “cor”, de suas características físicas comuns, autoreferidos como definidoras do grupo dos “morenos”. Esta classificação refere a uma origem comum que, muito freqüentemente, apresenta relação com a “Mormaça”.
- 3) Os moradores se reconhecem como detentores de uma origem comum relacionada ao nascimento pelas mãos de “Mormaça”, pelas memórias do “cativeiro”, que pontua relações de solidariedade e de um legado simbólico, um intenso aprendizado sobre seus vínculos expressos nas práticas de cura e parto da Mormaça e na ligação por dívida simbólica a ela.
- 4) Pode-se afirmar que concomitante ao fato de as festas conectarem os antigos moradores negros da região, o ofício de cura e sua respectiva iniciação na atividade singulariza uma unidade social construída pelos laços da comunidade negra em questão produzindo parentescos simbólicos. Esses são alguns dos contornos evidentes da vida comunitária, que se reforçam pela evocação do parentesco (reconhecendo tias e relações de compadrio intracomunitária, principalmente, em relação aos moradores da comunidade quilombola de Arvinha). Recorrentemente “Mormaça” é vista como uma madrinha ou “quase mãe”.

- 5) Através da evocação da Mormaça, os moradores explicitam parte de suas noções de tempo histórico da vida comunitária. Há um tempo antes da Mormaça que refere a origem das suas terras como *“terra dos cativos”*. Há o *“tempo da Mormaça”* que é um tempo de intensa vida social e efervescência e dá referência aos contornos do território mais amplo que o atual, outrora ocupado por seus parentes. Portanto, acionar a memória sobre Mormaça, para estes narradores, significa reforçar uma identidade étnica pela construção de um nexos entre os atuais e os antigos ocupantes do território, reforçando, desta forma, o vínculo com a terra. Assim, no plano da memória, reforça-se a conexão entre *“tempos antigos”* e *“tempos atuais”*. As narrativas contrastam o tempo antigo e o atual, como demonstramos os contornos da terra correspondem a uma vida coletiva intensa entre aparentados que transborda o território atual.

- 6) Mesmo que muitas das falas tenham partido de pessoas que não residem atualmente na *“Vila Mormaça”*, localizamos, pela ação da memória coletiva, quadros sociais comuns – principalmente os valores embutidos nas representações compartilhadas sobre Mormaça e Abílio - o que evidencia a atualidade das questões propostas pelo grupo (sentimento de uma origem comum, relações entre brancos e negros, etc.). As indicações que levaram a esses informantes consideraram a *“antiguidade”* das informações; ou seja, são os *“antigos”* os mais habilitados a falarem sobre determinadas histórias do passado. Isto não significa que os mais jovens não compartilhem dessas histórias, ao contrário, a consulta aos *“antigos”* funciona como uma espécie de *“confirmação”* autorizada pelo tempo de histórias que circulam no interior da comunidade.

Ainda que a figura da “Mormaça” reconhecida por todos da região - tendo atuações de cura e parto inclusive com os “gringos” – sua representação é acionada por seus parentes consangüíneos ou por dívida simbólica como uma figura emblemática que externaliza uma origem comum, constituindo-se, neste sentido, num sinal diacrítico de pertença em relação ao grupo branco que circunda a comunidade negra (Barth, 1997). Ou seja, um sinal que expressa uma fronteira simbólica de exclusão entre aqueles que são vistos e tidos como parte da mesma origem e os “outros”.

Nosso principal objetivo nesse capítulo foi o de evidenciar que no processo de explicitação da memória coletiva do grupo da “Vila Mormaça”, o conjunto de valores que modernamente se condensaram em torno de Chica “Mormaça” é um elemento chave para a compreensão das representações coletivas do grupo a respeito dos contornos da vida comunitária.

Pudemos evidenciar a constituição de um grupo que, em grande medida, visualiza suas fronteiras morais e físicas, de inclusão e exclusão, pela releitura do passado via categorias acionadas no presente. Esta comunidade que historicamente tem sofrido pressões pela redefinição de limites geográficos de seu território, encontra na figura central de “Mormaça” uma forma de enunciação e expressão do auto-reconhecimento que evidencia noções sobre a resistência de um estilo de vida comunitário e demonstra o compartilhar de uma mesma origem, uma identidade étnica.

Por fim, coloca-se que mesmo não sendo a única forma que o grupo utiliza para expressar sua identidade coletiva e étnica, as lembranças sobre Chica “Mormaça” evidenciam elementos de status e prestígio importantes que, através da ação da memória social do grupo, promovem umnexo entre problemas antigos e presentes vividos e vivenciados pelo grupo, através das relações metafóricas produzidas e acionadas através da memória da “Mormaça”.

5. Terras e Territórios: a “terra véia” e o trabalho que não liberta.

A dificuldade em relação a pequena quantidade de terras agriculturáveis de que dispõem os negros da Mormaça¹⁶⁶ para sua subsistência foi suplantada, em parte, pela solidariedade entre os grupos familiares que a compõe, os mesmos que cedem o espaço de suas terras para a exploração de outros membros de sua família. A solidariedade étnica no fornecimento dos meios de produção é combinada com a solidariedade das relações familiares. As terras de uso comum da Mormaça são, atualmente, no contexto de escassez absurda de terras que a comunidade vive, pedaços de terras “emprestadas” os que são cedidos e trocados pelo excedente da família que a recebe. Os mutirões são espaços de troca coletiva de força de trabalho, mais utilizados antigamente quando o circuito das relações sociais se estendia por áreas mais amplas de produção agrícola e demandava, assim, um esforço concentrado do grupo.

O mutirão é uma situação de apropriação coletiva do uso da terra e da força que move a terra. Mesmo sendo coletiva essa apropriação tinha regras. Uma das regras era a de que o mutirão só era realizado entre os conhecidos do “lado da [comunidade da] Mormaça”. A principal autoridade que coordenava os mutirões era o “pai” era ele quem organizava e dispunha da força de trabalho de seus filhos, selecionava, “mandava”, quem iria ou não trabalhar. A lavoura, a roça, é um espaço

¹⁶⁶ O local onde realizamos a pesquisa de campo chama-se Mormaça. Atualmente, há duas partes na Mormaça, a “de cima” e a “de baixo”. A “de baixo” começa logo depois da sanga e era chamada, antigamente, de “Ponte”, a “de cima” começa logo após a igreja, em um ramal da estrada, e é chamada de “Triângulo”, por alguns. Ambas as partes estão dentro das terras da Chica Velha, a Mormaça, que se encontra estrangulada por áreas de plantio de soja. Uma entrevistada contou-nos que foi feito um movimento por parte da prefeitura do município para renomear o local como Vila Oliveira tendo em vista a alta concentração de pessoas com esse sobrenome. Essa idéia não prosperou tendo em vista o protesto da comunidade local para que o nome de Mormaça fosse preservado.

masculino, como vamos esclarecer mais adiante, e que se submetia ao poder paterno de organização.

Além das trocas de dia no contexto dos mutirões as celebrações, bailes com comes e bebes, que eram realizadas após o cumprimento das tarefas se traduziam em uma forma de redistribuir as riquezas, quer enquanto estoque calórico quer enquanto dias de trabalho, e reafirmar laços de afetividade e de valores morais (Wolf 1966). As “bodegas” são espaços de sociabilidade masculina que se sucedem no território de Mormaça¹⁶⁷, espaços de troca de bens simbólicos outros que não podem ser quantificados e traduzidos em valores econômicos.

A “surpresa” era uma reunião de amigos que iam às casas de pessoas “com as quais mais se conversava”, com as quais se compartilhava um estoque comum de sentimento e de possibilidade de comunicação, praticado entre pretos e brancos, situacionalmente em circuitos separados, ou em circuitos sobrepostos. Atualmente, de acordo com a fala dos informantes “nem tempo para a ‘surpresa’ dá mais”, pois há a perda do contato entre as pessoas que “mais conversam” cujas relações se distanciaram física e estruturalmente com o tempo. A dimensão da sociabilidade está sendo re-atualizada na comunidade de Mormaça, através do futebol, do jogo de cartas, do circuito da capela de santo que percorre a vizinhança, das festas de casamento e aniversário e das próprias reuniões da associação dos quilombolas em suas discussões sobre o implemento de políticas públicas.

As discussões em torno da reivindicação do reconhecimento da identidade étnica de remanescente de quilombos e da propriedade de suas terras, assegurada pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), através do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) tem servido de razão para a configuração de uma nova dimensão de espaço de sociabilidade, com ênfase política. As pessoas associam o processo de pleito pelo reconhecimento como remanescente de quilombos

¹⁶⁷ Os espaços das “bodegas” são cercados de uma aura de masculinidade, o relato dos homens sempre demonstraram que tal espaço de sociabilidade era extremamente valorizado.

ao fato de se perceberem como pessoas “que não têm terra”, ou seja, que foram expropriados não apenas de sua fonte de renda, mas do suporte material de sua memória e identidade étnica. Este entendimento, porém, procede em parte uma vez que as comunidades quilombolas são comunidades com terras, mas carentes de acesso aos seus marcos memoriais e aos recursos que garantam a sustentabilidade das gerações futuras e alvo de expropriações territoriais historicamente consolidadas. Uma entrevistada se referiu a situação da reivindicação das terras como a “*folia das terras*”, pois as pessoas que vivem na Mormaça compreendem e assumem essa via como uma forma de restituição de um estilo de vida e de suas posses perdidas ao longo da história.

O pleito pela propriedade da terra historicamente perdida na região da comunidade da Mormaça está remodelando um espaço coletivo de reivindicação política. Antigamente, os brancos, “italianos”, permitiam a retirada de lenha, mato e a cata do pinhão nas nesgas de mata nativa que preservam em suas propriedades; quer por força de lei, quer por estarem localizadas em áreas onde o plantio de soja é impossível, como encostas de barrancos e lugares com muitas pedras. Agora, por conta da “*folia*” os “italianos” não deixam mais os negros entrar nas matas para a catação, por exemplo, o que espelha uma reacomodação das relações locais.

5.1. A “terra véia”: o tempo dos despejos da polícia

O território da Mormaça era uma imensa “vila dos morenos”. Esta “vila dos morenos” era um adensamento de casas de pessoas que viviam próximas umas das outras, sendo um verdadeiro bairro rural nos moldes de Antônio Cândido (2001). Ao se referirem a “vila dos morenos” as pessoas se referiam a um espaço no passado que evocava a apropriação coletiva da terra. Isso, pois, ao serem entrevistadas as pessoas nunca fizeram referência a parcelas de terreno como sendo de apropriação exclusiva

de uma ou de outra família. As referências sempre remetiam a uma apropriação coletiva do espaço.

“Dona Fia: Ih! Aqui era uma, era uma vila de moreno, lá pra cima, pro lado de cá morava nós...”

Noemia Tem a Vó Maria.

Dona Fia: É a minha mãe, filha do Lisário. Tudo ali era terra nossa mais sabe que aquele tempo, já digo que era tempo, dos escravos, foram tirando nós e fumo vindo. (Incompreensível) Ali (incompreensível) começa pro lado de cá da ponte, ali era tudo nosso, ia embora. Do finado Rivar.

Natalício: Do pai, né?

Dona Fia: É, do meu pai.

Entrevistador: Do pai de vocês.

Dona Fia: É”¹⁶⁸.

O território de uso comum se tornou uma forte característica das áreas ocupadas por comunidades negras e uma marca de distinção dessas comunidades em relação aos outros grupos de seu entorno. Geralmente, existe correlação conceitual entre os “territórios de uso comum” e as “terras de preto”, categoria *êmica* que atingiu status de categoria analítica frente à recorrência como é encontrada em todo o país.

A expressão terras de preto refere-se ao mesmo tempo a uma forma de produzir, a um espaço social e político e a uma identidade étnica” (Almeida 2005:88) e nessa perspectiva elas transcendem o recurso básico da terra, e não se configuram necessariamente enquanto ‘territorialidades vizinhas’, uma vez que se distinguem e se entrelaçam simultaneamente, não se constituindo cada uma delas num todo auto-suficiente. Os planos sociais interdependentes consistem numa condição essencial de sua permanência. Em virtude disso, essas territorialidades não podem ser reduzidas à maneira usual e individualizante de pensarmos um móvel rural e seus confrontantes, ou seja, não se restringem a um problema agrário (Almeida 2005:88-89).

¹⁶⁸ Entrevista realizada em Estação no dia 30 de março de 2006 com a Sra. Fia.

Antes da valorização das terras da Mormaça para o plantio de soja o lugar parece ter sido uma área de refúgio de negros e um local onde foram constituídas inter-relações entre brancos empobrecidos, índios e negros libertos, fugidos e ex-escravos de estâncias próximas, constituindo, assim, verdadeiro território de resistência frente à sociedade de entorno, um “quilombo” com predominância da identidade afro. Dentre os fatores históricos desta configuração territorial destacam Mary del Priore e Renato Venâncio (2006):

(...) inicialmente os pequenos proprietários [e posseiro] resultaram do processo de destribalização dos grupos indígenas e de sua fusão com ex-escravos africanos ou até mesmo com brancos pobres. A ocupação do solo, que se seguiu á tomada da terra dos índios, foi sendo realizada – nas áreas não ocupadas pela produção agrícola para exportação – dentro dos padrões de uma agricultura que, em sua primeira fase de desenvolvimento, poderia ser chamada de rústica. (2006:48, complemento nosso)

A história da crueldade de um senhor que marcava ou punia seu escravo pregando sua orelha na parede e depois a rasgando enquanto puxava a pessoa, emergiu em vários momentos do trabalho de campo e é a lembrança mais viva da escravidão que as pessoas de Mormaça possuem. Além de compartilhar de uma memória da escravidão comum ao grupo também acabou por configurar inter-relações de aparentamento dentre parceiros negros ou em condições sociais igualitárias que têm continuidade até os tempos atuais:

*“Natália – Esses morenos aqui eram tudo meio parente assim, então, tudo moreno. Só que nós somos aqui em cima. Lá em baixo, tem aquela vila lá.... tinha outra vila lá.
Nicanor – Tinha outra vila lá em cima, lá”.¹⁶⁹*

¹⁶⁹ Entrevista realizada na Mormaça no dia 01 de junho de 2006 com a Sra. Maria Natalina Miranda.

Os tempos antigos da “*terra velha*”¹⁷⁰ são recordados pela grande quantidade de “morenos” que viviam na região. A área ocupada pelas “*vilas dos morenos*” “*lá de baixo*” e a “*lá de cima*”, são referidas como as terras em que os parentes viviam. Todos os entrevistados usam a expressão “*vila dos morenos*” para se reportar aos locais onde viviam as pessoas negras da região, que não eram os italianos e que haviam chegado antes deles. Os morenos “*moravam*” nas terras quando os italianos “*chegaram*”: “*porque eles [os morenos] moravam, se moravam era retirado porque...*”¹⁷¹. Ter sido “*retirado*” ou “*despejado*” de suas terras foi uma referência recorrente ao longo das entrevistas e que remete a idéia da perda da terra para o colonizador que ali se instalava.

Essas “*vilas dos morenos*” localizadas na área que hoje configura o território étnico reivindicado da Mormaça parecem ter sido fragmentadas em dois momentos: com parcelamento do solo proposto pelo estado brasileiro na década de 10 (veja capítulo 3 deste relatório); e com os “*despejos*” dos anos 50/70 quando o solo foi supervalorizado por conta do plantio de soja. Tais situações acarretaram a pauperização dos negros que foram obrigados a vender suas terras por conta das condições históricas que se configuraram.

Os dois primeiros fatores podem ser datados, mas a pauperização ocorreu de forma concomitante a elas. Cada um dos ciclos de expropriação acarretou ondas de impacto sobre a população quilombola e deslocamentos de parcelas de pessoas da comunidade, que em direção a área que hoje ocupam quer em direção a periferia dos municípios vizinhos. No capítulo 1 deste relatório, fica evidente a lógica da individualização da propriedade proposta pelo estado brasileiro e que recortou a área onde viviam posseiros livres no momento da colonização de 1911.

Sertão foi uma das áreas de expansão agrícola das primeiras colônias, italianas e alemãs, do estado do Rio Grande do Sul recebendo imigrantes das colônias velhas,

¹⁷⁰ Entrevista realizada em Estação no dia 30 de março de 2006 com a Sra. Fia.

¹⁷¹ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sr.a Maria Natália Miranda.

inchadas pelos filhos dos primeiros colonos. Essa expansão deixou de levar em consideração, porém, aqueles negros, índios e brancos empobrecidos que já viviam sobre a terra, seus antigos possuidores. As “*turmas*”¹⁷², grupos de técnicos, engenheiros agrimensores se moviam geralmente acompanhados por um guia que conhecia a localidade. Além disso, outra estratégia de expropriação de terras foi a do empoderamento de um mediador, pessoa da própria comunidade negra que persuadia outros que nele confiava a deixar suas terras ou as coagia para que vendessem seus bens.

Outro momento da expropriação se deu por volta dos anos 50/70 e coincidiu com o início do plantio da soja na região¹⁷³: eram os “*despejos*”. Nesta época, de acordo com as falas dos entrevistados, muitas pessoas ainda viviam em terras das quais não possuíam escrituras, outras foram levadas a crer que viviam em terras do governo. Como destaca Ellen e Klaas Woortmann (1997):

A ausência de propriedade formal das terras por parte dos camponeses fez com que se configurasse um processo de expropriação e de limitação do acesso às soltas. Privatizadas estas últimas pelos proprietários, os sítios foram reduzidos em tamanho e a utilização, pelos camponeses, de boa parte das terras passou a ser possível apenas por meio do arrendamento. (1997:19).

O fato é que várias famílias da Mormaça foram “*despejadas*”, ao longo dos anos 50/70, sem que lhes fosse perguntado por quanto tempo viviam no local ou se tinham outro lugar para se instalar após o “*despejo*”. A região das proximidades da capela de São José até o cemitério do Dutra ou Antunes, definida como a “*vila dos morenos*” parece ter sido aquela que congregou o maior número de ocorrência dessas ações.

¹⁷² Atribuição dada por João Vieira em entrevista.

¹⁷³ Veja maiores detalhes no Capítulo Geográfico.

“João Vieira – Mas olha, sai porque nos se criemo, tudo nossos irmão, nós semo 6 irmão, se criemo quando eles começaram ajuda o pai a trabalha foram tudo se fazendo, então nos trabalhava em duas colônia de terra, então era 22 alqueire de terra, nos trabalhava em cima. O pai dizia ‘essas duas colônia é minha’. Então nós plantava um pedaço, outro pedaço, ali, nós se criemo em cima ali, trabalhando ali. Daí quando chegou umas horas, meus irmãos foram se fazendo, foram casando, e eles (incompreensível) da medição de polícia lá e tal.”¹⁷⁴

As pessoas mais antigas na Mormaça se referem a “polícia” e a um profissional com poderes semelhantes ao que a polícia possui hoje em dia, como a autoridade que conduzia os despejos.

“João Vieira - Daí chegaram no pai, disseram pro pai: ‘oh, o você vai saindo daqui, que vai te despejo pra vocês ai que é terra do governo’ não sei o quê. E foram medindo e foram tirando o pai de cima. Daí o pai disse: ‘oh, vocês me deixam um pedacinho porque eu não saio nem que venha caminhão e, outra, daqui eu não saio’. E daí os meus tios que trabalhavam e moravam que tinham um parte de terra e tavam trabalhando daí tinha morrido, o tal de Dórico, aquele, já tinha falecido. Daí a viúva que trabalhava lá que era minha tia com os piá, ah, quando falaram do tal de despejo... Já tinham até alugado a casa lá, como era uma casa grande, apodreceu a casa lá, se mandaram e a casa apodreceu lá.”¹⁷⁵

O “despejo” ocorria com certa dose de coação. Aqueles que se encontravam suficientemente enraizados ao território para resistir, como é o caso do pai de João Vieira que permaneceu em sua morada, permaneciam no local com a redução de sua área; ao passo que, aquelas pessoas socialmente mais fragilizadas, como foi o caso da viúva de Dorico, saíram de suas terras.

“Entrevistador – O senhor me fale mais dessa ordem de despejo. O senhor tava ali e quem chegou?”

João Vieira – A turma chegou pra fazer o tal de despejo. Daí o pai disse: ‘não, eu não saio’. Daí, tiraram um quadro, tu não se lembra? (Ele chama uma terceira pessoa que estava participando da conversa).

¹⁷⁴ Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006 com o Sr. João Vieira da Cruz.

¹⁷⁵ Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006 com o Sr. João Vieira da Cruz.

Ah, não me lembro de quantos metros era. Tiraram aquele quadro, só defenderam a cabeceira d'água lá pro pai. O pai ficou com um pedacinho lá, só volta a volta. Tavam dizendo que vinha despejo pro pai e que nos se criemo, todos meus irmãos, se criemo e nunca veio despejo pro pai e aquilo tomaram conta.

Entrevistador - Foi a primeira vez que aconteceu isso nesses anos todos que o senhor morava lá, nunca tinha acontecido, mais ou menos que ano começou essa coisa de despejo.

João Vieira – Mas eu não me lembro quando começou.

Entrevistador – Mais ou menos com que idade o senhor tava?

João Vieira – Eu já tinha uns 15 anos, mais.”¹⁷⁶

João Vieira nasceu em 1946 se sua lembrança do “despejo” o remete aos 15 anos então o ano era de 1961. Ele se recorda da forma como seu pai resistiu para permanecer no lugar vendo sua terra ser recortada pela “turma” – o “despejo” era executado por meio de um grupo de pessoas o que infringia maior coação aos posseiros. Os pais de João Vieira eram Constantino e Guilhermina (filha de Ursulina, em nome de quem está registrado o Lote 19 da marcação de 1911).

“Entrevistador – Já começou com essa coisa de despejo.

João Vieira – Daí, a turma entrando.

Entrevistador – Tem alguém morando lá, agora?

João Vieira – Agora não tem ninguém morando lá, só que tão plantando”.¹⁷⁷

Natália nos oferece uma descrição em detalhes de outro “despejo”. Ela nasceu em 1945 e é sobrinha de Guilhermina e filha de Iracema (nascida em 1915) e Atalábio. A mãe de Iracema é Ursulina de Oliveira, ocupante do lote 19 de acordo com a marcação de 1911 (veja anexo), onde hoje se encontram algum dos referenciais de espacialidade da comunidade (veja o mapa da área reivindicada). Aparentemente, podemos deduzir que vivenciou a situação de despejo na mesma época que João Vieira.

¹⁷⁶ Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006 com o Sr. João Vieira da Cruz.

¹⁷⁷ Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006 com o Sr. João Vieira da Cruz.

“Natália – Então, as mãe eram irmãs, a minha mãe e a mãe desta que vem a ser vó desta... E daí nós éramos quatro morador ali, entre meio a São José, Aparecida, São Pedro ali... E daí tinha esse finado Abílio. João Cavalheiro que daí fazia divisa, as terras né. Daí ele foi ai e disse que nós tínhamos que sair dali, porque disse que iam fazer despejo, ai nessa terra dos moradores que moravam ali”¹⁷⁸.

Novamente, a figura de Abílio surge como alguém relacionado aos “despejos”, neste caso ele sabia com antecedência quem seriam os moradores despejados, tanto que os avisou¹⁷⁹. Podemos deduzir que Abílio tinha contato com pessoas que fora da comunidade e que estavam relacionadas, direta ou indiretamente, com as ações de despejo, ou que tenha sido procurado com antecedência para a negociação de suas terras.

“Natália - Daí uma tia minha Sebastiana¹⁸⁰ que era finada, que ela garro e abandono, ficou um filho dela só ali. Nós morava aqui, então, nós tínhamos duas casas, que nem se fosse uma aqui e a outra lá. Do outro lado, ali, tinha outros moradores, que era tudo os de casa: que era o finado Tio Paulo e a finada Tia Guilherma e, do outro lado, a finada Tia Sebastiana e, do outro lado, morava minha mãe e a finada Tia Guilherma. Éa finada Sebastiana morava do lado do Tio Paulo e que fazia, só nós que ficava do outro lado, assim, mas era tudo divisa. Na mesma área só era dividido o pedaço que era plantado, mas tudo na mesma área”¹⁸¹.

Guilhermina era tia de Natália e o emaranhado de termos de parentesco utilizados pela entrevistada aponta o grau de inter-relação que existia entre as pessoas que moravam na “vila dos morenos”. Algumas pessoas, depois de avisadas do “despejo”, saíam de suas terras, outras resistiam. Parece que as mulheres com filhos

¹⁷⁸ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sr.a Maria Natália Miranda.

¹⁷⁹ O lote registrado em nome de Abílio, na marcação de terras de 1911 fica em frente ao lote de Ursulina.

¹⁸⁰ Sebastiana Souza Miranda.

¹⁸¹ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sr.a Maria Natália Miranda.

eram as pessoas que abandonavam sua morada de forma mais rápida por ocuparem uma posição de vulnerabilidade social maior. A fala de Natália fornece informações que colaboram neste sentido, assim como a fala de João Vieira. Além disso, Natália nos informa que os campos na Mormaça, por volta dos anos 60, ainda não eram cercados: o espaço “dividido” era o espaço que era plantado¹⁸². Ou seja, não havia divisas que individualizavam propriedades mas, sim, a proteção necessária para a defesa das roças através do cercamento.

Natália – “Daí disseram que minha mãe, que ela tinha que sair dali. Daí como nós éramos de menor, eles disseram que não, que as terras ali, eles tinham direito. Daí foi indo. Aí, em Passo Fundo, minha mãe foi pra Passo Fundo ver, lá ver, um direito ou esse que criou ela esse César Kramer, ele era italiano, e ele disse: ‘eu não posso te acompanhar’. Ele é morto. ‘Eu não posso te acompanhar, mas tu vai lá, eles não podem te largar com essas crianças de menor’. Daí ela foi e foi lá no cartório explica e daí deram uma folhas...”¹⁸³

Segundo nos descreveu Natália sua mãe, Iracema de Oliveira, a Mila, apenas soube como proceder para evitar o “despejo” depois de orientada pela família que a criou, de “italianos”, ou seja, de pessoas que chegaram ali depois das famílias negras e que possuíam mais familiaridade com os códigos jurídicos relacionados a manutenção da propriedade. Para buscar proteção Mila foi a um cartório, não a um fórum, na cidade de Passo Fundo, ela tentou mobilizar os moradores da região para que lhe acompanhassem:

Natália – “Ela pegou e avisou a finada tia Bastiana, a finada tia Guilherma e o finado esse tio Paulo, casado com a finada Tia Casturina, pra ir junto, pra ir em Passo Fundo, no cartório prá vê. Ele

¹⁸² Além disso, mesmo que o *ethos* dos camponeses negros fosse favorável ao cercamento das terras o preço desta ação a tornava impeditiva frente à onerosidade do serviço (veja Woortmann e Woortmann 1997:22).

¹⁸³ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sr.a Maria Natália Miranda.

tirou, o finado Abílio tirou da cabeça deles, que não era pra ir, que minha mãe tava gastando a toa e, daí, então, ficou só a minha mãe".¹⁸⁴

Novamente Abílio surge como desarticulador do movimento de permanência proposto por Mila que descobriu uma pista de como resistir em suas terras pela via cartorial. Este tipo de movimentação foi desarticulado com o emprego de argumentos que apelavam para a pauperização das pessoas que estavam vivenciando os despejos que não possuíam recursos capazes de lhes garantir meios de se deslocar até a cidade de Passo Fundo. Além disso, a perspectiva de "gastar a toa" também revela a descrença nos mecanismos de estado na manutenção dos posseiros em suas terras na região.

Natália – "Então daí minha mãe ganhou um alqueire de terra, dois alqueire de terra. Esses dois alqueire de terra, daí, eles não davam ali, mas a finada minha mãe tinha que escolhe outro lugar pra ser colocado. Daí nos viemos prá Arvinha, que é ali na Arvinha..."¹⁸⁵

A mãe de Natália, Iracema, foi aparentemente deslocada para a Arvinha, pois a fala de Natália não permite entender se sua mãe foi removida ou se saiu por conta própria da Mormaça, pois a quantidade de terras que recebeu não lhe permitia a subsistência. As outras famílias que ficaram na Mormaça foram saindo aos poucos.

Natália – "Os outros saíram. Um saiu foi pra Passo Fundo, outro foi pra Sertão. Abandonaram, saíram, abandonaram, ficaram sem rumo. Daí eles disseram: cada um ficavam na sua área, que tavam plantando, produzindo, o pedaço que eles estavam produzindo, [em] que ficavam, que tocava, mais ou menos meia colônia de terra pra cada um. E daí foi

¹⁸⁴ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sr.a Maria Natália Miranda.

¹⁸⁵ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sr.a Maria Natália Miranda.

ficado assim bem dizer, sem nada, 'sai do caporagem e a fé não veio lá em cima' como diz o ditado, né?".¹⁸⁶

Como a própria Natália explica: se apenas estavam cercadas as partes de plantações a delimitação oficial das terras deixou de fora outros locais essenciais para a permanência das pessoas na Mormaça. Ficaram de fora, principalmente, as áreas de uso comum do território como as matas, nas quais se praticava o extrativismo do pinhão, por exemplo, e os cursos d'água, sendo algumas nascentes cobertas para possibilitar o plantio de soja. O estrangulamento das famílias em pedaços de terras muito menores do que aqueles em que viviam acarretou a perda do estoque de terras destinado a subsistência dos filhos das famílias negras que viviam na região. As famílias da Mormaça foram vítimas da “violência dos papéis”:

'Vestígio mínimo [de posse]': os vestígios de um trabalho passado, único 'título' legítimo para aqueles 'ereus' (herdeiros) e donos, como veremos mais adiante. Mas não era no campo que os agentes do Estado buscavam vestígios e sim nos cartórios, e assim as terras de 'ereus', os 'quinhões' em comum foram deslegitimados. Se não se utilizou nessa expropriação a violência direta das armas, como no México, utilizou-se a violência dos papéis (Woortmann e Woortmann 1997:21, complemento nosso).

Além de deixarem suas terras por coação, pela ameaça dos “despejos”, muitas vezes o estado, através da delegação de seus serviços notarias, negligenciava a situação de pequenos proprietários e possuidores informais. Conforme Dona Nena, quem ia falar com o “governador” ganhava a propriedade das terras.

¹⁸⁶ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sr.a Maria Natália Miranda.

Dona Nena – “Já falemô, que era ali primero, antes da, chegá na igrejinha, assim era a colonha do finado Davi Gai, i mais eles vierô entrando meio assim. Disse que iam riquiriam du guverno, num sei lá, que era do Antonho Grilo aquela posse, né. I eles disse que riquiriam do guverno, i quem trotiava pur isso i ia e ganhava. Té naquele tempo ele ia a casco de burro, i lá, num sei aonde, fala co Governador. O finado Antonho Pagote, Antonho, é, Pagote é i era cavalieto que ele ia, i foi umas duas veiz, três veiz. Paresque ganhô daí a posse do Grilo, né. E daí os Nesbo vortarum, né, lo, pras casa deles, né, que agora té dos Nesbo, ali não tem mais ninguém, tem só o filho do Mil’italiano”.¹⁸⁷

Ir falar com o governador, ter tempo e dinheiro para “trotar” ir duas, três, vezes até o “governo”, saber a quem requerer as terras exigia um tipo de conhecimento burocrático que não era dominado pelo morador da Mormaça que acabava perdendo suas terras. Além disso, podemos supor que havia, de certa forma, conivência do estado em relação a forma como o cercamento estava sendo levado a cabo na região de Mormaça, afinal os cartórios de Passo Fundo estavam, aparentemente cientes do que estava acontecendo no local.

5.2. As miudezas e a roça: o trabalho que não liberta

“Nós era escravo deles, pois o cara trabalhava e eles pagavam o que queriam. O cara fica velho todo arrebetado. Trabalhava por um real. Agora, ainda somos escravos, trabalhamos por R\$ 20,00 por dia quando tem e tem que rezar para ficar com saúde”, moradora do quilombo de Mormaça, Sertão/RS.

Atualmente na Mormaça, diferentes espaços são apropriados por diferentes pessoas do grupo familiar e agregam diferentes valores às famílias que ali vivem. Cada grupo familiar opera com as seguintes categorias de apropriação da terra:

¹⁸⁷Impossível corrigir a fala de Dona Nena, nascida em 1922, sem perder suas características peculiares. Entrevista realizada em Coxilha no dia 30 de março de 2006.

“terreno”, “horta” e a “roça”. Esses espaços são fontes da subsistência das famílias negras que resistem na Vila e não gera excedente monetário suficiente para que as famílias adquiram bens necessários a uma existência digna como material escolar para os filhos, a aquisição de remédios e roupas para o frio. A escassez de alimentos na Vila produz uma realidade onde a dieta nutricional não supre as demandas de todas as famílias, mas, mesmo assim, a apropriação interna tem se dado de acordo com regras de aproveitamento do espaço que maximizam a produção.

A “morada”, via de regra, designa o espaço de moradia das famílias extensas. Famílias extensas no contexto da Mormaça são aquelas onde podemos encontrar ao menos três gerações de parentes e, em dadas situações, afilhados. As mulheres vão para a “morada” da família de seus maridos. A regra aqui é a patrilocalidade, porém são as mulheres quem coordenam a organização do espaço interno. Quando uma família emigrada retorna para a Mormaça sua morada é negociada: ou ela se estabelece nas terras de sua família, ou em terras onde há espaço, como um local com casa desabitada. As negociações que implicam na cessão de um local de moradia, no entanto, não outorga, necessariamente um local específico para o plantio, pois, junto ao espaço de moradia, as casas possuem as “hortas” e uma parte das “roças”. As pessoas que retornam para viver na Mormaça são as mais fragilizadas em termos de manutenção de sua subsistência.

A “horta” é um espaço eminentemente feminino. São as mulheres quem trabalham na casa e cultivam a “horta”, onde são plantados alimentos que não são vendidos e que exigem cuidados específicos como, por exemplo, alface, beterraba, couve, moranga, batata doce e mogango. Essa prática é algo que os emigrados reproduzem nas cidades como os terrenos cultivados por Dona Maria em um bairro de Passo Fundo. As mulheres que cultivam a “horta” são as mesmas que cuidam da manutenção da casa, são as mulheres casadas e com mais de quarenta anos. O espaço para o cultivo das “hortas” pode ser cedido, também, por parentes como a

sogra. Estas mulheres também contribuem com o cultivo da “roça” espaço que possui caráter “semi-comercial”, guardadas as devidas proporções.

Os frutos oriundos das “roças”, da “lavourinha”, são vendidos na cidade, p. ex., de porta em porta, um comércio miúdo que garante um mínimo de circulação monetária no interior da Mormaça. A “roça” é onde se planta a “miudeza”, ou a pequena lavoura camponesa, nela plantam-se batata, amendoim e feijão, por exemplo. Ela pode ser feita em uma “terra dada”, ou seja, “nos pedacinhos dos italianos” em terra cedida pelos agricultores da região que cobram em troca uma parte da produção dos quilombolas. Essa “terra dada” se caracteriza via de regra por ser uma terra com muitas pedras, o que lhes impõe um cultivo sofrido, “nos pedaços mais ruins”, trata-se de um local onde “não passa a máquina”. De acordo com a descrição de um entrevistado quando se plantava, antigamente, em um “peral” colocavam o cesto nas costas e a família fazia a colheita com a qual se pagava o arrendamento. O fato de ser um local de difícil acesso às máquinas obstaculiza o plantio da soja, as “terras dadas” são as pequenas sobras de terras de agricultores que plantam soja e que não têm destinação econômica de mercado. Algumas pessoas saem de Mormaça e caminham a pé até São José para cultivar sua “lavourinha”.

Outras pessoas cultivam as “roças” onde têm um “direitozinho”, ter um “direito” é o mesmo que ter garantia de acesso à parte da terra ancestral¹⁸⁸. Dona Salete se esforçou para nos explicar porque a família dela ainda tem esse “direitozinho” para os lados de São José. De acordo com ela essas são as terras antigas da família que ainda não foram perdidas. Homens e mulheres têm direito ao cultivo da terra reafirmando a idéia de acesso igualitário a mesma. Direito aqui significa ter segurança na possibilidade de manutenção da subsistência. A construção social da legalidade na Mormaça sempre colocou o direito como um mediador de

¹⁸⁸ Novamente, chama atenção a menção ao fato de que se busca um “direito” quando se faz referência direta à terra e a viabilidade da subsistência.

conflitos de subsistência no interior do grupo, quer entre pessoas que vivem na Mormaça, quer entre membros da sociedade envolvente.

“No nosso tempo plantava milho, trigo, feijão, plantava os italianos e eles, os negros, colhiam”. Fica evidente que existia uma distinção de tarefas referentes ao processo de produção: os brancos, detentores das melhores terras na região, plantavam e os negros trabalhavam colhendo. Os quilombolas da Mormaça são os “trabalhadores em perspectiva” dos quais fala Roberto Cardoso de Oliveira, são pessoas “a espera de um novo engajamento (sempre compulsório) a quaisquer outra atividade produtoras que lhes sejam destinadas”, (Oliveira 1996). São pessoas que historicamente, junto a índios e brancos empobrecidos estão incluídos no sistema produtivo a partir de uma posição periférica em relação ao mesmo, ou seja a partir de sua posição à margem do sistema. Essa realidade que se reproduz de norte a sul do país nada mais é do que o resultado de uma política colonialista, cujos efeitos se encontram agravados pelos valores que estruturam a hierarquia social brasileira e que colocam negros e índios no estrato mais inferior da pirâmide social. Para alguns brancos da região o oferecimento de trabalho para as pessoas da Mormaça pode ser visto até mesmo como um favor mas que, ao ser praticado, acaba por reafirmar o lugar de exclusão ao qual foram relegadas as minoria étnicas na sociedade brasileira: “cada um sabe seu lugar”, (Damatta 1996; Telles 2003).

A mulher na Mormaça é a protagonista na manutenção do espaço interno da área e isso se encontra reafirmado pela recorrência como a história das mulheres mais antigas como Mormaça, Guilherma e Iracema são contadas. São elas quem detêm os saberes tradicionais, de vida e morte, e os saberes referentes a sobrevivência cotidiana da comunidade. As mulheres cuidam da casa¹⁸⁹ e são as responsáveis pelas tarefas de “ajuda” ao marido, tarefas vistas como complementares como, por exemplo, pegar pasto para o gado. Os maridos e filhos homens e algumas

¹⁸⁹ Casa, neste caso, também entendida como “foco de um processo de distribuição, segundo regras de reciprocidade, para grupos domésticos aparentados” (Woortamann e Woortamann 1997:31).

mulheres que não se ocupam nas lides da casa e da horta trabalham na “roça”. “As gurias ajudam em casa quando não vão para a lavoura”. O trabalho doméstico feito pelas mulheres mais jovens que não se enquadram no perfil de dona da casa apenas “ajudam” no trabalho doméstico, ou seja, não são elas que desempenham o papel de poder dentro da casa, desempenhado pela mulher mais velha.

As mulheres também são responsáveis, em grande parte, pela manutenção e criação dos animais, o que exige uma matemática de espaço bastante intrincada onde os grupos familiares acionam suas inter-relações comunitárias. A engorda dos animais se dá com a utilização do pasto, quanto há, pois o espaço é tão escasso que os animais são levados para pastar nas sobras de terrenos de parentes como entrada de carros e ladeiras íngremes.

Helena, por exemplo, consegue engordar o rebanho, de 4 a 6 cabeças, as pessoas que conseguem acionar as redes daqueles quilombolas que possuem espaço de sobra em suas áreas ou a solidariedade de vizinhos brancos que lhes cedem terras para a pastagem.

Mesmo assim existem épocas do ano em que a escassez de pasto obriga ou a substituição ou a utilização do farelo de milho na alimentação, que é comprado por alguns no silo no município de Estação por cinquenta centavos o quilo. O gado também é alimentado com um capim chamado de “papuã” que se desenvolvem no meio da lavoura de soja. O leite além do consumo doméstico é utilizado na criação dos terneiros “guaxos”, alimentados com mamadeiras pelas mulheres, e o excedente vendido para o caminhão que os recolhe. São os homens, porém, quem abatem os animais e se encarregam de levar o gado para se alimentar em terras mais distantes. As mulheres, no entanto, parecem ser as pessoas que administram essa tarefa.

A colheita é um momento coletivo, são os vizinhos homens e, se necessário, suas esposas que “ajudam”. Essa ação não é vista como um trabalho, levando a inferir que a noção de trabalho na Mormaça se encontra relacionada às situações em que existe remuneração monetária. Os vizinhos “trocam o dia” e “colhem tudo à

mão”: arranca tudo, põe no “plano” e depois a máquina “atira a ceifa”. É o “dono da terra” quem chama as pessoas para ajudar na colheita o que nos faz crer que são os homens que assumem o compromisso de retribuir com a “troca de dia” de seu grupo familiar. Os brancos, chamados de “italianos” são as pessoas que chamam quando da colheita do feijão, por exemplo, se arranca o pé e se amontoa para deixar secar, algumas pessoas batem o feijão colhido na mão ou colocam num batedor no trator. O grão só sai da vagem depois de seco, por isso se espalham os pés depois de colhidos sobre uma lona onde ele “soleia” por meio dia. O feijão é batido com uma “mangua” (“se rebola uma vara grande para bater com outro pau que fica preso na ponta dessa vara no feijão”) ou cacete. Na divisão social do trabalho a mulher pode arrancar e esparramar o feijão enquanto o marido bate nos pés secos.

O feijão, junto com o milho, é umas das principais culturas praticadas pelos moradores de Mormaça. O feijão “grosso e preto” leva 60 dias para ficar no ponto e ser colhido e é plantado nos meses de novembro e janeiro. O feijão comum leva 90 dias para ser colhido após o plantio. No mês de maio é possível plantar o “feijão do tarde”. Na semana em que foi realizada a entrevista cinco pessoas da Mormaça plantaram uma rocinha de feijão “à meia”, eles puderam trocar dia entre si ou levar suas mulheres para ajudar no cultivo. Cada duas pessoas cultivam um pedaço da terra que tem aproximadamente dois hectares, neste caso. Esse feijão, após colhido, é vendido por quilo na casa das pessoas na sede do município de Sertão. O “milho do cedo”, por sua vez, é plantado em agosto, algumas pessoas da própria comunidade o plantam e vendem dentro da própria vila. Plantado entre agosto e novembro o milho é colhido entre março e maio, Neninho e Natalício, por exemplo, produzem cerca de 40 a 50 quilos de milho. O caráter do arrendamento ou da “troca”, porém, foi se transformando ao longo do tempo (Woortmann e Woortmann, 1997:33). A monetarização das relações de trabalho e a impessoalidade das mesmas acabaram por se sobrepor as redes de solidariedade pré-existentes.

Em relação aos brancos do entorno, os negros da Mormaça trabalham por dia ao custo de 20,00 reais: “eles empreitavam a pagavam por dia, pegavam a vizinhança que era mais preta do que branca”. O trabalho “por dia” é oferecido pela vizinhança às pessoas de Mormaça que vão para o local de plantio em turma com irmãos ou vizinhos. São os “trabalhadores em perspectiva” aos quais já fizemos referência no texto. Trabalhar por dia, para os moradores de Mormaça representa a manutenção de um ciclo de interdependência altamente hierarquizado e empobrecedor em relação aos colonos não negros. Este ciclo colabora com a ideologia do racismo à brasileira, pois ele não é percebido pela vizinhança não negra como algo que cause danos ou prejuízos à comunidade. O racismo à brasileira se caracteriza justamente pela negação de sua existência ao mesmo tempo em que atos que mantêm a população negra e índia nas piores posições da hierarquia social são reafirmados. Muitos não negros praticam essa forma de “ajuda” acreditando que assim viabilizam a permanência dos negros na vizinhança. Uma das conseqüências disso é que esses “trabalhadores em perspectiva” são mantidos em uma relação de dependência muito estreita com os não negros e, por isso, deixam de ser alvo de ações políticas de inclusão, uma vez que sua subsistência se encontra “assegurada” pela venda de produtos e de serviço “por dia”.

Não podemos negar, porém, que a permanência das pessoas na Mormaça tenha sido possibilitada, sim, pela necessidade de seus moradores em aderir a essa prática racista. Tam pouco há possibilidade imediata de que seus moradores deixem de vender seu trabalho “por dia” para os vizinhos. As pessoas que vivem na Mormaça são pessoas que precisam urgentemente de políticas de redistribuição que possibilitem a autonomia do indivíduo e da comunidade.

5.3. O “tempo da soja”: “quando a água fica amarela...”

A água é algo escasso na Mormaça até porque parte da vila está instalada na parte alta da localidade. As pessoas mais antigas lembram de “puxar” água de balde de um poço cuja fonte fica nas terras do “Anversa”. O “Anversa” porém trancou a fonte cobrindo a mesma com terra e pedras e plantando soja por cima.

Uma parte das terras do Elpídio foi vendida e essa venda feita para os Anversa “de boca”, “por recibo”, estava condicionada a manutenção de um olho d’água¹⁹⁰. O Anversa logo “roeu” o acordo fechando o olho d’água. Esse tipo de procedimento contribuiu para diminuir o número cursos d’água disponíveis. Depois disso as famílias da Mormaça passaram a pegar água através de “mangas”, mangueiras que partiam das nascentes localizadas em terras de certo “Carraro” que depois de um tempo passou a desviar a água para o aviário.

O acesso à água na região é difícil sendo esse um recurso escasso e apropriado de acordo com os interesses individuais daqueles que se dizem proprietários de terras “brancos” sem consultar os moradores e outros usuários da Mormaça. Depois de perderem o acesso à água potável que lhes era entregue através das mangueiras, os moradores da Mormaça passaram a tirar água de poços. Experimentaram fazer um poço de seis metros de profundidade na beira da estrada, única terra que dispunham para cavar, mas ele logo foi interditado pela prefeitura por se tratar de uma obra que colocava em risco a vida das pessoas da região.

A sanga que corta a comunidade sempre foi citada pelas pessoas entrevistadas como um recurso secundário de acesso à água, que servem para abastecer a criação de animais, “*tinha dias que a água ficava amarela, mas tinha que dar, era o tempo da soja*”. Houve uma época em que as pessoas da vila lavavam roupa na sanga com tábua, “*mas a água tinha cheiro de agrotóxico*”, uma agricultora conta que perdeu “*muitas*” de suas galinhas dando água da sanga a elas. A soja é plantada nos meses de outubro e

¹⁹⁰ Termo utilizado para designar nascente.

novembro, quando o índice de veneno aumenta, sendo a colheita no mês de março. Circula na comunidade notícia de que as famílias de “italianos” jogam esgoto nas águas da sanga e parte de suas águas servem para abastecer os tratores dos colonos. A comunidade tentou usar um tanque de madeira para estocar água, porém o mesmo também foi interditado pela prefeitura. Atualmente o problema foi resolvido através da construção de um poço artesiano pela prefeitura de Sertão localizado no terreno onde está situado o prédio da Igreja da Assembléia de Deus.

6. Relações de parentesco e redes de solidariedade, permanência na Mormaça.



Casamento da comunidade.

6.1. Se “achar”: “prosear”, fugir e construir um viver.

“Até quando peguei casar morei com a mãe. Na roça plantava, na colônia, feijão, trigo, de enxada. Limpeza da casa, se não fizesse [era] o pau...”, D. Maria Clarinda.

Encontrar um parceiro para aqueles que viviam na “vila dos morenos” e hoje vivem na Mormaça era algo que implicava em acionar uma intensa e intrincada rede de sociabilidade. Ir até Arvinha era algo comum e obrigava a uma longa caminhada e

visita que durava até três dias. Com a dissolução da Vila dos Morenos, ir visitar quem foi viver na Arvinha era o mesmo que pensar em uma visita de longa duração e realizada em grupo. As filhas de Mormaça apenas se deslocavam na companhia de pessoas mais velhas, preferencialmente suas mães ou outras mulheres de sua parentela, era a “turma da Mormaça”.

Os bailes locais eram realizados em São José, São Pedro e em Sertão que possuíam estrutura adequada por volta dos anos 60, ali se dançava valsa e xote e os principais instrumentos musicais eram a gaita e o violão. As moças só podiam ir às festas acompanhadas pelas mães e irmãos e a principal regra no baile era a proibição do “carão”, quando a moça se negava a dançar com algum rapaz. De acordo com uma entrevistada os rapazes que levavam “carão” “*puxavam o cabelo das moças*”. Nos bailes era onde as pessoas “*começavam a prorear*” e essa prosa poderia se transformar em namoro. O baile, assim, era, como nas comunidades camponesas de um modo geral, o espaço por excelência da escolha dos parceiros e possíveis candidatos ao casamento. Se ia da prosa ao namoro apenas com o consentimento do pai da moça e um noivado durava em média dois anos.

O casamento se dava separadamente, em dois momentos distintos, primeiro no civil e, depois, no religioso. A realização da festa em uma situação excluía outra. Era a través da festa de casamento que se publicizava a união, não da cerimônia em si, pois poucas pessoas podiam se deslocar até o local onde eles ocorriam. Várias mulheres na Mormaça “*fugiram*”, ou seja, se uniram a seus parceiros sem um casamento formal. A moça em idade casadoira escapava de sua família com aquele parceiro que seu pai não julgava adequado e, portanto proibida de se relacionar. A fuga se dava para a casa dos pais do rapaz que acolhiam a garota. Tendo em vista o alto grau de coesão social da comunidade essa prática também tornava pública a relação frente a própria comunidade e reforçava a prática da patrilocalidade, ou seja, a morada da nova família em terras da família do homem.

Essas histórias poderiam partir de vários outros grupos camponeses, porém chama atenção a questão da “raça”. As “tias”, categoria classificatória que remete as mulheres mais velhas, da geração dos pais e, de certa forma, com algum grau de responsabilidade sobre a pessoa que a evoca, faziam questão de apresentar sobrinhas aos homens “da raça dos morenos”. Embora as mulheres fossem viver nas terras de seus maridos e os negros da região possuíssem as terras ou de menor valor ou aquelas sujeitas aos “despejos” havia preocupação em apresentar as mulheres do local aos “morenos”. Os “morenos” eram pessoas distintas dos “caboclos” que eram pessoas mais claras, com os cabelos mais lisos e que tinham “cruzamento” com índio.

Os “morenos” também “cruzavam” com os “caboclos”. Generosa, por exemplo, era “meio clara”, seu cabelo era “meio liso”, pois ela advinha do “cruzamento” com caboclo¹⁹¹. Os caboclos estavam assim mais para o “brasileiro”, que não é o “italiano”, mas também não é bem da “raça dos morenos”. Chamamos atenção para a categoria “cruzamento” que foi utilizada em detrimento da categoria “casamento” ou “namoro” nas explicações sobre o que são os caboclos. O “cruzamento” remete diretamente a idéia de reprodução biológica e a noção de mistura de características fenotípicas. No caso da comunidade de Mormaça, o pertencimento a um grupo é evidenciado pela cor da pele e pelo cabelo, porém apenas os “morenos” pertencem à “raça”.

Podemos apontar que são acionados os seguintes pares correlatos de atribuição: “morenos”/“raça” : “cablocos”/“brasileiros” : “italianos/alemães”/“não-brasileiros” (“índios”/“natureza”). Esses pares são socialmente operados de acordo com o englobamento hierárquico da sociedade brasileira, por exemplo, italianos/alemães talvez não se animem em comer “comida de brasileiro” ou em um baile “as alemãs dançam apenas com os alemães presentes”. Daí a categorização entre da “raça”, “brasileiros”, “não-brasileiros” e (“naturais”) que expressam a hierarquia de pertencimento ao Estado Nacional brasileiro. Os diferentes grupos étnicos que se

¹⁹¹ Entrevista realizada em mormaça no dia 19 de março de 2006 coma a Sra. Leonor Oliveira Moreira.

expressam no senso comum que opera classificações através de características corpóreas, pois baseado em atributos fenotípicos que muito pouco tem a ver com a carga genética ou genotípica da pessoa ¹⁹².

Diante das diferenças sociais que estão visivelmente marcadas entre os grupos sociais na região do planalto central a seleção do mercado matrimonial que considerava preferencial um parceiro “*da raça dos morenos*”. Considerando as diferenças sociais que marcavam as fronteiras entre os grupos a fuga da moça para a casa do “namorado” parece ter sido a alternativa para encontrar um parceiro do mesmo grupo, dentro de um mercado matrimonial cada vez mais escasso frente às migrações para as cidades da região e o estrangulamento do perímetro da área da Mormaça. Afinal ali, na Mormaça, sempre existiram moradores “*tudo preto*”¹⁹³. Nenhum dos entrevistados, com exceção do sr. Domingos, está casado com uma pessoa pertencente ao grupo indígena, e de uma união com um rapaz descendente de italianos.

O casamento era realizado com as pessoas conhecidas da comunidade e reforçavam os laços de coesão do grupo social. Por exemplo, o casamento de Dona Leonor Oliveira Moreira com Natalício Vieira. A família de Dona Leonor veio de Nonoai: “*nasci lá, mas terminei de me criar aqui na Mormaça*”. Seu pai João de Oliveira

¹⁹² Os índios estão entre parentes, pois ao serem pensados como aqueles que já estavam no local quando os “outros” chegaram são naturalizados e invisibilizados. Surgiram poucas referências a este grupo nas narrativas que coletamos embora componham um grupo importante na constituição dos “caboclos”, por exemplo. Assim, de certa forma, através das correlações de atributos fenotípicos e correlações classificatórias de pertencimento podemos inferir noções de inclusão no próprio estado nacional brasileiro. Diferentes grupos possuem diferentes graus de inserção na vivência do Estado nacional. Assim, índios e negros estão diretamente colocados no patamar da natureza/animalidade, sendo vistos de forma estereotipada como a força de trabalho bruto, pouco racional ou preguiçosa e insolente, (referência) cujo relacionamento com os saberes tradicionais lhes confere alternativas para sobreviver dentro do sistema econômico hegemônico. “Italianos/alemães”, mesmo após um século de chegada ao estado do Rio Grande do Sul, ainda são vistos como “não-brasileiros” (a palavra estrangeiro não lhes é atribuída, mas esse grupo não possui o status de “nacional”), não sendo vistos como englobados pelas tradições e costumes do estado brasileiro. Ao passo que, o “caboclo”, aquele que veio da mistura, principalmente com índios, constitui o grupo “brasileiro” por excelência.

¹⁹³ Entrevista realizada na Mormaça no dia 13 de maio de 2006 com a sra. Maria Helena da Rosa de Oliveira.

veio viver na Mormaça na morada que era de sua cunhada, Maria da Rosa, mãe de Natalício. Quando, durante a entrevista Leonor nos conta que vive com o filho da mulher que acolheu sua família há mais de 30 anos atrás, ela nos explica: “*diz que o destino é traiçoeiro, então, então o destino pegou nós*”¹⁹⁴. O “destino” a que se refere Leonor é explicado em termos analíticos como um casamento preferencial (referência) que ocorreu, neste caso, entre pessoas que se conheciam, consolidando através dessa união uma relação de solidariedade, que se estendeu por mais de vinte anos, reafirmando os laços de coesão social do grupo.

“*Só os mais velhos iam*” nos bailes na Arvinha, me explicou Maria Helena da Rosa de Oliveira casada com “Neninho”, Edir da Rosa Oliveria. A configuração do mercado matrimonial na Mormaça se dava pela apresentação entre aqueles cuja visão de mundo era de conhecimento do grupo. Helena era “*praticamente vizinha*” de Edir, pois morava há apenas 3 quilômetros da residência da família dele; Maria Clarinda foi apresentada a Nicanor por uma tia que era casada com o tio de Nica e que “*queria muito o casamento*”; Leonor praticamente se “criou” junto com Natalício que se tornou seu companheiro.

A composição do grupo social que constitui a Mormaça e que possui o reconhecimento da identidade jurídico-política de “remanescentes de quilombos” se deu pelo estreitamento dos laços de coesão de pessoas “morenas” e brancas empobrecidas. Tais pessoas compartilham uma mesma origem social, a de excluídos da terra, e um destino social comum o do eterno risco de se tornarem migrados para a periferia das cidades vizinhas da Mormaça. Em termos étnicos compartilham, em parte, a visão de uma origem que remonta aos tempos do “cativeiro”, pois poucos são “caboclos” e, praticamente, nenhum se considera “italiano/alemão”, cujo destino se encontra vinculado ao estrangulamento do perímetro das terras da Mormaça e às relações de trabalho desiguais.

¹⁹⁴ Todos os dados constam na entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006 com a sra. Leonor Oliveira Moreira e o Sr. Natalício.

6.2. Casamentos e estratégias de manutenção da vida comunitária.

Ao realizar entrevistas de campo seguimos a metodologia da rede: chegamos aleatoriamente a casa de uma das moradoras da Mormaça, solicitamos autorização para realizar a entrevista, explicando para que serviria sua fala, e, após concluída a lista de questões, pedíamos uma sugestão para nova entrevista. Em alguns casos as senhoras que entrevistamos nos acompanhavam à casa seguinte e nos apresentavam à moradora a ser entrevistada. A ordem de referências passou a ser a seguinte: Leonor (Nora) → Roseli (Negrinha) → Oraide (Nica) → Salete → Clarinda → Helena → Teresa (Êia) → Romilda.

Clarinda recomendou que entrevistasse Helena, mas como o dia estava chuvoso – a casualidade no trabalho de campo – entramos na casa de Teresa que, mais tarde, foi recomendada por Maria Helena, esposa de Edir. Salete solicitou que entrevistássemos sua irmã, Júlia, porém, para não me restringir a um grupo de parentesco apenas e coletar informações com pessoas que vivessem na extensão de toda a área da Mormaça pedimos a ela que indicasse outra pessoa. Estas mulheres vivem na Mormaça e mantêm relações de solidariedade e afetivas entre si, e estão casadas com parentes. Podemos constatar que em suas falas as mulheres demonstram perceber que os homens são seus parentes, mas parecem ignorar que as mulheres também o sejam. Afinal, são os homens que herdaram a terra e uma das estratégias camponesas para a manutenção do espaço familiar é o casamento entre primos ou aparentados. Praticamente, todas as entrevistas realizadas são entre casais que detêm algum parentesco entre si. De acordo com os dados coletados em entrevistas organizamos um diagrama gráfico genealógico¹⁹⁵.

Salete é cunhada de Oraide que, por sua vez, é prima de Helena. Helena é cunhada de Teresa, sobrinha de Leonor. Romilda é prima de Salete e “sobrinha” de

¹⁹⁵ Este diagrama foi construído tendo por embasamento a fala das entrevistadas, talvez seja impreciso quanto às relações biológicas, mas é um indicador de como as relações sociais estão consolidadas na Mormaça. Ver anexo 8.

Leonor. Roseli é filha de Romilda o que a torna aparentada de Salete e Leonor, de certa forma. Isso, pois a história do pai de Romilda não nos foi “bem contada” levando a crer que ou se tratou de uma união temporária ou não autorizada pela comunidade. Em todo o caso **Angelina** foi uma pessoa importante na vida de Romilda e é considerada por ela, em suas entrevistas, como uma referência em relação à geração que lhe antecede. Todas as entrevistadas casaram com homens conhecidos e permaneçam na Mormaça podemos apontar algumas táticas¹⁹⁶ de arranjos matrimônios que viabilizaram essa permanência.

“Entrevistadora – No caso, tu estás casada?”

Roseli – Sim.

Entrevistadora – Como é que tu conhecestes o teu marido, Roseli?

Roseli – (...) a gente se criou ai, e daí...

Leonor – Igual eu com o Natalício. Isso daí é uma polenta.

Roseli – É, tudo meu parente...

Entrevistadora – Mas teu marido é aqui da Mormaça?

Roseli – É, sempre morou aqui.

Entrevistadora – É meio parente, como assim é meio parente?

Roseli – A mãe dele vai ser prima terceira da minha mãe.

Entrevistadora – E como é o nome dele?

Roseli – É Volmir da Rosa Oliveira”¹⁹⁷.

Roseli e Leonor se casaram com homens “conhecidos”. Saliento que o casamento com um homem conhecido – muitas vezes aparentado - na Mormaça é uma tática antiga, Leonor nasceu em 1946, enquanto Roseli nasceu em 1978; trinta e dois anos às separam. Seus pais, João (Isidoro) de Oliveira e Angelina de Oliveria, possuíam laços estreitos com as pessoas que viviam no local. João optou em retornar para as terras na qual viviam “*as cunhadas*”, demonstrando que seus irmãos permaneceram no território, embora a referência quanto ao acolhimento da família que retorna seja feminina. A família de João e Angelina foi acolhida por Livário da Rosa e Maria da Cruz Rosa, os pais de Natalício. Leonor havia acabado de sair de

¹⁹⁶ Conceito de Decerteau: tática contra estratégia, essa sim de expropriação.

¹⁹⁷ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006 com a Sras. Leonor e Roseli.

um casamento que não deu certo, com um rapaz que morava em Passo Fundo, enquanto Natalício havia recém chegado do quartel, ambos tiveram o seu período de retirada da comunidade e retornaram para a casa de seus pais. “*Daí nós se demos uma proseada e já se achemos e já se ajuntemos*”, explica Leonor, um “*ajuntamento*” de mais de vinte anos e que originou mais de cinco filhos e quatro netos, estes todos vivendo na Mormaça.

Roseli, mais conhecida como “*Negrinha*”, viveu uma história parecida com a de Leonor só que em tempos diferentes de sua vida. Filha de Rumilda Cardoso da Rocha e José “*Ceroni*” da Rocha, Roseli vem de uma família de 10 irmãos dos quais pelo menos seis ainda vivem com sua mãe e dois netos. A família de Roseli vivia em terras da família do marido de Rumilda em São José:

“Entrevistadora - Por que vocês tiveram que sair de São José?”

Roseli – Por causa que, naquele tempo, nós ainda era criança, era pequeno, daí o finado vô Naldo, e o finado pai e a vó Nena, que agora ela é viva, e não sabe assim porquê, né.

Leonor – Decerto saíram de S. José pra procurar um alimento melhor, porque daí entrou mais filho que veio na vida dele.

Entrevistadora – Quantos irmãos você tinha Roseli?

*Roseli – A gente era em 15. Não! A gente era em 10”.*¹⁹⁸

De fato, o motivo da saída das terras de São José, para Roseli, se deveu a uma venda que seu pai efetuou, pois a família cresceu e ele precisava alimentar os filhos. A necessidade de alimentar a família foi o principal motivo que ensejaram a venda de terras no perímetro da área da Mormaça, ao menos para esta família. Tais “*vendas*”, no entanto, eram feitas por pessoas que desconheciam o valor de suas terras e a potencialidade da produção local. Por desconhecer o valor de mercado de suas terras as vendas eram feitas em troca de bens de produção que pudessem produzir valor imediato, capazes de saciar a fome de suas famílias. Como nos explica Dona Fia:

¹⁹⁸ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006 com a Sras. Leonor e Roseli.

“Entrevistador: E como é que foi isso que a Senhora falou, ‘foram tirando, foram tirando’, como é que isso acontecia?”

Dona Fia: Ah, sabe como é que é... Naquela época, nós éramos, que nem o Tio Natalício, não porque ele era novo, mais naquele tempo começava do tipo de um escravo, tiravam [a terra] intê a troco dum cavalo, dum... Já digo, de quinhentos [reais], nem sei quanto que era, mas tudo mixaria.

-(Incompreensível)...tinha que se mantê. Eu acho, né.

Dona Fia: É prá, prá podê comê.

-Tinha que vende as coisas prá comê”.¹⁹⁹

A família de Roseli, então, saiu dali e foi para a localidade de Floriano onde comprou um pedaço de terra maior. Lá a família conseguiu mais terra “*junta*” ao contrário do que acontecia no perímetro da região da Mormaça, nos anos 80, onde as pessoas eram obrigadas a produzir em pedaços de terra separados. Em Floriano, onde a terra era mais barata, sua família comprou um grande pedaço de terra: “*morro, só peral, não tem como entra caminhão, trator, daí tem que lavrar (incompreensível), sem maquinazinha, era brabo*”. Ou seja, a família desconhecia a qualidade do solo que havia comprado ponderando como vantajoso um negócio que implicava em simples aumento quantitativo de área. Eram pessoas que desconheciam o valor econômico de seus bens, avaliado mais pela extensão das terras do que pelas possibilidades de produção que o espaço oferece.

Depois dali Roseli foi, acompanhada de outras irmãs, morar em Estação, junto com seus avós. Na cidade ela trabalhava como faxineira na casa de Dona Fia e de outras pessoas para obter algum tipo de remuneração. Embora Roseli tenha se “criado” com seu marido ela comentou que:

“Entrevistador – Como é que você conheceu o Mire, você disse meio que se criaram.

Roseli – Tava ai, tamos ai, nós ia em baile, né, (...) se ajuntemos.

¹⁹⁹ Entrevista realizada em Estação no dia 30 de março de 2006 com a Sra. Fia.

Entrevistador – E que baile que dava assim?

Roseli – Baile pra roça, (...) na Vista Alegre.

Entrevistador – Na Vista Alegre?

Roseli – É logo aí.

Entrevistadora – E como era nesses bailes? Era misturado? Tinha branco, tinha moreno?

Roseli – Tinha, é. Tanto branco, só que nós preto, já digo negro, dançava com negro, em Vista Alegre tem italiano, né”.²⁰⁰

A fala de Roseli remete ao que já apontamos anteriormente, de certa forma a cor da pele, a pertença étnica, delimitava o campo de escolhas do mercado matrimonial na região e reafirmava ser a Mormaça um local de “negros”.

“Entrevistador – Mas tu sentias que tinha uma separação só entre os que dançavam, que iam dançar, por exemplo, preto dançava com preto, ou tinha alguma outra coisa que obrigava o pessoal preto dançar em outro lugar, assim?

Roseli – Não, no meu tempo não chegou, mas mo primeiro era.

Entrevistador – Como assim?

Roseli – Diz a mãe o finado pai eles sempre contavam que daí quando era baile dos italianos, eles não entravam.

Leonor – Eles não deixavam entrar moreno.

Entrevistador – Não deixavam?

Roseli – Não”.²⁰¹

Assim, mesmo que levada pelas contingências econômicas a circular por municípios vizinhos da região com sua família, Roseli voltou para a área da Mormaça, local de acolhida para aqueles que retornam. O casamento potencializou o retorno de Roseli para viver na Mormaça hoje, fixando-se ao lado da casa que é de sua sogra.

Oraide, ou Dona Nica, é casada com Elpídio. Ela saiu das terras da família de seus pais Fernando Miranda e Diamantina de Souza, perto das terras de Mário “Serro”, para viver nas terras da família de seu marido Elpídio, filho de Francisco Isidoro de Oliveira e Marcília Mello de Oliveira. A terra em que vivia a família de

²⁰⁰ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006 com a Sras. Leonor e Roseli.

²⁰¹ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006 com a Sras. Leonor e Roseli.

Oraide pertencia a seus avós maternos, Guilhermina Bernarda da Cruz Vieira e Constantino de Souza. Como ela me disse, acredita que sua avó era “*uma sobrinha*” da Mormaça. Oraide jamais viveu fora do perímetro da Mormaça.

Oraide conheceu Elpídio nos bailes: “*daí ali que nós começamos a dançar e daí se achamos*”. Cada sábado saía um baile na casa de um e de outro, era um circuito alternado de visita. Ela e o marido se encontraram no baile, no início dos anos 70, começaram a conversar e dali a um tempo ele “*começou a freqüentar a casa de minha mãe*”. O rapaz deveria pedir permissão para freqüentar a casa da moça e para namorá-la e foi o que Elpídio fez. E namorar significava naquela época ir junto ao baile, prostrar, mas não beijar, isso nunca da primeira vez. Como Oraide foi criada pelo padrasto sua mãe era a pessoa encarregada de conceder as permissões necessárias para o desenrolar do namoro. Porém, não deu tempo de noivar, no baile seguinte em que Oraide e Elpídio se encontraram, fugiram, não para muito longe, para a casa do pai dele, em 1974.

De acordo com Oraide sua mãe já tinha autorizado o namoro, mas o padrasto não: “*não entendi porque ele [o padrasto] não queria, se deram bem com ele e tudo só... Só que a mãe é morta, mas ele nunca disse porquê ele não queria*”. Insisti para que ela me contasse qual a razão dessa proibição, mas ela jura que não sabe. A fuga de Oraide lhe ajudou a permanecer nas terras ancestrais da família de Elpídio, dividindo o terreno com sua cunhada Salete. Atualmente, ela tem 47 anos e vive há 32 na “*morada*” que era de seus sogros. Ela empreendeu sua fuga quando ainda tinha 14 anos e estava prestes a completar 15. Sua família não foi buscá-la de volta. Ela teve sete filhos, seis em casa pelas mãos de parteiras: dois nasceram pelas mãos de Picucha, um por Dona Nena e os outros três partos foram feitos por sua mãe. Chamo atenção para o fato de que as parteiras estavam trabalhando na Mormaça até recentemente, pois os partos de Oraide foram realizados entre os anos de 1976 e 1997.

A endogamia observada nos arranjos matrimoniais reitera e sobrepõe laços de parentesco e solidariedade. No mesmo sentido, outros fatos da vida familiar

permitem aproximar vizinhos como potenciais parentes. As atividades de parteira, os nascimentos na família, e os apadrinhamentos de novos membros da família seguem a mesma lógica de encimesmamento da parentela. Tais fatos permitem compreender a centralidade das mulheres em gerir os cuidados com a família e inclusive assumir a organização da vida produtiva. Não é por acaso que é uma figura feminina, como Francisca Mormaça, que simboliza e evoca a vida comunitária.

Em princípio a grande referência na arte de realizar partos eficazes e seguros é “Chica Mormaça”, porém, de fato a grande maioria das mulheres sabe realizar partos, mas tem medo de fazê-los por não terem a “carteirinha”. Angelina, Iracema, Diamantina, Nena e Picucha, referidas por Oraide e Maria Helena teriam aprendido a realizar partos com Mormaça. Ao que parece, não era apenas o fato de dominar uma técnica que conferia deferência para Mormaça, mas sua *expertise* que se referia, também, a arte da cura de uma forma mais completa. Mormaça dominava a “benzeção”, conhecia as ervas e ninguém sabe como ela aprendeu a utilizar e combinar os chás. Além disso, Leonor nos dá uma outra pista que conferia status e prestígio a Chica Mormaça: sua idade. Conforme explicou Nora:

*“E outra coisa que eu achei falta, depois que eu perdi minha mãe, ela benzia pras bichas, e ela dizia: ‘Nora, você aprende!’. Daí eu disse: ‘Eu não vou aprender’. Onde já se viu: ser nova, ser nova e saber benzer”.*²⁰²

Para a benzedura ser forte, ser boa, tinha que ser feita por alguém dos antigos e Mormaça possuía a autoridade da idade, da prática, de ser uma mulher que mediava a vida ao auxiliar nos partos e atuava na fronteira com a morte ao salvar vidas com suas rezas e chás (conforme capítulo 4). Afinal a própria Mormaça curava os médicos:

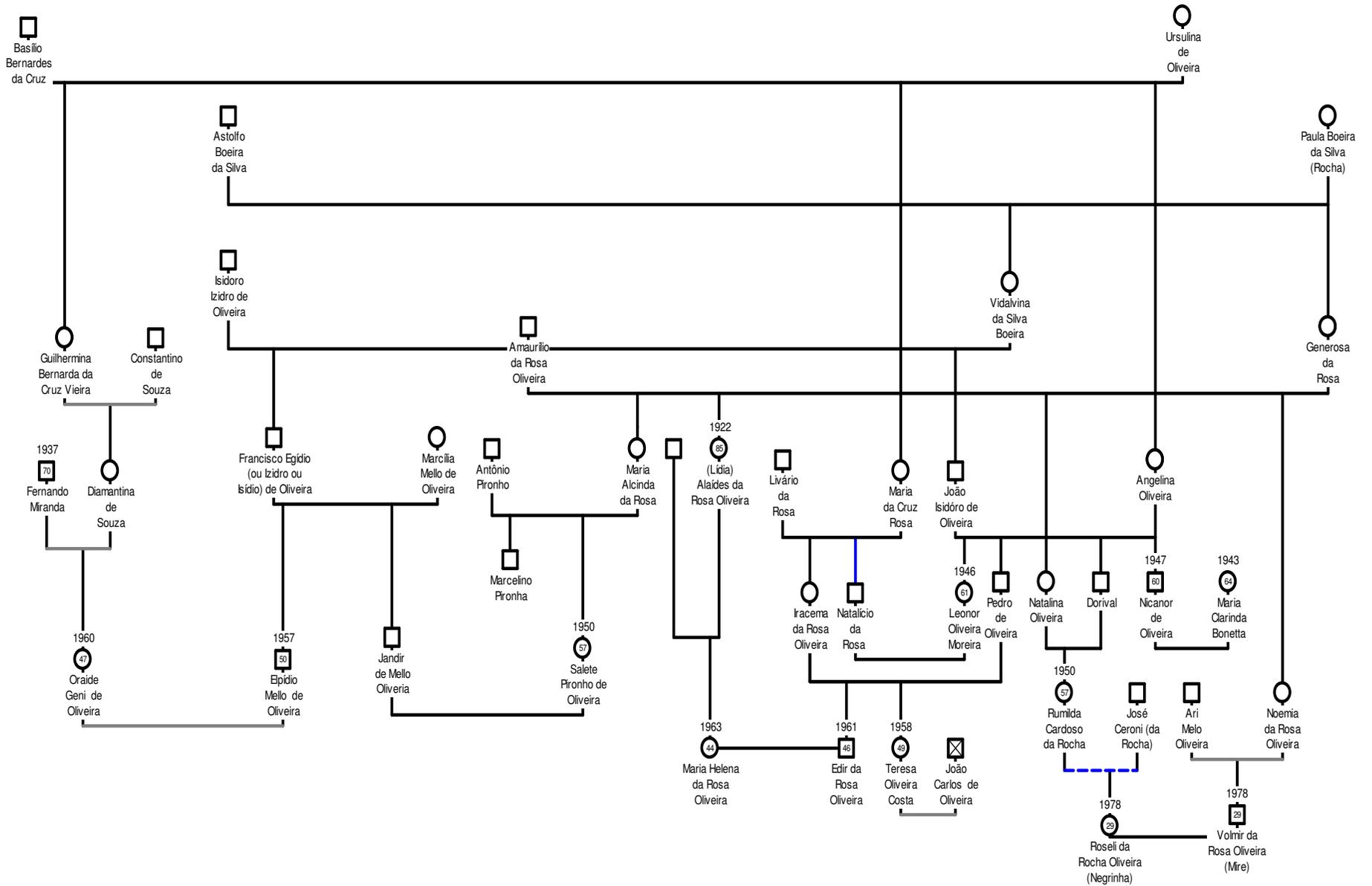
²⁰² Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006 com a Sras. Leonor e Roseli.

“Natália: [Mormaça atendia] até [gente] importante, um médico, que era médico, que eu vi também, ele criou um cobreiro atrás, assim no rosto, so não me lembro do nome dele, ele era ali de Sertão, e não tinha jatava em carne viva, não tinha jeito, tava tomada a cabeça assim o pescoço, e ela deu volta pra ele, em três vezes, com os remédio que ela fazia, e as famílias ali tudo tinha mesmo, que quem aprendeu o negocio de parto foi a mãe dessa aqui, e a mãe dessa Marininha, e a finada Idalina, não, a finada Cema [Iracema], que é a mãe do.... que ela ensino”.²⁰³

Mesmo na hora de seu funeral Chica Mormaça operou suas pequenas bênçãos. Foi durante a realização do mesmo que Salete conheceu seu marido, há cerca de 20 anos atrás em meio a uma multidão de pessoas que vieram prestar suas homenagens à finada.

Árvore Genealógica das famílias entrevistadas.

²⁰³ Entrevista realizada em Butiá Grande no dia 01 de junho de 2006 com a Sra. Maria Natália Miranda.



6.3. Batizar: dar uma nova família para a criança

*“Mas dizem que batizando em casa fica mais batizado, não tem nenhum motivo. A minha mãe que sempre tinha essa de dizer e, por tanto, quando dizem que a gente não pode com um filho é obrigado a entregar para o padrinho. Os padrinhos, diz que são a mesma coisa que ser a mãe e o pai, eles têm o direito”,
(D. Leonor, moradora de Mormaça próximo da Ponte).*

As mulheres na Mormaça têm muitos filhos, têm um período reprodutivo bastante longo. Ao que tudo indica, a partir dos dados da tabela e das entrevistas feitas em campo, a iniciação sexual das garotas têm ocorrido, em média, aos 15/16 anos de idade. A tabela a seguir apresenta a síntese dos dados que coletamos, através de questionário e de algumas pessoas entrevistadas:

Nome da Mulher	Idade do primeiro parto	Idade do último parto	Período fértil em anos	Número de filhos*	Idade (2007)
Teresa	31 anos	41 anos	10 anos	6 filhos	48 anos
Noeli da Rosa	19 anos	31 anos	12 anos	5 filhos	39 anos
Cleci Rosa	17 anos	27 anos	10 anos	4 filhos	35 anos
Rumilda	19 anos	38 anos	19 anos	10 filho	50 anos
Rosane	22 anos	27 anos	5 anos	2 filhos	29 anos
Adriana	17 anos	24 anos	7 anos	4 filhos	25 anos
Iracema	19 anos	46 anos	27 anos	4 filhos	Faleceu aos 64 anos
Maria Helena	18 anos	35 anos	17 anos	5 filhos	43 anos
Leonor	32 anos	45 anos	13 anos	12 filhos	63 anos
Laídes	15 anos	23 anos	8 anos	3 filhos	30 anos
Noeli	19 anos	23 anos	4 anos	2 filhos	24 anos
Oraide	17 anos	39 anos	22 anos	7 filhos	48 anos
Marilena	20 anos	25 anos	5 anos	3 filhos	30 anos
Clarinda	27 anos	51 anos	24 anos	3 filhos	65 anos

(*) De acordo com dados do questionário, isto é, são os filhos que vivem com suas mães na Mormaça.

As mulheres na Mormaça têm o primeiro filho por volta dos 20/21 anos, em média. Salientamos que as idades de Clarinda, Teresa e Leonor fizeram essa média aumentar, sem elas a idade mínima cai para no máximo 18 anos e seis meses, aproximadamente. Em média, a partir dos valores da tabela, as mulheres na Mormaça têm filhos até os 33/34 anos, porém, para se chegar a esse cálculo foram contabilizadas as idades de Marilena, Noeli, Laídes, Adriana e Rosane, mulheres que ainda se encontram em fase reprodutiva. Assim, se calcularmos a média de anos durante os quais as mulheres na Mormaça têm filhos, sem levarmos em consideração aquelas com menos de 33/34 anos, chegamos a marca de 17 anos. Assim, após ter o primeiro filho há grande possibilidade de que as mulheres passem, em média, outros 17 anos podendo, potencialmente, ter mais filhos. As mulheres têm aproximadamente 5 filhos ao longo de sua vida, sendo que, nas gerações atuais esse número pode cair para três e chegar a quatro com a agravante que as meninas, agora, têm iniciado sua vida sexual mais cedo.

Muitas pessoas ainda têm seus filhos em casa na Mormaça, a exemplo do que já foi dito no texto acima. Foi Picucha²⁰⁴, Maria Teresa Vieria da Cruz, quem fez o parto dos filhos de Salete. A parteira chegou a morar do outro lado da sanga que passa pelo local onde as pessoas moram na Mormaça. Picúcha era uma mulher negra, filha da Mormaça e que foi viver nas terras de seu sogro, Manoel Antônio dos Santos, do outro lado do riacho. Casada com Algemiro dos Santos, viveu até os 65 anos. Teve quatro filhos: Adão e Noemi, já mortos, e os gêmeos Antônio “Verdeci” e Maria “Creci”. Sua sogra era Bernardina, filha de Isidoro de Oliveira e irmã de Francisco Isidro de Oliveira e João Oliveria dos Santos²⁰⁵, cuja descendência vive na Mormaça. Picúcha, excelente parteira, era filha de “Chica Mormaça” e de Luís Bernardo da Cruz, por isso dominava tão bem a arte de realizar partos, ou, podemos

²⁰⁴ Picúcha nasceu em 1933 e faleceu em 1998

²⁰⁵ Eles são respectivamente os pais de Elpídio, marido de Oraide, e Leonor, esposa de Natalício.

dizer, tenha sido constantemente lembrada no que diz respeito a esse ofício. Ela enquanto parteira é alguém que compõe o quadro de memórias da comunidade.

Depois do parto era tempo do batizado em casa, anterior ao da igreja. Leonor nos contou que já não fazem mais batizados, que ela mesma batizou em casa seus 12 filhos com padrinhos diferentes da igreja, mas que hoje em dia esse hábito está e desuso. Laídes, sua filha, porém, me mostrou algo totalmente diferente: só ela já batizou em casa mais de cinco crianças (ela só tem 30 anos). Encontrei Laídes com um recém nascido, seu afilhado de casa, neto de Salete, que ela foi buscar no hospital, momentos antes de iniciada uma reunião da associação quilombola. A mãe ficou internada, mas a criança teve alta, como a avó ficou com a filha que se recobrava de complicações no parto, a madrinha, justamente por ser madrinha, tinha que se responsabilizar por retirar a criança do hospital e garantir sua sobrevivência longe da mãe. Para ter mais tempo para o bebe e espaço para acomodá-lo, no momento que chegamos, Laídes despachava para a casa de Salete outra criança, essa já com seus 3 ou 4 anos, também seu afilhado “de casa”.

Não apenas a instituição do batizado “de casa” está sendo habitualmente praticada na Mormaça como ser madrinha de casa acarreta obrigações essenciais à sobrevivência da criança, como o que Laídes está fazendo. Acredito, pelo que pudemos registrar através de entrevistas que os padrinhos de casa são, principalmente, casais que tenham condições de arcar com o sustento eventual de uma ou duas crianças além de sua prole. O batizado em casa consiste no seguinte:

“Entrevistador – E como era o batismo em casa? Como era assim o batismo em casa?”

Leonor – Pegam três galinhos da arruda e um prato com água e daí passam assim em cruz na cabeça da criança e rezam, eu acho, 3 Padre-Nosso e 3 Ave-Maria e pronto.

Entrevistador – E tem alguém que batiza, tem uma pessoa que batiza, que é essa pessoa?”

*Leonor – O padrinho mesmo que batiza, quem a gente leva pra padrinho”.*²⁰⁶

Esse dado é importante, pois na Mormaça há circulação de crianças (referência). É comum que as avós assumam a educação e sustento de algum, ou vários, netos, principalmente se essa criança for oriunda de uma gravidez precoce – de uma garota com ou sem marido, mas que ocorre em dado momento em que o casal não pode criar a criança; ou de uma mulher que casa pela segunda vez (pois, ao que parece, na Mormaça os homens se eximem das obrigações para com as crianças oriundas de relações anteriores).

²⁰⁶ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006 com a Sras. Leonor e Roseli.

7. Descrição Geográfica

O município de Sertão está localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul na latitude 27°59'04" e longitude 52° 15'01". Com uma área territorial totalizando aproximadamente 444 km², com altura média de 731m. Os limites municipais são os seguintes: ao Norte municípios de Estação e Getúlio Vargas, Sul município de Coxilha, Leste Tapejara e a Oeste os municípios de Erechim e Pontão. Configura uma cidade de pequeno porte com 6 949 habitantes²⁰⁷.

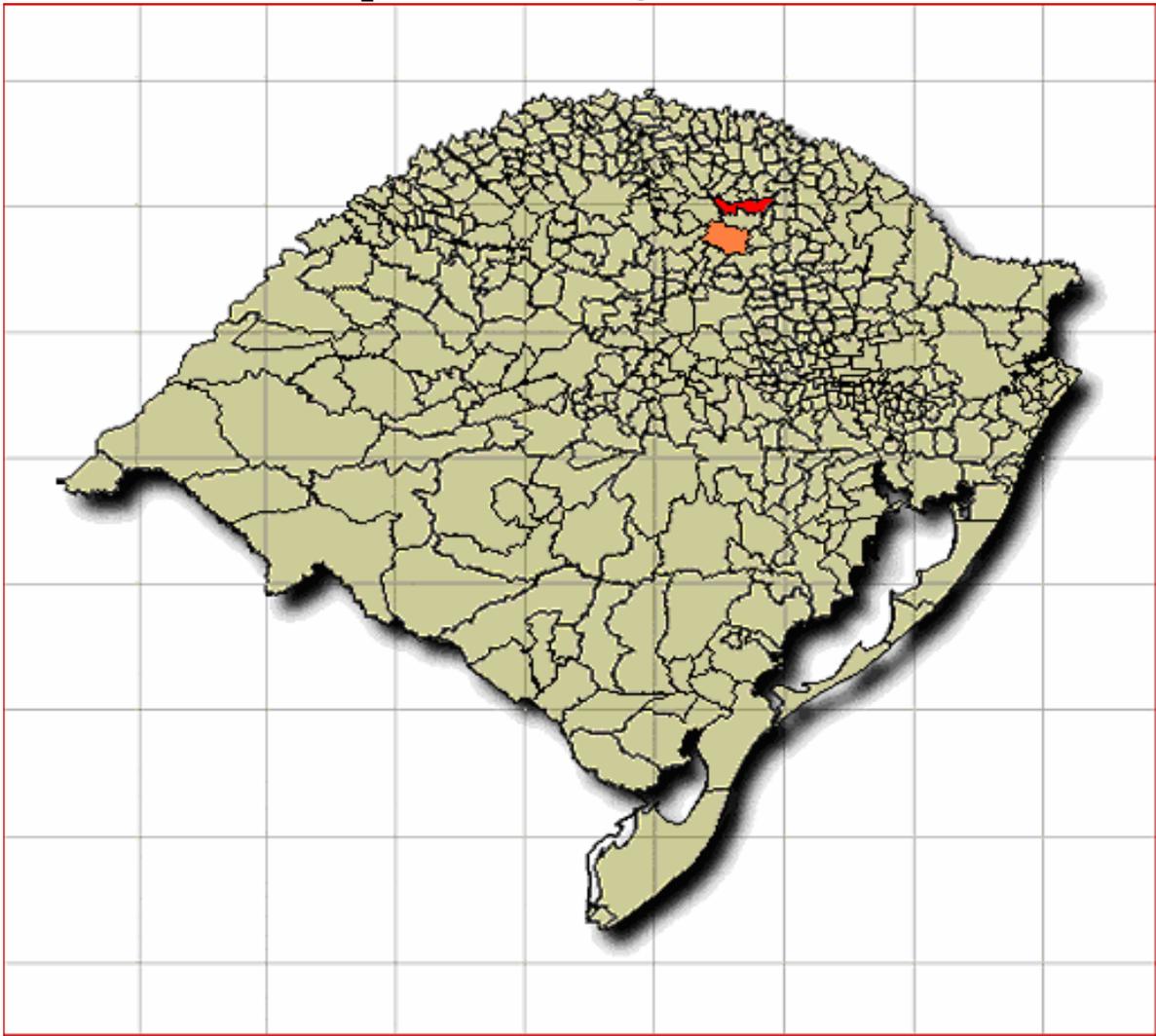
Sertão está 320 km distante da capital do Estado: Porto Alegre, tendo como principais vias de acesso a BR 153 e a RS 135. De Passo Fundo dista 50 km, município que é considerado um pólo econômico regional.

A economia local baseia-se na agricultura (soja, cevada, trigo, milho e na bacia leiteira). A cultura local da soja conta com 28.000 ha de área plantada.²⁰⁸

²⁰⁷ Fonte: FEE/IBGE. Dados de 2005.

²⁰⁸ Fonte: IBGE. Dados de 2003.

Mapa de Localização – Sertão – RS



Capital: Porto Alegre

Número de Municípios: 496



Norte



Passo Fundo

Sertão

Fonte: IBGE – 2006.

7.1. Caracterização do Meio Físico

O município de Sertão está localizado na unidade geomorfológica: Planalto Basáltico, segundo classificação de MULLER (1970), e na unidade geológica da Bacia do Paraná. Tais aspectos são relevantes por auxiliarem na compreensão do ambiente.

O Planalto Basáltico é do período Mesozóico, na sua formação litológica temos a ocorrência de rochas basálticas, predominantemente vulcânicas, integrante da Formação Serra Geral, e a presença de sedimentos areníticos na base, originários da Formação Botucatu.

Nessa unidade geomorfológica temos as maiores cotas altimétricas do Estado, na região Nordeste, há decréscimo da altimetria no sentido Oeste. Limita-se a sul com a Depressão Periférica através de relevos abruptos, evidenciando ainda mais o desnível existente.

É no Planalto que nascentes de duas importantes bacias hidrográficas: a Bacia do Sudeste e a Bacia do Uruguai. A Bacia do Sudeste é a principal do Estado, tendo como principal rio o Jacuí que tem sua nascente próxima a cidade de Passo Fundo, já a Bacia do Uruguai tem como principais rios gaúchos o rio Pelotas e o rio Canoas. Essas bacias são de fundamental importância para o Estado para a produção hidroelétrica, manutenção de atividades econômicas e abastecimento de água para a população.

Na encostas do Planalto, ainda temos as nascentes de diversos outros rios como o Taquari, Caí e dos Sinos, como podemos ver em MAGNOLI (2002). Mostrando a importância do Planalto na hidrografia do Estado e da Região Sul como um todo.

Na região do município de Sertão, o relevo do Planalto Médio é relativamente homogêneo, com ondulações mais suaves. Os solos residuais da decomposição do basalto têm como característica uma granulometria fina com predomínio de silte e argila, fato que gera uma das principais características da região: o solo com

coloração avermelhada. Como não ocorre o mineral quartzo no basalto, não há ocorrência de frações arenosas no solo.

O Planalto apresenta três tipos básicos de vegetação: as matas subtropicais, as matas de araucária e os Campos de Cima da Serra. No Rio Grande do Sul o habitat natural da araucária é o Planalto Basáltico e, em Sertão temos o predomínio da Floresta Subtropical com Araucária.

Devemos lembrar que a formação vegetal original do município e da região está bastante impactada, limitando-se às áreas de capões e ao longo dos cursos d'água. A agricultura comercial (colocar definição em nota de rodapé) é uma das principais atividades responsáveis pelos desmatamentos sofridos na região. Apesar dos impactos sofridos pela vegetação, ainda podemos encontrar diversas espécies nativas, algumas inclusive em extinção como a Corticeira-da-serra, o Cedro, Angico liso, Guabiroba e o Pinheiro brasileiro ou o pinheiro de araucária, entre outras.

7.2. A soja e a comunidade

O Estado do Rio Grande do Sul estabelece vínculos econômicos com o resto do Brasil através do setor primário. Ao longo do século XIX temos no Estado a constituição de uma economia subsidiária baseada no sistema pecuário e fornecedor de charque destinado a atender as demandas do país pelo produto.

O charque foi a alternativa encontrada pelos pecuaristas do Sul para que a carne animal chegasse ao resto do Brasil e exterior com preços mais acessíveis. No século XVIII e XIX as charqueadas foram a principal fonte de renda do Estado e tinha no trabalho escravo sua sustentação.

Parte da atual riqueza gaúcha assenta-se em todo um ciclo econômico permitido pela indústria do charque. Durante mais de 100 anos, esta atividade apoiou-se sobre as costas e o suor

anônimo do trabalhador negro escravizado. O que coloca o afro-gaúcho como um dos grandes eixos do desenvolvimento econômico sulino (Maestri 2002:39).

O fim do escravismo é um dos fatores que levam o sistema de charqueadas gaúcho a entrar em colapso. Temos o Estado do Rio Grande do Sul preocupado em fortalecer a agropecuária colonial com fins comerciais destinada a tender as demandas internas do Estado.

No início do século XX há incentivos econômicos e de infra-estrutura do governo estadual possibilitando a expansão da pequena propriedade rural e a diversificação da sua produção para atender também o mercado nacional. Temos o Estado do Rio Grande do Sul retomando o seu papel de um dos principais fornecedores de produtos primários para o Brasil.

Em termos de integração com a economia brasileira, inicialmente, foi a pecuária o elo principal, seguindo-se a lavoura que fez o Estado o “celeiro do Brasil”, quer dizer, o setor primário regional desde as suas origens teve a sua função de fornecedor dos mercados centrais em expansão (do ouro, do café, e da indústria a partir de 30 (Carrion, 1980: 410).

Na década de 60 temos o maior crescimento da lavoura empresarial destacando o papel da soja, produto bem aceito no mercado internacional. Essa atividade econômica fez com que houvesse a valorização do imóvel rural, bem como o fortalecimento da monocultura no Estado.

A região norte do Estado tem potencial para cultivo continuado para lavoura de larga escala. Na região do Planalto, “uma grande área, mais de 60%, é considerada como regular e adequada ao cultivo de forma continuada.” Corede – pg. 73. São nessas áreas que ocorrem o plantio mecanizado de soja, pois, além do solo, as formas de relevo suavemente onduladas, também contribuem para o desenvolvimento dessa cultura.

Assim, o avanço rápido da lavoura empresarial da soja,(...), ocupa não só os espaços vazios da economia, como cria pela primeira vez na história gaúcha uma forte liquidez dos imóveis rurais, o que por si só, como já referimos, determina o fim do equilíbrio anteriormente existente nos demais setores. Deste modo, várias formas de transição aparecem, seja pelo arrendamento de áreas anteriormente vinculadas à pecuária, seja pela invasão das áreas da agropecuária colonial, ora pela introdução do cultivo da soja em detrimento de outros produtos, ora pela própria expulsão dos seus antigos proprietários. (Carrion, 1980: 416).

Pelo fato de Sertão localizar-se em uma região que favorece ao cultivo de soja, essa cultura é responsável por grande parte do rendimento econômico do município, ocorrendo o mesmo em outros municípios da região. A tabela abaixo tem como objetivo ilustrar a importância da soja para a economia de Sertão. Passamos a expor um apanhado sobre as quatro principais culturas do município através de parâmetros como quantidade produzida, o valor gerado, área plantada e colhida e o rendimento médio por hectare, como podemos ver nos dados da tabela abaixo:

Cultura	Quantidade (Toneladas)	Valor (mil reais)	Área plantada (hectare)	Área colhida (hectare)	Rendimento Médio (Kg/hectare)
Cevada (em grão)	9000	3240	3000	3000	3000
Milho (em grão)	36000	10358	6000	6000	6000
Soja (em grão)	84000	52156	28000	28000	3000
Trigo (em grão)	18000	7830	7500	7500	2400

Dados sobre a produção de soja do município de Sertão do ano de 2003.

Fonte: IBGE, site: www.ibge.gov.br acessado em 24 de fevereiro de 2007.

Em Sertão, do total da área dedicada à produção agrícola, a soja é responsável por 61,41%²⁰⁹ da área plantada e de 55,44%²¹⁰ da quantidade de produtos agrícolas

²⁰⁹ Para esse cálculo foram utilizados dados de todas as culturas que são desenvolvidas no município de Sertão e não só das principais, de acordo com valores divulgados pelo IBGE.

colhidos no município. A soja, no município de Sertão, teve no ano de 2003 um rendimento médio de R\$ 1.862,00 por hectare enquanto que o milho rendeu R\$ 1.726,00, a cevada R\$ 1.080,00 e o trigo R\$ 1.044,00.

Na área de estudo, encontramos muitas propriedades que se dedicam ao cultivo da monocultura da soja. Enquanto que na comunidade negra da Mormaça não encontramos propriedades dedicadas a essa cultura, evidenciando a exclusão em que eles se encontram, estando fora de um dos principais circuitos econômicos da região.



Aproveitamento do solo para o cultivo da soja.

Através de uma análise preliminar dos questionários²¹¹, onde foram coletados tanto dados sociais quanto dados sobre a produção de todas as famílias que ocupam atualmente a área da comunidade da Mormaça, podemos deduzir que as famílias plantam, atualmente, para consumo próprio. Tanto a lavoura quanto a criação de

²¹⁰ Para esse cálculo foram utilizados dados de todas as culturas que são desenvolvidas no município de Sertão e não só das principais, de acordo com valores divulgados pelo IBGE.

²¹¹ Dados coletados a partir da aplicação do "Questionário elaborado pelo MDA e INCRA – Cadastro de terras ocupadas por remanescentes das Comunidades de Quilombos (Internos)" pela equipe de pesquisa da comunidade da Mormaça NACI/INCRA, 2006.

animais é pouco desenvolvida, mostrando inclusive, que a mecanização não é uma realidade na comunidade, muitos moradores ainda utilizam arado de tração animal, roçadeira e semeadora manual, deixando ainda mais evidente o distanciamento da comunidade em relação a economia que predomina na região: uma agricultura altamente mecanizada, com base na monocultura e comercial.

7.3. A paisagem

A análise da paisagem da comunidade negra da Mormaça será feita através do exame das expressões do aproveitamento da terra, como era utilizada e como é atualmente. Os membros de uma comunidade imprimem na paisagem sua cultura, sua história, suas formas de apropriação. Tais aspectos irão nos fornecer subsídios para analisar a comunidade da Mormaça e suas relações com o entorno.

...o conceito de paisagem é, ele próprio, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida à apropriação material da terra.
(Cosgrove, 2003: 137)

Cada grupo utiliza, ocupa o espaço de forma diferente atendendo suas necessidades e confere significado aos lugares de acordo com sua visão de mundo. A comunidade da Mormaça desde o século XIX ocupa sua área atual e ocupava o perímetro da área pleiteada com a agricultura de subsistência, extrativismo e criação de animais. Marcando, assim, uma relação de proximidade com a terra interdependente do desenvolvimento tecnológico do entorno e que foi paulatinamente transformada através do histórico de perda de terra sofrida pela comunidade.

As pessoas mais antigas da comunidade, através dos seus relatos, nos transmitiram a descrição de como era a paisagem local, as relações da comunidade com a terra e o início do processo de configuração da paisagem atual. Como demonstramos, antigamente as terras eram trabalhadas de forma coletiva através do “puxirão”. O trabalho era manual e as culturas desenvolvidas eram aquelas que atendiam o consumo de subsistência da comunidade e eram bastante diversificadas com o cultivo do milho, o feijão e o trigo.

“Entrevistador – O que se plantava naquela época?”

F – Trigo, cevada, milho, feijão de tudo.

Entrevistador – Qual era a técnica?

F – Utilizávamos plantas e esperávamos que Deus mandasse chuva pra....

Entrevistador – Mas tudo manual?

F – Tudo manual

Entrevistador – Ontem Seu Natalício me mostrou o “xaxo”.

F – Sim plantávamos com o “xaxo”, plantávamos com foice, depois que veio a tal “maca”....

J – A “maca” custou a vir, o cara botava assim uma taquara (?) e fincava no meio (?) e dava uma puxada pra lá e.”²¹²

²¹² Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006, com Sr. Natalício (N), Sr. Nicanor (NI), Sr. João Vieira (J), Sr. Ari (A) e Sr. Domingos (D).



Sr. Natalício com sementeira manual ou “xaxo”, instrumento utilizado ainda hoje para o trabalho na terra.

A antiga paisagem do trabalho era composta por iniciativas coletivas de colheita onde participavam, principalmente a vizinhança da comunidade da Mormaça, reafirmando, assim, laços de solidariedade do grupo conforme também já foi apontado em capítulo anterior.

“F - O cara que tinha lavoura, tinha porquinho pra matar pra fazer uma carne de meio dia, vamos limpar tua roça, a inchada comia, tinha trigo pra corta.

J - Ele também só dizia pro dono da lavoura, os vizinhos ali, os do lado, sai agora pra convida. Saia um lá ia podar tudo, amanhã se está de acordo em ajuda tal, e outro e outro, quando via estavam 40, 50 trabalhando na lavoura, e tudo era de acordo.

F - Tudo unido, não dava briga, não dava nada.

Entrevistador - E tudo moreno?

F - Tudo moreno, preto, “castiçado”.

Entrevistador - “Castiçado”?

F - “Castiçado” é preto, meio preto, meio branco.

J - (?) não tinha nada de um olhar pro outro, (?) só que o italiano não, o italiano já era fora do baralho, não acompanhava ninguém.

F – Eles ficavam brabos porque queriam ver a planta morrer no mato, pra não ter nada, pra trabalhar pra eles, era o que nós fazíamos ali.”²¹³

O “mato”, vegetação nativa da região, também era um elemento da paisagem bastante presente para a comunidade. Ele servia de limite entre as parcelas apropriadas pelas famílias da comunidade, de fonte de alimentos como pinhão, possibilitando o extrativismo, coleta de lenha e de matéria prima para a construção e manutenção de, por exemplo, telhados.

“Entrevistador – Tem a questão do parentesco. Mas na terra tinha o quê? Já tinha soja naquela época?”.

N -Não.

Entrevistador – O que tinha naquela época?

N – Tinha mais era milho, feijão, mandioca, arroz (?)

Entrevistador – E tinha mato também?

N – A maioria era mato.

L – Mato tinha bastante.

N – Desde aqui até (?) era mato, aqui era mato, eles plantavam pouco.”²¹⁴

Como foi destacado acima era no “mato” que as pessoas da comunidade encontravam matéria prima para a construção e manutenção de suas moradias.

“Entrevistador – E esse mato? Vocês usavam esse mato pra alguma coisa?”.

N – Uns tiravam a madeira que caia, mas derrubar não.

Entrevistador – E me diz uma coisa dona, dona?

N – Oraide.

Entrevistador – Dona Nica, me diga uma coisa, a sra. chegou a morar em casa barreada?

N – Casa de barro?

Entrevistador – É.

N – Não.

²¹³ Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006, com Sr. Natalício (N), Sr. Nicanor (NI), Sr. João Vieira (J), Sr. Ari (A) e Sr. Domingos (D).

²¹⁴ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006, com a Sra. Leonor (L) e o Sr. Natalício.

Entrevistador – Os antigos não moraram em casa com telhado de palha, de mato?

N – Palha de “cola de burro” que nós chamamos.

Entrevistador – Como é que é isso?

N – Era uma palha assim, onde tinha ali naquele potreiro, agora não tem mais, terminaram. Daí eles arrancavam, deixavam secar, armavam a casa, que nem está armada aqui e daí botavam as carreiras assim, daí iam botando uma ripa em cima, daí quando começavam a outra carreira, vinham com a outra por cima assim, tipo uma carreira em cima da outra. Daí quando chegava na última a água que dava em cima caía assim por cima, daí não tinha meio de entrar goteira.

Entrevistador – Quando tempo que durava um negócio desses?

N – Durava uns cinco, seis meses, até um ano. Até um ano durava bem feitinho.

Entrevistador – E a senhora sabe trançar isso?

N – Ah, se eu vou querer mostrar como se faz, eu faço. Se tiver as coisas eu ensino.

Entrevistador – E fazia mais alguma coisa com essa, como é o nome da planta mesmo?

N – Nós chamávamos de “cola de burro”, nós chamávamos.

Entrevistador – E a “cola de burro” essa, dava pra fazer mais coisas?

N – Faziam estrebalaria pra criação, pra não deixar só na telha, cobriam com aquilo ali.

Entrevistador – E esteira, cesto, essas coisas se fazia?

N – Cestas, fazem de taquara.

Entrevistador – De taquara?

N – De taquara, cipó.²¹⁵

O “mato” também fornecia matéria prima para uma das atividades de cura desenvolvidas pela Mormaça: os chás. Havia coleta de ervas para infusão que curavam diversos males. Dentre os processos de transformação da paisagem a prática da coleta dessas ervas ainda é de conhecimento dos atuais moradores da Mormaça.

“Entrevistador – E o que a Mormaça fazia? Ela morava aqui, ela?”

²¹⁵ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006, com a Sra. Leonor (L) e o Sr. Natalício.

N – Quando os filhos moravam junto com ela aqui, que ela tinha uma filha, o serviço dela era benzer.

Entrevistador – Benzer.

N – E os filhos dela plantavam.

Entrevistador – E vinha muita gente ver a Mormaça por causa da benzeção dela?

N – É, vinha.

L – Vinha sim.

Entrevistador – E pra que tipo de coisa que a Mormaça benzia?

L – Pra tudo que é coisa.

N – Ela fazia remédio também.

Entrevistador – Fazia?

L – Fazia pro amarelão, amarelão, conhece?

Entrevistador – Conheço. Mais coisa que a senhora lembre, Dona Leonor?

N – Dor de barriga.

L – De tudo, dor de barriga, ela ensinava remédio.

N – incompreensível...

Entrevistador – E ela fazia remédio do que?

L – De planta, erva.

Entrevistador – De erva?

N – É.

L – É.

Entrevistador – E alguém via ela colhendo, andando, de onde ela colhia essas ervas?

N – Colhia dos matos aqui. Têm muitas ervas que a gente não conhece por aí e ela usava."²¹⁶

Os conhecimentos tradicionais sobre o poder de cura através das ervas eram, de acordo com a comunidade uma prática ministrada com autoridade pela Mormaça, porém, várias outras pessoas da comunidade aprenderam com ela a dominar esse saber. Reforçando, assim, a noção de que o saber tradicional se aprendia através da convivência cotidiana.

“Entrevistador – E quem é que fazia? Tinha mais gente que fazia remédio? Que fazia chá por aqui?

N – Que eu conhecia aqui, quem fazia foi só a finada Mormaça e a finada Cema que fazia remédio, pra hepatite, pra mingüia.

²¹⁶ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006, com a Sra. Leonor (L) e o Sr. Natalício (N).

Entrevistador – Pra hepatite?

N – É.

Entrevistador – A senhora sabe do que era o remédio?

N – Fazia de erva de raiz de salsa, raiz de picão, eram nove tipos de raiz que ela fazia.

Entrevistador – Ah é? E a Dona Cema.

N – A Dona Cema é morta.

Entrevistador – Ela aprendeu com quem será?

N – Ela aprendeu com a finada Mormaça.

Entrevistador – Com a Mormaça. E como a Mormaça sabia mexer com essas ervas, hein?

N – Mas o que eu vou dizer? Com quem que ela aprendeu? Ela era antiga bastante.”²¹⁷

A transmissão do saber de cura através dos chás também compunha o estoque de patrimônio imaterial familiar transmitido entre gerações, principalmente, entre mulheres. A família negra camponesa detinha esses estoques de recursos para os cuidados com a saúde, e como demonstramos anteriormente dispunha desse saber para aqueles que não faziam parte da comunidade.

“Entrevistador – E tu aprendeu com a tua mãe?

R – Aprendi com a mãe.

Entrevistador – E tu aprendeu assim, tua mãe te ensinou a usar algum chá? Alguma coisa?

R – Chá assim, qualquer?

Entrevistador – É.

R – Ensinou.

Entrevistador – Pra que ela ensinou?

R – Chá de “Marcela” pra dor de barriga, “Cipó Mil Homem”, assim...

Entrevistador – “Cipó”, o quê?

R e L – “Mil Homem”!

R – É um cipó que dá e que é bom pra dor de barriga.

Entrevistador – E dá aqui no mato isso?

R – Tem mato aqui, acho que tem.

L – Ali perto de Sertão tinha.

R – (?)

L – Não sei se tem ainda.

²¹⁷ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006, com a Sra. Oraide, cujo apelido é “Nica”(N).

Entrevistador – E isso pega no mato assim. E tem mais alguma coisa além do Cipó e da(?)?

R – Assim, fazer chá pra gripe também, que nem casca de laranja, põem de laranja.

L – Arruda pra dor de dente.

Entrevistador – Funciona?

L – É.

Entrevistador – Arruda. É o chá daí?

L – É.

R – Usa o “baraço” da batata com sal também pra dor de dente.

Entrevistador – Como?

R – O “baraço” da batata.

Entrevistador – O que é o “baraço” da batata?

R – Aquela “baraço”, é.

Entrevistador – O ramo?

R – É, a folha, bota um sal pra dor de dente. (?) com leite também pra gripe.”²¹⁸

A antiga paisagem da comunidade era formada pelas terras de uso comum. As parcelas familiares cultivavam e se detinham na produção de alimentos para seu consumo. A apropriação da terra não de dava por seu valor pecuniário, mas sim, pela capacidade de manutenção da comunidade no local, o grupo não compartilhava a noção de propriedade privada e nem na produção de excedentes para a comercialização.

“Entrevistador – Quem plantava mais antes de ter essa soja? Quando tinha esse milho, esse feijão?

N – (?)

Entrevistador – Não, quem plantava mais? Esse milho e esse feijão era de quem?

N – Era do proprietário, dos que moravam aqui, naquele tempo não se falava em extensão de terra.

Entrevistador – Nem em propriedade.

N – Era assim, nem em propriedade.(?) os meus pais fizeram a casa ali, essa terra era do Estado, do governo, sei lá, todo mundo foi vindo, um daqui o outro dali.

²¹⁸ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006, com a Sra. Roseli (R) e a Sra. Leonor (L).

Entrevistador – Mas então senhor Natalício, eu quero alcançar esse tempo antes dessa gente começar a vir. Então, tinha esse pessoal que morava lá em São Pedro, eu vou me gripar! Esse pessoal que morava lá em São Pedro e São José e tinha o pessoal aqui da Mormaça e tinha o pessoal decerto lá da Arvinha também e entre.

N – Um grupo, uma comunidade.

Entrevistador – Em grupo, assim, uma comunidade e outra. Tinha muito desse mato? E tinha esse feijão? Essa roça de milho? E no caso assim, quem mais plantava eram os morenos ou eram os brancos?

N – É que tinha pouco branco aqui. (?)

Entrevistador – Hã, hã.

L - (?) pra mim os brancos, porque os morenos (?)

N – Os branco pegavam mais terra (?)

L - (?) pra trabalhar.”²¹⁹

Hoje, a paisagem que encontramos na área produtiva que vem sendo inviabilizada. Há pequenos espaços para a plantação e recorre-se ao arrendamento de terras para desenvolver as culturas de subsistência, o excedente é utilizado para a troca entre produtos. Como no passado, hoje são utilizados instrumentos de tração animal ou manual para o cultivo e a colheita. Os “matos” desapareceram ou foram cercados de tal forma que impossibilitam o acesso da comunidade a essas áreas. Já o entorno está bem diferente: altamente mecanizado, com a monocultura da soja destinada a fins comerciais.

7.4. Construindo a área pleiteada

Atualmente a comunidade da Mormaça ocupa aproximadamente 10ha, mas através de relatos e documentos históricos apresentados ao longo deste relatório podemos verificar que as relações se estendiam para além do perímetro do território atual.

²¹⁹ Entrevista realizada na Mormaça no dia 19 de março de 2006, com a Sra. Leonor (L) e o Sr. Natalício (N).



Vista da comunidade vindo de Sertão.



Vista da comunidade na "de cima".

Os locais referenciados para a construção da Área Pleiteada foram obtidos a partir dos trabalhos de campo, sendo a expressão material da memória da comunidade. Posteriormente, foram realizadas incursões no território, onde a equipe foi acompanhada por pessoas da comunidade²²⁰ que indicaram pontos relevantes para a obtenção de coordenadas geográficas²²¹, para a posterior elaboração do material cartográfico.

Nos dias 12 de outubro e 04 de novembro de 2006 foram realizadas reuniões na Associação dos moradores da comunidade negra da Mormaça, onde foi apresentado o "Mapa da Área de Estudo", aos membros da comunidade para que pudessem fazer comentários. O objetivo desta atividade era validar e, eventualmente, complementar os dados coletados em campo durante a pesquisa para, por fim, se obter a área pleiteada pela comunidade.

Para a elaboração do "Mapa da Área de Estudo" (ver mapa anexo 9), foram realizadas saídas de campo, tendo como base os apontamentos preliminares da comunidade. Os marcos de territorialidade foram construídos a partir de entrevistas com pessoas que vivem e viviam na comunidade da Mormaça. O mapa

²²⁰ Podemos citar o Sr. Ari, o Sr. Natalício e o Sr. Pedro.

²²¹ Achamos pertinente salientar que alguns dos pontos georreferenciados encontravam-se em propriedades privadas, dificultando o acesso da equipe, bem como a exatidão na coleta de alguns dos dados.

também tem como objetivo abranger os aspectos essenciais para esse estudo: elementos geográficos, históricos e antropológicos.

A principal função do “Mapa da Área de Estudo” foi servir como uma ferramenta para o pré-entendimento e apropriação por parte da comunidade da linguagem e representação cartográfica utilizados pela equipe de pesquisa, fornecendo dados e contribuindo para a construção da área. A partir desses dados novos, discutidos em conjunto, tornou-se possível a construção de uma área pleiteada na qual a comunidade se sente representada, isto é, a comunidade se reconhecendo no espaço.

Nesse processo de construção proposto para o grupo houve a apropriação da área pela comunidade através de imagens de marcos concretos que permitiram reconhecer o lugar. E também houve a orientação “orientar-se consiste em situar lugares num espaço de referência mais amplo e mais abstrato” (CLAVAL, 2001: 65) que no caso foi o mapa construído pela equipe.

Esse reconhecimento é ainda mais materializado nos pontos que foram referenciados, como o Cemitério Dutra, a Bodega, a Escola, o abacateiro, o cedro caído entre outros. Enquanto que a orientação é perceptível através das contribuições que obtivemos como, por exemplo, a correção proposta pelos membros da comunidade: o nome do afluente do Rio Teixeira, que se chama Sertãozinho, nomenclatura que não existe nas cartas do exército utilizadas como base para a cartografia. E também pelo fato de as pessoas manipularem o mapa orientando-o de forma que atendessem a realidade espacial deles, tendo como referência o arroio Sertãozinho, e a própria sanga que passa nas proximidades da área atualmente ocupada pela comunidade.

Fatos esses que evidenciam a familiaridade da comunidade com a área, apesar de todas as modificações ocorridas no seu entorno, deixando ainda viva a memória de lugares que são referência para o grupo, e que configuram o conjunto de marcos de territorialidade da área pleiteada pela comunidade.

Nas reuniões realizadas com a comunidade, tivemos propostas de modificações, principalmente ao que se refere aos limites da área. No limite Sul, que respeitava o traçado da estrada, não obtivemos confirmação de esta ser uma importante referência histórica para a comunidade, por isso esse limite teve seu novo traçado respeitando o divisor de águas²²². Outra alteração ocorreu no limite Leste no qual a sanga é o principal marco de identidade territorial, servindo a mesma para o novo limite proposto para a área.

A comunidade também fez a indicação de alguns pontos diretamente no mapa, que são possíveis locais das moradias de antigos moradores como: Pedro Mariano, Antônio Martiminiano, Izidoro e Peronha. E essas indicações passaram a integrar o “Mapa da Área Pleiteada”, como solicitado pelos presentes.

Depois de realizadas as alterações propostas foi gerado um novo mapa o “Mapa da Área Pleiteada” (ver mapa no anexo 10). Sua apresentação para a comunidade ocorreu em reunião na Associação no dia 16 de dezembro de 2006, não havendo novas alterações esse é o mapa final que tem como área aproximadamente 1300 hectares.

Um dos locais indicados foi o **Cemitério Dutra** que tem esse nome por localizar-se na antiga propriedade de S. Gervásio Dutra. Hoje, o cemitério encontra-se em propriedade privada, sendo circundado por plantações de soja. A dificuldade de acesso pode ser vista pelo abandono que se encontra o local, com a vegetação bloqueando a entrada e tomando conta de toda a área.

De maneira mais geral, o culto dos mortos serve para institucionalizar o espaço. Os lugares onde repousam seus restos mantêm relações ambíguas com o espaço dos vivos: a presença de seus espíritos pode constituir um perigo se eles estão insatisfeitos, mas ela ancora a população ao solo e assegura a continuidade de sua presença. (Claval 2001:209).

²²² “Divisor de água: Linha separadora das águas pluviais. (...) Todavia um divisor de águas não é sempre constituído por elevadas cristas. Como exemplo, podemos citar alguns divisores do Planalto Central do Brasil, que são suaves convexidades, muitas vezes imperceptíveis, e que servem de separadores de águas pluviais”, Guerra 1993: 139.



Caminho que é percorrido, por propriedades particulares, para chegar ao Cemitério Dutra.



Sr. Ari procurando a entrada do Cemitério Dutra.



Cruzes no Cemitério Dutra, mostrando a condição de abandono em que o local se encontra atualmente.

O Cemitério Dutra é um dos principais marcos de territorialidade referido por diversas pessoas da comunidade. É o local onde estão os troncos velhos, de onde parte a comunidade, onde estão suas raízes. Durante uma das reuniões em que foram citadas diversas pessoas que estão enterradas ali uma senhora disse que eles *“estão todos na terra”*. É para a *“terra”* que vão os corpos cuja semente permanece na localidade. A importância do local pode ser vista de acordo com a entrevista abaixo:

N – Nós falando no começo, daí ele pergunto dos cemitérios você só disse que tinha o São José, mas tem aquele lá em baixo. Não sei se tu se lembra aquele lá do Gervásio Dutra?

J – Ah lá! Do Gervásio Dutra, me lembrei! Tinha aquele lá.

Entrevistador – Onde ficava esse?

J – Ah, esse ficava pra trás de São José, lá do cemitério de São José.

Entrevistador – E é um cemitério que tem moreno enterrado ou coisa assim?

Ni – Tem os “tronco velho” lá.

Entrevistador – O que é esses “tronco velho” que vocês falam?

Ni – São os mais velhos.

J – São os mais velhos, os pais dos nossos pais.

N – Os avós.

J – Os mais velhos estão enterrados lá e na Arvinha também.

Entrevistador – Então, só pra entender. Esse cemitério que o senhor lembrou é o mesmo que o seu Domingos falou ontem?

N – É.

D – É o mesmo.

Entrevistador – Porque ontem ele me falou de dois, aquele da batalha.

D – Aquele é em Quatro Irmãos.

J – Ah, esse já não.

Entrevistador – E nesse fica os morenos, mas esse já está no meio das terras de outros. Dá pra visitar?

J – Mas eu faço anos que não vou mais lá.

N – A filha do Ari mora lá, o Ari é mais fácil dele saber.

Entrevistador – Mas o cemitério já está no meio das terras?

J – Eu acho que se tiver tem só um “rodeinho”, porque quando, eu já digo, nós estávamos ali era um cemitério com quadra grande. Agora, hoje eu não sei, acho que tiram uma boa parte.

N – Que nem meus pais, foram enterrados em São José, aquele que foi matado o Gomércio.

Ni – A finada Francisca Mormaça também, eu acho.

N – Eu não estava aqui na época que ela faleceu.

Entrevistador – Ah, a Mormaça também está enterrada em São José? Eu pensei que ela estivesse em Sertão.

Ni – Tem um filho dela Pedro também.

J – Ah, estão tudo aqui.

Ni – É, Pedro.”²²³

Outro local marco da memória da comunidade foi a “**vila dos morenos**”, essa denominação foi dada uma vez que as pessoas que ali moravam, viviam próximas, formando um pequeno aglomerado de terras de uso comum. As famílias que viviam no local eram todas pertencentes aos “truncos velhos” ²²⁴ da comunidade como, por exemplo, a Dona Generosa, o Seu Fernando, o Seu Constantino, o Seu Abílio entre outros. A “vila dos morenos” teria sido inclusive, local de moradia da Dona Mormaça uma vez que seu pai, Elesbão morava naquela vizinhança. É nessa localidade que se concentram as memórias dos “despejos”, ou seja, de pessoas que foram retiradas dali por coação moral ou física, conforme capítulo 5.1.



²²³ Entrevista realizada no dia 17 de março de 2006, com Sr. Natalício (N), Sr. Nicanor (NI), Sr. João Vieira (J), Sr. Ari (A) e Sr. Domingos (D).

²²⁴ Termo utilizado para referir as pessoas mais antigas da comunidade.

Como está atualmente o lugar onde ficava a “Vila dos Morenos”. (acima e abaixo)



Ainda hoje, temos alguns pontos que servem como indicadores para a localização dessa antiga “vila”. São elementos naturais que permanecem no local como o **abacateiro**, o **cedro caído** e o **guatambu** eles são marcos materiais de memória, cujo significado se encontra compartilhado pela comunidade, principalmente pelo grupo familiar do sr. Ari “cara pelada” cujo umbigo se encontra enterrado ao pé do abacateiro. Como já foi referido em outras pesquisas (Barcellos 2005; Oliveira 1996) o ritual de enterrar o umbigo pode ser considerado como uma forma encontrada pelo grupo familiar de estabelecer e aprofundar seus vínculos existenciais com a terra.

Vale destacar que atualmente tanto o local em que se situava “a vila dos morenos”, quanto o cedro caído encontram-se em propriedade privada, destinada ao cultivo da soja.

Nas entrevistas com as pessoas da comunidade da Mormaça coletamos relatos sobre os antigos moradores da “vila”.

“Entrevistador – E quem mais era vizinho da senhora? A senhora lembra? Tinha mais moreno?”

M – Tinha, tinha. Tinha o falecido João Germano, tinha o meu padrinho Abílio que era vizinho. E depois tinha o finado, como é que é?! Isidório! Que era nosso vizinho lá, nessa terra, mas esse, esse velho foi pra lá pra morar com o filho dele que era um tal de Manuel. Mas, nós morávamos pra lá um pouquinho da Mormaça, desse lado ali onde morava o Abrilino (?).

Entrevistador – Mas esses primeiros que a senhora falou: o Antão, o Dorico, todos esses moravam perto?

M – Sim, sim, tudo perto de nós, só que a gente tinha que subir uma rampa pra ir na casa deles.

Entrevistador – E o Constantino eram ali por perto também?

M – Sim, sim! No fim, o Constantino fazia divisa com o Dorico. O Constantino morava aqui, o Dorico aqui, lá mais pra baixo era o Paulo e mais pra lá era o meu padrinho Abílio e mais pro lado de lá, pro lado do Constantino, estava o Nenê que era irmão do Constantino.”²²⁵



Abacateiro que serve como referência para localizar a Vila dos Morenos.
Propriedade do Sr. Fernando Miranda, pai do Sr. Ari.

²²⁵ Entrevista realizada com a Sra. Maria (M).



Cedro que foi cortado e retirado das terras do pai do Sr. Fernando, avô do Sr. Ari.



Sr. Ari ao lado do Cedro que hoje se encontra na beira da estrada.

A capela de **São José** também foi referida como um importante marco de territorialidade, ela está localizada nas proximidades da comunidade possui Igreja, Salão de Festas e Cemitério. Nesse cenário ocorreram diversos casamentos, batizados e enterros de pessoas da comunidade da Mormaça. No cemitério estão enterradas diversas pessoas “na terra”, pois a tradição antiga era que de as pessoas fossem enterradas diretamente no chão, de acordo com o relato das reuniões. Alguns eventos relacionados aos locais foram relatados em entrevistas pela comunidade.

“Entrevistador – Perguntei do seu padrinho e da sua madrinha, mas em que Igreja a Sra. foi batizada?”

M – Lá em São José.

Entrevistador – São José?

M – É, lá em Canto Velho, ainda tem a Igreja lá. É, lá em São José.

Entrevistador – Eu conheci a Igreja lá.

M – As filhas da Alma também.

Entrevistador – Pertinho do cemitério. Tem um cemitério quase do lado, não é?

M – É o cemitério está quase abandonado, lá eu tenho minha mãe e meu pai.

Entrevistador – Naquele cemitério?

M – Meu marido e minha avó que estão lá.

Entrevistador - O “Seu Mormaça” não está lá?

M – Está lá! Estão tudo lá, mas aquele eu não sei se está ali, eu acho que ele está em outro mais pra frente, lá dos Marianos.

Entrevistador - Eu pensava que ele estava naquele.

M – É, naquele não, que eu saiba ali ele não está, ele está lá no dos Marianos. Ali está o filho dele, os dois filhos dele, o Pedro e o Abílio(?) e a Mormaça, minha mãe, meu pai e dois irmão que eu tenho lá.

Entrevistador – D. Maria, a sra. casou aonde, em qual Igreja?

M – Eu casei em São José.”²²⁶

²²⁶ Entrevista realizada em Passo Fundo no dia 28 de abril de 2006, com a Sra. Maria Santos e Rocha (M).



Capela São José.



Entrada do Cemitério São José.



Interior do Cemitério São José.

Outros pontos que são importantes para a memória da comunidade são a **escola** e a **bodega**, localizadas próximas são referidas através de diversos relatos, sendo locais de acontecimentos importantes.

A escola, que ficava nas terras referidas pela comunidade como da Mormaça, serve ainda hoje como indicativo de um dos marcos do território ocupado pela comunidade no tempo em que a Dona Mormaça era viva. Hoje a

área que a escola ocupava é propriedade particular, como podemos ver no relato abaixo.

J – Era ali em São José, nossa capela era ali em São José, sempre. Que eu me lembre era isso ali, (?) e aquela escolinha que tinha ali no “Pagote”, uma escolinha de madeira.

entrevistador – O que era essa escolinha?

J – Diz que aquela escolinha que tinham feito já continha na terra da Mormaça. Eu me lembro que o pai e a mãe diziam sempre que aquela escolinha ficava na terra da Mormaça.

Entrevistador – Onde é que ficava essa escolinha? Na terra da quem?

J – (?) era dos “Pagote”.

Entrevistador – Mas o senhor ouvia dizer que era na terra da Mormaça?

J – Da Mormaça.

Entrevistador – O “Pagote” era onde o senhor me explicou ontem, ali pra trás? É isso né? E essa escolinha ficava na terra da Mormaça?

J – É, a mãe o pai diziam. Os velhos, os antigos sempre diziam que a escolinha era na terra, na propriedade da Mormaça. A gente não sabe se ela deu licença ou se fizeram por conta, naquela época a gente não tem muita lembrança. Então, eu conheci aquela escolinha porque nós íamos sempre lá, voltava, só que não estudamos naquela escolinha, nós já fomos estudar lá em São José.”²²⁷

João Vieira, que conta a história da escola, nasceu em 1946. Se apenas supuséssemos que ele tenha ido a escola em São José com 10 anos podemos afirmar com certeza que as memórias sobre o local são anteriores à década de 60, ou seja, se referem ao tempo da “terra véia”, anterior ao tempo da soja que chegou a região no início dos anos 60.

²²⁷ Entrevista realizada na Mormaça no dia 17 de março de 2006, com Sr. Natalício (N), Sr. Nicanor (NI), Sr. João Vieira (J), Sr. Ari (A) e Sr. Domingos (D).



Escola da comunidade que ficava nas terras da Mormaça.

Os relatos da comunidade fazem referência as relações de sociabilidade que perpassam o espaço da “**bodega**” que fica em um local próximo da escola, conforme apontado pelos moradores.

“ Entrevistador – (?) D. Maria?

M – Tinha o Gumercindo que era irmão da velha Mormaça, o outro Gumercindo que tinha era irmão do Natalício, aquele coitado morreu numa briga.

Entrevistador – Na bodega, como eles chamam?

M – Na bodega do Vitalino Seco, mas agora quem estava mandando lá era o Mendiorqueto(?), mas ele vendeu ali e foi embora pra Getúlio. Foi no tempo do Vitalino que saiu uma briga lá onde morreu um irmão meu e um primo meu.

Entrevistador – Foi uma briga só?

M – Não, o meu primo não morreu! Ele ajudou matar, ele ajudou matar que era irmão desse filho (?)

Entrevistador – Numa briga só que morreu três?

M – Três.

Entrevistador – Mas por que foi essa briga?

M – Foi uma briga muito grande, briga por causa de jogo de baralho, porque eu não gosto de jogo de baralho.

- corte -

Entrevistador – Deixa eu me lembrar aqui, onde era mesmo essa bodega que a senhora falou? Essa que deu toda essa função?

M – Essa bodega do Vitalino Seco fica pra lá da Mormaça, um pouquinho, mas na mesma área.

Entrevistador – Eu sei onde é, já passei ali algumas vezes, descendo ali, passando a Mormaça.

M – É passando a Mormaça.

Entrevistador – Como se fosse pra Butiá Grande, só que daí dobra a direita ali.

M – É chega a hora de quebrar, aquela estrada que vai pra lá, vai pra lá, é aquela casa grande que tem ali.

Entrevistador – E morreu o irmão do Natalício e quem mais?

M – O irmão do Natalício, meu irmão e o irmão do (?), do (?) não, o irmão do Vitalino Fech, mas eu não me lembro como era o nome dele, mas morreram 3. Esse meu irmão morreu na frente da bodega, e esse (?) de tanto que ele brigou com os outros, saiu (?) ele foi até lá embaixo naquele rio grande, aquele rio que tem, e subiu em cima daquele matinho, ali atrás de uma casa que tem assim, entrou naquele matinho e ele morreu ali pegado num pé de “Sete Capota” com a mão assim, de joelhos, sabe? Morreu assim, de joelho ali assim, uma coragem muito grande, porque ele foi lá no rio e não se atirou na água do rio e veio pela beirada da estrada, irmão do Natalício.”²²⁸



S. Ari indicando a mata onde ocorreu a briga da bodega.

²²⁸ Entrevista realizada com a Sra. Maria (M).

Essas lembranças fazem parte da memória coletiva da comunidade, são memórias evocadas por ela para consolidar a área pleiteada. Configuram uma rede de relações que envolvem a sociedade de entorno e que as pessoas entrevistadas julgam ser constitutivas de seu direito sobre o território. A delimitação ocorreu através dessas marcas comuns ao grupo, como o cemitério, a igreja, enfim a todas as referências que foram referidas como importantes. .

7.5. Sustentabilidade local

Nos arredores da comunidade negra da Mormaça é visível o uso do solo para plantio de soja, sendo uma das principais atividades econômicas do município. O plantio de soja ocorre de forma mecanizada, sendo destinado para a comercialização. O predomínio dessa cultura pode ser visto nas fotos abaixo.



Mostra a força do cultivo da soja nas proximidades da comunidade.

O plantio de soja é altamente impactante para o lugar. Para a implantação dessa monocultura houve a destruição da vegetação nativa, gerando a degradação das águas e do solo. A monocultura, permanência de uma mesma cultura numa mesma área por um longo período, provoca o empobrecimento do solo em sais minerais e leva a uma queda na produtividade agrícola, necessitando adubação para melhorar os níveis de produtividade. Já o uso desenfreado de inseticida, agrotóxico e adubo, prejudica não somente o solo como, também, quando transportados pelas águas pluviais contaminam os rios, arroios e a água subterrânea.

A questão hídrica na localidade é bem delicada, temos relatos de fechamento de nascentes²²⁹, visando o maximizar aproveitamento do solo para o plantio da soja. A contaminação dos cursos d'água já é uma realidade para a comunidade que é prejudicada diretamente por esse fato²³⁰.

Na área ocupada atualmente pela comunidade negra da Mormaça há uma sanga, que tem um papel importante para a manutenção da comunidade no local. A sanga serve, principalmente, para fornecer água aos animais, mas também é de onde as pessoas da comunidade retiram água para uso em suas residências quando o poço local, única fonte de água potável²³¹, apresenta algum problema. Serve, também como local de lazer para os banhos em dias quentes.

Porém, nos foi relatado que ocorreram nessa sanga alguns fatos que indicam uma possível contaminação²³² de suas águas, como a morte de animais que beberam água do local.

²²⁹ Nascentes são áreas protegidas pela Lei no. 4.771, de 15 de setembro de 1965: Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito dessa Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: (...) c) nas nascentes inda que intermitentes e nos chamados “olhos d'água”, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 metros de largura.

²³⁰ Veja, também, o capítulo 5.3.

²³¹ São necessários estudos que comprovem a potabilidade da água consumida na comunidade.

²³² Contaminação consiste na introdução de substâncias que provocam alterações prejudiciais ao uso da água.



A sanga que abastece a comunidade.

É de extrema importância a garantia do acesso à água, para o desenvolvimento de atividades econômicas como a agricultura e a pecuária. Não somente acesso à água, mas sim, água de qualidade já que na comunidade não há água tratada, então os recursos hídricos da região são utilizados para o consumo doméstico.

Com o predomínio da monocultura a mata nativa foi bastante impactada. A vegetação característica, como a araucária é lembrada por algumas pessoas da comunidade ao longo de suas entrevistas, pois servia para fins de subsistência. Atualmente, as pessoas da comunidade que conseguem realizar algum tipo de coleta do pinhão disputam espaço com o gado, indo proceder a catação antes que os mesmos sejam soltos para pastar nas áreas. Lembrando, que a Mormaça coletava ervas nativas para o preparo de seus remédios nestas mesmas matas.

“Entrevistador – Eu ia lhe perguntar, a senhora falou do pinhão, tem alguma coisa especial pra fazer com pinhão?”

M – Não, pinhão a gente tinha ele só pra comer assado, comer cozido, fazem farofa também, mas eu nunca fiz, só os outros faziam, quando davam pra eu comer, eu comia, mas nunca fiz. Tem que se cozinhar o pinhão, descascar, deixar bem limpo e quebrar todo ele, depois faziam um molho de tempero, assim, bem temperado, botavam aquele pinhão e faziam a farofa.

Entrevistador – Farofa de pinhão?

M – É, farofa de pinhão.

Entrevistador – Agora deve alimentar bastante, né?

M – Alimentava muito porque é uma comida muito forte, é perigoso até dar uma congestão, come demais, mas faziam tudo isso. Agora, eu juntei pinhão naquele mundo lá, Deus que me perdoe!”²³³

Além de servir como base para alimentação da comunidade que ainda mantém na memória as receitas tradicionais, o pinhão também era uma fonte complementar e sazonal de renda para os pequenos agricultores da Mormaça.

“Entrevistador – Tinha muito pé?

M – Naquele Matão ali. Mas eu juntei tanto pinhão, tanto pinhão! Eu fazia dinheiro com pinhão! Às vezes, eu me lembro, que os anos se passa essa guriazinha que eu tenho lá (?) a Remedida, mulher do Dilão, não sei se vocês tiveram lá, daí um dia eu sai quando ela nasceu ela tinha um rosto que era uma rosinha de bonito, e eu dizia: “Porque eu comi muito pinhão.” Eu comia pinhão sapecado no mato, nós íamos com as amigas lá no mato, e juntávamos pinhão e tirávamos pra fora do mato e amontoávamos assim, e a gente cobria com o milho, esse milho que dá na roça e cobria, deixávamos lá, e entrávamos de novo pro mato de tanto que tinha. Então a gente juntava uns (?) e fazia aquela sapecada de pinhão e nós levávamos um martelo junto pra onde nós sentávamos pra comer, a gente marretava e comia à vontade. Em casa, colocava no fogão pra piizada comer, daí eu também comia, comia pinhão! Então eu digo que eu criei a minha filha à base de pinhão, mas ela nasceu muito bonita aquela minha filha.

Entrevistador – E dava no mato isso daí?

M – Sim, no mato. Eles cortaram tudo ali! Mas aqueles Matão ali que tem aqueles capoeirão ali era um horror de pinheiro que tinha, agora não tem, tem é novo, né? Mas eu comi muito pinhão e vendi. Tinha uma mulher ali da banda de Lagoa Vermelha, ela ia de “combi” lá pegar pra vende e vendia baratinho, me pagava não sei se 90 centavos, nem 1 real me pagava, mas nós fazíamos dinheiro naquele tempo igual. Traziam de bolsa, então a gente enchia um canto da casa assim, eles traziam do mato, botavam assim e botavam umas tábuas assim e enchiam de pinhão ali, de vez em quando a gente tirava pra não apodrecer, sabe? Porque carruncha,

²³³ Entrevista realizada em Passo Fundo no dia 28 de abril de 2006 com a Sra. Maria Luiza Boeira dos Santos Cruz (M).

mas ela tratava de buscar, a mulher de “combi”. Então, tudo isso eu fiz na minha vida, eu trabalhei muito nessa minha vida, a gente sempre queria ser rico e nunca deu pra viver. É eu trabalhava, por Deus do céu, eu plantava, plantava e vendia e nunca deu pra ficar rica, mas graças a Deus eu me aposentei.”²³⁴

O desmatamento contribui para o empobrecimento na biodiversidade local, tanto de fauna quanto de flora, e também para o escoamento superficial das águas das chuvas que acaba por levar boa parte dos solos, contribuindo para perda de nutrientes.

A busca de uma sustentabilidade local como forma de manutenção e continuidade da comunidade, inclusive com garantias para o desenvolvimento de atividades culturais, religiosas e sociais do grupo. A utilização racional dos recursos naturais disponíveis sem o comprometimento do ambiente das gerações futuras, como podemos ver no decreto abaixo:

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.
Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,
Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:
I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das

²³⁴ Entrevista realizada em Passo Fundo no dia 28 de abril de 2006 com a Sra. Maria Luiza Boeira dos Santos Cruz (M).

Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.²³⁵

²³⁵ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato20072010/2007/Decreto/D6040.htm. Acessado dia 08 de março de 2007.

Considerações finais e recomendações

O presente relatório histórico, geográfico e antropológico foi escrito para complementar relatórios anteriores datados de 2002 e que apontavam áreas discrepantes como de pleito da comunidade. Basicamente, para a fundamentação de delimitação da área reivindicada, avaliamos os seguintes quesitos: terras e as edificações que englobem os espaços de moradia; terras utilizadas para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural do grupo humano a ser beneficiado; fontes terrestres, fluviais, lacustres ou marítimas de subsistência da população; as terras detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos costumes, tradições, cultura e lazer da comunidade; terras e as edificações destinadas aos cultos religiosos; sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos, (art. 10, inc. I, da Instrução Normativa 20/2003 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – IN20/2003/INCRA).

Ao longo da escrita deste documento procuramos demonstrar o grande impacto sofrido pela comunidade da Mormaça ao longo da história de constituição do estado brasileiro sob a égide da lógica colonial. Não obstante à conjuntura histórica que colocou a comunidade frente a um processo contínuo de dispersão de seu capital econômico, seus membros se encontram articulados em torno de valores comuns que permitiram, via sistema de resistência, produzir sentidos em relação à terra. Esses valores permitiram – mesmo que sempre mediado por um sistema hierarquizado em relação ao entorno – produzir uma continuidade geracional pelos membros da Vila Mormaça.

Como evidenciamos na primeira parte, os dados históricos levantados permitem mostrar os nexos entre os pleiteantes, que referem a Mormaça e outros parentes “antigos” com os ex-escravos de Amancio de Oliveira Cardoso. Entretanto, esta comprovação genealógica nos traz mais elementos sobre as formas

de apropriação de terras na região. Como demonstramos na primeira parte, a disputa cartorial dos matos invisibilizara os ex-escravos em deter propriedades. As mesmas foram declaradas como de sua propriedade a partir de relações de subordinação e dívida simbólicas e de dependência com os ex-senhores. A comunidade reconhece esse percurso das propriedades conferidas e herdadas por seus parentes.

Não obstante as distintas situações que colocara a comunidade frente a um processo contínuo de dispersão de seu capital econômico, seus membros resistiram a expoliação e se encontram articulados em torno de valores comuns que permitem produzir sentidos em relação a terra. A terra é compreendida como uma herança. Ou seja, como uma terra que fora registrada como sua e que vem sendo gestionada como uma herança da comunidade.

Esses valores permitem vislumbrar as relações de subordinação e interdependência econômica e social em que foram constituídas suas relações sociais travadas com o entorno. Mesmo assim, salientamos as maneiras comunitárias em que investiram simbolicamente e viabilizaram sua resistência sócio-cultural e, portanto, produziram sua permanência e pertencimento a vida comunitária como membros da Vila Mormaça.

Assim, a partir de táticas tanto de uso quanto de apropriação do território, que permitiram a persistência da comunidade da Mormaça por mais de 100 anos na localidade; frente a situação de miserabilidade em que vivem os quilombolas; e considerando o risco de lesão de direitos sociais, culturais e ambientais na região é correto dizer que as ações na localidade se tornam de interesse público.

Este documento espera propiciar condições àqueles que constituem a associação quilombola da Mormaça e a coletividade que a compõe de pleitearem, frente ao Estado brasileiro, o título de propriedade que lhes foi constitucionalmente garantido através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Por outro lado, este documento espera proporcionar a comunidade acesso aos projetos de

etnodesenvolvimento e sustentabilidade que visam tanto a manutenção de sua subsistência física quanto social na região.

A comunidade da Mormaça “refabricou constantemente sua unidade e diferença face a outros grupos com os quais esteve em interação”, (Oliveira 1994:123). Isto equivale dizer que as pessoas que vivenciam e vivenciaram a comunidade da Mormaça se afirmam enquanto unidade com base em diferentes critérios os quais o próprio grupo atualiza de acordo com o sujeito histórico com o qual interage. Quando nós antropólogos fomos à comunidade, o que foi feito ao longo do ano de 2006 (entre os meses de março e dezembro), esta mesma comunidade destacou²³⁶ elementos que configuram sua identidade na atualidade por oposição à sociedade envolvente. São as práticas tradicionais que a comunidade mantém acreditando serem definidoras de sua identidade e continuam praticando por crer serem capaz de comunicar sua diferença, que configuram o grupo étnico-racial de remanescentes da comunidade de quilombos da Mormaça.

Por tudo isso, cabe recapitular algumas conclusões do relatório.

1. O território étnico da Mormaça foi um local de confluência de negros, escravos de fazendas vizinhas, libertos que viveram e, em certos aspectos ainda vivem, na região através da apropriação comum de suas terras. Como explicitamos na parte histórica, a história da ocupação dos então “matos” está relacionada as formas de apropriação e de subordinação entre os ex-senhores e escravos que se estendiam temporalmente pós-abolição como relações de dominação calcadas em uma dívida simbólica.

²³⁶ Por destaque entendemos aqui, além dos sinais e símbolos manifestos de caracterização diacrítica da comunidade, também seus valores morais e de prestígio (Barth 2000:32).

2. Como demonstramos, a rede de solidariedade e parentesco que teve início com os pais de Francisca Mormaça (e mantida por ela e sua descendência por mais de 80 anos) foi a base, e atualmente é o ponto de referência, das relações que esse grupo familiar estabeleceu com o lugar onde vive. O território reivindicado pela comunidade se construiu e se fundamenta numa sobreposição de alianças firmadas ainda nos tempos da escravidão que foram mantidas e ampliadas pelas gerações seguintes, relações estas suficientemente sólidas para resistir as investidas do Estado e de particulares sobre seu território.

3. Caracterizamos este grupo como um campesinato étnico que sofreu seu primeiro revés com a constituição da colônia local em 1911, quando foram demarcados os lotes, definidas áreas de ocupação menores do que aquelas em que viviam, por conta do alijamento das matas, principalmente, onde praticavam extrativismo. A comunidade esteve a margem projetos de incentivo destinados a colonização e imigração. Neste sentido, foram alijados de políticas públicas de promoção de sua auto-sustentação. Por sua distintividade étnica, em relação a políticas públicas destinadas à região, foram preteridos e gradativamente alijados das áreas de matas. Estas áreas foram solapadas com o avanço das fronteiras agrícolas pressionando os herdeiros de áreas próximas a buscar outras fontes de auto-sustentação nos arredores. Isso significou ingressar em relações de dependência e de uma desvantajosa venda de sua capacidade de trabalho.

4. Uma segunda onda de impacto expropriatório ocorreu entre as décadas de 50 e 70 e apenas pode ser resgatada pela memória fragmentada da comunidade que fala de vários “despejos” que ocorreram na região e que ocorreu conforme confluência dos depoimentos na “vila dos morenos”.

5. A permanência das famílias na região se deu, principalmente, pela solidariedade entre aqueles que permaneceram nas terras da comunidade. Há

uma experiência histórica da comunidade com relações de subordinação que resultaram no empobrecimento, no que diz respeito às condições de trabalho estabelecidas com o entorno. O trabalho detecta que houve outras formas de relação com a vizinhança, entre elas, os casamentos com pessoas não diretamente identificadas como membros da comunidade.

6. O sobrenome que predomina na região é o “Oliveira” com todas as suas composições e variações, mostrando a amplitude das redes de parentesco vivenciadas na região. Há referência aos “troncos” velhos e do fato deles retornarem ao chão dos cemitérios para a terra o que se dá no cemitério de São José e no chamado do Dutra.

7. Poucas são as memórias que vinculam a comunidade ao tempo da escravidão ou dos “cativeiros” sendo que a narrativa recorrente é a de Candinha, irmã de Mormaça. Como afirmamos, a ênfase é dada a posse legítima da terra. A Mormaça é uma representação viva que confere uma origem histórica ao grupo e o principal elo da comunidade com o passado e evoca uma vida em comunidade. Como mostramos na parte histórica, a conquista das terras refere ao mesmo tempo a uma dívida simbólica com seus ex-senhores e, afirma a sua condição de proprietários e descendentes de libertos. Não se trata de não ter uma memória sobre a experiência da escravidão e sim que dão maior importância a posição alcançada como libertos e proprietários.

8. Na área em que as pessoas vivem na comunidade da Mormaça e em seus arredores, a terra é suporte da memória da comunidade, é o lugar que confere sentido ao passado do grupo na região. É por isso marco de identidade do grupo étnico da comunidade da Mormaça, local onde se inscreve o passado do grupo e sua rede de parentesco no presente, além do local de onde o grupo extrai seu sustento.

9. O acesso à terra se dá por intermédio do grupo de parentesco que proporciona a manutenção do espaço de subsistência de sua parcela familiar e que compõe negociações que possibilitem o retorno de parentes que eventualmente saíram da comunidade. E é essa rede de solidariedade baseada no parentesco que proporciona condições de permanência à comunidade.

10. Houve venda de terras e podemos entendê-las como parte de estratégias possíveis para fazer frente a pauperização camponesa, ou seja, uma das maneiras de compensar o pouco acesso a formas de promoção da vida camponesa. A venda do próprio trabalho e ausências sazonais da região em busca de trabalho são as outras formas de financiar a unidade produtiva. Algumas dessas negociações são reconhecidas pela comunidade como modos de garantir a persistência da vida comunitária.

11. Em dado período histórico as pessoas que viviam na comunidade foram “despejadas” de suas terras por não ter título de propriedade, principalmente no momento em que as plantações de soja se estabeleciam na região. Este fenômeno ocorreu na área compreendida como “vila dos morenos”. Conforme apontados nos mapas.

12. Com base no “**Mapa da Área de Estudo**” construído pela equipe, chegamos ao “**Mapa da Área Pleiteada**”, a partir do reconhecimento por parte da comunidade dos marcos territoriais nele inscritos. Esse mapa abrange os marcos territoriais evocados na memória do grupo e discutido em conjunto em reuniões com a comunidade. Portanto, apresentamos a construção do “**Mapa da Área Pleiteada**” na qual a comunidade se sente representada, e que corresponde a aproximadamente 1300 hectares.

Tendo em vista tais conclusões a equipe da Mormaça tece as seguintes recomendações que passa a expor:

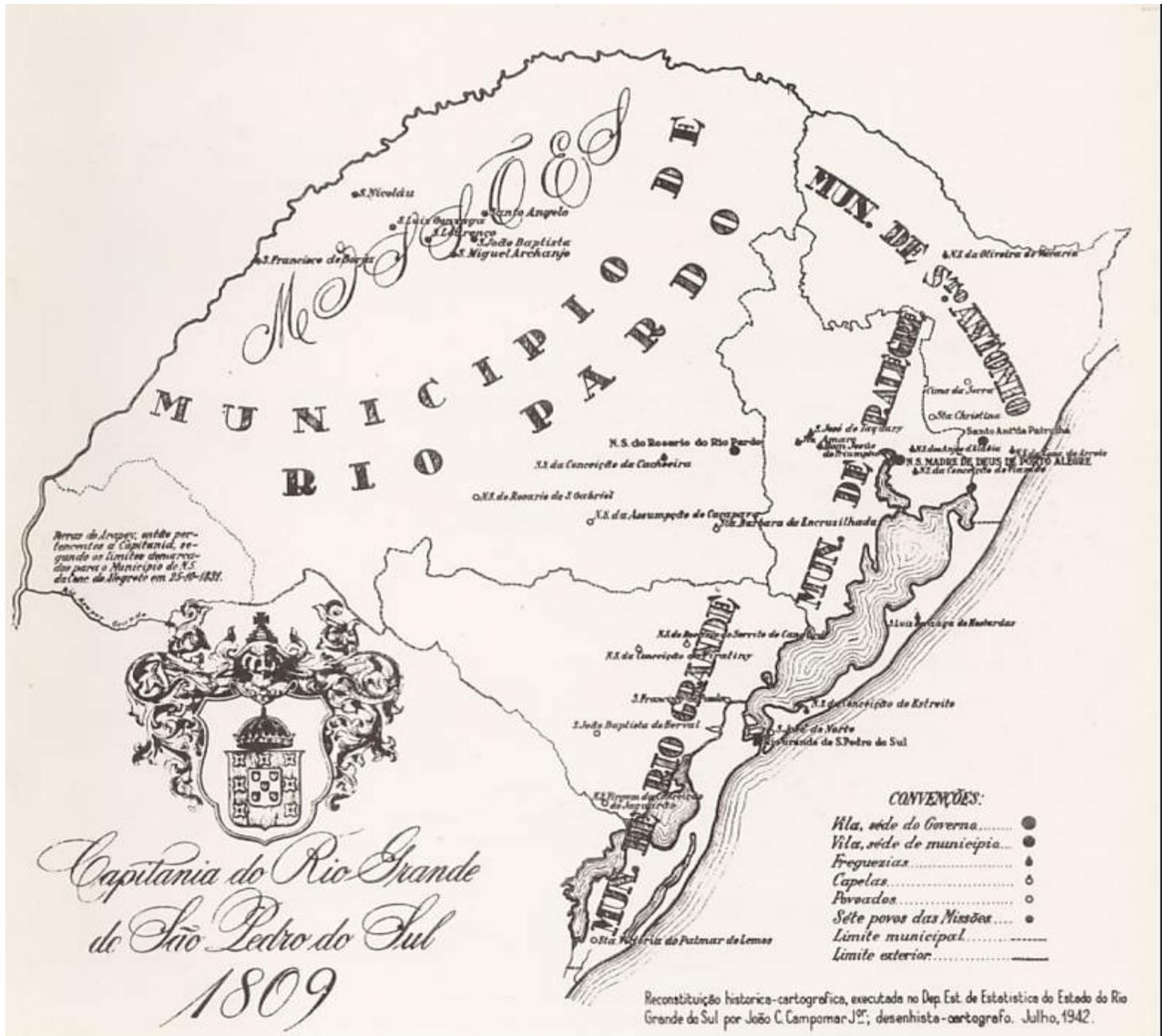
1. A comunidade negra da Mormaça deve ter seu procedimento de titulação implementado de forma célere uma vez que a situação de miserabilidade no local afeta, não apenas a permanência dos quilombolas no local, mas a qualidade de vida e o índice de desenvolvimento humano da comunidade.
2. A comunidade necessita que seja verificada a qualidade da água do único poço ao qual ela tem acesso para verificação da presença e do eventual índice de contaminação por agrotóxicos.
3. A implementação de ações que possibilitem o etnodesenvolvimento da região com a realização de ações que capacitem os membros da comunidade a se relacionar com a terra e o plantio sem cometer os mesmos excessos que a sociedade envolvente tem praticado.
4. Incentivo à conservação da mata nativa existente bem como a recuperação das matas ciliares e principalmente das áreas de nascentes que hoje estão bastante impactadas devido a atual utilização do solo.
5. Orientação sobre a importância do direito à água e de sua forma de utilização adequada e racional para que as gerações futuras tenham acesso à água abundante e de qualidade já que, no local não há abastecimento com água tratada e a alternativa é o único poço que atende a comunidade.
6. A implantação de projetos que auxiliem os quilombolas a desenvolver o potencial agrícola de seu território.

7. Orientação às escolas do município sobre o procedimento de titulação da comunidade negra da Mormaça, sobre os mecanismos de perpetuação do racismo em nossa sociedade e dos crimes raciais.

8. Capacitação das lideranças da comunidade sobre as fases e o significado do procedimento jurídico de titulação dos remanescentes das comunidades de quilombos.

Anexos

Anexo 1 – Mapa da primeira divisão administrativa do Rio Grande do Sul.



Fonte: Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Reconstituição histórica e cartográfica, feita no Dep. Estadual de Estatística do RS por J. Campomar J.º em 1492. AHRs – Fundo Mapoteca – Móvel 05, gaveta 02, envelope 17.

Anexo 3 – Em detalhe o 3º distrito de Passo Fundo, em mapa organizado por Francisco Antonino Xavier e Oliveira em 1929.



Fonte: AHR/PF.

Anexo 5 – Transcrição do Cadastro dos lotes das seções: I Erechim; Sertão; Butiá Grande; Campo Erechim; Erebangó; Toldo Ligeiro. Comissão de Terras e Colonização da Colônia Erechim.

Pág. 7 – Linha 1 – Sertão

Nome concessionário	Data da concessão	Nº lote	Área (m ²)	Observações
Pedro Gonçalves dos Santos	13/02/1911	1	250.000	
Thaurino Jacintho da Cunha	13/02/1911	2	500.000	
Pedro Gonçalves dos Santos	13/02/1911	3	250.000	
Maria Luiza Dias Coelho	24/03/1911 ²³⁷	4	246.540	
Luiz Vieira de Souza	13/02/1911	5	250.000	Pago em 1913
Francisco Ignácio dos Santos	13/03/1911	6	241.755	Título registrado fl. 42, livro 225, 31/05/1922
Simpliciano Vieira de Souza	13/03/1911	7	250.000	
João Ignácio dos Santos	18/05/1911	8	248.160	Título registrado fl. 43, livro 225, 31/05/1922
Ernesto Benedicto Macedo	Posse	9	250.000	
Dinarte Alves da Rocha	Posse	10	350.390	
Ernesto Benedicto Macedo	Posse	11	250.000	
Dinarte Alves da Rocha	Posse	12	254.380	
Ernesto Benedicto Macedo	Posse	13	250.000	
Antônio Pertile	04/02/1914	14	253.000	
Ernesto Benedicto Macedo	Posse	15	250.000	
Emílio Augusto Becker	30/06/1911	16	255.000	
Guilherme Franzmann	19/05/1911	17	250.000	
Emílio Augusto Becker	03/06/1911	18	257.480	
Willy Franzmann	19/05/1911	19	250.00	
Olintho Flores de Menezes	27/04/1911	20	260.000	
Olintho Flores de Menezes	27/04/1911	21	307.000	

²³⁷ A lápis: 10/12/1912.

Olintho Flores de Menezes	27/04/1911	22	247.000	
Manoel Amancio Teixeira	17/08/1911	23	250.00	Pago em 1912
Francisco Santi	13/04/1911	24	250.00	Pago em 1915
Manoel Amancio Teixeira	01/07/1911	25	250.00	Título registrado fl. 187, livro 205, 26/11/1920
Gervásio Oliveira Cardoso	13/05/1911	26	252.000	Título registrado fl. 205, livro 205, 26/11/1920
Basílio Amancio Teixeira	01/07/1911	27	250.000	
Basílio Bernardo da Cruz	23/07/1911	28	267.000	
Manoel Amancio Teixeira	01/07/1911	29	250.000	
João Rodrigues França	Posse(23/07/1911)	30	260.000	
Manoel Amancio Teixeira	01/07/1911	31	250.000	
João Rodrigues França	Posse(18/04/1911)	32	266.000	
Claudio Antônio dos Santos	16/09/1911	33	250.00	
José Rodrigues França	Posse(14/10/1911)	34	280.000	
Maria Manuela Constantina	18/04/1911	35	250.000	
José Rodrigues França	Posse(14/10/1911)	36	403.350	
João Germano Thomaz	01/07/1911	37	250.000	Pago em 01/07/1911 e 03/08/1914 (1.5 rs/m² = 375.000)
José Rodrigues França	Posse(18/10/1911)	38	284.250	
Maurílio da Rosa	S/data	39	250.000	
José Rodrigues da França	Posse	40	227.000	
Isidoro dos Santos Oliveira	27/06/1911	41	250.000	Pago em 1922
Miguel Conrado Duarte	02/12/1911	42	265.000	
Eriquel Antônio dos Santos	03/05/1911	43	250.000	
Miguel Conrado Duarte	02/12/1911	44	326.000	Pago em 1912
Ludoína Oliveira Cardoso	01/07/1911	45	250.000	Pago em 1921
João Machado dos Santos	13/10/1911	46	250.000	Pago em 1919

Linha 2 – Sertão

Nome concessionário	Data da concessão	Nº lote	Área (m²)	Observações
Valentim Borella	02/07/1911	1	250.000	Pago em 1914
Gida José	02/07/1911	2	250.000	Pago em 1914
José Waczuwski	02/07/1911	3	250.000	Pago em 1914
José Waczuwski	02/07/1911	4	250.000	Pago em 1914
Antônio Gabriel Porto	18/08/1911	5	250.000	
José Antônio Gonçalves	04/07/1911	6	250.000	Pago em 1913
Reinaldo Nunes Nascimento	04/07/1911	7	250.000	
Joaquim José Monteiro	04/07/1911	8	250.000	
Manoel Amancio Teixeira	25/04/1911	9	250.000	
Manoel Amancio Teixeira	25/04/1911	10	250.000	
Arthur Schmidt	19/06/1911	11	250.000	
Arthur Schmidt	19/06/1911	12	250.000	
Isolina Cardoso Teixeira	18/04/1911	13	220.000	
Isolina Cardoso Teixeira	18/04/1911	14	220.000	
Ursulina de Oliveira	15/04/1911	19	245.000	Título registrado fl. 185, livro 188, 24/01/1918
Abílio Vieira de Souza	25/09/1911	20	245.000	Título registrado fl. 186, livro 188, 24/01/1918

Fonte: DTP – Colônia Erechim – déc. 10 e 20, Seções 1^o e 2^o Rio do Peixe, Sertão, Butiá Grande, Campo Erechim e Erebangó.

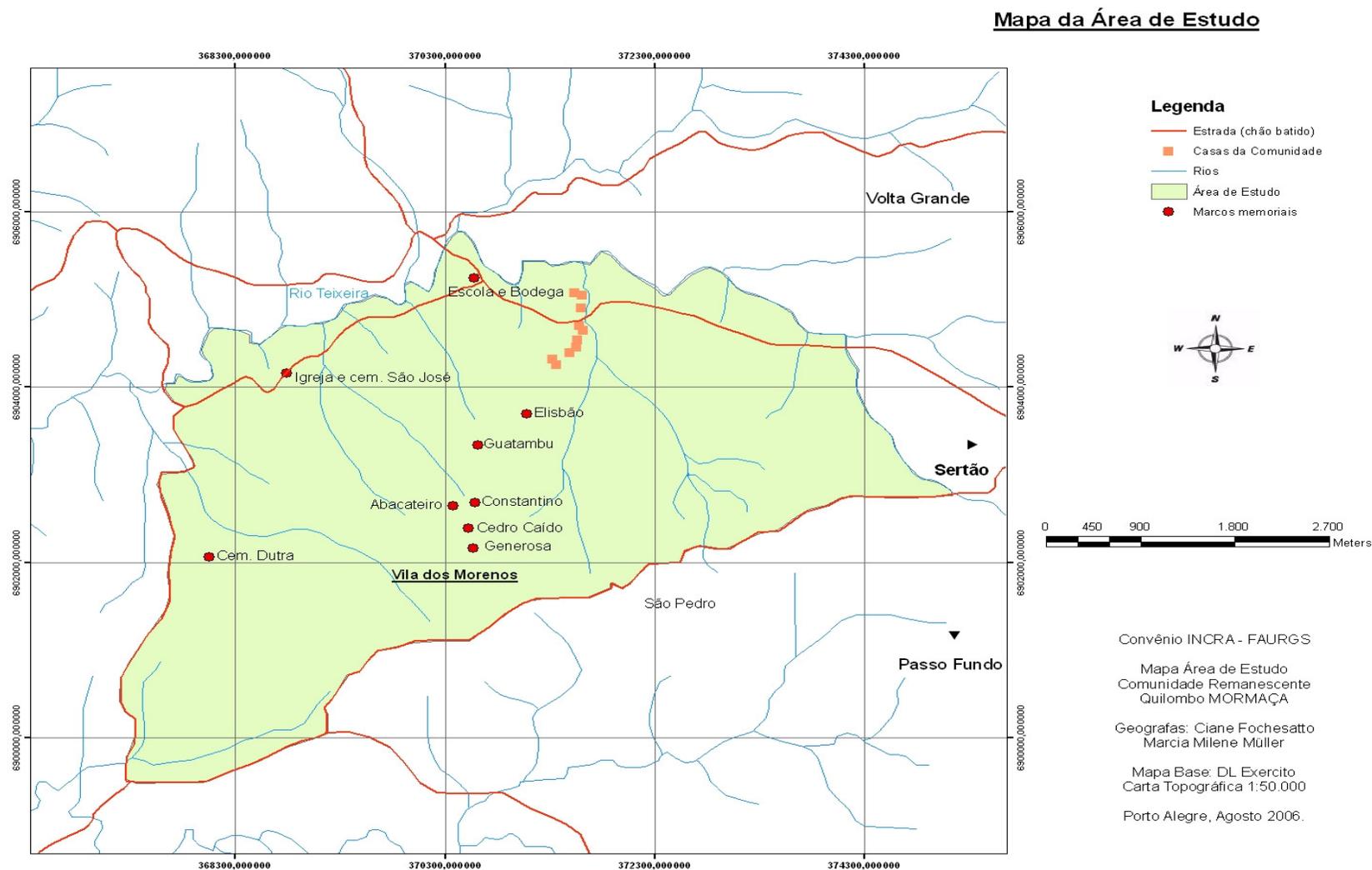
Anexo 6 – Mapa Seção Sertão Linha Uma

Fonte: DTP – mapa 147 – escala 1:25.000.

Anexo 7 – Árvore genealógica (encartada)

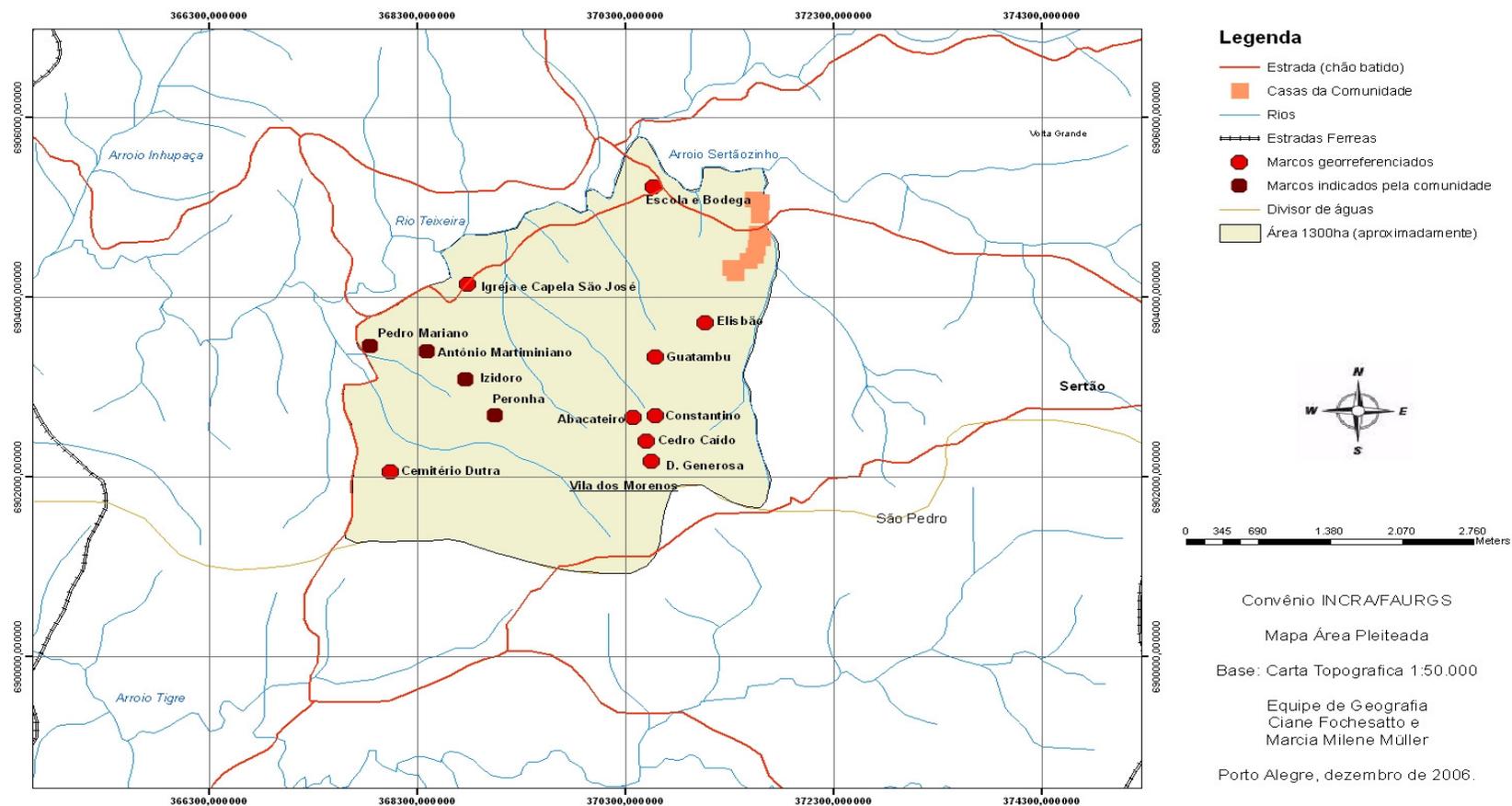
Anexo 7a – Mapa Seção Sertão Linha Uma, relacionado com a árvore genealógica.

Anexo 9 – Mapa da Área de estudo.



Anexo 10 – Mapa da Área Pleiteada.

Mapa Área Pleiteada



Bibliografia

- _____. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*.
Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Temáticas permanentes e emergentes na análise da
etnicidade. In: VERMEULEN, Hans & GOVERS, Cora (orgs). *Antropologia da
Etnicidade Para Além de "Ethnic Groups and Boundaries"*. Lisboa: Fim de
Século, 2003, p. 19-44.
- _____. *On Collective Memory*. Chicago: The University of
Chicago Press, 1992.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Os quilombos e a base de lançamentos de foguetes de
Alcântara*. V. 01 e 02. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- BANTON, Michael. Etnogênese. In: _____. *A idéia de raça*. São Paulo:
Edições 70 / Martins Fontes, 1977. Cap. VIII
- BARCELLOS, Daisy et al. *Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e
territorialidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- BARTH, Frederik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e
STREIFF-FENART, J. *Teorias de Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BASTOS, Manoel E. Fernandes. A fundação da Freguesia de Nossa Senhora da
Conceição do Arroio. In : *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia
Sul Rio-Grandense*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
Vol. I, 1936. P. 131-176.
- BOTT, Elisabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Ed.
S.A, 1976.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARRION Jr., Francisco; GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 403 – 424.
- CAVALCANTE, José Luiz. A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra. In: *Revista on-line do Arquivo do Estado*, São Paulo, nº 2, junho de 2005.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade : senhores, escravos e abolicionistas da Corte nas últimas décadas da escravidão. In : *História: questões e debates*. Revista da Associação Paranaense de História, nº 16, ano 9, Junho de 1988, pp. 05-37
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- COREDES – RS II. Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Coord. BECKER, D. V. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 60-93.
- CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. Curitiba, 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p. 135-143.
- DE BORTOLLI, Cristiane de Quadros. *Vestígios do passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003.

- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- FARIA, Octavio Augusto de. *Diccionario Geographico, Histórico e Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1914. II edição.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996. [2º ed. rev. ampl.]
- FORTES, Amyr Borges e WAGNER, João Baptista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora da Globo, 1963.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *A guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.
- FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre e Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Universidade de Caxias do Sul, 1981.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Secretaria Municipal de Educação, 1982.
- GENNEP, Arnold van. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- GOMES, Flávio dos Santos. O “Campo negro” de Iguazu: escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883). In: Revista Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, nº 25, pp. 43-72, 1993.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédias Ltda, 1960.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Dicionário geológico geomorfológico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Leitura XXI, 2002.
- LEITE, Ilka Boaventura. *O Legado do Testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Florianópolis : NUER/UFSC, 2002.
- LEWKOWICZ, Ilda. Herança e relações familiares : os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*, nº 17, vol.9, Set. 88/Fev. 89, pp. 101-104.
- MAESTRI, Mário. O escravo Gaúcho – Resitência e trabalho. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1993.
- MAGNOW, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. *Cenário Gaúcho. Representações históricas e geográficas*. São Paulo: Moderna, 2002.
- MIGNOLO, Walter. A Razão pós-ocidental: a crise do ocidentalismo e a emergency do pensamento liminar. In.: _____. *Histórias Locais/Projetos Globais, colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: EdUFNG, 2003, p. 133-180.

- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da liberdade, máscaras do cativo: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das Cartas de Alforrias*. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado/EDIPUCRS, 1996.
- NETTO, Antônio Ducatti. *O grande Erechim e sua história*. Porto Alegre: EST, 1981.
- NEUMANN, E. S. O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial (1640-1750). Porto Alegre : Martins Livreiro-Editor, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo*. Coord. por Marília Mattos *et ali*. Passo Fundo: UPF, 1990. 3 v.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- PRIORE, Mary del e VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.
- ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta*. Cruz Alta: Empresa Gráfica Mercúrio, 1980.
- RUCKERT, Aldomar Arnaldo. Laudo histórico-territorial sobre a comunidade rural negra remanescente de Quilombo da Arvinha. INCRA, 2002.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Patriarcalismo, Família e Poder na Sociedade Brasileira (séculos XVI-XIX). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 11, nº 22, mar./ago. 1991. pp. 7-33.

- SILVA, Ana Maria Radelli da, *et al.* *Estudos de geografia regional : o urbano, o rural e o rurbaro na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos : historias da família escrava no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*, nº 16, vol. 8, Mar. 88/Ago. 88, pp. 189-203.
- SOARES, Márcio Sousa. A dádiva da alforria: uma proposta de interpretação sobre a natureza das manumissões antes da promulgação da Lei do Ventre Livre. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2, 2005, Porto Alegre. *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Daniel Clós César, 2005.
- SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira. Apontamentos para a história de Palmeira das Missões, comemorativos do primeiro centenário de sua emancipação política*. Porto Alegre: Bels, 1974.
- SOUZA, Antônio Cândido de Mello. *Os Parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2001.
- SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo*. Araraquara, 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual Paulista.
- TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- VERDERY, Katherine. Para onde vão a ‘nação’ e o ‘nacionalismo’? In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 239-248.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. Os Temas da Geografia Cultural.

In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p. 27-62.

WOLF, Eric. *Peasants*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

WOORTMAN, Ellen e WOORTMANN, Klaas. *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UnB, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno : o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.